CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE ANTÔNIO PACÍFICO PEREIRA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONCEPÇÃO DE MEDICINA E ENSINO NA BAHIA (1862-1922)

Anderson Gonçalves Malaquias

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Renilda Nery Barreto

Rio de Janeiro
Junho de 2019

A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE ANTÔNIO PACÍFICO PEREIRA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONCEPÇÃO DE MEDICINA E ENSINO NA BAHIA (1862-1922)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciência, Tecnologia e Educação.

Anderson Gonçalves Malaquias

Banca Examinadora:

Presidente, Professora Dra. Maria Renilda Nery Barreto (CEFET-RJ) (orientadora)

Professora Drª Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso (CEFET-RJ)

Professora Drª Andreia Guerra de Moraes (CEFET/RJ)

Professor Dr. Luiz Otávio Ferreira (Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ)

Professora Drª Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)

Rio de Janeiro
Junho de 2019

CEFET/RJ – Sistema de Bibliotecas / Biblioteca Central

M237 Malaquias, Anderson Gonçalves
A trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira : um estudo de caso sobre a concepção de medicina e ensino na Bahia (1862-1922) / Anderson Gonçalves Malaquias.—2019.
283f. : il. (algumas color.). , grafs. , tabs.; enc.

Tese (Doutorado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2019.
Bibliografia : f. 267-283
Orientadora : Maria Renilda Nery Barreto

1. Escolas de medicina. 2. Medicina - História. 3. Medicina - Estudo e ensino. 4. Ciência, tecnologia e sociedade. I. Barreto, Maria Renilda Nery (Orient.). II. Título.

CDD 378.1981

Elaborada pela bibliotecária Mariana Oliveira CRB-7/5929

AGRADECIMENTOS

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Tecnologia e Educação (PPCTE) pelas aulas valiosas que me revelaram as facetas do processo de construção do conhecimento científico.

À minha estimada professora Maria Renilda Nery Barreto por ter aceitado o desafio, ainda durante o curso de mestrado, de transformar um biólogo em historiador. Seus conselhos e orientações foram essenciais para o decurso desta pesquisa, sem os quais estaria certamente fadada ao insucesso. Agradeço pela confiança, paciência, pelas indicações de leituras, pelo jeito sereno com que me conduziu aos pontos fulcrais do objeto de estudo, pelos estímulos e reflexões que me incitaram a concatenar melhor meu raciocínio durante a problematização e análise das fontes e documentos históricos. A bagagem que levarei comigo, após estes anos de instrução e convivência, é preciosíssima. Por isso, meu muito obrigado!

Aos professores Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso e Luiz Otávio Ferreira pelos respeitosos apontamentos realizados nas bancas de qualificação. Eles foram, certamente, muito proveitosos para correção de rumos do nosso trabalho.

Aos colegas e integrantes do grupo de pesquisa do CEFET/RJ, Ilton Jornada, José Carlos Andrades, Paulo Roberto Castor, Roberto Correa, Teresa Raquel Dalta e Wladimir Silva que me acompanharam ao longo desta jornada.

Aos amigos Adriano Dias, Deusa Santa Bárbara, Fabrícia Barbosa, Flávia Mesquita, Roberta Santos, Samanta Bazilio e Suellen Martins, componentes da equipe da Seção de Registros Acadêmicos do CEFET/RJ - Campus Nova Iguaçu, pela compreensão, paciência e suporte durante os períodos de ausência e licenciamento do trabalho no decorrer da pós-graduação. A sinergia desta equipe tem sido essencial para a condução e manutenção das atividades desta Seção, tão importante em nossa escola.

A todos os colegas, amigos, irmãos em Cristo, que torceram, apoiaram, oraram, sonharam comigo e coadjuvaram direta ou indiretamente na realização deste projeto.

Aos meus pais (em particular, minha mamãe Celma de Mello) pelo esforço despendido na criação de seus filhos e por nos ensinarem valores inestimáveis que levaremos por toda vida.

Por fim, agradeço especialmente à minha esposa querida, Cintia Pacheco Moreira Malaquias, companheira inseparável e grande amor da minha vida. Grandes foram os desafios e dificuldades de, em concomitância, trabalhar, construir uma casa e escrever uma tese de doutorado com três filhos pequenos (meus tesouros!). Por vezes, a dúvida e a vontade de desistir me assombraram. Mas Deus e minha esposa foram meu suporte e alento em meio às tempestades. Obrigado, meu amor, por comprar esta ideia louca. Obrigado pelo apoio, renúncia, compreensão, paciência, carinho e confiança. Esta tese é um presente para você!

RESUMO

A Trajetória Profissional De Antônio Pacífico Pereira: Um Estudo De Caso Sobre A Concepção De Medicina E Ensino Na Bahia (1862-1922)

A vida profissional de Antônio Pacífico Pereira foi marcada pela atuação em áreas como a docência médica, a pesquisa científica, a imprensa especializada e a direção de importantes conselhos sanitários na cidade de Salvador. Integrou, ainda, o grupo de médicos que ficou conhecido posteriormente como "Escola Tropicalista Baiana", sendo responsável pela direção – por mais de meio século – do periódico *Gazeta Médica da Bahia*. Através do estudo da trajetória de Pacífico Pereira, este trabalho analisou os espaços institucionais de formação, pesquisa e divulgação médico-científica na Bahia, tais como a Faculdade de Medicina da Bahia, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e a *Gazeta Médica da Bahia*. A análise centra-se nas doutrinas médicas, no ensino, e nas intersecções dos movimentos de institucionalização da medicina em países da América Latina, nos fins do século XIX e início do século XX. O estudo das redes de intelectuais que atuaram na Faculdade de Medicina da Bahia, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia e na *Gazeta Médica da B*ahia, bem como o exame das influências de elementos sociais, culturais e políticos que permearam a relação de ensino, aprendizagem e divulgação científica nestes espaços, trará à tona os fatores internos/externos envolvidos na dinâmica das atividades científicas desenvolvidas nesta região. Sob a perspectiva da história social da ciência, a pesquisa mostrou: os aspectos políticos e organizacionais dos espaços institucionais nos quais Pacífico Pereira atuou como aluno, integrante, médico, professor ou diretor; como estas instituições se comportaram diante dos avanços científicos; como se deram suas práticas científicas; o jogo de forças, disputas e interesses que se desenrolaram entre os agentes nelas inseridos; e a interação destes entre si, com o Estado e a sociedade, revelando a dinâmica do movimento médico-científico produzido na Bahia, no final do século XIX e início do século XX. Debruçando-se sobre o panorama geral da institucionalização da medicina na América Latina, o trabalho também apresentou as relações de intercâmbio científico estabelecidas entre a *Gazeta Médica da Bahia* e os periódicos médicos de países estrangeiros, com olhar especial para as interações estabelecidas entre a imprensa e cientistas latino-americanos sob mediação da *Gazeta Médica da Bahia*.

Palavras-chave: Antônio Pacífico Pereira. Redes de Intelectuais. Faculdade de Medicina da Bahia. Ensino. História da Medicina.

ABSTRACT

The Antonio Pacífico Pereira's Professional Career: A Case Study On The Conception Of Medicine And Teaching In Bahia (1862-1922)

The professional life of Antônio Pacífico Pereira was marked by his practice in areas such as medical teaching, scientific research, specialized press and the direction of important sanitary councils in the city of Salvador. Pereira was also part of the group of doctors who later became known as the "Escola Tropicalista Baiana", being responsible for the direction of the newspaper *Gazeta Médica da Bahia* for over half a century. Through the study of Pacifico Pereira's professional career, the present paper analyzed the institutional spaces of training, research and medical-scientific propagation such as the Faculdade de Medicina da Bahia, Hospital Santa Casa da Misericórdia and the *Gazeta Médica da Bahia*. The analysis focuses on the medical doctrines, on the education and the intersections of the institutionalization movements of medicine in Latin American countries in the late nineteenth and early twentieth centuries. The study of the networks of intellectuals who worked at the Faculdade de Medicina da Bahia, Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia and at the *Gazeta Médica da Bahia*, as well as the examination of influences of social, cultural and political elements that permeated the relation between the teaching, learning and the scientific dissemination in these spaces will bring to light the internal/external factors involved in the dynamics of the scientific activities developed in this region. Under the perspective of the social history of science the research has shown: the political and organizational aspects of institutional spaces in which Pacífico Pereira acted as student, member, physician, teacher or director; how these institutions behaved in face of the scientific advances; how these scientific practices happened; the power relations, disputes and interests that unfolded between the agents inserted in them; and their interaction with one another, with the State and the society, revealing the dynamics of the medical scientific movement produced in Bahia in the late nineteenth and early twentieth centuries. Looking at the wider context of the medicine institutionalization in Latin America, this paper also presented the scientific interchange relations established between the *Gazeta Médica da Bahia* and medical journals of foreign countries, devoting special attention to the interactions established between press and Latin American scientists under the mediation of the *Gazeta Médica da Bahia*.

Keywords: Antônio Pacífico Pereira. Networks of Intellectuals. Faculdade de Medicina da Bahia. Teaching. History of Medicine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Antônio Pacífico Pereira 34

Figura 2 - Média do total de alunos matriculados e concluintes pela FAMEB (antes, durante e depois da Guerra do Paraguai) 46

Figura 3 - Tese apresentada por Antônio Pacífico Pereira durante concurso para o cargo de opositor da Seção Cirúrgica, realizado em 1871 122

Figura 4 - Anúncio extraído do jornal *Correio da Bahia*, publicado em 17 de janeiro de 1873, onde Pacífico Pereira explicita o período de estudos no exterior como predicado para atrair clientes para a sua clínica privada..... 124

Figura 5 - Tese "*Ferida por armas de fogo*" apresentada por Antônio Pacífico Pereira para o cargo de lente de patologia externa, em concurso realizado em 1874 131

Figura 6 - Retrato em tamanho real de Pacífico Pereira, colocado no Salão nobre da FAMEB 194

Figura 7 - Aviso informando sobre espaço destinado à propaganda..... 202

Figura 8 - Anúncios publicados na folha exterior da *GMB*..... 203

Figura 9 - Quantitativo de periódicos médicos europeus em permuta com a *GMB*..... 236

Figura 10 - Quantitativo de periódicos médicos americanos em permuta com a *GMB*..... 236

Figura 11 - Países de origem dos periódicos estrangeiros transcritos pela *GMB* (1866-1876) 241

Figura 12 - Países de origem dos periódicos estrangeiros transcritos pela *GMB* (1896-1900) 242

Figura 13 - Número de periódicos da América Latina em permuta com a *GMB*..... 248

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Professores e estudantes da FAMEB participantes na campanha do Paraguai 40

Tabela 2 - Quantitativo de alunos matriculados e formados pela FAMEB antes da Guerra do Paraguai (1858-1863) 43

Tabela 3 - Quantitativo de alunos matriculados e formados pela FAMEB durante a Guerra do Paraguai (1864-1869) 43

Tabela 4 - Quantitativo de alunos matriculados e formados pela FAMEB no pós-guerra (1870- 1875) 44

Tabela 5 - Quadro de horários para o ano letivo de 1867..... 73

Tabela 6 - Forma de preenchimento das vagas de alunos internos 78

Tabela 7 - Relação de professores opositores da FAMEB entre 1856 e 1875 109

Tabela 8 - Orçamento destinado às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro (FAMRJ) e da Bahia (FAMEB) entre 1893 e 1900..... 178

Tabela 9 - Enfermarias do hospital provisório instalado nas dependências da FAMEB..... 184

Tabela 10 - Estatística dos atendimentos nos hospitais provisórios..... 186

Tabela 11 - Quantitativo de publicações da *GMB* (1870-1930)..... 199

Tabela 12 - Professores da FAMEB que atuaram no corpo editorial da *GMB* entre 1866 e 1921..... 212

Tabela 13 - Relação de periódicos médicos nacionais que permutaram suas edições com a *GMB* 225

Tabela 14 - Jornais médicos internacionais que trocaram edições com a *GMB* (1866-1920) 232

Tabela 15 - Relação dos periódicos médicos estrangeiros que tiveram artigos transcritos pela *GMB* entre os anos de 1866 e 1876..... 238

Tabela 16 - Relação dos periódicos médicos estrangeiros que tiveram artigos transcritos pela *GMB* entre os anos de 1896 e 1900..... 242

Tabela 17 - Relação dos periódicos médicos estrangeiros que tiveram artigos transcritos pela *GMB* entre os anos de 1916 e 1920..... 244

Tabela 18 - Material enviado à redação da *GMB* e não publicado..... 249

Tabela 19 - Trabalhos submetidos por Emilio R. Coni à redação da *Gazeta Médica da Bahia*..... 254

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAMEB	Faculdade de Medicina da Bahia
GMB	Gazeta Médica da Bahia
HSCM	Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 A trajetória estudantil e o início da vida profissional de Antônio Pacífico Pereira 30

1.1 A Faculdade de Medicina da Bahia e a formação dos médicos em Salvador 31

1.2 O perfil do ensino 52

1.3 Práticas educativas no espaço de cura: relações pedagógicas entre a Faculdade de Medicina da Bahia e o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia 65

1.4 Os médicos externos à FAMEB e a formação de Pacifico Pereira: os caminhos para legitimação profissional 87

2 Faculdade de Medicina da Bahia: política, concorrência e reforma do ensino 104

2.1 Transformar para conservar: os professores e as lutar concorrenciais no campo acadêmico da FAMEB 105

2.2 A FAMEB e os concursos para o magistério 121

2.3 Reformar é preciso 151

2.4 A liderança de Pacífico Pereira e os rumos das reformas do ensino 170

3 Da Bahia para o mundo: a *Gazeta Médica da Bahia* como espaço de instrução, ensino e divulgação científica 196

3.1 Por uma "*associação de facultativos*" 197

3.2 Para ilustrar a classe médica: o potencial pedagógico da imprensa especializada 205

3.3 A interação da *GMB* com suas congêneres nacionais 224

3.4 – A permuta científica com o exterior 231

3.5 – A permuta científica com a América Latina 246

CONCLUSÃO 257

REFERÊNCIAS 267

INTRODUÇÃO

> O primeiro Congresso Nacional dos Práticos, organizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro para comemorar o centenário da Independência Brasil em sessão plenária de 8 de outubro de 1922, como homenagem a uma grande vida que se notabilizou exercendo e ensinando a medicina, proclamou – Preceptor Brasilie – o eminente mestre Pacífico Pereira (SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA..., 1922, p. 10).

O trecho acima, conforme registrou a imprensa carioca, estava contido em um "*rico pergaminho*" entregue a Antônio Pacífico Pereira, professor aposentado da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), em uma sessão solene realizada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1922. A homenagem foi sugerida pelo médico Luiz Felício Torres[1] durante o Congresso Nacional dos Práticos[2] que reuniu, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 30 de setembro e 7 de outubro daquele mesmo ano, a elite médica brasileira da década de 20, além de personalidades dos poderes executivo, legislativo, de sociedades científicas, associações profissionais e representantes das faculdades de medicina.

O reconhecimento direcionado a Pacífico Pereira derivou de sua trajetória profissional desenvolvida na docência e nos campos da clínica, da histologia, da higiene, da anatomia e patologia ao longo dos anos, a qual acabou por lhe render elevado prestígio no meio acadêmico e científico nacional.

Pacífico Pereira nasceu em Salvador, em 5 de junho de 1846, diplomou-se em medicina no ano 1867, pela FAMEB. A relação com essa instituição foi retomada sete anos mais tarde, em 1871, quando assumiu o posto de opositor por concurso da seção cirúrgica, permanecendo vinculado à FAMEB por mais de quarenta anos.

Durante o período em que foi docente da FAMEB, Pacífico Pereira ocupou diversas cadeiras: lente substituto da seção cirúrgica, em 1876; lente catedrático de anatomia geral e patológica, em 1882; interino da 2º cadeira de clinica cirúrgica, também

[1] Natural do Rio de Janeiro, em 1913 Felício Torres concluiu o curso de medicina na cidade de Louvain, na Bélgica. Faleceu no ano de 1928 (PEREIRA NETO, 2006).

[2] O Congresso Nacional dos Práticos visava, em linhas gerais, a encetar o debate sobre a reestruturação do campo de trabalho do médico no Brasil, em face ao gradativo incremento da influência estatal nas questões de saúde pública. Essas influências decorreram de um redirecionamento do papel governamental, que passou a contrastar com os princípios liberais outrora adotados (PEREIRA NETO, 2000).

no ano de 1882; lente de histologia teórica e prática, em 1883. Exerceu também função administrativa em cargo de direção no ano de 1883, como interino, e entre os anos de 1895 e 1897, como diretor efetivo da Faculdade. Nessas ocasiões, buscou implementar um conjunto de medidas para proporcionar o melhoramento físico das instalações da FAMEB, em semelhança ao que acontecera com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sob a liderança de Vicente Candido Figueira de Sabóia.

Como ocorria desde os anos de 1850, a Europa se tornara rota quase obrigatória para os médicos brasileiros recém-formados que buscavam complementação de estudos (EDLER, 2014). Pacífico Pereira não fugiu à regra. Em seu circuito pelo continente europeu percorreu os principais hospitais de Reino Unido, França, Áustria e Alemanha, estudando-os, observando suas arquiteturas, organização e execução das atividades cirúrgicas, etc. Após esse período, o médico passou a defender profunda remodelação nos estatutos das faculdades de medicina do país, tendo a medicina experimental como pano de fundo. Pacífico lançou mão das páginas do periódico *Gazeta Médica da Bahia* (GMB) para reivindicar nova organização para o ensino médico à luz dos modelos já praticados em faculdades europeias.

O clamor crescente por mudanças curriculares foi encampado por diversos periódicos em fins do século XIX[3] e se amparou no aperfeiçoamento das disciplinas físico-químicas e das práticas experimentalistas que, na visão de médicos como Pacífico Pereira, ofereciam um caminho promissor pelo qual a medicina baiana e nacional poderia trilhar, em seu sonho de "elevação" do país à condição de nação civilizada.

Pacífico Pereira foi personagem influente dentro do cenário médico e político da Bahia. Em termos de poder e prestígio, além de diretor da FAMEB e da GMB, participou do Conselho de Ensino Provincial, dirigiu o Conselho de Saúde Pública da Bahia e foi Inspetor Geral de Higiene Pública.

[3] Setores médicos que se organizaram em torno de periódicos como a *Revista Médica* (1873-1879), o *Progresso Médico* (1876-1880), a *União Médica* (1881-1889) e a *Gazeta Médica da Bahia*, cujos redatores e colaboradores, em sua maioria, aprimoraram seus conhecimentos em viagens de estudos na Europa, e tornaram-se críticos ferrenhos do modelo de ensino e do exercício da medicina no país. Esses reformistas passaram a defender novas políticas pedagógicas para a instrução médica, construídas à luz da estrutura de ensino das universidades alemãs e holandesas, por exemplo (EDLER, 2014).

Como última atividade profissional, Pacífico Pereira atuou na relatoria do Congresso Nacional dos Práticos, evento no qual também receberia sua derradeira homenagem. O médico faleceu em Salvador, no dia 19 de dezembro de 1922.

Objetivos

Esta pesquisa, tendo como base a trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira, se propõe a analisar o posicionamento dos espaços institucionais de formação, pesquisa e divulgação médico-científica na Bahia, como a Faculdade de Medicina, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia e a *Gazeta Médica da Bahia*, em relação às doutrinas médicas e ao ensino, bem como a refletir sobre aspectos comuns presentes no processo de institucionalização da medicina em países da América Latina, em fins do século XIX e início do XX.

Como desdobramento do objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

1. Reconstruir a trajetória estudantil de Pacífico Pereira, analisando, neste contexto, os mecanismos de interação entre ensino de medicina e prática de cura, através da relação entre a FAMEB e o Hospital da Santa Casa da Misericórdia (HSCM);
2. Analisar a relação pedagógica existente entre a FAMEB e o HSCM, através da interação entre alunos e médicos, ainda que externos aos quadros oficiais das FAMEB;
3. Investigar a carreira docente de Pacífico Pereira na Faculdade de Medicina da Bahia e a posição ocupada ao longo de sua atividade profissional pela instituição;
4. Verificar como a concepção de ciência expressada por Pacífico Pereira delineou sua atuação no campo do magistério, da imprensa e nas campanhas reformistas para o ensino da medicina;
5. Identificar com quem Pacífico Pereira dialogava e quais foram as concepções envolvidas em sua formação intelectual que balizaram sua compreensão de medicina;

6. Posicionar a inserção de Pacífico Pereira na Gazeta Médica da Bahia (GMB) e discutir sobre a atuação do periódico na permuta científica com outros países e na popularização da ciência latino-americana em terras brasileiras.

Justificativa

A interiorização da metrópole portuguesa em terras brasileiras, em 1808, desencadeou um movimento de reformas estruturais que levaram à inauguração de diversas entidades estatais com vistas à formação de um novo império lusitano nos trópicos (DIAS, 2005). Nesse contexto, por ordem do príncipe regente de Portugal, D. João VI, foi oficializado o ensino da medicina no país, com a criação das escolas cirúrgicas de Salvador e do Rio de Janeiro, na primeira década do século XIX.

Em 1815, a Escola de Cirurgia da Bahia foi remodelada, passando a se chamar Academia Médico-Cirúrgica. Em 1832, sofreu outra transformação que a elevou ao *status* de Faculdade de Medicina, hoje integrada à Universidade Federal da Bahia (BARRETO, 2007; ROCHA *et al.*, 2004).

A FAMEB esteve envolvida com diversas questões de ordem político-social em sua província, portando-se como centro da vida científica e intelectual da Bahia durante o século XIX. Operou como órgão consultivo do governo para resolução de problemas relacionados com assuntos médicos ou de saúde pública; atuou em questões políticas mediante representação de seus professores em cargos do poder legislativo; e contribuiu para a literatura e o jornalismo da Bahia através da colaboração de seus docentes e estudantes na edição de periódicos literários locais (RIBEIRO, 2014).

Desde sua fundação, a FAMEB esteve associada ao hospital, tendo este como espaço privilegiado para realização de suas aulas práticas. Inicialmente, entre os anos de 1808 e 1815, o conteúdo prático do programa de ensino médico era ministrado duas vezes por semana em uma das enfermarias do Hospital Real Militar. Com a primeira reforma do ensino médico, levada a cabo pela Carta Régia de dezembro de 1815, iniciou-se duradoura relação entre o ensino e o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia

(HSCM); este último passou a figurar como novo local dos conteúdos práticos do curso médico da FAMEB, até então Colégio de Cirurgia da Bahia.

A partir da segunda metade do século XIX, uma nova representação para o saber médico, expressada pela noção de medicina experimental, começou a ganhar contornos mais definidos. Esse paradigma buscou amparo de forma sistemática nos conhecimentos oriundos da física, da química, da fisiologia e da biologia para alterar os métodos de pesquisa e fomentar novos programas no currículo do curso de medicina. Diante desse contexto, um grupo de médicos se destacou na província da Bahia por produzir trabalhos originais no campo da parasitologia e das doenças inerentes ao clima tropical. O grupo ficou conhecido, *a posteriori*, como "Escola Tropicalista Baiana" e ajudou a região a se destacar como um dos polos de produção científica brasileira durante o século XIX.

O termo "Escola Tropicalista Baiana" foi cunhado por Antônio Caldas Coni, em 1952, para designar a tradição médica concebida por uma rede informal de profissionais da medicina, os quais desenvolveram trabalho inédito no campo da parasitologia e das doenças inerentes ao clima tropical. Flávio Coelho Edler (2002), sem negar os méritos, particularidades e inovações teóricas desenvolvidas por esses médicos, considerou abusiva a designação de "escola", visto que o caráter vanguardista atribuído a esse grupo por historiadores como Coni (1952) e Peard (1999), por exemplo, poderia ser aplicado, igualmente, a outros movimentos médicos contemporâneos[4].

Nesta pesquisa, abraçamos a visão de Flávio Coelho Edler, por entender que os movimentos médicos apoiados em associações, sociedades e periódicos especializados que ocorreram na Bahia e no Rio de Janeiro (ou em outras regiões), durante o século XIX, apresentavam escopo análogo: produzir pesquisas sobre doenças regionais e encaminhar a nação, pelas veredas da ciência, aos rumos do progresso. Dito isso, de agora em diante, quando nos referirmos à "Escola Tropicalista Baiana" não será com o sentido de prestar a estes médicos uma conotação de exclusivismo, ou de destacar uma comunidade científica em meio à medicina oitocentista brasileira, mas com o intuído de apenas

[4] Para fundamentar seu argumento, Edler (2002) cita o exemplo da Academia Imperial de Medicina, com sede no Rio de Janeiro, que apresentava, como finalidade, a promoção da ilustração médica, do progresso e da difusão da ciência médica, salvaguardando o controle e produção do saber e das atividades científicas locais. O ambiente médico na corte, segundo Edler, assim como se deu na Bahia, estava permeado pelo mesmo ideal de inovação científica e por igual pensamento de criar uma base de conhecimentos originais sobre as doenças da região.

designar uma pequena elite de médicos que produziu pesquisas importantes no contexto local, nacional e global.

O ambiente médico permeado por "novas ideias" não constituiu característica isolada do contexto baiano, ou do Rio de Janeiro, ou de São Paulo, mas foi a tônica que se apresentou também em outros países latino-americanos, como Peru, Argentina e México, por exemplo. Destarte, as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX foram de proliferação de sociedades e periódicos que contribuíram para consolidar a criação de um espaço público para a ciência em diversos países da América Latina (CABRERA, 1998).

De acordo com alguns autores, o grupo de médicos participantes da "Escola Tropicalista" se caracterizou pelo distanciamento, ou mesmo isolamento, da FAMEB e do aparelho estatal[5]. Contudo, verificaremos nesta pesquisa que, desde a sua fundação, diversos de seus participantes integraram os quadros oficiais de professores da FAMEB e ainda atuaram na esfera de poder governamental, com mandatos eletivos ou como dirigentes de entidades vinculadas a questões de saúde pública. A relação de vínculo e proximidade entre a FAMEB e a "Escola Tropicalista Baiana" pode ser evidenciada pela trajetória profissional do professor Antônio Pacífico Pereira, personagem que participou do processo de institucionalização da medicina no país e, desde sua fase estudantil, desempenhou papel de destaque no movimento tropicalista, atuando como porta-voz de uma agenda de reformas para o ensino médico no Brasil.

Ao pensarmos a dinâmica do ensino ministrado pela FAMEB diante de um cenário demarcado pelo surgimento de doutrinas médicas originárias da Europa e da América Latina, e tendo como pano de fundo a trajetória científica de Pacífico Pereira, algumas indagações foram levantadas: qual foi o posicionamento de docentes e alunos da FAMEB perante os pressupostos da medicina moderna? Como se deu a associação entre a Faculdade de Medicina e o HSCM no tocante à instrução médica de seus alunos? Como e onde foram construídas as concepções de medicina de Pacífico Pereira? Seu vínculo com o grupo de médicos da "Escola Tropicalista" influenciou suas ações como professor e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia? Qual era a relação entre FAMEB e GMB? Como se deu a conexão dos médicos que se organizaram em torno da GMB com outras

[5] Estas visões são compartilhadas por Pedro de Mota Barros (1998) e Madel Luz (1982), por exemplo.

províncias e países, em especial, os latino-americanos? Qual foi a contribuição da GMB no intercâmbio científico e na popularização da ciência produzida na América Latina? Estes e outros questionamentos nos acompanharam durante nossa investigação, orientada no sentido de analisar as múltiplas facetas da educação médica e a posição da FAMEB a partir da trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira.

Metodologia

O levantamento documental necessário ao desenvolvimento da pesquisa se concentrou em arquivos, periódicos e instituições que nos ajudaram a compor a conjuntura pedagógica da FAMEB e o contexto da prática médica e da saúde pública no Brasil, durante o período estudado.

As memórias históricas e as teses doutorais foram documentos valiosos que nos ajudaram a entender a dinâmica e o cotidiano do funcionamento da FAMEB.

A instituição das memórias históricas ocorreu pelo decreto imperial de nº 1387 de 28 de abril de 1854, que determinou a produção de crônicas anuais das atividades das faculdades de medicina. Os fatos históricos dessas instituições deveriam ser narrados por um de seus professores designados pela Congregação de lentes ao final de cada ano letivo. Uma vez concluída, a memória histórica deveria ser apresentada, na primeira sessão do ano seguinte, para avaliação da Congregação de lentes que, em deliberação, poderia aprová-la, solicitar retificações, ou reprová-la. Em seu conteúdo, grosso modo, as memórias históricas discorriam acerca do grau de desenvolvimento da instituição com a exposição das doutrinas aplicadas tanto em seus cursos públicos quanto nos particulares (RIBEIRO, 2014).

As teses doutorais eram produções textuais exigidas dos alunos sextanistas para obtenção do título de médico. Foram introduzidas na rotina das FAMEB com a reforma curricular de 1832 – a mesma que transformou o Colégio Médico Cirúrgico em Faculdade de Medicina – e apresentavam-se como instrumento acadêmico avaliativo e de incentivo à produção científica (RIBEIRO, 2014). A análise desses documentos foi importante para conhecermos as referências científicas utilizadas pelos concluintes dos cursos médicos,

para entendermos um pouco do espaço da prática profissional, para investigarmos as relações mestre/discípulo estabelecidas entre estudantes e médicos da FAMEB ou de fora desta, e para observarmos traços da mentalidade e dos costumes da época, ou ainda, as condições de vida de certos extratos da população.

A partir do estudo das memórias históricas e das teses doutorais, procuramos remontar o ambiente organizacional da faculdade para entendermos sua composição curricular; a dinâmica da prática docente; as influências de novas doutrinas sobre sua didática e sobre a formação de médicos; e as interações da FAMEB com as forças políticas e autoridades sanitárias.

Pesquisamos, na Biblioteca Nacional (e sua Hemeroteca Digital); na Academia Nacional de Medicina; no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e na Biblioteca de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, escritos ligados à vida profissional de Pacífico Pereira. Nos documentos governamentais focamos nossa busca nas legislações e nos decretos educacionais que versavam sobre as políticas estruturais e de saúde pública na Bahia. Discursos, cartas ou manifestos de médicos, políticos ou intelectuais serviram de subsídios para compreendermos as forças e tensões envolvidas nos processos de remodelação curricular e nas políticas de assistência à saúde.

Os periódicos médicos funcionaram como importante canal de registro público das atividades de médicos e estudantes. A GMB desempenhou com notoriedade essa atribuição, sendo considerada fonte peculiar de pesquisas para o campo da historiografia médica e social do Brasil (BASTIANELLI, 2002).

O periódico baiano se ocupou em trazer aos seus leitores notícias sobre o mundo acadêmico, posicionando-se sobre variados temas, dentre estes os que discorriam acerca da situação do ensino médico oficial no Brasil e no mundo. Abordou outros importantes assuntos como: as reformas curriculares e seus impactos nas escolas de formação médica; as pesquisas sobre o emprego e prescrições de novos medicamentos. Promoveu diversas compilações de livros e tradução de artigos científicos relevantes sobre o contexto médico no mundo, além de retratar as mazelas, os problemas e a realidade da saúde pública local, bem como o comportamento social da população, em artigos que refletiam o contexto social da época (MALAQUIAS, 2012, p. 13).

Segundo Sirinelli (2003), na qualidade de estrutura elementar de sociabilidade, as revistas se configuram como um nicho fecundo para o exame do "*movimento das ideias*". Para o autor, a revista "*é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão*" (SIRINELLI, 2003, p. 249). A *Gazeta Médica da Bahia* foi espaço preponderante de praticamente toda produção bibliográfica e de relatos sobre a carreira profissional de Pacífico Pereira. Destarte, a GMB constituiu base fundamental para a construção da trajetória desse personagem da elite médica baiana. Além de abrigar a maiorias dos escritos de Pacífico Pereira, encontramos, nas páginas da GMB, um conjunto de contribuições de professores da FAMEB e de muitos outros médicos da comunidade cientifica nacional e estrangeira. A análise das pesquisas e demais matérias relevantes publicadas no periódico nos concedeu a dimensão da ebulição intelectual e das relações de afinidade e de estranhamento que envolveram o saber médico nesse espaço de sociabilidade.

Os decretos e projetos que traziam alterações nos currículos das faculdades médicas foram igualmente noticiados e criticados pela *Gazeta*. O estudo dessas reflexões, que na maioria das vezes eram assinadas por Pacífico Pereira, nos proporcionou melhor compreensão sobre a repercussão das mudanças entre a comunidade médica e seus efeitos práticos no ensino da medicina.

A imprensa oficial e leiga foi bastante ativa na Bahia. Por vezes, muitos jornais manifestavam explicita ou implicitamente sua ideologia política e/ou sua preferência partidária, comportando-se como porta-vozes de grupos ou oligarquias dominantes (SOUZA, 2007, p. 92). Correlacionamos as informações dessas e também de outras fontes primárias (discursos políticos; boletins sanitários; relatórios médicos; livros de professores; e outros periódicos especializados e leigos) à literatura contemporânea que versa sobre a temática do estudo, a fim de clarificar o posicionamento dos espaços institucionais de formação, pesquisa e divulgação médico-científica na Bahia em relação ao ensino e às doutrinas que balizaram a medicina moderna na virada do século XIX, bem como suas conexões e similaridades com movimentos congêneres nos países latino-americanos.

Revisão de literatura

A literatura que discorre sobre a história da medicina, da saúde e das doenças no Brasil e na América Latina auxiliou nossa análise e a busca pela compreensão do objeto de estudo.

Flávio Coelho Edler (1992) debruçou-se sobre as reformas do ensino médico e os caminhos percorridos pela medicina acadêmica oriunda da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre os anos de 1842 e 1889, até sua profissionalização. Sua pesquisa procurou confrontar as "dicotomias tradicionais" que sustentam a existência de uma medicina não científica (especulativa) durante o período imperial, e de uma medicina científica, a partir somente do período republicano. O segundo capítulo, em particular, torna-se salutar ao nosso trabalho, porque foca sua análise no período em que a medicina experimental começou a ganhar espaço entre os médicos brasileiros, provocando o surgimento de laços corporativos mais consistentes, a partir da década de 1870. Edler demonstrou que os médicos convertidos ao novo modelo de medicina se reuniram em torno de periódicos, utilizando-os como instrumento de persuasão política para atrair partidários e também para divulgação das pesquisas de ponta realizadas em todas as partes da Europa. Apesar de a pesquisa de Edler ser construída pela análise das elites médicas da Corte, cotejaremos suas asserções à classe de médicos de Salvador, em especial ao grupo da chamada "Escola Tropicalista Baiana", uma vez que fizeram parte de um empreendimento global fomentado pela medicina experimental.

Julyan G. Peard (1990) realizou um estudo consistente sobre os médicos que se organizaram em torno da Escola Tropicalista Baiana, salientando o ineditismo de suas pesquisas sobre as doenças típicas do clima tropical, bem como a utilização pioneira de técnicas laboratoriais e instrumentos como o microscópio. A autora analisou os caminhos e os desafios percorridos pelos tropicalistas até sua aceitação pela comunidade médica da Bahia, e os processos envolvidos na aclimatação das ideias médicas europeias ao contexto médico dos trópicos. O trabalho de Peard demonstrou os esforços despendidos por esses médicos para buscar explicações sobre a etiologia das moléstias nativas do clima tropical

e a rejeição às definições deterministas europeias sobre medicina tropical[6], bem como às teorias raciais defendidas pelos Estados Unidos.

O livro *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*, organizado por Gilberto Hochman e Diego Armus (2004), propõe-se, em linhas gerais, a apresentar em perspectiva histórica as noções de doença, saúde e suas relações com a sociedade. Para tanto, os organizadores reuniram uma coletânea de trabalhos que tratam da história e historiografia da saúde e da doença tanto no contexto brasileiro quanto em outros países da América Latina, elegendo o período moderno como recorte cronológico. Trabalhando com diversos estilos narrativos, o livro contribui para promover reflexão sobre algumas vertentes das relações e interações entre saúde, doença e sociedade, e assim proporcionar uma remodelação quanto ao pensamento histórico sobre a América Latina e uma ressignificação quanto ao "caráter periférico e de periferia" a esta atribuído. Essa obra contribui para o delineamento e apreciação de possíveis pontos de convergência entre a dinâmica da institucionalização da medicina e da ciência entre países latino-americanos.

O livro organizado por Marcos Cueto (1996), *Salud, Cultura y Sociedad en America Latina: nuevas perspectivas historicas*, apresenta uma visão geral do desenvolvimento da saúde em países da América espanhola e portuguesa, demonstrando que nestas regiões houve os mesmos esforços e preocupações no tocante à saúde pública transcorridos em outras regiões do globo. Destacamos, como importante ao nosso estudo, a parte que discorre sobre o desenvolvimento da medicina tropical no Brasil e sobre a transição da medicina para o modelo microbiológico apresentado nos artigos de Julian Peard e Jaime Benchimol, respectivamente. Esse contexto marcou o surgimento da Escola Tropicalista Baiana, grupo que se utilizou do laboratório e das diretrizes da medicina experimental como fundamentos para as pesquisas sobre doenças tropicais.

[6] Estas definições foram bastante disseminadas no século XVII e classificavam os trópicos como região inadequada para o cidadão europeu, em razão de seu clima quente e das constantes epidemias que afetavam os imigrantes.

Recorte temporal

O recorte temporal para nossa pesquisa compreendeu-se entre os anos de 1862 e 1922. O primeiro extremo se referiu ao início dos estudos de Pacífico Pereira pela FAMEB, momento em que se aproximou dos integrantes da "Escola Tropicalista Baiana". O segundo se reporta ao ano de seu falecimento, ponto final em suas atividades como intelectual. O recorte temporal abarca também a fase em que Pacífico Pereira esteve na direção da *Gazeta Médica da Bahia*, periódico divulgador das pesquisas originais realizadas pelos médicos tropicalistas e propagador das ideias reformistas para os currículos de medicina. Esse período foi caracterizado pelo surgimento de novos temas concernentes à medicina experimental, os quais começaram a penetrar no ambiente intelectual e na classe médica no Brasil, provocando tensões e conflitos entre partidários e opositores destes novos paradigmas. Pacífico Pereira, como professor da FAMEB e partícipe do movimento tropicalista, mostrou-se permeável a tais proposições de mudança, defendendo-as e preconizando-as para os processos voltados à educação médica.

Conceitos

O conceito de trajetória intelectual utilizado em nosso estudo se baseia nas asserções de Gomes e Hansen (2016, p. 24-25) que o entendem como sendo o percurso profissional trilhado por um intelectual em articulação com as redes e lugares nos quais está inserido. De acordo com as autoras, os elementos político-culturais devem ser considerados em uma análise de trajetória, pois coadjuvam os vínculos estabelecidos por um intelectual durante sua carreira, o que, desta forma, acaba por auxiliar na compreensão de suas intenções.

Para o estudo da trajetória intelectual de Antônio Pacífico Pereira, utilizaremos o conceito de *intelectual* proposto por Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli.

Bourdieu (1983) apresenta os intelectuais como sendo seres socialmente determinados em função da classe, ocupação, ideologia e da posição ocupada no campo

intelectual. Pacífico Pereira pertencia à elite intelectual baiana, exercendo profissão de renome na época (a medicina). Além de médico, produziu ciência, foi professor e diretor da Escola de Medicina, bem como editor de um dos principais periódicos médicos do país. Tais posições lhe permitiram atuar como formador de opinião. Suas atividades de produção de conhecimento e divulgação de ideias repercutiram em seu nicho de atuação e refletiram em questões políticas e sociais vinculadas ao ensino e ao contexto de saúde pública baiana[7].

Segundo Jean-François Sirinelli (2003), a caracterização de um intelectual pode ser expressa pelos serviços dispensados à causa que este defende. Nesse exercício, o intelectual lança mão de sua especialização para legitimar suas ações ou intervenções no cotidiano da cidade. A partir dessa chave de leitura, observamos que Pacífico Pereira teve sua carreira demarcada pelas atividades despedidas no campo da docência, da clínica particular, da imprensa e, ainda que indiretamente, da política – transitando entre esferas de poder e interagindo com diversos atores e suas redes. O médico defendeu questões acadêmicas e de saúde pública em meio à esfera política da Bahia. Atuou ainda em frentes responsáveis pela manutenção da salubridade comunitária, exercendo o cargo de Inspetor Geral da Higiene, em 1901, ocasião em que regulamentou o serviço sanitário no estado.

O conceito de *redes de sociabilidade*, proposto por Sirinelli (2003), nos fornecerá melhor compreensão sobre o pensamento deste e de outros intelectuais importantes no contexto da docência médica da Bahia. Para Sirinelli (2003, p. 252), as redes de sociabilidade constituíam uma ferramenta explicativa para compreender os arranjos e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição, ou seja, "*microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos*". Tal perspectiva nos ajudou a entender as relações entre Pacífico Pereira e seus mestres e outros colegas, no campo da docência, da imprensa médica e no meio político-social. Permitiu-nos, também, verificar os círculos culturais frequentados pelo médico na sociedade baiana, assim como analisar de que maneira os componentes da rede de sociabilidade na qual

[7] Segundo Castro Santos (2004), o grupo de médicos, liderados por Pacífico Pereira, que lutava por reformas no âmbito do ensino e da saúde pública teve que enfrentar, além das visões tradicionais dos médicos de Salvador, a fragmentada oligarquia baiana que, sem organização partidária, não detinha capital político suficiente para bancar aprovações de leis vinculadas a novas políticas de saúde.

estava inserido moldaram seu pensamento (ou foram influenciado por este) com relação às questões de reformas curriculares para o ensino da medicina.

Pierre Bourdieu (1983) define o campo como um espaço social onde as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais se desenrolam. Nesse espaço, dinâmico e constituído de leis próprias, ocorre a manifestação das relações de poder entre os agentes que estão em luta concorrencial em torno de interesses específicos. A abordagem desse conceito em nossa pesquisa nos permitiu explorar o conjunto de estratégias adotadas pelas classes de professores opositores e de lentes catedráticos[8] para concentrar certos capitais e poderes dentro do campo, bem como suas ações e tentativas de conservação e subversão de posições dentro da estrutura acadêmica da FAMEB.

Contribuição historiográfica

Existem determinados trabalhos clássicos na historiografia que consideram o período oitocentista como pré-científico[9] para a medicina brasileira, e outros ainda que, neste contexto, rotulam a Faculdade de Medicina da Bahia com a alcunha de atrasada, sem doutrina, e portadora, no sentido pejorativo, de uma pedagogia puramente livresca. Nosso trabalho não está alinhado a estes últimos, os quais estabelecem uma centralidade e ordenam como periférico tudo que transborda desta delimitação. A produção da FAMEB e as transformações médicas serão estudadas a partir da compreensão do movimento em cadeia, e seu raio de abrangência alcançará outras capitais brasileiras e alguns países da América Latina.

As iniciativas de institucionalização da ciência na América Latina, durante muito tempo, foram retratadas pela historiografia através de descrições isoladas, de grandes cronologias e narrativas comemorativas, sem levar em consideração as especificidades dos processos de formação da prática científica. Os trabalhos que investigaram a história

[8] A classe de professores nas faculdades de medicina do Império era dividida em lentes catedráticos e opositores. Os lentes eram os titulares das diversas cadeiras da faculdade, enquanto os opositores operavam, basicamente, como seus substitutos.

[9] Os seguintes autores consideram que a medicina brasileira do século XIX era pré-científica: Antônio Caldas Coni (1952); Lycurgo Santos Filho (1991); Mary del Priore (1993); Madel Luz (1982); Pedro Mota de Barros (1997/1998); Marcos Augusto P. Ribeiro (2014).

do desenvolvimento científico em países latino-americanos vêm recentemente abandonando essa abordagem tradicional, a qual enfatiza uma visão triunfante da ciência e de cientistas e descreve o "avanço" das instituições de forma linear. Esses trabalhos passaram a priorizar uma perspectiva baseada na história social da ciência, que compreende o fazer ciência como articulado às condições culturais, econômicas, políticas e sociais do meio no qual os cientistas vivem e atuam.

Destarte, buscaremos em nossa pesquisa contribuir para a construção de uma interlocução entre os campos da história social da ciência e da educação trazendo à cena historiográfica a trajetória profissional de António Pacífico Pereira e, por meio desta, problematizar a ciência compreendida e elaborada em espaços institucionais de formação, pesquisa e divulgação médico-científica na Bahia – tais como a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), o Hospital da Santa Casa da Misericórdia (HSCM) e a *Gazeta Médica da Bahia* (GMB) –, bem como as possíveis conexões políticas e intelectuais destes espaços de sociabilidade com outras regiões do Brasil e da América Latina.

O grande desafio para esta pesquisa será colocarmos em discussão, a partir da trajetória profissional de um intelectual, as transformações na medicina, a história de instituições científicas e de grupos sociais estudados em correlação com outros intelectuais e com outros centros de produção da ciência médica nacional e latino-americana. Dessa forma, nosso trabalho pretende contribuir para ampliar a compreensão sociocultural dos processos que permearam a institucionalização da medicina e suas transformações na Bahia.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do CEFET-RJ, dentro da proposta inserida na linha de pesquisa História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia no Ensino, busca investigar as relações entre epistemologia, ciência e tecnologia, considerando, dentre outros temas, a Natureza da Ciência e da Tecnologia. Nosso trabalho se alinha aos princípios desse programa, uma vez que se propõe a analisar, pela interface da história social da ciência e da educação, os espaços institucionais de formação, pesquisa e divulgação médico-científica na Bahia, através da trajetória de um intelectual. O estudo das redes de médicos que atuaram na Faculdade de Medicina da Bahia, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia e na *Gazeta Médica da Bahia*, bem como o exame das influências de elementos sociais, culturais e políticos que

permearam a relação de ensino, aprendizagem e divulgação científica nestes espaços, expõe os fatores internos/externos que influenciam a gênese do conhecimento científico e as facetas que constituem a natureza da ciência.

Organização dos capítulos

Nosso trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, traçamos um panorama da formação de médicos no Brasil, verificando suas peculiaridades, seus problemas e as concepções de medicina exibidas entre os personagens que transitavam nos locais de construção da ciência. Em seguida, direcionamos nossa atenção à fase estudantil de Antônio Pacífico Pereira, estágio que, conforme aponta Sirinelli (2003), constitui a base de redes de intelectuais adultos. De fato, foi nesse período que Pacífico Pereira se aproximou dos membros da chamada "Escola Tropicalista" e se inclinou à medicina experimental. Colocamos em tela a FAMEB e o HSCM – locais de formação teórica e prática – para analisar as relações pedagógicas desenvolvidas entre estas instituições, bem como a sua visão sobre os postulados da medicina moderna. Para realização dessa tarefa, utilizamos as memórias históricas da FAMEB, as edições da *Gazeta Médica da Bahia*, as teses doutorais de estudantes da FAMEB, bem como necrológios e outras notícias relevantes contidas em jornais da época.

No segundo capítulo, focamos nosso olhar na história de Pacífico Pereira em sua qualidade de professor de medicina e depois como diretor da FAMEB. Buscamos entender como a visão de ciência de Pacífico Pereira delineou sua trajetória acadêmica e orientou suas ações militantes (dentro das redes de sociabilidade em que transitava) direcionadas à modernização da faculdade, às reformas curriculares e à implementação de novas práticas pedagógicas para o ensino da medicina.

Dentro do arcabouço organizacional do campo acadêmico da FAMEB, problematizamos a relação entre as classes de professores opositores e catedráticos, analisando o jogo de forças, de lutas e concorrências presentes na instituição. Nos debruçamos, igualmente, sobre a dinâmica dos concursos públicos para reposição das

vagas de seus professores, investigando as possíveis influências externas e ações de favorecimento a candidatos no transcorrer destes processos.

Na parte derradeira do segundo capítulo, tratamos da participação da FAMEB na Guerra de Canudos. Buscamos compreender a dinâmica médico-científica envolvida na atuação de docentes e discentes nos hospitais provisórios criados em Salvador, assim como no campo de batalha.

A última parte de nossa pesquisa foi reservada para estudarmos a GMB, um espaço privilegiado para divulgação dos trabalhos científicos originais produzidos nos trópicos, no final do século XIX e início do século XX. Pacífico Pereira se dedicou à docência médica na FAMEB por mais de quarenta anos, tempo em que concomitantemente dirigiu a GMB. Por um lapso de tempo, foi diretor das duas instituições de forma simultânea. Nesse capítulo final, tratamos também das estratégias utilizadas pela GMB para defender a autoridade médica e demarcar sua área de atuação profissional. Ao darmos destaque a uma emblemática controvérsia entre o periódico baiano e o Ministério do Império, foi possível perceber a amplitude social da revista, as redes de influências acionadas por esta para resguardar as prerrogativas da FAMEB, e a figura do médico como árbitro em questões científicas.

O diálogo da GMB com a imprensa brasileira e estrangeira também foi digno de destaque em nosso estudo, visto que o intercâmbio científico com estes centros, no recorte cronológico proposto para esta pesquisa, foi volumoso. Nesse sentido, examinamos o processo de permuta estabelecido pela GMB com outros espaços de divulgação científica do Brasil e da América Latina, para verificar como ocorreu a construção dessas redes de interações entre pesquisadores nacionais e de fora do país.

CAPÍTULO 1 – A trajetória estudantil e o início da vida profissional de Antônio Pacífico Pereira

Antônio Pacífico Pereira foi um dos professores da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) com grande influência e prestígio diante da classe médica nacional. Sua relação oficial com a Faculdade baiana perdurou por quarenta e um anos, iniciando-se oficialmente quando assumiu o cargo de opositor da seção cirúrgica por concurso, em 1871. Porém, seu vínculo com a FAMEB remete-se a um período anterior, fase em que ainda ocupava os bancos escolares da instituição quando na realização de sua formação acadêmica em medicina.

Este capítulo tem por objetivo construir uma análise da fase estudantil de Antônio Pacífico Pereira e verificar as doutrinas médicas que nortearam sua formação profissional. Direcionaremos nosso olhar para a FAMEB e o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia (HSCM) – locais de ensino teórico e prático para os jovens médicos de Salvador –, traçando um panorama sobre as relações pedagógicas desenvolvidas entre estas instituições, bem como a sua visão sobre os postulados da medicina moderna.

Diversas fontes subsidiaram a reconstrução dessa trajetória, considerada ímpar por ter formatado o perfil de médico e homem da ciência que este personagem se tornaria. Para realização dessa tarefa, lançamos mão das memórias históricas da FAMEB; das edições da *Gazeta Médica da Bahia* (GMB); do Dicionário Bibliográfico Brasileiro; de teses doutorais de estudantes da FAMEB; bem como de necrológios e outras notícias relevantes contidas em jornais da época.

Pacífico Pereira se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1867. Seu período de estudos foi compreendido entre os anos de 1862 e 1867, ínterim em que estreitou seu relacionamento com Otto Edward Henry Wucherer (1820-1875)[10], John

[10] Otto Edward Henry Wücherer nasceu em Portugal, filho de pai alemão e mãe holandesa. Viveu um período de sua infância em Salvador, para onde retornara em 1843, já graduado em medicina pela Universidade de Tübingen, Alemanha (PEREIRA, 1873, p. 306-307).

Ligertwood Paterson (1820-1882)[11] e José Francisco da Silva Lima (1826-1910)[12]– personagens que, na Bahia, produziram uma série de estudos sobre a etiologia das doenças tropicais nativas da região e ajudaram a promover uma reformulação do modelo nosológico brasileiro. Foi ainda como estudante que Pacífico Pereira, ao lado dos personagens citados anteriormente, participou da fundação do periódico *Gazeta Médica da Bahia*.

A aproximação de Pacífico Pereira – ainda ocupando os bancos escolares – com as ideias preconizadas pelos "tropicalistas" delineou seu campo de atuação intelectual e o direcionou ao viés florescente do método experimental[13], cujos preceitos serviram de pano de fundo para sustentar, posteriormente, suas críticas ao modelo pedagógico adotado ao ensino oficial de medicina no Brasil e à própria conjuntura e prática médica vivida pela FAMEB.

1.1 A Faculdade de Medicina da Bahia e a formação dos médicos em Salvador

> A 3 de outubro, comemorou de modo solene e brilhante o seu 111º ano de fecunda e gloriosa existência, a nossa por muitos títulos benemérita Faculdade de Medicina.
>
> Querendo emprestar a essa solenidade o máximo brilho e singular realce, resolveu a sua douta Congregação colocar nesse dia, no salão nobre da Faculdade, o busto do ilustre decano dos professores e seu ex-diretor, Dr. Pacífico Pereira, pelo seu nome aureolado, sua vida toda devota a família, à pátria e à ciência, às quais ainda presta com rara energia cívica e superioridade intelectual, serviços de incontestável e extraordinário valor (NOTICIÁRIO, 1919, p. 150).

[11] John Ligertwood Paterson era escocês, formado em medicina pela Universidade de Aberdeen, no ano de 1841. Firmou residência na cidade de Salvador no ano seguinte. Estabeleceu, ao lado de Wücherer, o diagnóstico e o caráter contagioso das epidemias de febre amarela, em 1849, e de cólera morbo, que ocorreram no país em 1855 (JACOBINA *et al*, 2008).

[12] José Francisco da Silva Lima chegou ao Brasil em 1840 ainda na adolescência. De origem portuguesa, estudou medicina na FAMEB, onde conseguiu o grau de doutor no ano de 1851 com a tese "Dissertação filosófica e crítica acerca da força medicatriz da natureza" (JACOBINA et al., 2008).

[13] Em linhas gerais, o método experimental pode ser explicado como sendo um conjunto de procedimentos de observação; construção e teste de hipóteses (experimentação); descrição e discussão de resultados que promovam o reconhecimento de possíveis relações causais entre determinados fatores específicos (FRAISSE, 1970).

Um busto em bronze, acomodado no salão nobre da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), foi uma das tantas homenagens (recebidas ainda em vida) ofertadas a Antônio Pacifico Pereira ao longo de sua trajetória acadêmica, que se dividiu entre atividades de ensino, do consultório/hospital, do laboratório e dos prelos da imprensa médica. Exercendo a prática docente por cerca de quarenta e um anos pela FAMEB e, ainda, como diretor por mais de meio século do periódico *Gazeta Médica da Bahia* (GMB), Pacifico Pereira foi um importante personagem que trabalhou para promover o aperfeiçoamento do ensino e a consolidação da profissão médica no Brasil, exercendo considerável contribuição em diversas questões de saúde pública no estado da Bahia, em fins do século XIX e início do XX.

O aluno que se tornara professor, uma relação de continuidade que explicita o vínculo antigo entre Pacífico Pereira e a FAMEB, relação esta que passou a se repetir praticamente com todos os demais docentes da Instituição, após o período de lutas pela independência do Brasil (TEIXEIRA, 2001).

Como primeira instituição de ensino superior no país, a FAMEB se destacou como polo da cultura erudita na província baiana ao longo do século XIX e início do século XX (SANTOS, 2012). A instituição nasceu como resultado de um momento político que esteve ligado ao processo de interiorização da metrópole portuguesa em terras brasileiras, em 1808. Essa conjuntura desencadeou um movimento de reformas estruturais que levaram à inauguração de diversas entidades estatais com vistas à formação de um novo império lusitano nos trópicos, dentre as quais as escolas cirúrgicas de Salvador e do Rio de Janeiro (DIAS, 2005). No âmbito da educação superior essas instituições oficializaram o ensino da medicina, funcionaram como engrenagem importante para o processo de unificação ideológica da elite imperial no Brasil (CARVALHO, 1988), e proporcionaram a formação de uma classe nacional de médicos e cirurgiões (BARRETO, 2005; FERREIRA *et al*., 2001).

A Escola de Cirurgia da Bahia sofreu sua primeira reforma mediante a Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, quando passou a se chamar Academia Médico-Cirúrgica. Essa transformação ajudou os cursos médicos a alcançarem um nível mais elevado de institucionalização (SCHWARCZ, 1993). Alguns anos depois, precisamente no ano de 1832, outra reforma elevou a Escola de Cirurgia da Bahia ao *status* de Faculdade de

Medicina (BARRETO, 2007; ROCHA *et al*., 2004). A instituição esteve envolvida com diversas questões de ordem político-social em sua província, portando-se como centro da vida científica e intelectual da Bahia durante o século XIX. Dentre suas ações extensionistas, a FAMEB operou como órgão consultivo do governo para resolução de problemas relacionados aos assuntos médicos ou de saúde pública; atuou em questões políticas mediante representação de seus professores em cargos do poder legislativo; e contribuiu com a literatura e jornalismo da Bahia através da colaboração de seus docentes e estudantes na edição de periódicos literários locais (RIBEIRO, 2014).

A influência da FAMEB nas diversas esferas da sociedade baiana contribuiu para atrair simpatizantes ao curso de medicina. Peard (1999) afirmou que, na Bahia, o ensino médico foi valorizado não somente pela formação científica, mas como um meio de projeção social e autopromoção – o que, com raras exceções, promoveu uma aceitação passiva e acrítica da educação médica como mero treinamento geral ou filosófico, e não como uma profissão funcional e prática.

Muitos dos estudantes da FAMEB, após concluírem seus cursos, dedicavam-se principalmente à prática clínica, buscando usufruir do prestígio da profissão médica para estabelecer sua clientela. Outros, porém, em um ambiente ainda de consolidação da medicina como ciência, conseguiram conquistar mais que prestígio, alcançando posição social diferenciada dentro da elite médica baiana – como o que ocorreu com Antônio Pacífico Pereira.

Em seus primeiros anos de graduação no curso de medicina, Pacífico Pereira participava de reuniões informais entre um grupo de médicos baianos que vieram a compor, posteriormente, a chamada "Escola Tropicalista". Tais encontros foram iniciados por volta da segunda década do período oitocentista e ocorriam fora do seio da FAMEB. Os médicos do grupo não tinham pretensão estabelecida para com a realização desses encontros, porém mais tarde vieram a desenvolver um conjunto de investigações originais sobre as doenças típicas da região, sobre a fauna e a flora brasileiras e outros assuntos importantes para a sociedade, sempre em conformidade com as regras de etiqueta impostas pelas normas científicas vigentes no continente europeu (BARROS, 1998). A relação de Pacifico Pereira com esses médicos se consolidou ao longo do tempo. O contexto foi caracterizado pelo surgimento de nova representação sobre as bases do saber

médico, que se ancorou na noção de medicina experimental e atraiu os neófitos da carreira médica (EDLER, 2014).

FIGURA 1 – Antônio Pacífico Pereira



Fonte: *Bahia Ilustrada* (1918).

Antônio Pacífico Pereira nasceu em Salvador, em 5 de junho de 1846. Era filho de Carolina Maria Franco Pereira e de Vitorino José Pereira, português que chegou à Bahia na década de 1830 e se estabeleceu como marceneiro e comerciante de móveis. Pacífico Pereira teve quatro irmãos: coronel Victorino José Pereira, que foi deputado estadual da Bahia; Manuel Victorino Pereira; monsenhor Basílio Pereira (1850-1930), figura importante do clero baiano; e Francisco Bráulio Pereira (1858-1917). Dois deles seguiram seus passos como docente na Faculdade de Medicina da Bahia: Francisco Bráulio Pereira, catedrático da 2ª cadeira de clínica médica (1895) e Manuel Victorino Pereira, lente de clínica cirúrgica (1883). Este último enveredou-se ainda na carreira

política, alcançando a presidência da República entre novembro de 1896 e março de 1897, em decorrência do afastamento do presidente titular, Prudente de Moraes.

Oito anos depois da reforma que trouxe novos estatutos para as Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, Pacífico Pereira ingressou no ensino superior pela FAMEB, em março de 1862, um período ainda de acomodação e reflexões diante das propostas estabelecidas para a instrução médica pela reforma do Ministro do Império, Barão do Bom Retiro. Essa reforma foi implementada pelo decreto de 28 de abril de 1854 e promoveu, em linhas gerais, um conjunto de mudanças no campo administrativo das faculdades de medicina, como: a consolidação do poder do diretor diante do corpo docente; a ampliação do quadro de professores a partir da criação da classe de opositores; a manutenção dos cursos de farmácia, medicina e obstetrícia; o aumento do número de cadeiras para 18, com a criação das disciplinas de anatomia geral e patológica, patologia geral, química orgânica e farmácia (FERREIRA, *et al*., 2001).

O curso médico iniciado por Pacifico Pereira na FAMEB teve duração de seis anos e apresentou a seguinte organização curricular, conforme previsto na reforma de 1854:

- 1º ano – física em geral e particularmente em suas aplicações à medicina, química e mineralogia, anatomia descritiva (demonstrações anatômicas);
- 2º ano – botânica e zoologia, química orgânica, fisiologia, repetição da anatomia descritiva, sendo os alunos obrigados às dissecções anatômicas;
- 3º ano – continuação de fisiologia, anatomia geral e patológica, patologia geral, clínica externa;
- 4º ano – patologia externa, patologia interna, partos e moléstia de mulheres pejadas e de recém-nascidos, clínica externa;
- 5º ano – continuação e patologia interna, anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos, matéria médica e terapêutica, clínica interna;
- 6º ano – higiene e história da medicina, medicina legal, farmácia (com frequência na oficina farmacêutica duas vezes por semana, com alunos deste curso), clínica interna

Não houve, na ocasião, unanimidade entre os docentes em acatar os novos estatutos de 1854. Variadas foram as avaliações dos críticos que analisaram os impactos dessa reforma no cotidiano acadêmico e nas estruturas de ensino médico, prevalecendo mais as avaliações pessimistas que as favoráveis (ARAGÃO, 1923, p. 34).

O desabafo do professor de clínica cirúrgica, Dr. Antonio José Alves, realizado em sua *Memória Histórica de 1857*, explicita os questionamentos e reclamações que se seguiram pela implementação da Reforma de 1854. O Dr. José Alves criticou a demora na realização das mudanças sugeridas pelos novos estatutos, alegando que, ainda depois de quatro anos, os melhoramentos garantidos pelo novo regimento não haviam se concretizado. Segundo o documento, o Dr. José Alves, indignado sobre a inércia do governo, escreveu: "*prometeu-nos estudos práticos, e nos deu professores teóricos; em vez de gabinetes, deu-nos empregados; em vez de instrumentos e aparelhos, cadernetas para diariamente marcarmos as faltas dos alunos com vírgulas e pontos*" (ALVES, 1858, p. 22).

Os ecos das reclamações contra diversos pontos da mencionada reforma, bem como as cobranças para que estes fossem colocados em prática, eram audíveis ainda durante o período de estudos de Pacífico Pereira. Outro memorialista, José Antônio de Freitas, discorrendo sobre as atividades da FAMEB no ano de 1863, ponderou, em tom mais ameno, que os estatutos de 1854 sinalizavam uma era de progresso, quando comparados com o regime anterior, embora necessitassem de "*retoques*" para que pudessem levar a Escola Médica a um nível desejável no campo de ensino, a fim de "*não invejarmos muitas das Academias da Europa*". O memorialista se queixava do Governo Imperial que procrastinava a execução de medidas importantes previstas nos estatutos, pedindo a este que concluísse sem demora a grande tarefa que "*tão bem principiou*" (FREITAS, 1864, p. 12).

De acordo com a análise do historiador Flavio Coelho Edler, o período de vigência dessa reforma deixou claro que o Governo não dispunha de uma agenda ou de um projeto consistente para a instrução médica no Brasil. Os ditames da lei remodeladora, além de centralizador e hierárquico, ofuscavam os principais pontos defendidos pela corporação de médicos da época, fazendo com que suas demandas fossem transformadas "*em*

processos administrativos que raramente se concluíam, dada a rotatividade dos governos imperiais ” (EDLER, 2014, p. 44).

Pacífico Pereira, depois de formado, se tornou destacado crítico da educação médica no país. Em sua obra, “*Memória sobre a medicina na Bahia elaborada para o Centenário da Independência da Bahia 1823-1923*”, o médico baiano classificou a reforma de 1854 como conservadora, sob a alegação de que esta:

> Deu o último golpe a organização liberal de 1832 suprimindo as concessões da lei, que permitiam as Faculdades vida autônoma e próspera, cerceando as atribuições e prerrogativas das corporações docentes, em vez de desenvolver o plano de organização didática e administrativa, iniciado pelos estadistas da Regência, e reduzindo assim o ensino superior a esterilidade a que esteve condenado por mais de 25 anos (PEREIRA, 1923, p. 45).

Ao cotejar os novos estatutos para as faculdades médicas com aqueles previstos na reforma antecessora de 1832, Pacífico Pereira (1923) denunciou o caráter retrógrado da proposta reformista de 1854 que tolheu em diversos aspectos os centros de formação médica, principalmente em sua autonomia.

Em diferente linha de raciocínio, o contemporâneo de Pacifico Pereira, Gonçalo Muniz de Aragão (1923), considerava exagerada as afirmações de seus pares que tratavam a reforma de 1854 como agente impedidora do desenvolvimento do ensino médico nas faculdades de medicina. Muniz de Aragão reconheceu, porém, as deficiências da mencionada reforma, assinalando que estas não impediram o progresso do saber, que ocorreu e foi notório, ainda que de forma incipiente (ARAGÃO, 1923, p. 36).

A despeito dos debates em torno da legislação para o ensino médico, a FAMEB seguiu sua trajetória acadêmica, contribuindo para aumentar a população de médicos em Salvador. Segundo o *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia*, entre os anos de 1860 e 1863 a província dispunha, em média, de aproximadamente 130 médicos e cirurgiões. É certo que nem todos esses médicos foram egressos da Faculdade de Salvador. Compunham esse quadro de profissionais outros médicos formados pela Faculdade da Corte, ou ainda estrangeiros, como Otto Wucherer e Paterson, que fixaram residência na Bahia e receberam habilitação para clinicar, após obterem aprovação em exame de suficiência e verificação de diploma pela FAMEB.

Seja no hospital, no consultório/gabinete médico ou na residência do paciente, eram esses profissionais, inclusive aqueles que também eram docentes da Faculdade, que atuavam no combate – nem sempre bem-sucedido – às doenças e epidemias reinantes na região. Região esta que apresentava precárias condições sanitárias e uma população constantemente exposta a um quadro de insalubridade e a todo tipo de doenças. Esse cenário foi o campo de atuação dos médicos da FAMEB, os quais, imbuindo-se dos princípios do higienismo[14], se colocavam como autoridades essenciais para opinar sobre o estado sanitário das cidades e como detentores de um saber que seria capaz de orientar a nação nos caminhos da saúde e da modernidade.

A fase de graduação de Pacífico Pereira coincidiu com um momento de conflito bélico entre o Brasil e Paraguai, conflito este que repercutiu no âmbito acadêmico e fragilizou as atividades de ensino promovidas pela FAMEB. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), foi mobilizado um grande efetivo de homens, provenientes das principais províncias do Império, para complementar o plantel de soldados do Exército e da Marinha nas lutas pelo domínio do Rio da Prata, área estratégica para o comércio e a navegação. Da Bahia, um efetivo superior a 17 mil homens foi recrutado, figurando, dentre este quantitativo de médicos civis e militares, alunos da FAMEB (FELIX JUNIOR, 2009).

A mobilização dos médicos militares ocorreu primeiro e se baseou na força dos regimentos militares ao qual estes oficiais estavam subordinados. Existiu, inicialmente, uma resistência por parte dos médicos militares da Bahia em atender às convocações para o trabalho no campo de batalha, em razão da ciência que tinham da morte violenta sofrida pelos médicos baianos que estavam presentes na província do Mato Grosso, por ocasião da invasão da região pelas tropas paraguaias, em 1864. De acordo com Félix Junior (2009), tal resistência expressava a desconfiança destes profissionais diante da capacidade e das chances das tropas brasileiras na guerra e, ainda, sua falta de compromisso para com o Império.

[14] Segundo Lécuyer (1986) e Porter (2008), o movimento higienista apresentava relação epistemológica com o chamado neo-hipocratismo – discurso médico marcado por uma concepção ecológica e geográfica da doença, caracterizado por estabelecer uma relação entre a natureza, a pessoa enferma e a sociedade. Nesse contexto, as explicações para origem de uma epidemia eram imprecisas, visto que esta poderia advir de uma série de fatores, como o terreno, o lixo, o ar, a água, os alimentos, os miasmas.

O recrutamento de médicos civis ocorreu em termos diferentes em relação à mobilização dos Voluntários da Pátria[15] e médicos militares, sendo estes últimos incorporados ao Exército através de requerimento pessoal e assinatura de contrato. As atividades envolvidas na contratação ficaram sob a responsabilidade do Ministério dos Negócios da Guerra, no Rio de Janeiro. O presidente da província serviu apenas como interlocutor, fazendo contato com os médicos interessados em dispor seus serviços e, em seguida, admitindo-os mediante autorização do Ministério da Guerra. No que tange às vantagens recebidas[16] aos médicos civis, foram prometidos, dentre outros benefícios, o pagamento de 600 mil réis mensais como base de contrato; um mês de vencimento como ajuda de custo; passagem gratuita para o translado ao Rio de Janeiro. Para os graduandos em anos finais do curso de medicina, a oferta foi de um soldo de 200 mil réis mensais (100 mil rés de ordenado e 100 mil réis de gratificação), ajuda de custo de 300 mil réis, e ainda passagem gratuita para seu deslocamento (FELIX JUNIOR, 2009).

Outras concessões foram dadas aos professores e alunos das faculdades de medicina em serviço no exército[17], como aposentadoria antecipada a partir dos vinte anos de magistério, para os docentes combatentes; dispensa de faltas; vantagens em processos seletivos, etc. Paralelamente a esse pacote de benefícios, o Governo Imperial também suspendeu a realização dos concursos públicos para preenchimento das vagas de professores dessas instituições até o término da guerra, ação que provocou grandes prejuízos ao ensino.

Em sua *Memória Histórica do ano de 1865*, o professor Jerônimo Sodré Pereira registrou os nomes de docentes e alunos que se voluntariaram para servir no campo de batalha. Entre estes estavam: os professores Luiz Alvares dos Santos (opositor) e

[15] Em 7 de janeiro de 1865, através do decreto imperial de nº 3371, D. Pedro II criou os chamados corpos de "Voluntários da Pátria", onde, apelando aos sentimentos do povo brasileiro, conclamou todo cidadão entre 18 e 50 anos de idade para oferecer seus serviços, de forma voluntária, na complementação do efetivo do Exército Imperial que apresentava déficit numérico em relação ao Exército do Paraguai. Como vantagem aos que se voluntariavam, estavam garantidos a quantia de 300 réis por dia e um soldo de 165 réis, em semelhança ao que era oferecido aos militares do exército; uma pensão de meio soldo para as famílias dos que eventualmente fossem mortos em combate; 300 mil réis para todos que completassem a campanha; e 22.500 braças de terras em colônias militares ou agrícolas (RODRIGUES, 2001).

[16] Os médicos civis foram incorporados ao Serviço de Saúde do Exército com patentes diferenciada dos demais integrantes dos Corpos de Voluntários. Foram integrados em postos de capitão e major, enquanto os "voluntários" foram normalmente incorporados como soldados (FELIX JUNIOR, 2009). Essas concessões do Governo Imperial fizeram parte das estratégias utilizadas para atrair profissionais da medicina.

[17] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 6, p. 61-62, 1866.

Francisco Rodrigues da Silva (lente); 14 alunos do 4º, 5º e 6º anos do curso de medicina; e mais 3 alunos do curso do 2º e 3º anos do curso de farmácia (SODRÉ PEREIRA, 1866). Sobre esse assunto, encontramos ainda nas páginas da GMB a informação da participação de mais dois lentes: Joaquim Antônio de Oliveira Botelho e Antônio Mariano do Bonfim[18].

Em julho de 1866, a GMB dava notícia da adesão de outros membros da FAMEB que seguiram para prestar serviços ao exército na Guerra do Paraguai. Nessa segunda leva, o montante de voluntários que partiu para o Rio da Prata foi composto de quatro lentes catedráticos (Manoel Ladislau Aranha Dantas, Domingos Rodrigues Seixas, Antônio Januário de Faria e Jerônimo Sodré Pereira); quatro opositores (Augusto Gonçalves Martins, Pedro Ribeiro de Araújo, Domingos Carlos da Silva e Rosendo Aprígio Pereira Guimarães)[19], e diversos outros alunos do 4º, 5º e 6º ano[20]. Ainda no mês de setembro, o grupo ganharia mais um componente, o lente José Antônio de Freitas, que decidiu se incorporar ao serviço na guerra (OSÓRIO, 1867).

Do cruzamento de diversas fontes, como as memórias históricas da FAMEB; edições da GMB; jornais diários da época; e trabalhos atuais sobre o tema, entre outras, levantamos o quantitativo de professores e alunos do curso de medicina que atuaram na Guerra do Paraguai.

TABELA 1 – Professores e estudantes da FAMEB participantes na campanha do Paraguai

NOME	CATEGORIA
Antônio Januário de Faria	Lente Catedrático
Antonio Mariano do Bonfim	
Domingos Rodrigues Seixas	
Francisco Rodrigues da Silva	
Jerônimo Sodré Pereira	
Joaquim Antônio de Oliveira Botelho	
José Antônio de Freitas	

[18] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 2, p. 13-14, 1866.
[19] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 2, p.13-14, 1866.
[20] A GMB não cita os nomes dos alunos que se voluntariaram para prestar serviços ao Exército; porém, na memória histórica do ano de 1866, de autoria de Antônio José Osório, encontramos a relação de nomes dos professores e de mais 26 alunos que partiram para a guerra nesta segunda leva (OSÓRIO, 1867, p. 5-6).

Manoel Ladislao Aranha Dantas	
Salustiano Ferreira Souto	
Augusto Gonçalves Martins	opositor
Domingos Carlos da Silva	
José Ignácio de Barros Pimentel	
Luiz Alvares dos Santos	
Pedro Ribeiro de Araújo	
Rosendo Aprígio Pereira Guimarães	
Antônio Celestino Sampaio	Aluno
Antônio Joaquim da Silva Leão	
Antônio Pedro da Silva Castro	
Antônio Seraphim de Almeida Vieira	
Aprigio Marques	
Aprígio Martins de Menezes	
Archimino José Corrêa	
Aristides Felinto Alpendriz	
Arsênio de Souza Marques	
Arthur Cezar Rios	
Augusto Cezar Torres Barrense	
Augusto Teixeira Belfort Roxo	
Cyro da Silveira Bastos Varella	
Elpídio Joaquim Baraúna	
Eutichio Soledade	
Francisco dos Santos Silva	
Francisco João Fernandes	
Francisco Joaquim da Silveira Santos	
Francisco Lino Soares de Andrade	
Geraldo Francisco da Cunha	
Guimarães Alves Marinho	
Isidoro Antonio Nery	
Jayme Soares Serra	
Jesuino Borges	
João José de Faria	
João Sérgio Celestino	
João Telles de Menezes	
Joaquim Januário dos Santos Pereira	
Joaquim Manoel de Almeida Vieira	
Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior	
José de Teive e Argôlo	
José Mariano Barroso	
José Pinto da Silva	
José Porfírio de Mello Matos	

José Theodosio de Souza Dantas	
Juvêncio de Oliveira Dias	
Ladislao Ribeiro de Novaes	
Manoel de Aguiar Freire	
Manoel Ignácio Lisboa	
Marcollino Adolpho Cassiano Maia	
Paulino Pires da Costa Chastinet	
Pedro Affonso de Carvalho	
Pedro Borges Leitão	
Pedro Gomes de Argôllo Ferrão	
Plínio de Souza Ribeiro	
Quintino Alves Marinho	
Raymundo Caetano da Cunha	
Rosendo Adolpho Moniz Barreto	
Satyro de Oliveira Dias	
Terencio de Carvalho Silva Castro	
Ulisses Leonesio Pontes	
Ulysses da Silva Bastos Varella	

Fonte: *Memórias Históricas da FAMEB (1864-1870*); edições da GMB (1864-1870); Pereira (1923); Félix Junior (2009).

As vantagens oferecidas pelo Governo Imperial atraíram fração considerável de professores e alunos da FAMEB. Muitos destes se voluntariaram para adquirir recursos financeiros, ou pela possibilidade de uma aposentadoria precoce, ou ainda por ver na guerra uma condição futura de projeção nacional na sociedade baiana, uma vez que já no ato de incorporação ao Serviço de Saúde do Exército recebiam a graduação de capitães ou majores (FELIX JUNIOR, 2009).

Passaremos agora a analisar os impactos da guerra no cotidiano das atividades de ensino médico. As tabelas que exibiremos abaixo nos apresentam a distribuição regional dos alunos matriculados na FAMEB; o quantitativo total de matriculados e de concluintes no curso de medicina, antes, durante e após a Guerra do Paraguai.

TABELA 2 – Quantitativo de alunos matriculados e formados pela FAMEB antes da Guerra do Paraguai (1858-1863)

	1858	**1859**	**1860**	**1861**	**1862**	**1863**
ALAGOAS	3	2	2	2	3	3
BAHIA	109	93	77	90	90	101
CEARÁ	2	4	4	4	3	2
MARANHÃO	7	8	5	6	6	7
MINAS GERAIS	1	1	2	1	---	1
PARÁ	1	1	1	1	1	1
PARAÍBA	4		1	1	1	2
PERNAMBUCO	6	4	2	2	---	2
PIAUÍ	1	1	1	1	1	---
RIO DE JANEIRO	7	5	4	3	---	2
RIO GRANDE DO NORTE	2	1	1	---	---	---
RIO GRANDE DO SUL	2	1	1	3	---	---
SÃO PAULO	---	1	1	1	1	1
SERGIPE	5	3	2	1	2	3
TOTAL DE MATRICULADOS	**150**	**125**	**104**	**116**	**108**	**125**
TOTAL DE FORMADOS	**41**	**34**	**11**	**14**	**5**	**13**

Fontes: *Memórias Históricas da FAMEB* produzidas entre os anos de 1858 e 1863.

TABELA 3 – Quantitativo de alunos matriculados e formados pela FAMEB durante a Guerra do Paraguai (1864-1869)

	1864	**1865**	**1866**	**1867**	**1868**	**1869**
ALAGOAS	1	1	1	3	1	3
BAHIA	112	130	122	132	148	167
CEARÁ	3	2	1	2	5	4
ESPÍRITO SANTO	---	---	---	1	1	1
MARANHÃO	5	3	7	7	8	8
MINAS GERAIS	1	1	1	3	3	2
PARÁ	1	2	2	2	2	2
PARAÍBA	2	3	2	1	2	1
PERNAMBUCO	2	3	6	8	11	9
PIAUÍ	---	---	---	---	1	1
RIO DE JANEIRO	1	1	2	---	2	1
RIO GRANDE DO NORTE	---	---	---	1	2	1
SÃO PAULO	---	---	---	---	---	2
SERGIPE	5	5	10	10	13	10
TOTAL DE MATRICULADOS	**133**	**151**	**154**	**170**	**199**	**212**
TOTAL DE FORMADOS	**13**	**14**	**6**	**9**	**11**	**29**

Fontes: *Memórias Históricas da FAMEB* produzidas entre os anos de 1864 e 1869.

TABELA 4 – Quantitativo de alunos matriculados e formados pela FAMEB no pós-guerra (1870-1875)

	1870	**1871**	**1872**	**1873**	**1874***	**1875**
ALAGOAS	5	6	4	4	x	9
BAHIA	193	165	147	181	x	225
CEARÁ	3	3	5	5	x	7
ESPÍRITO SANTO	1	1	1	1	x	---
GOIÁS	2	2	---	---	x	---
MARANHÃO	9	10	7	8	x	7
MINAS GERAIS	1	---	2	---	x	---
PARÁ	2	---	1	2	x	7
PARAÍBA	1	1	---	3	x	3
PERNAMBUCO	6	11	9	17	x	14
PIAUÍ	2	3	1	2	x	1
RIO DE JANEIRO	3	3	3	5	x	4
RIO GRANDE DO NORTE	2	1	1	3	x	3
RIO GRANDE DO SUL	---	---	1	1	x	1
SERGIPE	12	9	11	11	x	16
PORTUGAL	---	---	---	---	x	2
TOTAL DE MATRICULADOS	**242**	**215**	**193**	**243**	**260**	**299**
TOTAL DE FORMADOS	**40**	**53**	**23**	**34**	**32**	**30**

* Não conseguimos localizar o mapa estatístico com a distribuição regional dos alunos matriculados no ano de 1874. O total de matrícula e formatura deste ano foi extraído do Relatório do Ministério do Império de 1874, p. 14.

Fontes: *Memórias Históricas da FAMEB* produzidas entre os anos de 1870 e 1875.

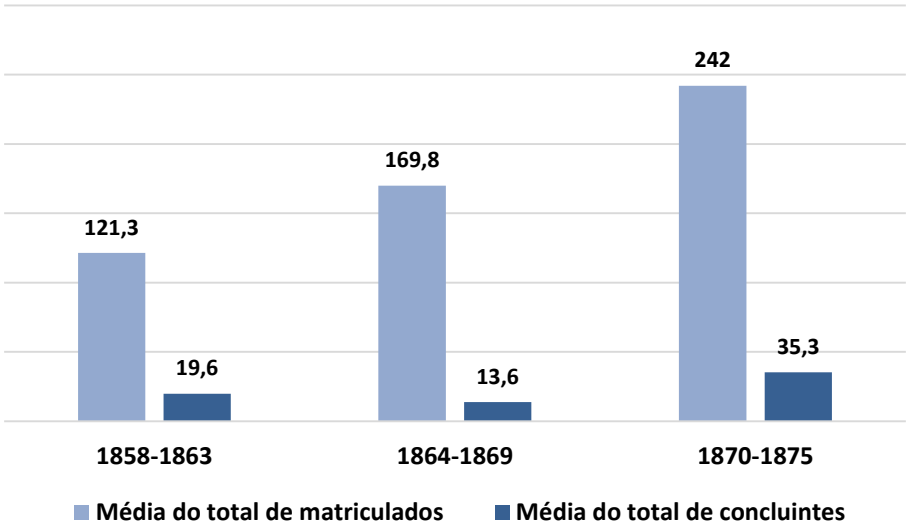
A FAMEB recebia estudantes de diversas províncias do Brasil, porém a maioria deles era proveniente da Bahia. Entre os anos que antecederam a Guerra do Paraguai, a instituição apresentou uma redução na quantidade total de alunos matriculados e de concluintes nos cursos de medicina. Entretanto, o quantitativo de formandos foi o que sofreu diminuição mais significativa, passando de 41 concluintes no ano de 1858 para apenas 13, em 1863, como podemos observar na Tabela 2.

Durante o período da guerra, o número total de matriculados sofreu leve recuperação. Quando acompanhamos pela Tabela 3 a movimentação de alunos no transcorrer do conflito, notamos que o número total de matrículas apresentou leve recuperação, quando comparado com a fase anterior, mas a quantidade de formados, que no ano letivo de 1866 contou apenas 6 concluintes, iniciou uma recuperação mais relevante somente a partir de 1869. Percebe-se que o contexto da guerra e a participação

da FAMEB no conflito não afetaram de forma expressiva o volume de entrantes no curso de medicina. Contudo, mesmo tendo a quantidade total de formados sofrido decréscimo nos anos que antecederam os confrontos no Sul, o volume de concluintes foi muito afetado no decorrer da guerra, em virtude da incorporação voluntária no exército de grande parcela dos alunos alocados nas séries finais desse mesmo curso.

Com o encerramento dos conflitos com o Paraguai, o número de matrículas e de alunos formados aumentou consideravelmente, como podemos visualizar na Tabela 4. A conjuntura foi de retomada das atividades dos professores que estiveram nas campanhas do Sul; de autorização para realização de novos concursos para recompor o quadro docente; e de continuidade da fase final das graduações dos alunos que prestaram serviços ao exército e tiveram suas faltas abonadas por decreto imperial. Assim, os cinco anos posteriores à guerra foram de crescimento em relação ao quantitativo total de matrículas, seguido, igualmente, do aumento do número de colações de grau. A aparente redução do número total de matrículas nos anos de 1871 e 1872, (de acordo com a Tabela 4), na verdade, foi reflexo do volume de saídas (por conclusão de curso) que ocorreu nos anos de 1870 e 1871, portanto, logo após o fim da guerra. Contudo, a partir de 1873, o quantitativo de formandos se acomoda, e o número de matrículas passou a se elevar a cada ano. O próximo gráfico pode clarificar nosso entendimento acerca de todo esse fluxo de entrada e saída de alunos no curso de medicina da Faculdade da Bahia que acabamos de abordar. Nele, apresentamos a média do total de matrículas e formaturas que ocorreram antes, durante e depois da Guerra do Paraguai.

FIGURA 2 – Média do total de alunos matriculados e concluintes pela FAMEB (antes, durante e depois da Guerra do Paraguai)



Fonte: *Memórias Históricas da FAMEB* produzidas entre os anos de 1858 e 1875.

A entrada de alunos no curso de medicina ofertado pela FAMEB não sofreu grande impacto com os eventos da guerra; observamos até que, na média, o quantitativo total de alunos matriculados praticamente dobrou após a fase de guerra, quando comparado aos anos anteriores ao conflito. Todavia, a participação de parcela considerável dos professores e alunos da instituição no Corpo de Saúde do Exército diminuiu o volume anual de formatura no decorrer do confronto bélico. Percebemos também que, assim como aconteceu com o total de matriculados, a média de colações de grau quase que dobrou com o término da guerra.

Os docentes e alunos que regressaram do campo de batalha[21] foram recepcionados como heróis na Bahia, recebendo homenagens e condecorações do Governo, conforme registrou Pacífico Pereira em sua memória sobre a medicina na Bahia (1923, p. 241). O fato ajudou a agregar mais prestígio a FAMEB, que agora contava com professores que podiam aplicar, em suas atividades acadêmicas, os conhecimentos adquiridos nas zonas de confronto. A elevação do número de matrículas pode também ter decorrido do

[21] Houve algumas baixas entre os acadêmicos que atuaram na Guerra do Paraguai: Guimarães Alves Marinho, Manoel de Aguiar Freira, Jesuíno Borges e Ulysses da Silva Bastos (PEREIRA, 1923, p. 240).

prestígio que a FAMEB e a profissão médica vinham adquirindo perante a sociedade, ao longo do tempo (COELHO, 1999)[22].

A edição de 1907 da *Gazeta Médica da Bahia* transcreveu notícia de um folhetim local, que trazia uma descrição do perfil do médico de elite em meados dos oitocentos:

> Os médicos mais afamados andavam em cadeirinhas, ou a traziam atrás de si carregada por uma parelha de aleutados africanos, e, às vezes, seguida de outra de prontidão, para o caso de cansar a primeira. Vestiam com elegância, andavam perfumados, usavam sinetes e berloques na cadeia do relógio, e a clássica bengala de cana da Índia com castão dourado e borlas de retrós preto, pendentes aos lados. Os honorários mais caros não excediam de quatro patacas em prata, por visita (DE UM FOLHETIM..., 1907, p. 340).

O relato desnuda a imagem idealizada para o profissional habilitado ao exercício da medicina. A forma de apresentação, a indumentária, os valores cobrados, caracterizavam o médico, o destacavam de outras profissões[23], e evidenciavam sua posição social. De fato, conforme afirma Edler (2006, p. 21), a classe médica, como controladora de "*conhecimento potencialmente traduzível em ações de relevância pragmática"*, pôde experimentar a elevação de seu prestígio social e de sua zona de influência diante da sociedade, apesar de a medicina nesses tempos ainda estar longe de ter consolidado seu prestígio científico.

Ainda discorrendo sobre os desdobramentos da Guerra do Paraguai no tocante ao ensino de medicina, salientamos os transtornos que a ausência de vários professores causou no arranjo da oferta das disciplinas no decorrer de cada ano letivo. Em nota noticiária sobre a partida de mais médicos da Bahia para o Exército, divulgada em setembro de 1866, a GMB registrou o fato de que "*A Faculdade da Bahia tem já no Exército não menos de nove professores catedráticos, seis opositores e mais de quarenta*

[22] De acordo com Edmundo Campos Coelho (1999), em estudo sobre as profissões imperiais, a competência profissional do médico, no Brasil do século XIX, avaliava-se, principalmente, por um conjunto de fatores como: domínio de uma língua estrangeira; conhecimento das teorias médicas mais em voga na Europa; adequada proveniência social; certa cultura humanística, apropriadas referências sociais (de outros clientes notáveis), e não necessariamente por aprovação dos pares, da comunidade médica. Em outros termos, a competência profissional era atestada muito mais pela clientela, influenciada pelo prestígio da profissão, do que pela comunidade médica e pela eficácia da intervenção profissional.

[23] Uma profissão pode ser definida como uma ocupação autorregulada, que executa uma atividade especializada resultante de um processo de capacitação ou formação específica, que se inclina para o ideal do serviço à coletividade e se orienta por princípios éticos definidos por ela mesma (STARR, 1991).

alunos de medicina" (NOTICIÁRIO, 1866, p. 83). Nesse tempo, o corpo de professores da FAMEB era composto oficialmente de 18 lentes catedráticos, 15 opositores, e havia 4 vagas de professores lentes e 4 de opositores em aberto, aguardando preenchimento por concurso (PEREIRA, 1923). Ou seja, no transcorrer do ano de 1866, metade dos lentes catedráticos e 40% dos opositores em exercício foram deslocados de suas funções acadêmicas para servir ao Exército. A conjuntura se tornaria ainda mais dificultosa com a edição do Decreto Imperial de número 1341 de 24 de agosto, desse mesmo ano, que suspendeu a realização de concursos para contratação docente até o final da guerra.

Os reflexos no ensino foram imediatos e, por isso, a FAMEB necessitou promover uma redistribuição das cadeiras vagas entre os opositores disponíveis, tendo estes, em algumas ocasiões, que acumular a regência de mais de uma disciplina (GORDILHO, 1869, p. 2). Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, médicos externos ao quadro docente da instituição foram contratados, com autorização do governo, para exercer interinamente a função de preparadores, deixando assim, os opositores restantes disponíveis para assumir as cadeiras vagas. A respeito do problema com a falta de professores, amplificado pela circunstância da guerra, o memorialista da Faculdade do Rio de Janeiro (1868), Antônio Teixeira da Rocha, reclamou:

> Não obstante a providência do ilustre chefe da Faculdade; Não obstante o sacrifício, que fizemos muitos, de dobrar o serviço na lição de duas cadeiras, sem remuneração correspondente; o ensino sofreu um pouco, como era de esperar, pela ausência de seus agentes próprios [...] (ROCHA, 1869, p. 5).

Ponderação semelhante foi feita pelo memorialista da FAMEB (1869), Salustiano Ferreira Souto (1814-1887), que asseverou:

> No ano de 1869 ainda sofreu o ensino médico desta Faculdade com a ausência dos professores catedráticos e opositores, que se achavam fora do país, prestando seus patrióticos e relevantes serviços aos bravos, que combatem no Paraguai. A ausência de alguns professores, a morte de outros, sem preenchimento das vagas deixadas tem sido de certo prejudicial ao ensino desta Faculdade, que tem perdido desde o começo da guerra até hoje quatro professores, sendo dois catedráticos (SOUTO, 1870, p. 9).

As críticas de memorialistas quanto a pouca efetividade do governo na concessão de recursos para melhor estruturação do ensino médico, principalmente no que tange ao ensino prático, eram frequentes. A necessidade de custear as altas despesas com a manutenção do Exército e da Marinha impactou ainda mais a disponibilização de recursos que pudessem atender à demanda das faculdades de medicina. O ambiente de carestia servia de munição para os memorialistas, que denunciavam o baixo investimento como fator limitante para aplicação de conteúdos práticos ao ensino. Assim, Ferreira Souto afirmava que, diante de tal conjuntura, restava ao professor "*senão repetir e analisar com mais ou menos fulgor, com mais ou menos riqueza de método e sistema, teorias, trabalhos, e observações alheias e não próprias, pois, para isso, não têm eles auxílios e meios do governo do país, nem do poder legislativo*" (SOUTO, 1870, p. 10).

Sobre o panorama da instrução pública no ano de 1866, em relatório apresentado à primeira sessão da décima terceira legislatura da Assembleia Geral Legislativa (1867), José Joaquim Fernandes Torres, responsável pela pasta dos Negócios do Império, mencionou os problemas estruturais que as faculdades de medicina então enfrentavam, chamando a atenção do parlamento para o tema que considerava urgente, apesar da crise financeira.

> Nas duas Faculdades continua o estado de penúria, por muitas vezes notado, dos respectivos gabinetes e laboratórios, do que resulta grande detrimento ao ensino. Não tendo podido ocorrer a esta urgente necessidade por falta de meios pecuniários, julgo dever chamar a atenção da Assembleia Geral para este objeto que, por sua natureza, não pode ser adiado por mais tempo, não obstante nossas circunstancias financeiras (TORRES, 1867, p. 14).

Outros inconvenientes que as faculdades de medicina consideravam prejudiciais ao ensino e, consequentemente, à formação de novos médicos foram as concessões dadas aos estudantes que se voluntariaram ao serviço na Guerra do Paraguai. Por força do Decreto Imperial de 24 de agosto de 1866, as faculdades de medicina eram obrigadas a abonar as faltas dadas aos alunos combatentes, além de lhes conceder matrícula no ano seguinte, após realização de exame precedente. Em outras palavras, para os alunos que se ausentaram das aulas por conta da guerra, existia a possibilidade de vencerem dois períodos do curso médico dentro do mesmo ano letivo. E isso, de fato, ocorreu, como

relatado por memorialistas das duas faculdades: Mathias Moreira Sampaio, da Bahia; e Antônio Teixeira da Rocha, do Rio de Janeiro:

> Por último houve por bem S. M. o Imperador determinar que o estudante Rozendo Adolfo Moniz Barreto, que tinha seguido para a campanha em meado do ano de 1866, fosse examinado nas matérias do quarto ano, como também matriculado no quinto. Este moço fez exame do quarto ano em 4 de outubro, matriculou-se no quinto no dia 5 do mesmo mês, e prestou o referido exame em 7 de novembro, tendo apenas ouvido onze a doze lições (SAMPAIO, 1868, p. 3-4).

> Alunos que foram para o exército, tem o Governo concedido matrícula em anos que eles não frequentaram, e exame de ciências que não estudaram: deram-se no ano passado, como no anterior, fatos desta ordem: - chegaram em setembro e outubro, isto é, no fim dos cursos escolares, moços que deviam ter naquele ano frequentado o quarto do tirocínio, por exemplo; foram matriculados nesse ano, que estava findando, admitidos a exame, e aprovados. Nos anos anteriores alguns nestas condições voltaram para a guerra, e vieram no fim do ano para serem examinados: e por este modo presenciou-se em 1868 o fato anômalo de formar-se um estudante só com três anos de frequência dos cursos. Esse doutor de pouco trabalho partiu para o Paraguai, quando terminou o terceiro ano; por lá esteve, vindo, porém, ao Brasil uma vez por ano fazer exames em novembro; e assim conseguiu um título, que a boa razão, e a justiça quer que se confira a quem tem habilitações legais e de fato (ROCHA, 1869, p. 9).

Durante os cinco anos de conflito, as faculdades de medicina tiveram que conviver com a falta de professores e com a precarização de suas instalações o que inviabilizava a oferta do ensino prático, como relatou Ferreira Souto:

> Nossas pobres Faculdades, lutando quase sempre com a indiferença dos poderes públicos, têm sido, até hoje, privadas dos meios materiais de progresso. Mais do Governo, do que dos professores desta Faculdade, dependem os estudos práticos. Falta-nos a clínica de partos; o horto botânico; o gabinete mineralógico; os laboratórios separados e os preparadores da escolha dos professores (SOUTO, 1870, p. 10).

Apesar de os jornais da época e até mesmo alguns cronistas das faculdades de medicina utilizarem um discurso que destacava a atuação humanitária e patriótica de seus médicos, alunos e das próprias instituições que aderiram ao apelo governamental para ajuda nos conflitos do Sul, os desdobramentos da Guerra do Paraguai trouxeram reflexos

negativos para o ensino de medicina e desmobilizaram o processo de formação de médicos no Rio e na Bahia.

Foi nesse contexto que Pacífico Pereira iniciou seus estudos médicos pela Faculdade de Salvador, um período de expectativa para alguns acadêmicos em vivenciar os melhoramentos estruturais prometidos pelos estatutos vigentes; um período em que o saber médico presenciou o surgimento de nova representação para seus fundamentos através da noção da medicina experimental (EDLER, 2006); um período de perplexidade e angústia para outra parcela do corpo docente, que esperava ver a FAMEB assumir projeção e notoriedade científica em semelhança às suas congêneres europeias.

1.2 O perfil do ensino

> Os velhos sistemas de ensino foram banidos; a autoridade do mestre com a simples exposição dos antigos métodos dava ao discípulo apenas noções superficiais e incompletas, desagregadas e mal absorvidas, que não se podiam assimilar numa forma natural e concreta, nem oferecer consistência para qualquer estrutura cientifica. [...] A revolução que tem produzido o método experimental na fisiologia, patologia e terapêutica, os constantes progressos que na prática médica tem introduzido a investigação científica, transformaram a clínica, de mero empirismo que era outrora, na dedução racional do conhecimento da natureza dos processos mórbidos e da ação fisiológica dos medicamentos (PEREIRA, 1890, p. 194).

Diferentes modelos teóricos foram empregados pelos médicos durante o século XVIII, tais como galenismo, iatroquímica, iatromecânica, vitalismo e a nosotaxia more botânica. Essas foram as principais doutrinas médicas desse período, as quais, com respaldo em sintomatologia e nosologia inspiradas nas classificações dos naturalistas, retomavam os princípios hipocrático-galênico em consonância com os conceitos da física e da química (BARRETO, 2005). Ao longo do século XIX, um conjunto de alterações teóricas operadas no campo da medicina promoveu o que Canguilhem (1977) chamou de "*revolução na arte de curar*". Antes disso, o controle da prática médica escapava às mãos de seus idealizadores, em razão de uma fragmentação intelectual que dificultava o estabelecimento de bases mais sólidas para a unificação dos saberes em medicina (FERREIRA, 1993).

Segundo Ferreira (1993), o nascimento da clínica[24], do método anatomoclínico[25], a persistência e o crescimento de uma atitude ponderada de ceticismo terapêutico[26], e o

[24] A medicina clinica teve na figura do hospital o seu local institucional privilegiado e contribuiu para mudança em relação ao estigma e caráter terminal que estes ambientes apresentavam. Dessa forma, os hospitais passaram a ser locais de convalescença e não de morte (FERREIRA, *et al*, 2001). A clínica apresentou-se como um tipo peculiar de análise diagnóstica e uma forma específica de ensino, caracterizando-se por envolver um conjunto de práticas inovadoras à medicina, mediadas por novos instrumentos, protocolos de experiências laboratoriais, cálculos estatísticos e constatações epistemológicas ou demográficas (FERREIRA, 1993).

[25] O método anatomoclínico teve seu período áureo durante a primeira metade do século XIX. Basicamente, esse método relacionava os fenômenos da doença observados pela clínica às lesões ou alterações anatômicas reveladas pelas autópsias cadavéricas (BARRETO, 2007).

[26] O ceticismo terapêutico caracterizou-se por um efêmero movimento que repudiava as formas tradicionais de tratamento das doenças através da utilização de diversos medicamentos que se mostravam inócuos. Esse movimento conotou a medicina, sob a égide da moral e da higiene, a responsabilidade pela ação preventiva e não curativa para doenças (FERREIRA, 1993).

surgimento da fisiologia como disciplina científica independente – possibilitaram que a medicina trilhasse por novos caminhos, não lineares, durante o período oitocentista.

Por certo, o século XIX abarcou uma série de teorias médicas que coexistiram de forma nem sempre harmoniosa. Quando grandes epidemias irrompiam, debates médicos eram alimentados em grandes centros de ensino ou mesmo nos prelos da imprensa especializada ou cotidiana, onde a doutrina mais eficaz, a diretriz mais eficiente, a terapêutica mais adequada tornavam-se os elementos fulcrais que moviam homens de ciência, intelectuais e políticos gestores em debates acalorados.

A fase de formação acadêmica de Antônio Pacífico Pereira foi demarcada pelo surgimento da medicina experimental, a qual muito interessa ao enquadramento desta pesquisa, em virtude de sua repercussão significativa no ambiente intelectual do campo médico brasileiro. Esse paradigma se amparou de forma sistemática nos estudos das ciências físico-químicas e da fisiologia/biologia[27] para redirecionar os procedimentos investigatórios e fomentar outros programas de pesquisa, com vistas a fortalecer e incorporar novidades metodológicas e doutrinárias à instrução médica. Para essa empreitada, a figura do laboratório entrou em cena, inserindo-se paulatinamente na medicina hospitalar e servindo de suporte e base para a produção de conhecimento (EDLER, 2014).

Diante da convivência, quase sempre conflitante, de diversos sistemas estruturantes do saber médico, François Magendie (1783-1855), considerado o precursor da medicina experimental, propôs e defendeu um programa "revolucionário" para a medicina, o qual, segundo Lichtenthaeler, (1978) era organizado em seis diretrizes:

1) Tanto a fisiologia quanto a medicina não poderiam ser consideradas ciências porque ainda eram governadas pelo empirismo e pelos sistemas contraditórios;
2) A física e a química já poderiam ser consideradas ciência porque tinham bases estabelecidas na pesquisa experimental;

[27] O desenvolvimento da medicina experimental também esteve associado à emergência da biologia, um novo campo disciplinar que concentrava seus estudos principalmente nos processos vitais e nos componentes estruturais dos organismos (FERREIRA, 1993). Não existia ainda, durante o século XIX, uma separação bem definida entre a fisiologia, disciplina que despertava grande interesse médico, e a biologia. Estas eram, inclusive, consideradas virtualmente expressões sinônimas (COLEMAN, 1983). Ferreira (1993) explica que, em razão da aproximação que existiu entre a fisiologia e a medicina, a maioria das pesquisas biológicas que estudavam os processos funcionais do corpo foram realizadas por médicos e, por isso, a ideia de tornar a medicina uma ciência de base experimental foi primeiro aventada pelos fisiologistas.

3) A física e a química, além de servirem de modelo para a fisiologia funcionariam como bases de sustentação desta;
4) A fisiologia deveria ser, portanto, uma ciência de cunho experimental;
5) Apesar de amparada pela física e pela química, a fisiologia seria uma ciência médica independente.
6) A fisiologia era também autônoma em relação à patologia e à patologia fisiológica.

Pacífico Pereira cursava o quarto ano do curso médico quando o pupilo de Magendie, Claude Bernard (1813-1878), propôs em seu livro, *Introdução ao estudo da medicina experimental*, publicado em 1865, um programa metodológico de investigação para medicina baseado na experimentação. Bernard defendeu a ideia de que, em sua essência, a medicina experimental se configurava como uma resultante da associação entre a fisiologia (considerada por ele pilar da disciplina), a patologia e a terapêutica. Diferindo-se de uma medicina pautada na observação e, portanto, passiva e de natureza hipocrática, a medicina experimental concebida por Bernard rogava para si a propriedade da dominação científica dos processos vitais que envolviam a natureza viva, sendo responsável por estabelecer, segundo Bernard, uma ruptura com os sistemas médicos até então praticados.

Pelas proposições de Claude Bernard o único curso cabível e capaz de elevar a medicina ao *status* de ciência seria aquele que substituísse o empirismo pelo uso sistemático da experimentação, através da qual as leis e os processos envolvidos nos fenômenos biológicos poderiam ser desvendados e submetidos à vontade humana (CARRETA, 2006).

A despeito disso, Claude Bernard não censurou por completo a medicina empírica. Apesar de expor suas limitações, ele a considerava um componente importante para a medicina experimental, uma vez que os elementos coletados a partir da observação deveriam, *a posteriori*, ser submetidos ao crivo da experimentação (CARRETA, 2006).

Contemporâneo ao surgimento destas e outras doutrinas médicas, Pacífico Pereira, influenciado por professores da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) e por outros médicos externos aos seus quadros, como Wucherer, Paterson e Silva Lima, aproximou-

se da medicina de cunho experimental, apropriando-se de suas diretrizes, realizando pesquisas sob sua égide e preconizando-a depois de sua formação.

A epígrafe que abre esta subseção fez parte do discurso proferido por Antônio Pacífico Pereira na abertura do III Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, sucedido em outubro de 1890, na capital da Bahia. Na ocasião da fala, Pacífico Pereira já se havia tornado um respeitado professor da FAMEB e um médico de renome não apenas em sua terra, mas em outros cantos da nação. Na alocução, municiado pelo capital científico acumulado em sua trajetória acadêmica e por sua retórica costumeira, Pacífico Pereira defendeu o ideal universalista postulado pela medicina experimental, exaltando suas conquistas e contribuições para o progresso científico. O enlace do médico baiano com o paradigma "salvador da humanidade" se remete à sua fase ainda estudantil, quando construiu relações com personagens (nacionais e estrangeiros) que comungavam com o "bando de ideias novas" fomentadas pelas correntes de darwinismo, positivismo, materialismo, e outras mais, sopradas na província de Salvador pelos ventos do Atlântico (MAIO, 1995).

A FAMEB como instituição de formação profissional participou dos debates e postulações que rodearam a construção do saber médico. Apesar de certa parcela da historiografia frequentemente classificá-la como uma instituição regida por sistemas metafísicos e como mera consumidora de doutrinas científicas estrangeiras[28], já existia entre seu corpo docente a consciência e a preocupação de adequar os conhecimentos apreendidos dos centros europeus à realidade local:

> Desta sorte o entendeu a França, esse luzeiro das ciências, que nos deve servir de farol, para a exemplo dela aproveitarmo-nos das lições do passado e fortes com a experiência dos anos, podemos tentar o progresso, se não acompanhá-la. Não pensamos, todavia, como muitos inovadores, que se deva aceitar e transplantar, sem restrições para o nosso país, tudo que existe nos outros: - imitarmos enfim, sem atender que cada povo tem suas leis, sua índole, seus hábitos, e que só o continuado andar dos tempos permitirá aceitar ou modificar tais ou tais ideias – segundo os elementos que se dispõe (FREITAS, 1864, p. 12-13).

[28] Citamos, a seguir, alguns autores que consideram a medicina brasileira do século XIX como pré-científica e mimetizadora de doutrinas médicas do Velho Mundo: Antônio Caldas Coni (1952), Lycurgo Santos Filho (1991), Mary del Priore (1993), Madel Luz (1982), Pedro Mota de Barros (1997/1998), Marcos Augusto P. Ribeiro (2014).

O controle sobre os conteúdos programáticos das disciplinas ministradas na FAMEB era rígido, tendo sempre que ser submetido ao exame da Congregação[29], mesmo em situações que motivassem sucintas alterações (RIBEIRO, 2014). A despeito disso, diversos docentes enriqueciam suas aulas com conteúdos extras, ambientando seus alunos acerca de novos estudos relevantes ao contexto médico:

> O erudito Sr. Conselheiro Aranha Dantas, com quanto não tenha ainda concluída a segunda edição, que continua a elaborar, de sua obra de Patologia externa, que publicou só por amor da ciência, e quando nenhuma vantagem era prometida aos que se dessem a esse gênero de trabalho, todavia se não tem descuidado de fazer na exposição das doutrinas de seu curso as ampliações e correções ao par com os progressos da ciência, que sem cessar esforça-se por acompanha (PINTO, 1865, p. 9).

> Continua o ilustre professor a declarar que, sem perder de vista, e respeitando as teorias dos nossos mestres, segundo as quais se explica a física nesta Faculdade, tem julgado do seu dever fazer conhecer aos seus discípulos a sua maneira de pensar a respeito das hipóteses criadas pelos físicos para explicar os diferentes fenômenos, hipóteses que, não preenchendo o fim, se podem abandonar, uma vez que se conheça qual seja o elemento de força e como este, produzindo pela sua expansão o fenômeno da luz, combina-se com a matéria inerte, para o que fora criado, causando a sensação de calor, e, como consequências, a atração, a repulsão e o fluido elétrico, ligando todos os fenômenos naturais, como resultado de uma só causa ativa, a qual constitui a vida do universo (OSORIO, 1967, p. 10-11)

> Eis em resumo a ordem seguida no meu curso; que é modificado, alterado mesmo, ou invertido segundo as observações, e experiências das diferentes escolas europeias – alemã e francesa – procurando o mais possível pôr-me a par, ou ao menos o mais aproximado aos melhoramentos, que por ventura for adquirindo este ramo de ensino (SODRÉ PEREIRA, 1866, p. 9).

> Dando conta do que V.S. de mim exige quanto a cadeira de patologia externa, cabe-me declarar que, conquanto por circunstâncias independentes de minha vontade não tenha podido concluir o trabalho já algum tanto adiantado de uma nova edição do meu opúsculo de patologia externa, refundido e ampliado, contudo na explanação das doutrinas, conforme o programa aprovado pela Faculdade, não deixo de expor aos alunos o que há de novíssimo na ciência (MOURA, 1874, p. 17).

[29] Dentro da Faculdade de Medicina, sobre a congregação de lentes residia a tarefa de inspecionar a Instituição quanto ao cumprimento dos sistemas e métodos de ensino, zelando pela ciência oficial e impedindo abusos quanto à disciplina e o regime escolar. Competia também aos membros da congregação a orientação durante as lições práticas, realizar a indicação dos responsáveis pelo curso de obstetrícia com o consentimento de seus provedores (SANTOS, 2012).

Vários professores que lecionaram durante a fase de estudos de Pacífico Pereira realizaram viagens de aprimoramento à Europa. A reforma de 1854 já previa o envio de um docente, de três em três anos, mediante eleição feita pela Congregação da Faculdade, para operar investigações científicas "*ou para estudar nos países estrangeiros os melhores métodos de ensino, e examinar os estabelecimentos e instituições médicas das nações mais adiantadas a este respeito*"[30]. O relato presente na memória histórica para o ano de 1910, e assinado pelo Dr. Aurélio Rodrigues Viana, citou exemplos desse tipo de incursão de professores aos países europeus, que se repetiu nos anos de 1842, 1873, 1877, 1881, 1883 e 1886 (SANTOS, 2012). Do mesmo modo, existiam aqueles que viajavam às próprias expensas.

Segundo Edler (2014), desde o ano de 1850 o continente europeu havia se tornado o local de especialização quase que obrigatório para os médicos brasileiros recém-formados. Como consequência, a FAMEB passou a exibir em seus quadros jovens médicos que se distanciavam da geração de professores formados nas décadas iniciais do século XIX, sendo, portanto, mais receptivos e críticos às doutrinas estrangeiras e, por vezes, exibindo posições epistemológicas diferentes daquelas de seus coetâneos[31] (BARRETO, 2005).

Existiu um esforço por parte do corpo docente em se manter atualizado diante das principais doutrinas que circulavam entre os grandes centros de formação médica. Além das viagens, a apropriação de conhecimento ocorreu, igualmente, pela leitura de manuais, livros, edições de importantes periódicos que chegavam ao Brasil nas bagagens de médicos iniciantes ou doutores estrangeiros que imigravam para o país a fim do exercício da profissão.

Nas memórias históricas anuais da FAMEB, era comum a presença de relatos de professores sobre o desenvolvimento das disciplinas que ensinavam durante o período letivo. Pela análise dessas crônicas, verificamos que, como atividade indispensável à

[30] Ver: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854.* Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 15/11/2018.

[31] Citamos como exemplo o conflito de ideias exibido entre os professores da FAMEB José de Goes Sequeira e Antônio Januário de Faria no tocante à relação entre metafísica e medicina. Goes Sequeira acreditava que a doença poderia ser explicada mediante aliança entre medicina e metafísica, sendo esta última aquela capaz penetrar no âmbito das sensações, das ideias, ou outros fenômenos morais que se apossavam do homem. Em contraste, Januário de Faria defendia estrita separação entre medicina e metafísica, afirmando que os eventos relacionados ao pensamento tinham origem orgânica e, por isso, os atos decorrentes da inteligência eram explicados pela fisiologia (BARRETO, 2005).

formação médica, o ensino prático foi um componente presente nos programas que compunham a base curricular da FAMEB. Sua execução plena, porém, não se estabeleceu em todas as cadeiras, sendo em várias ocasiões executado de forma deficiente e insatisfatória. Torna-se oportuno sublinhar que, nos casos em que o ensino prático foi ausente, a dinâmica teórica/livresca porventura adotada para a condução da disciplina não significou necessariamente a oferta de conteúdos desatualizados (EDLER, 2014).

Diversos motivos foram apontados para justificar as falhas na oferta do ensino prático: instalações precárias, poucos recursos, déficit de funcionários e equipamentos. Para o memorialista de 1869, Salustiano Ferreira Souto, o baixo investimento governamental impactava diretamente na qualidade das aulas práticas, que careciam de verbas para manutenção e compra de equipamentos, bem como de professores mais valorizados em suas remunerações (RIBEIRO, 2014).

Na visão de Antônio Januário de Faria, apesar das dificuldades, os conteúdos práticos estavam bem encaminhados em suas respectivas disciplinas e proporcionavam, aos alunos, habilidades importantes para o exercício da medicina.

> É forte desta esperança que eu vou entrar em algumas considerações acerca do ensino prático, nosso lado fraco, e vulnerável sem dúvida, mas que não está tão desguarnecido e indefeso, como por aí se quer apregoar. E se deve haver franqueza para confessar o que falta, porque não a há de haver igualmente em reconhecer o que já possuímos? Apelidar hoje de quimera a parte prática da arte de curar em nossa Faculdade, se não é uma hipérbole mordaz, não passa de um dito irrefletido, emitido ao acaso, sem atender-se que o zelo pela verdade é assim sacrificado ao desejo de censurar. (...) Felizmente já hoje os filhos da Faculdade de Medicina da Bahia, aqueles em que houverem se esforçado em seu tirocínio por adquirir os conhecimentos práticos que o ensino entre nós pode fornecer, entrando na vida social não poderão ser mais considerados como meros repetidores de teorias e doutrinas, sem habilitação alguma para o exercício da arte de curar: por certo que sem injustiça se lhes não poderá aplicar o epíteto de charlatães, ou julga-los na frase de um ilustrado médico português, o Dr. Albino (tratando dos facultativos destituídos de prática), como uma espécie de homicida, a quem um diploma escuda contra as disposições do código penal (FARIA, 1860, p. 20).

Um recurso alternativo empregado na FAMEB para complementar a parte prática do curso de medicina, considerada carente por alguns memorialistas, foi a oferta de cursos

particulares[32]. Previstos pelo artigo 196 da reforma de 1854, esses cursos poderiam ser oferecidos pelos professores opositores, únicos autorizados[33] a lecioná-los. Tinham lugar nas dependências da faculdade, com autorização do seu diretor e em horários não conflitantes com outras aulas do curso regular de medicina. Seus conteúdos eram diversificados, abordando assuntos teóricos ou práticos, ou ainda, uma mescla de ambos.

As memórias históricas produzidas antes do ingresso de Pacífico Pereira no curso de graduação davam destaque para as atividades desenvolvidas em alguns destes cursos. Sobre essas aulas, o historiador dos trabalhos da faculdade para o ano de 1856, João Antunes de Azevedo Chaves escreveu:

> Opositor Sr. Dr. Gordilho, depois de ter concluído um belo curso particular, que dera de partos, abriu e completou um outro de operações com geral satisfação de seus ouvintes, rematando estes seus recomendáveis trabalhos com algumas explicações e demonstrações em cadáveres, relativas ao objeto das cadeiras de Anatomia e Medicina Operatória, de que é preparador, e cujos honrados Srs. Lentes afirmam ter ele dado, sob este ponto de vista, distinta conta de si (AZEVADO CHAVES, 1857, p. 25).

Outro cronista, Antônio Mariano do Bonfim, nos relatos das atividades da FAMEB em 1860, também noticiou:

> Os Srs. Opositores, Dr. Moura e Dr. Alvares da Silva, solicitaram e obtiveram do Sr. Conselheiro Diretor licença para estabelecerem cursos particulares; o primeiro sobre Operações, e o segundo sobre Fisiologia. As lições do Sr. Dr. Moura foram práticas; e nelas se estudaram os métodos e processos mais usados nas ligaduras, amputações, desarticulações e ressecções. Além disto quando tinha o Sr. Dr. Moura de fazer qualquer operação no Hospital, onde distintamente exerce o lugar de cirurgião, convidava os alunos para assistirem e ajudarem, oferecendo-lhes assim ocasião de também executarem no vivo a prática que haviam ensaiado no morto; para que destarte melhor apreciassem o valor das teorias estudadas nos livros (BONFIM, 1861, p. 36).

[32] Nas fontes que consultamos não encontramos qualquer referência sobre cobranças de taxas para que os alunos participassem deste curso. Parece-nos que o uso do termo "particular" é empregado apenas para diferenciá-lo do curso regular oficial de medicina, chamado também de curso público. A oferta desses cursos partia da iniciativa individual do professor opositor, funcionando como uma espécie de atividade de extensão voltada para o aprimoramento prático dos alunos do curso de medicina. Para os opositores, a oferta deste tipo de curso poderia se mostrar vantajosa, de acordo com suas pretensões profissionais dentro da academia; uma vez constando em seus currículos, a ministração destes cursos particulares poderia somar pontos em processos de seleção para cargos superiores na faculdade.

[33] Apesar da restrição imposta pela reforma, encontramos nas fontes analisadas alguns cursos particulares sendo ofertados por lentes substitutos. Os estatutos de 1854 criaram o cargo de professor opositor em substituição ao de professor substituto, que passaria a ser extinto à medida que os cargos fossem entrando em vacância. Em linhas gerais, a função do professor substituto, nesse período, era análoga a de opositor. Talvez por isso, alguns professores substitutos tenham recebido autorização para ministrar cursos particulares.

Discorrendo sobre os conteúdos práticos ofertados nesses cursos particulares, Manoel Aranha Dantas, na memória de 1855, destacou os serviços do professor José Antônio de Freitas, que apresentava aos seus alunos "*operações delicadas e difíceis*" realizadas em pacientes vivos durante as aulas demonstrativas de medicina operatória. Consoante a esse assunto, Aranha Dantas fez menção de um segundo curso particular conduzido naquele ano por Antônio José Alves, médico que se tornaria, posteriormente, um dos mestres de Pacífico Pereira. Na ocasião, o dito professor, depois de várias demonstrações microscópicas sobre o sangue, o leite, o pus, praticou no anfiteatro da FAMEB a "*ressecção da maxila inferior*" em um caso de "*osteo-sarcoma*", uma operação que o memorialista julgou ser inédita entre seus pares (DANTAS, 1856, p. 15). Anteriormente, Antônio José Alves, segundo Aranha Dantas, já havia ofertado outros cursos particulares de oftalmologia e auscultação na instituição.

Não obstante os benefícios produzidos para alguns estudantes, os cursos particulares também enfrentaram problemas. Nem todos os opositores se disponibilizavam em ofertá-los. O memorialista José Antônio de Freitas, questionando-se sobre o porquê da não oferta dos cursos particulares no ano de 1863, apontou em seus escritos um dos motivos que levavam ao problema:

> Qual a razão da ausência completa de cursos particulares na nossa escola? Só descobrimos uma – é a terrível lei da economia, é acreditar-se que um opositor sem ordenado deve sacrificar-se ao trabalho com a esperança somente de que para o futuro se pese na balança do julgamento, quando houver de expor-se a um concurso, essa sua dedicação e desinteresse. Quem trabalha quer ser remunerado. A necessidade é um inimigo que o estudo tem (FREITAS, 1864, p. 8).

O único benefício concedido aos opositores pela ministração dos cursos particulares, de acordo com a reforma de 1854, era a garantia de, no futuro, quando participassem de um concurso público para posições superiores na FAMEB, poderem lançar mão deste histórico na diferenciação de seus currículos no processo avaliativo. Contudo, segundo Antônio de Freitas, a ausência de retorno pecuniário provocava desinteresse de grande parte destes professores para a condução de cursos particulares.

Outro fator desfavorável à existência regular dos cursos particulares foi a dificuldade vivenciada por alguns opositores de conduzi-lo até o seu final, em

consequência da evasão repentina dos alunos. A respeito desse ponto, o memorialista Francisco Rodrigues da Silva escreveu:

> Entretanto, tão desapercebidos passam eles em nossa faculdade, tão modestos são os seus empenhos, tão limitados o seu número, tão mal agourado em seu alcance, que não preenchem talvez os intentos progressistas com que foram instituídos. Mas que querem? Que há de fazer o opositor num curso particular que, mal começa, é logo desamparado pelos alunos que deviam mantê-lo em seu interesse, ao menos com aplausos espontâneos da admiração? (SILVA, 1862, p. 28).

Para os acadêmicos de medicina mais interessados, os cursos particulares focados no ensino prático se mostravam como uma rica oportunidade de suprir possíveis deficiências apresentadas em disciplinas do curso regular, ou como uma chance de treinar os conhecimentos teóricos aprendidos. Todavia, a disponibilidade dessa modalidade de curso, que já não era abundante, seria fortemente afetada nos anos de graduação de Pacífico Pereira, um efeito direto da Guerra do Paraguai.

Lentes catedráticos e opositores seguiram para o Sul a fim de se incorporar ao Corpo de Saúde do Exército nos anos de peleja, desfalcando o quadro de professores da FAMEB. Os opositores que permaneceram na academia foram remanejados para suprir a ausência dos catedráticos que rumaram para a guerra.

Passada a fase de conflito, a oferta de cursos particulares retornou vagarosamente. Algum tempo depois de sua formatura, Pacífico Pereira assumiu o cargo de opositor na FAMEB (1871). No decurso das atividades do cargo, ofereceu cursos particulares (que passaram a ser chamado de cursos livres) de histologia normal e patológica, focados exclusivamente na prática. Foi elogiado pelo cronista de 1881, Claudemiro Augusto de Morais Caldas, que salientou os conteúdos especializados oferecidos e as lições passadas aos alunos, marcadas pelo manejo de microscópios e preparações histológicas[34] (CALDAS, 1882, p. 4).

[34] Morais Caldas fez questão de sublinhar, em sua memória histórica, o fato de Pacífico Pereira ter fornecido, à própria custa, todo material necessário para desenvolvimento do curso, como: microscópios, instrumentos, utensílios e reagentes. Pacífico Pereira também doou à faculdade uma coleção de 400 preparações de embriologia, histologia normal e patológica. As ações registradas na oferta destes cursos por Pacífico Pereira sinalizam certo voluntarismo e espírito solidário do jovem opositor. Contudo, tais atos poderiam resultar em benefícios futuros, como vantagens em concursos para cadeiras superiores, conforme previa o artigo 196 da reforma de 1854, que destacava que o curso particular "*quando bem desempenhado, habilitará o opositor para os melhoramentos e acessos na Faculdade*" (BRASIL, 1855, p. 228).

Ainda sobre a questão do ensino prático na FAMEB, é salutar tecermos algumas considerações:

1) A parte prática como atividade intrínseca de algumas disciplinas médicas não pode ser confundida com a modalidade de ensino prático pautada pelo experimentalismo que começou a ser preconizado por professores reformistas convertidos ao ideal da emergente da medicina experimental a partir da década de 1870. Mesmo deficientes, ou rudimentares, as lições práticas estiveram frequentemente associadas ao ensino teórico nas diversas disciplinas do curso médico da Faculdade Baiana, como registrado em várias memórias históricas;
2) De acordo com essas memórias, os limites estruturais da FAMEB interferiram, de certa forma, na qualidade da condução e do padrão de ensino prático por ela ofertado. Peças anatômicas, itens para experimentação, máquinas e equipamentos, ausência de cadáveres, espaço adequado, foram alguns dos elementos reclamados pelos docentes para pleno desempenho de suas cadeiras. De certa forma, isso explicaria as manifestações incriminatórias de certos professores e memorialistas sobre a carência ou inexistência do ensino prático na Faculdade de Salvador.
3) Existiu um esforço do professorado (ou uma parcela deste) em conduzir suas disciplinas em consonância com os princípios doutrinários circulantes na Europa, e a apreensão destes saberes – resultantes de viagens de estudo, de leituras especializadas – serviu de base para composição de um programa curricular moderno e atualizado. Essa constatação evidencia que a FAMEB não esteve avessa às novidades do saber. Decerto, muitos médicos da Bahia se apresentavam como ecléticos diante da diversidade de doutrinas presentes na medicina de seus tempos. Esae ecletismo não se configurou como um sincretismo, mas sim como um conhecimento de todas as doutrinas, uma apropriação apenas das "crenças boas" em detrimento das "más" (BARRETO, 2005).
4) Os eventos ligados à Guerra do Paraguai prejudicaram o pleno desenvolvimento institucional das Faculdades de Medicina do Rio e de

> Salvador e contribuíram com os prováveis pontos de fragilidade referentes ao contexto teórico prático que Pacífico Pereira e outros estudantes enfrentaram em suas carreiras estudantis. As verbas para o ensino foram reduzidas; a FAMEB teve seu quadro de professores diminuído, em consequência da participação de muitos deles e também de alunos nas missões de saúde do Serviço Militar[35]; concursos para opositores foram suspensos até o final da guerra; a oferta de cursos particulares foi interrompida. Como resultado, muitas disciplinas não puderam executar seus programas a contento.

Mesmo antes da medicina experimental desabrochar (de 1870 em diante), seus pressupostos recebiam acolhimento entre os médicos de Salvador, especialmente aqueles que mantinham contato com a ciência europeia por meio de suas jornadas de estudo ao exterior e pela circulação do periodismo médico. Para Barreto (2005), essa aproximação com a Europa e com médicos estrangeiros ocorreu principalmente entre médicos mais jovens, recém-formados, e consistiu em uma via alternativa para estes esculápios, geralmente preteridos entre um grupo de médicos (lentes da FAMEB) que dominava a prática clínica pública e privada na região.

Os jovens médicos, ao regressarem de seus estágios na Europa traziam consigo uma bagagem diversificada de conhecimentos, saberes que lhes conferiam competências e formação diferenciadas em relação aos de seus mentores. Em determinadas situações "*proclamavam-se especialistas das novas disciplinas. Gabavam-se por possuir um saber não apenas teórico e abstrato, mas também habilidades práticas adquiridas nos laboratórios ou clínicas especiais de consagrados mestres europeus*" (EDLER, 2014, p. 76).

Fora do ambiente acadêmico, a tradição médica iniciada pela chamada "Escola Tropicalista" – em conjunto com um empreendimento tipográfico que estudaremos mais adiante, a *Gazeta Médica da Bahia* – alcançaria, posteriormente, proeminência nacional capitaneada por um cenário propício à formação de uma consciência política na sociedade civil (MAIO, 1995).

---

[35] Para mais dados sobre este episódio consultar: *Gazeta Médica da Bahia* v.1, n. 2, p. 13-14, 1866; v. 1, n. 6, p. 61-62, 1868; v. 2, n. 45, p. 246-248, 1868.

Tal conjuntura foi marcada pelo recrudescimento da medicina experimental, com adesão paulatina, mas não isenta de conflitos, de professores, acadêmicos e outros simpatizantes ao novo paradigma. Em concomitância, periódicos médicos surgiram em meio à organização de grupos que passaram utilizar estes espaços como forma de persuasão social para lutar por mudanças estruturantes no espaço institucional, na legislação do currículo, na implantação do ensino prático com viés experimentalista (complementar àquele subsidiado pela medicina de base anatomoclínica), à semelhança dos programas já implementados nos centros europeus de formação médica, como os germânicos, por exemplo.

1.3 Práticas educativas no espaço de cura: relações pedagógicas entre a Faculdade de Medicina da Bahia e o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia

> Que vindes aqui fazer, senhores? Vindes converter em conhecimentos práticos todas as noções teóricas que haveis até hoje adquirido; vindes observar diretamente os fenômenos mórbidos de que os livros vos falaram; vindes aqui para aprender a distinguir os sintomas, e apreciar-lhes o valor e importância relativa, para verificar relações que tais sintomas apresentam com as lesões dos órgãos internos; vindes, enfim, estudar a arte de aliviar os vossos doentes pelo feliz emprego de uma medicação apropriada (FARIA, 1867, p. 253).

Os hospitais surgiram como estabelecimentos devotados e com ordens religiosas que se ocupavam no serviço ao necessitado a partir do período em que Constantino, imperador de Roma, converteu-se ao Cristianismo. A relação do cuidado e da cura como obra de caridade cristã impulsionou a fundação dos hospitais durante a Idade Média (PORTER, 2008). Como local de tratamento e cura, o hospital é produto recente no mundo ocidental (FOUCALT, 1998). O século XVIII trouxe um cenário de mudanças para a prática médica, o qual impactou os procedimentos terapêuticos empregados nos hospitais, promovendo paulatinamente sua medicalização. Tais eventos foram aos poucos deslocando o viés assistencialista desses espaços para segundo plano e fortalecendo as dinâmicas envolvidas com a cura e a eficácia das ações médicas para promoção da saúde.

Até o século XVIII, a finalidade dos hospitais estava distante da promoção plena da recuperação do doente, sendo definidos como espaços de assistência material e espiritual, que concediam cuidados derradeiros e sacramentos aos enfermos e desvalidos. Posteriormente a esse período, o caráter assistencialista do hospital começou a ser questionado em decorrência do recrudescimento das discussões envolvendo a higiene[36], movimento que influenciou os procedimentos de modernização e especialização desses espaços.

Foucault (1995) destacou que a diferença percebida entre os hospitais medievais e os especializados consistia basicamente na questão dos cuidados e procedimentos médicos: enquanto os primeiros direcionavam suas atividades à exclusão, à segregação e à crença dos problemas que os alienados e portadores de moléstias, como a sífilis e a

[36] As condições insalubres que muitas cidades exibiam em decorrências da desordem urbana, do aumento demográfico, do acúmulo de lixo, entre outros, estimularam o desenvolvimento de uma série de medidas de intervenção e organização urbana por parte de diferentes governos. Assim floresceu o movimento higienista, que desde o século XIX norteou e esteve associado ao processo civilizatório e de incentivo ao progresso em diversos países (BARRETO, 2005).

lepra, poderiam trazer à população; os segundos se preocupavam em estabelecer cuidados específicos aos doentes e às doenças. Essa transformação do espaço hospitalar durante o período das Luzes, o conduziria, ao longo do século seguinte, à condição profícua de promotor da saúde, de local de aprimoramento prático, de ensino e de pesquisa (SANGLARD, 2007).

A ideia de utilização do ambiente hospitalar como local adequado para o ensino da medicina não é relativamente nova. Porter (2008) faz menção a uma escritura de fundação de um hospital em Constantinopla, com data de 1136 d.C., a qual vinculava a instrução médica ao hospital. Ainda de acordo com o autor, o trânsito de estudantes pelos corredores dos nosocômios foi intensificado durante o século XVIII, no qual diversos casos clínicos eram utilizados por professores como base de treinamento para os novos doutores.

O momento de inflexão em que a medicina adquire um caráter mais "hospitalar" ocorreu, segundo William Bynum (2011), entre os anos de 1749 e 1848, quando um conjunto de ferramentais e técnicas começam a florescer dos hospitais parisienses, passam a servir de base para a formação e trabalho médico local e, posteriormente, a influenciar a medicina ensinada e praticada no Ocidente. O contexto foi demarcado pela reabertura das três escolas de medicina, que, sob premissa de uma nova educação médica[37], atuaram inicialmente para suprir, com novos doutores, às necessidades militares da nova República Francesa que convivia com a perda de soldados acometidos por doenças ou feridas mortíferas[38]. Segundo Michel Foucault (1998), o conjunto de mudanças processadas no ambiente hospitalar produziu sua medicalização, tornando-o, desta maneira, um efetivo instrumento terapêutico, e não mais lugar de morte. Essa transformação decorreu de dois processos fundamentais: a intervenção médica em

[37] Desempenhando serviços cruciais na comissão francesa encarregada de considerar as "*exigências médicas da nova era*", Antoine Fourcroy (1755-1809), que fora indicado pela Assembleia Revolucionária, organizou o projeto das escolas médicas em Paris, Estraburgo e Montpellier, e produziu um emblemático relatório balizado em três conceitos para a "*nova educação médica*": ensino associado intensamente à prática; hospital como espaço de ensino; a indissociação entre medicina e cirurgia (BYNUM, 2011, p. 54).

[38] No final do século XVII, o surgimento de armas, como o fuzil, elevou os custos do exército com o preparo de seus soldados, que precisaram desenvolver perícia e destreza para manejar o novo armamento. Assim, o custo do exército passou a vigorar como importante peça orçamentária dos países e, em igual sentido, as preocupações para que o investimento direcionado aos soldados não fossem perdidos em decorrência de sua morte ou inoperância por questões de saúde ou doença. A partir de então, um conjunto de esforços foi direcionado para implementação de uma reorganização administrativa e política do ambiente do hospital militar, com base em estratégias de vigilância e monitoramento constante dos enfermos (FOUCAULT, 1998).

conjunto com a disciplinarização do espaço nosocomial (Foucault, 1998). Como resultantes de tais processos, o hospital adquiriu o referencial de local de cura, de registro documental, de formação e acúmulo de saber, tendo na figura do médico o responsável direto pela sua organização.

Motivado pelo aumento da demografia mundial, o número de hospitais atingiria um crescimento notável durante o século XIX. Em meio a esse notável crescimento, surgiram também os "hospitais-escola", direcionados ao ensino médico. Estes últimos, na maioria das vezes, eram associados à universidades (PORTER, 2008).

De acordo com Gisele Sanglard (2007), no Brasil, esse processo esteve relacionado com a criação das Faculdades de Medicinas da Bahia e do Rio de Janeiro, com as reformas ocorridas no ensino médico e com os impactos advindos destas modificações na rotina de trabalho dos Hospitais das Misericórdias dessas cidades.

A Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) se associou, desde seus primórdios, ao espaço hospitalar como lócus das aulas práticas. Entre os anos de 1808 e 1815, ainda como Escola de Cirurgia, as demonstrações e atividades práticas ocorriam duas vezes por semana em uma das enfermarias do Hospital Real Militar.

A primeira reforma do ensino médico na Bahia, levada a cabo pela Carta Régia de dezembro de 1815, transferiu a sede do Colégio de Cirurgia para o hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia (HSCM)[39], segundo apontou Gonçalo Muniz de Aragão (1923, p. 25) em sua crônica sobre o progresso da medicina na Bahia. O episódio demarcou o início de um vínculo duradouro entre estas centenárias instituições.

As ações da Santa Casa da Misericórdia em Salvador, inauguradas com as atividades do Hospital da Caridade, remetem-se ao ano de 1549[40], fase em que esta irmandade laica e devocional, criada nos moldes da Santa Casa lisboeta, começou a prestar ações de cunho assistencialista, recolhendo menores abandonados, pessoas com doenças mentais, bem como socorrendo doentes, necessitados e outros miseráveis. Essa

[39] Esta transferência se deu de forma momentânea, pois, em outubro de 1832, o Colégio de Cirurgia (agora como Faculdade de Medicina) retornou a sua antiga sede, no Terreiro de Jesus (TEIXEIRA, 2001).

[40] O sítio central da cidade de Salvador foi o lugar de fundação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a segunda do Brasil. Ainda hoje o local é conhecido como Rua da Misericórdia. Santana (2008) esclarece que não se tem conhecimento da existência documental que defina com precisão o período de fundação da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. A autora afirma que existem na historiografia referências aos anos de 1549 e 1552, como períodos apontados para a fundação da entidade. A dúvida é suscitada em razão da destruição dos arquivos da Santa Casa, ocorrida entre 1624 e 1625, durante a invasão holandesa (RUSSELL-WOOD, 1981).

irmandade integrou uma considerável rede de confrarias que, mediante a proteção real e consentimento da Igreja, colaborou significativamente com a estruturação do Império Português na prestação de socorro e amparo diversificado à população provincial (BARRETO, 2011). A independência política do Brasil não alterou essa configuração, e manteve preservada a relação entre caridade e assistência pública.

O âmbito de atuação da Santa Casa se desenrolou no campo social e político da vida coletiva das cidades e vilas da Bahia, e serviu de paradigma e modelo norteador às outras irmandades coetâneas e operantes nos diferentes centros urbanos do país (SANTANA, 2008).

As Misericórdias pautavam suas ações de apoio aos desvalidos por um estatuto (de Lisboa) que regia suas ações caritativas ou "obras de misericórdia", sendo sete espirituais: como ensinar aos ignorantes; dar bom conselho; punir os faltosos com compreensão; consolar os infelizes; perdoar as injúrias recebidas; suportar as deficiências do próximo; orar a Deus pelos vivos e pelos mortos; e sete compromissos corporais: resgatar os cativos e visitar prisioneiros; tratar os doentes; vestir os nus; alimentar os famintos; dar de beber aos sedentos; abrigar os viajantes e os pobres; sepultar os mortos (BARRETO, 2011). À Santa Casa foi designada a responsabilidade da execução de todos os trabalhos públicos de assistência à população. Nesse sentido, órfãos; marinheiros; viúvas; presos; prostitutas; mendigos; pedintes; alienados; moças pobres; doentes e outros desamparados da sociedade receberam socorro e cuidado da instituição, que também administrava cemitérios e enterros de pessoas membros da irmandade, ou não.

Durante as primeiras décadas do século XVII as Misericórdias deram seguimento a um processo de anexação de hospitais. Esse movimento se mostrou profícuo para a monarquia portuguesa, em decorrência da redução dos custos que a concessão da administração dos nosocômios provocaria; em contrapartida, a incorporações de hospitais e a aproximação com a Coroa trouxeram benefícios econômicos e projeção às Misericórdias (BARRETO, 2007).

Segundo Sá (1997), a passagem da administração dos hospitais para a irmandade foi proveitosa para ambos os lados: para a Coroa, que passou a ter seus soldados tratados nos hospitais de caridade, diminuindo seus gastos com a manutenção hospitalar; e para as Misericórdias, que fortaleceram seus laços de ligação com o rei e passaram a usufruir favores reais. Após experimentar os benefícios trazidos pelo aporte patrimonial adquirido

com os hospitais, dentre os quais a elevação na arrecadação de donativos pios e na administração das missas, a irmandade concentrou esforços para manter o monopólio da assistência e impedir que outras entidades concorressem com serviços caritativos, em especial os de cunho hospitalar (RUSSELL-WOOD, 1981).

A referência para tratamento médico em Salvador, entre sua fundação até as primeiras décadas do século XX, foi o Hospital da Santa Casa da Misericórdia (HSCM), o qual ao longo de sua história recebeu várias denominações, como: Hospital de Nossa Senhora das Candeias; Hospital da Cidade do Salvador; Hospital da Misericórdia (nome mais popular); Hospital da Caridade, passando a se chamar Hospital São Cristóvão no final do século XVII (BARRETO, 2005).

O HSCM permaneceu funcionando no mesmo local por mais de dois séculos, com instalações diminutas, precárias e "*sem nenhuma das condições requeridas pelas ciências médicas*"[41]. Com as frequentes epidemias e o aumento populacional, o lugar tornava-se insuficiente para atender à demanda pelos serviços de saúde, levando médicos e professores da Escola Médico Cirúrgica[42] a pleitearem reformas e ampliação do hospital a fim de adequá-lo às exigências da higiene. Em 1816, a Mesa da Misericórdia levou a situação do nosocômio ao conhecimento da Coroa através de uma representação dirigida ao rei D. João VI:

> O hospital de caridade desta cidade, onde tantos desgraçados procuram amparo, foi situado, talvez há mais de duzentos anos, na crista da montanha fronteira à Bahia, que serve de ancoradouro da mesma cidade; todas as enfermarias, dispensa, cozinha e mais arranjos do dito hospital são como subterrâneos expostos uma parte do ano a grandes ardores do sol, e outra parte a ventanias e umidades, de sorte que os indivíduos que procuram o remédio a suas moléstias no hospital encontram o aumento delas (GAZETA MÉDICA DA BAHIA
> , n. 1, v. 25, p. 5, 1893).

Apesar dos manifestos, os espaços do HSCM permaneceram sem grandes melhoramentos. Foram as mesmas instalações que abrigaram a Escola de Cirurgia da

[41] Cf: *Gazeta Médica da Bahia*, n. 1, v. 25, p. 4-5, 1893.
[42] Em 1814, os médicos João Ramos de Araújo e José Avelino Barbosa, este último professor da Escola de Cirurgia da Bahia, notificaram a Mesa da Santa Casa sobre as condições insalubres do Hospital da Misericórdia, denunciando o estado de ruína das enfermarias, a localização inadequada do recinto e sua incapacidade de atendimento a um público numeroso. Na ocasião, os médicos solicitaram a remoção do hospital para locais mais apropriados, como o sítio do Tororó ou a Casa da Pólvora (*Gazeta Médica da Bahia*, n. 1, v. 25, p. 5, 1893).

Bahia, quando esta deixou as salas da sua antiga sede no Hospital Militar. A mudança foi estabelecida pela Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, que também ampliou o número de cadeiras e de professores da Escola de Medicina (PEREIRA, 1923). O evento, num primeiro momento, foi benéfico para o hospital, que teve sua rotina alterada e passou a contar com um número maior de médicos em virtude da presença marcante da Academia.

Além de lugar para assistência e terapêutica, o HSCM passava agora a ser, efetivamente, um ambiente de ensino e a vivenciar as transformações que acompanharam o processo de medicalização dos espaços de cura.

Durante o tempo em que funcionaram nos mesmos espaços, o HSCM e a Academia mantiveram convivência relativamente harmônica. Não obstante, situações pontuais exibiam nuances da acomodação da relação comensal entre as instituições, como no caso do atrito entre a Santa Casa e a Escola de Cirurgia, relatado por Pacífico Pereira em seu livro sobre a trajetória da medicina da Bahia. O incidente, segundo Pereira, ocorreu em 1822, quando a Escola de Cirurgia foi impedida de utilizar a sala das sessões da Mesa da Misericórdia para a realização de seus exames rotineiros, tendo que apelar à Junta Provisória do Governo para ter acesso ao local (PEREIRA, 1923, p. 19).

O Hospital Militar que funcionava no antigo Colégio dos Jesuítas teve suas atividades descontinuadas no ano de 1832, por decreto promulgado pela Regência Imperial. Prontamente, a Mesa da Santa Casa iniciou a interlocução com o governo da província, a fim de conseguir permissão para utilização provisória daquela edificação até a conclusão de um novo espaço para tratamento dos doentes[43]. Obtida a autorização, em 2 de julho de 1833, o HSCM foi então transferido para as antigas acomodações do extinto hospital.

[43] O presidente da Província, Barros Paim, concedeu à Santa Casa a utilização provisória das instalações do Hospital Militar até o término das obras do outro hospital no largo de Nazaré desde 1828 (BARRETO, 2005). Contudo, a construção do novo hospital foi interrompida por diversas vezes, sendo definitivamente suspensa em 1840. Somente em 1883 as obras foram retomadas e, finalmente, concluídas, em 30 de julho de 1893, com a Inauguração do novo nosocômio renomeado para Hospital Santa Isabel (Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, n. 1, v. 25, p. 1-12, 1893).

Transcorrida metade dos oitocentos, Salvador já dispunha de outros locais para cuidar dos enfermos[44], mas o Hospital da Santa Casa da Misericórdia (HSCM), por sua natureza, acabou por se consolidar como um dos principais sítios de tratamento e cura para os casos incidentes de morbidade da região, acolhendo todos os enfermos que requisitassem sua assistência, inclusive soldados e pessoas de diferentes etnias (SÁ, 1997). Por suas enfermarias transitavam anualmente milhares doentes provindos do recôncavo, da capital, de outras províncias, e, principalmente, do exterior, em busca de socorro e atendimento (BARRETO, 2005).

A organização de suas enfermarias se remetia à divisão clássica entre medicina e cirurgia. Os custos com a manutenção do HSCM provinham da arrecadação com os serviços privados de saúde; de rendas obtidas de propriedades rurais da Santa Casa; de doações; e de contratos firmados com o Estado em decorrência dos serviços médicos prestados a presos, soldados e marinheiros (BARRETO, 2005)[45].

O HSCM ocupou espaço relevante na trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira, que atuou como seu cirurgião adjunto, em 1876; como Consultor da Mesa, em 1892; e também como mordomo do Hospital durante cinco anos, notadamente entre os intervalos de 1892 e 1895 e de 1913 a 1914.[46] Entretanto, foi durante sua fase estudantil que as práticas desenvolvidas nas enfermarias do Hospital da Misericórdia ajudaram a encaminhar o neófito nas trilhas da medicina clínica, demarcando seu perfil profissional e construindo sua visão da ciência.

Entre os anos de 1862 e 1867, período de graduação de Pacífico Pereira, a relação entre FAMEB e HSCM, no tocante ao ensino, estava regulada pelo decreto 1764 de 14 de maio de 1856, legislação complementar aos estatutos expedidos pela reforma de

[44] Em 1854 existiam diversos hospitais públicos e particulares em funcionamento na província da Bahia, tais como: o Hospital São Cristóvão; o Hospital Montserrat; o Hospital da Marinha, com sede na Ribeira; o Hospital Regimental, operando no Quartel da Palma; o Hospital dos Lázaros. Existiam ainda outros hospitais privados ou vinculados a ordens religiosas, como o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco; o Hospital do Lazareto Marítimo de Itaparica; o Hospital de Jerusalém, o Hospital de São Bento; o Hospício da Piedade; o Hospício de Sergipe; o Hospício dos Religiosos Franciscanos; o Hospício Nossa Senhora da Palma dos Agostinianos, e o Hospício Nossa Senhora do Carmo (BARRETO, 2005).

[45] Os desvalidos eram encaminhados para o hospital portando um pedido de internação assinado por autoridades como o presidente da província, o provedor da Santa Casa, o delegado de polícia ou um representante consular (BARRETO, 2005).

[46] Conferir em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/perantpac.htm.

1854[47]. O decreto trazia, entre outras questões, um conjunto de orientações acerca da utilização dos espaços do HSCM pelos docentes e alunos da FAMEB.

Diante da ausência de hospitais predominantemente custeados e administrados pelo Governo Imperial, as enfermarias do HSCM eram requisitadas para uso na instrução dos alunos da FAMEB, especialmente por ocasião das aulas de Clínica, como estava previsto no artigo 257 do decreto 1856: "*Enquanto não houver hospitais por conta do governo, o estudo das matérias das aulas de Clínica continuará a ser feito nas enfermarias da Santa Casa da Misericórdia*".

A partir de negociação prévia entre o Diretor da Faculdade e o provedor da Santa Casa, o hospital deveria dispor aos docentes os itens necessários para realização das atividades pedagógicas. Desse modo, o lente catedrático poderia requerer diversos elementos que achava importante para o tratamento dos doentes, para a formulação de dietas, remédios, ou ainda solicitar a ajuda de enfermeiros e até de outros empregados que assim achasse úteis para o desempenho de sua didática no serviço das enfermarias. Por meio de acordo entre os dirigentes também era prevista a cessão de espaços no hospital para serem destinados às operações cirúrgicas, lições orais e autópsias, sendo indispensável haver nestas últimas, um gabinete para conservação das "peças" utilizadas nas aulas práticas[48]. A sala das autópsias foi, por sinal, um lugar bastante frequentado por Pacífico Pereira, onde por diversas ocasiões recebeu instruções de Pires Caldas, John Paterson e Wucherer (PEREIRA, 1910).

Reproduzimos abaixo a distribuição do horário das disciplinas ofertadas pela FAMEB ao curso médico, no ano de 1867.

---

[47] Ver: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 15/11/2018.

[48] Ver: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 15/11/2018.

TABELA 5 – Quadro de horários para o ano letivo de 1867

SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS FEIRAS (AULAS REALIZADAS NA FAMEB)		
Disciplina	**Professor**	**Horário/Turno**
Patologia externa	M. L. Aranha Dantas	10h
Patologia interna	A. J. de Queiroz	11h30min
Anatomia Patológica	E. J. Pedrosa	10h
Medicina Operatória	J.A de Freitas	8h
Fisiologia	J. Sodré Pereira	11h
Higiene	J. P. da Cunha Valle (opositor)	12h
Medicina Legal	Virgilio C. Damásio (opositor)	11h
Química Mineral	Virgilio C. Damásio (opositor)	10h
Botânica	L. J. da Cunha (opositor)	12h
TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS (AULAS REALIZADAS NA FAMEB)		
Disciplina	**Professor**	**Horário/Turno**
Farmácia	A. A. J. Osório	10h30min
Patologia Geral	J. de Goes Siqueira	11h
Partos	M. M. Sampaio	11h
Física	V. F. de Magalhães	12h
Matéria Médica	J. P. da Cunha (opositor)	11h30min
Anatomia	A. A. de Lima Gordilho	9h30min
Química Orgânica	A. de Cerqueira Pinto	10h30min
Farmácia Prática	Virgílio C. Damásio (opositor)	De 7h as 9h no verão / de 1h as 3h no inverno
AULAS DIÁRIAS (REALIZADAS NO HOSPITAL DA CARIDADE)		
Disciplina	**Professor**	**Horário/Turno**
Clínica Cirúrgica	J. A. P. Moura (opositor)	Manhã
Clínica Médica	A. J. de Faria	Manhã
SEGUNDAS E SEXTAS FEIRAS (AULAS REALIZADAS NO HOSPITAL DA CARIDADE)		
Disciplina	**Professor**	**Horário/Turno**
Clínica Cirúrgica (Lições clínica)	J. A. P. Moura (opositor)	Manhã
TERÇAS E SÁBADOS (REALIZADAS NO HOSPITAL DA CARIDADE)		
Disciplina	**Professor**	**Horário/Turno**
Clínica Médica (Lições clínica)	A. J. de Faria	Manhã

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia*, v.1, n.18, p.216, 1867.

O horário oficial disposto para o curso médico, no ano de 1867, apresenta as disciplinas que utilizavam os espaços do HSCM. As cadeiras de Clínica Cirúrgica e Médica, diariamente proporcionavam aos alunos visitas às enfermarias do Hospital da Misericórdia, acompanhadas pelos professores, a fim de observar e estudar diferentes casos clínicos. Dentro do programa de ensino estavam previstas também aulas específicas

(lições de clínica), realizadas duas vezes por semana, em salas destinadas às operações cirúrgicas e às autópsias[49]. O programa dessas disciplinas tinha por objetivo aflorar competência e habilidades que o contato direto com os doentes e o estudo prático de temas, outrora aprendidos, poderiam promover aos alunos. Norteado por quesitos preconizados pelo decreto 1856, o desenvolvimento das matérias se dava pela:

> Exposição dos métodos de interrogar, e de examinar os doentes e o estado dos diferentes órgãos e aparelhos, e do modo de compor histórias das enfermidades dos doentes de que forem encarregados os alunos; a análise e discussão destas historias e, logo que o aluno concluir a observação dos fatos clínicos mais importantes que se apresentarem nas enfermarias, seguindo a evolução dos sintomas, a marcha e terminação das moléstias, interpretando seus caracteres sintomáticos, etiológicos e anatomopatológicos, e traduzidos em sinais de diagnóstico, de prognóstico e em indicações terapêuticas: discutir métodos e processos de cura seguidos no caso em questão; dar razão da preferência do que for adotado e dos agentes terapêuticos prescritos, seus efeitos e oportunidade de aplicação (BRASIL, 1856, p. 239).

A maioria dos médicos contratados para o serviço no HSCM tinha vínculos formais com a FAMEB, como era o caso dos dois professores acima listados para a cadeira de Clínica Médica e Cirúrgica – Antônio Januário de Faria e José Afonso Paraíso de Moura (1821-1898)[50], respectivamente (PEARD, 1999, p. 175). De acordo com o que apontou Julian Peard (1999) no apêndice de sua pesquisa, esses personagens integraram o conjunto de médicos que se organizou em torno da *Gazeta Médica da Bahia* (GMB). Em diversos casos clínicos publicados nesse periódico, é possível observar a participação efetiva dos principais integrantes do núcleo fundador da GMB, como Pires Caldas, Silva

[49] Ver: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 15/11/2018.

[50] Formou-se doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1844. Depois de um período de estudos na Europa, regressou ao Brasil em 1847 para se dedicar ao ramo da cirurgia. Foi médico no Hospital da Caridade durante trinta e três anos. Na FAMEB, foi nomeado opositor e depois lente catedrático por concurso para a cadeira de Clínica Cirúrgica, em 1856 e 1871, respectivamente. Segundo necrológio apresentado na *Gazeta Médica da Bahia*, em 1898, este personagem se destacou pela assiduidade no trabalho de modo que "*se tornou proverbial no Hospital entre os estudantes a infalibilidade da sua presença*" (*Gazeta Médica da Bahia*, v. 30, n. 1, p. 43).

Lima, Otto Wucherer e Paterson[51], atuando em colaboração com professores da Faculdade na instrução de seus alunos.

Os casos cirúrgicos, autópsias, atividades demonstrativas que se desenrolaram no HSCM ou no anfiteatro da FAMEB, quando realizados pelos professores em cooperação com os médicos externos, em certa medida transmitiam aos alunos de medicina, de forma complementar, outros conteúdos curriculares, influenciando-os na construção de suas concepções de ciência.

A medicina clínica, de acordo com Luiz Otávio Ferreira (1993), apresentou-se como um tipo peculiar de análise diagnóstica e uma forma específica de ensino, caracterizando-se por envolver um conjunto de práticas inovadoras à medicina, mediadas por novos instrumentos e aparatos, protocolos de experiências laboratoriais, cálculos estatísticos e constatações epistemológicas ou demográficas. No Brasil, até as reformas dos estatutos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, que ocorreram entre 1879 e 1884, o ensino médico esteve fortemente influenciado pela medicina clínica francesa (FERREIRA, 1994).

O médico Antônio Januário de Faria, um dos professores de clínica de Pacífico Pereira enquanto este era estudante, atuou para estabelecer uma reorganização ao ambiente hospitalar condizente às recentes doutrinas médicas e às necessidades de sua profissão (BARRETO, 2005). Estes e outros docentes, valendo-se de oratória e eloquência, buscavam incutir nas mentes de seus aprendizes as bases da medicina ao pé do leito:

> O hospital vos abre suas portas, nos franqueia suas enfermarias; é ali o verdadeiro lugar do ensino prático: vamos lá procurar no grande livro da humanidade as páginas do sofrimento. Sacerdotes fiéis do culto da ciência não havemos de abandonar jamais o templo da observação: é a observação a base do estudo clínico, a condição vital do verdadeiro progresso; pela observação tem-se ampliado nestes últimos tempos o horizonte da ciência que nos ocupa. A arte do diagnóstico não é hoje mais o resultado de uma ciência de conjecturas e de hipóteses, porque se baseia na observação positiva dos fatos; daí nos veio a terapêutica racional e o empirismo lógico, o empirismo que acha razão de ser nos resultados consagrados na ciência pela experimentação (FARIA, 1872).

[51] A interação entre professores da FAMEB e outros médicos externos aos seus quadros foi evidente na instrução dos alunos de medicina em Salvador. Encontramos na *Gazeta Médica da Bahia* uma série de atividades operatórias que ilustram esta assertiva: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 8, p. 93, 1866; v.1, n. 9, p. 103, 1866; v.1, n.19, p. 19-20, 1867; v. 2, n. 31, p. 79-80, 1867; v. 2, n.7, p. 146-148, 1868; v. 4, n. 81, p. 97, 1869; v. 5, n. 102, p. 78-79, 1871.

Januário de Faria, em dado momento, mostrou-se preocupado com os tipos de moléstias que eram objeto de tratamento no HSCM. Alegando que o nosocômio apresentava poucos casos de enfermidades que julgava imprescindíveis para a observação, Januário de Faria, em discurso de abertura das aulas de clínica médica para o ano de 1867, ponderou, em tom queixoso, que o Hospital da Misericórdia ainda não oferecia "*um vasto campo para as observações clínicas variadas*", sendo carente de moléstias agudas, importante para o desenvolvimento da disciplina[52]. Onze anos mais tarde, Luiz Álvares dos Santos (1829-1883), memorialista da FAMEB[53], proferiu lamúrias semelhantes diante do ambiente pouco diverso do qual dispunha HSCM, no tocante ao seu quadro de enfermos. Denunciou, inclusive, as dificuldades dos professores que não eram empregados da Santa Casa em obter doentes para realização de suas lições práticas.

O memorialista não foi econômico em suas reclamações, elegendo como alvo principal as Irmãs da Caridade[54] que assistiam os doentes no HSCM. Em seus apontamentos, criticou a interferência das Irmãs na seleção dos enfermos direcionados para aulas de medicina, pelo fato de estas remeterem para os leitos de clínica apenas os casos de menor complexidade e interesse acadêmico; posicionou-se contrário à liberação dos internados ainda em estado de convalescença e se queixou da oposição das Irmãs às visitações noturnas de professores e alunos aos doentes. Álvares dos Santos contestou a tamanha autoridade conferida às Irmãs, afirmando que algumas das decisões destas traziam enormes prejuízos ao ensino da clínica, e que o cenário ideal seria aquele em que a condução do hospital estivesse nas mãos dos médicos.

Os momentos de tensão exibidos pelos eventos que rondaram a disciplinarização do HSCM evidenciaram a forma pela qual sua medicalização foi instituída. De um lado, o exército de Deus, composto pelas Irmãs detentoras do controle e fiscalização das

---

[52] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 22, p. 253-255, 1867.

[53] Para mais informações sobre esta memória histórica, consultar o repositório institucional da Universidade Federal da Bahia no sítio: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24406. Acesso em: 21/07/2017.

[54] Em decisão tomada no ano de 1847 pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia, as irmãs de São Vicente de Paula foram convidadas para ajudar na administração do hospital (BARRETO, 2005). Com a chegada das irmãs de Caridade, o serviço hospitalar foi remodelado, passando a se dividir em: serviço sanitário, a cargo dos médicos; serviço religioso, dirigido pelo reverendo capelão; e serviço econômico, sob a responsabilidade das irmãs que deveriam velar pela ordem e moralidade nas dependências do hospital. Com a nova organização, as irmãs de caridade adquiriram considerável poder dentro da instituição, demitindo empregados, controlando refeições e dietas dos pacientes internados, monitorando o cumprimento dos horários de abertura e fechamento do hospital (RIOS, 2001).

principais rotinas do hospital; do outro, os médicos que buscavam manter o controle e a autoridade sobre o ambiente de cura.

Outra instância que tornava necessária uma acomodação de interesses entre FAMEB e HSCM era a que estabelecia o regime de aprendizado voltado para os alunos internos. De acordo com o decreto de maio de 1856, cada cadeira de clínica poderia comportar dois alunos escolhidos anualmente por concurso. Somente os estudantes do quarto e quinto ano da disciplina de Clínica Cirúrgica, e os do sexto ano da Clínica Médica poderiam se candidatar às vagas de alunos internos. Os aprovados eram obrigados a fixar residência no hospital, passavam a receber uma remuneração de 25$000 mensais durante o serviço no ano letivo, e também alimentação fornecida pela Santa Casa. Suas atividades consistiam na elaboração de quadros estatísticos mensais; preparação de instrumentos e acessórios para as autópsias; preparação de peças anatômicas; assessoria aos lentes nas atividades didáticas e terapêuticas; execução da entrada aos doentes nas enfermarias; confecção dos prontuários; e aplicação de curativos nos doentes (somente para os internos de clínica cirúrgica).

Certos pontos dessa regulamentação sofreram críticas de médicos e integrantes da Santa Casa por direcionarem aos alunos internos incumbências que invadiam as atribuições das Irmãs da Caridade, dos lentes, de facultativos e do administrador do hospital. Quatorze meses mais tarde, um novo decreto imperial[55] foi publicado com alterações às disposições de dois artigos da lei complementar de maio de 1856 que tratavam, justamente, da habilitação e das funções dos alunos internos.

As mudanças focalizaram os artigos 280 e 292, e traziam as seguintes redações:

> Art. 1º. Os alunos do 4º e 5º anos para a clínica cirúrgica e do 6º ano para a medica, além da aprovação plena no exame do ano anterior, exigida no citado Artigo 280 para poderem entrar no concurso de que trata o mesmo Art. serão obrigados a apresentar aos Diretores das Faculdades declaração dos Provedores da Santa Casa da Misericórdia de que não tem motivos para se oporem a sua admissão no serviço interno dos Hospitais.
>
> Art. 2º. O Art. 292 do dito Regulamento fica substituído pelo seguinte: o interno que estiver de serviço deverá:

[55] Decreto nº 1943 de 8 de Julho de 1857. Ver: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 15/11/2018.

> § 1º Escrever o receituário durante a visita do Lente pela manhã e do Opositor à tarde, e tomar nota de suas prescrições na parte que lhe disser respeito, para executa-las.
> § 2º Observar com toda a atenção os doentes que em razão da gravidade da moléstia, da manifestação de fenômenos períodos ou de quaisquer acidentes que possam ocorrer, exijam a sua pronta e imediata assistência a qualquer hora do dia ou da noite, informando de tudo que ocorrer ao Lente e ao Opositor na primeira visita que fizerem e, se o caso for urgente, aos Facultativos dos Hospitais sem prejuízo das atribuições das Irmãs da Caridade, marcadas nos respectivos Regimentos.
> § 3º Depois de receber as papeletas que devem acompanhar cada doente, lançar em um caderno a história de suas moléstias anteriores e da moléstia atual, bem como suas causas e sintomas, precisando bem a época da invasão, marcha e desenvolvimento, referindo circunstanciadamente, depois todos os sintomas e o estado dos órgãos na ocasião de que tratar; e fazendo menção também dos socorros aplicados na ocasião da entrada, para de tudo dar conta minuciosamente ao Lente e ao Opositor[56].

Cotejando os decretos, podemos perceber sutil reestruturação nas atribuições dos alunos em regime de internato, a fim de impedir que seus trabalhos colidissem justamente com as funções das Irmãs da Caridade e da administração do hospital. O decreto também investiu a Santa Casa de autoridade para vetar possíveis candidatos ao cargo de aluno interno mediante a negativa de declaração de aceite, o que suscitou protestos dos acadêmicos da Corte e de Salvador. As reclamações estiveram registradas, principalmente, nas memórias históricas (de ambas as faculdades) que sinalizavam preocupação com a questão do internato e denunciavam as fragilidades das leis que vinham a impedir que este regime de complemento dos estudos médicos alcançasse sua plenitude.

O decreto 1856 previa duas possibilidades para a ocupação das vagas de interno: a primeira (artigo 208), via concurso; e a segunda (artigo 286) – que na verdade era uma exceção –, por decisão da Congregação de facultativos das Faculdades de Medicina que, por indicação dos docentes das cadeiras de clínica, escolhiam os elegíveis ao cargo de interno nas situações em que houvesse apenas um, ou nenhum inscrito no concurso.

Realizamos um levantamento, a partir da análise das memórias históricas da FAMEB, para verificar a forma mais comum de preenchimento das vagas de internos na Bahia. Examinamos as crônicas produzidas do ano subsequente à edição do decreto

[56] Decreto nº 1943 de 8 de Julho de 1857. Ver: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 15/11/2018.

complementar de julho de 1857 até 1867, ano da colação de grau de Pacífico Pereira. Os resultados estão descritos na tabela a seguir:

TABELA 6 – Forma de preenchimento das vagas de alunos internos

	1858	1859	1860*	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	
Clínica Cirúrgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Aprovados em concurso
	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X	Escolhidos pela Congregação
Clínica Médica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Aprovados em concurso
	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Escolhidos pela Congregação

* Em 1860 não houve candidatos para as vagas de clínica cirúrgica.
Fonte: *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia (1858-1867).*

Na Bahia, os concursos para internos se iniciaram em 1858. A Tabela 6 revela que, no período analisado, todos os alunos que ocuparam as vagas de interno nas cadeiras de Clínica chegaram ao cargo pelo regime de exceção, ou seja, escolhidos pela Congregação da FAMEB. Em todas as memórias históricas pesquisadas havia o registro da ausência de inscritos nos concursos e da evocação da Congregação para seleção dos indicados às vagas, conforme preconizava o artigo 286.

Durante todo o intervalo de tempo verificado[57], a ocupação das vagas pela indicação da Congregação da FAMEB expõe a cultura social praticada na Bahia, onde as redes de sociabilidade eram formadas e, dificilmente quem estava à sua margem poderia ascender. Pela brecha da lei, os alunos elegíveis se utilizavam justamente de suas redes para conseguir a própria recomendação às vagas de interno. As suspeitas de filhotismo e patronato, aplicados em meio aos exames preparatórios, já haviam sido denunciados em memória histórica do ano de 1865, elaborada por Jerônimo Sodré Pereira, e a aplicabilidade do mesmo princípio nas indicações de alunos se torna, assim, perfeitamente plausível. Para Sodré Pereira (1865), a indiferença dos alunos em relação aos concursos resultava justamente da certeza que tinham em poder alcançar seus objetivos sem a participação no certame.

[57] No ano de 1860, a cadeira de Clínica Cirúrgica, mesmo com a possibilidade de preenchimentos das vagas por indicação da Congregação, não pôde contar com internos em virtude da abstenção para o referido serviço dos alunos do quarto e quinto ano (ANJOS, 1860).

As dúvidas sobre o cumprimento dos requisitos previstos em lei também contribuíram para a diminuta procura pelos serviços do internato. A Santa Casa, alegando problemas financeiros, deixava de assistir aos internos no tocante à sua alimentação e apresentava dificuldades em prover a acomodação dos alunos que, conforme determinação legislativa, deveriam morar no hospital[58]. A despeito disso, os autores das memórias no período estudado absolveram a Santa Casa da Bahia, entendendo que o custeio para com o regime de internato deveria proceder do Governo Imperial.

Os problemas com a adesão aos concursos foram similares, na Faculdade de medicina da Corte. Semelhantes também foram as reclamações. O cronista das ações da Faculdade Medicina do Rio de Janeiro para o ano de 1874, Joaquim Monteiro Caminhoá (1836-1896)[59], aglutinou, de forma resumida, as principais explicações levantadas por memorialistas de ambas as faculdades sobre a ausência de inscritos nos concursos. Segundo o professor, o desinteresse se deveu:

> 1. A nenhuma distinção que se dá geralmente aos internos das clínicas, os quais são confundidos com os demais estudantes, e muitas vezes por eles (professor Alves da Bahia, Rodrigues da Silva, Pertence, Saboia, Teixeira da Rocha, etc.).
> 2. A maior comodidade de se poderem os alunos formar sem ter passado pelos incômodos do concurso e do internato (professor Freitas, da Bahia, e vários outros);
> 3. As insignificantes vantagens pecuniárias e de futuro que oferecem aqueles que lugares (professor Ferreira Pinto e outros);
> 4. A dependência absoluta, em que estão os internos antes e depois do concurso para com os empregados da Santa Casa de Misericórdia desde o provedor até a última irmã de caridade (Professores Ferreira Pinto, Pinheiro Guimarães, etc.);
> 5. A certeza de poderem ser nomeados sem concurso os que não se quiserem dar ao trabalho de estudar (Professor Sodré e outros);
> 6. A nímia bonança nos exames das clínicas, que são feitos por mera formalidade, pelo menos na Bahia (professores Alves, Sodré e outros);
> 7. A economia da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (como pensam os professores Faria e Bomfim);
> 8. A ausência de prêmios (como entendem os professores Torres Homem, Faria, Freitas, etc.).
>
> Daí se conclui que as causas são múltiplas, variando muitas vezes em cada uma das Faculdades, e de um ano para outro (CAMINHOÁ, 1875, p. 17).

[58] Cf. *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia para o ano de 1859*.

[59] Formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1858. Foi membro do Corpo de Saúde da Armada. Em 1861, se tornou opositor por concurso da sessão de ciências assessórias da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, alcançando, também por concurso, o cargo de lente de Botânica e Zoologia na mesma faculdade, no ano de 1871. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1896. Disponível em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/camjoamon.htm). Acesso em: 12/03/2018.

O aluno Antônio Pacífico Pereira também abdicou da realização do processo seletivo, mas, como ocorreu com muitos dos seus companheiros, chegou ao regime de internato por indicação. Conforme previa o regulamento para os casos de ausência de inscritos, seu nome foi sugerido pelo então professor da cadeira de Clínica Médica (e também médico da Santa Casa) Antônio Januário de Faria, sendo acolhido pela Congregação que, posteriormente, o nomeou interno para o ano letivo de 1867. A escolha de Pacífico Pereira pelo professor Faria não foi aleatória. Aluno e professor se tornaram próximos durante os encontros realizados nas casas dos idealizadores da tradição "tropicalista" para tratar de assuntos científicos. Pacífico Pereira fazia parte ainda, ao mesmo tempo que seu professor, do grupo que fundou a *Gazeta Médica da Bahia*, em 1866. A relação de proximidade e de protecionismos interveio na recomendação do nome do Pacífico para ocupar o lugar de interno no Hospital da Santa Casa da Misericórdia (HSCM).

A ocupação das vagas de internos, em todos os anos analisados, demonstra a importância que a classe de professores da FAMEB atribuía ao ensino prático como complemento à formação do médico. Mesmo com resistência do aluno em participar do concurso de seleção[60], o HSCM, anualmente, recebia novos internos que alcançavam os postos a reboque das indicações da Congregação de facultativos. "*O internato, por conseguinte, fornece ao estudante um campo vastíssimo para observações e experiências. O internato forma o médico prático*", sustentou o professor José Antônio de Freitas, em sua memória histórica de 1863. Defesas como esta, direcionadas, ainda que indiretamente, ao ensino prático foram se tornando cada vez mais robustas, exaltando a experiência clínica como proposta pedagógica eficiente para o ensino da medicina. Tais posicionamentos coadunavam com as orientações da nova educação médica que tinha o hospital[61] como ambiente ideal para o aprendizado, visto que este continha uma gama de oportunidades de experiências e práticas que outros locais, como uma sala de aula ou anfiteatro, não poderiam fornecer (BYNUM, 2011).

[60] Tal resistência sugere uma estratégia adotada pela classe de alunos para que, através do sistema de protecionismo/clientelismo, e valendo-se pela brecha da lei, pudessem alcançar as vagas de internos pela indicação de seus "mestres" (partícipes das redes de relações), e sem a necessidade de concursos.

[61] A concentração de diversos enfermos e enfermidades em um só local fez do hospital o lugar apropriado para a prática da observação da experimentação e, por conseguinte, para o ensino. No hospital, novos medicamentos puderam ser testados, procedimentos cirúrgicos desenvolvidos, métodos terapêuticos aprimorados, e o saber e a autoridade da corporação médica gradativamente consolidados (PIMENTA, 2003).

A associação entre a HSCM e a FAMEB permitiu que a medicina acadêmica se embrenhasse pelo ambiente do hospital a fim de organizar um hospital moderno, um espaço de cura, com regulamentos e sob direcionamento dos médicos, ainda que tal autoridade estivesse embaralhada pela presença das Irmãs da Caridade. As lições ao pé do leito do paciente possibilitaram a recolha de dados, os quais alimentam os periódicos científicos, em particular a *Gazeta Médica da Bahia*.

As condições físicas do hospital despertavam a preocupação de acadêmicos e autoridades. No relatório que apresentou à Assembleia Legislativa da Bahia, em 11 de abril de 1869, o presidente da província, Barão de S. Lourenço, descreveu a situação calamitosa do hospital, apontando a mínima capacidade estrutural do lugar para abrigar e tratar doentes locais e estrangeiros em conformidade com as condições mínimas exigidas pela ciência (BRASIL, 1869, p. 74-75). O Governante reconheceu que as fragilidades exibidas pelo hospital acabavam por dificultar as atividades de ensino promovidas pela FAMEB.

O cenário de dificuldades causava perplexidade em alguns médicos. No primeiro contato com o hospital "*sente-se um cheiro desagradável quando se entra nas enfermarias, conquanto elas não sejam forradas, apesar do grande anseio e muito cuidado das evangélicas Irmãs de Caridade*", comentou o articulista da *Gazeta Médica da Bahia*, Joaquim Remédio Monteiro (1827-1901)[62], sobre o impacto que o lugar causava ao visitante (MONTEIRO, 1879, p. 476). Em relação aos insumos básicos, a situação era de similar precariedade: quantidade insuficiente de camas, colchões, lençóis, equipamentos e utensílios diversos comprometia a qualidade dos serviços prestados aos pacientes (RIOS, 2001).

Professores que lecionavam no HSCM denunciavam a falta de condições básicas para o funcionamento do estabelecimento. Consideravam-no pequeno, mal localizado, dotado de uma estrutura que impedia a ventilação adequada. e com fragilidades que expunham as enfermarias e seus doentes às intempéries, como chuvas torrenciais (SILVA, 1871, p. 297). Tais reprimendas sobre a organização hospitalar, na prática ilustravam as tensões que envolveram o lento processo de transformação daquele ambiente em efetivo espaço de terapêutica e cura.

[62] Formou-se doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1851. Mudou-se para Bahia em 1875. Trabalhou pela higiene pública e pela educação popular, criando a Biblioteca Municipal de Feira de Santana (QUEIROZ, 1997).

Frustrado o plano inicial de permanecer instalado por um período breve no antigo Colégio dos Jesuítas até a conclusão de sua nova sede no largo de Nazareth, o Hospital teve que conviver com um espaço improvisado que, mesmo passando por pequenas reformas e adaptações (realizadas sem a consultoria dos médicos), estava longe de atender às regras de higiene. No geral, além de outras questões estruturais, os médicos reclamavam da má disposição das enfermarias, que impediam a circulação de ar, favorecendo a propagação de miasmas (gases ou vapores pútridos espalhados na atmosfera) e o ajuntamento de vítimas de enfermidades diferentes em um mesmo local.

Sobre a questão da acomodação dos doentes, o professor e médico da Santa Casa, Januário de Faria, manifestando-se sobre a incidência de casos de varíola, reivindicava a criação de um local específico para tratamento dos acometidos desta moléstia considerada altamente contagiosa[63]. O médico, em uma de suas aulas no HSCM, reclamou do compartilhamento do espaço entre variólicos e outros enfermos de menor complexidade, demonstrando grande preocupação com os elevados índices de casos que tornavam aquele suposto espaço de cura um verdadeiro foco da doença:

> Infelizmente, senhores, é a varíola uma das moléstias, das quais as nossas enfermarias sempre apresentam três a quatro casos por dia ao estudo prático. É tão frequente, senão mais, do que a tísica pulmonar; e o que é de lamentar sem dúvida, é que não haja enfermarias especiais onde sejam recolhidos os doentes afetados d'esta moléstia, eminentemente infectocontagiosa, e que o hospital esteja hoje reduzido a um verdadeiro foco de infecção variólica, onde os indivíduos ás vezes salvos de moléstias graves e já em plena convalescença, bem como outros recolhidos às enfermarias por moléstias de pouca importância, vem encontrar a morte inesperadamente pelo contagio da varíola. Esta necessidade, senhores, de um hospital exclusivamente destinado a receber doentes afetados de varíola, de há muito que foi reconhecida pelos clínicos da casa, e sua satisfação tem sido reclamada por mais de um a vez. Mas

[63] A ideia de que as doenças pudessem ser transmitidas predominantemente pelo ar foi aceita por grande parcela de médicos deste período. Contudo, persistia uma divergência entre esses profissionais quanto às noções de contágio e infecção, o que produziu uma série de polêmicas entre os defensores das chamadas teorias contagionistas e anticontagionista (ACKERKNECHT, 1948). Os contagionistas acreditavam na transmissão da doença diretamente entre indivíduos, através do contato físico entre o são e o enfermo ou pelo contato com materiais ou ar contaminados pelos portadores das moléstias infecciosas. Os anticontagionistas ou infeccionistas, entendiam que o processo infeccioso era acionado somente no local de emanação miasmática, não havendo neste caso transmissão por contato direto, porém a pessoa enferma poderia corromper o ar circundante e indiretamente propagar a doença (FERREIRA 1996, p. 70).

> infelizmente a Santa Casa não se acha em condições pecuniárias favoráveis para realizar ideia tão humanitária (FARIA, 1872, p.427-428).

A defesa da separação de doentes de acordo com seu tipo e grau de afecção é um exemplo claro de tentativa de disciplinarização do hospital, onde os médicos inseridos em seu cotidiano tentavam conduzir ou impor, pelas suas concepções de ciência, um processo de medicalização para estes espaços de cura.

O trecho derradeiro da fala do professor Januário de Faria salvaguarda a administração do HSCM diante das adversidades apresentadas. O dito professor, assim como outros médicos que criticaram a situação insalubre do hospital, relativizava a responsabilidade da Santa Casa perante o problema, apontando a "*indiferença*" do Estado "*sobre assuntos de tal natureza*". Na verdade, a partir das fontes que consultamos, ficaram notórios os esforços dos docentes da FAMEB (que também eram médicos do HSCM) em contemporizar a responsabilidade administrativa da Santa Casa sobre as deficiências do hospital. Preferiam disparar suas críticas na direção do Governo Imperial. Tal comportamento sugere uma possível ação corporativista – uma vez que esses médicos compunham o quadro de funcionários da Santa Casa – ou mesmo temor de retaliação ou de sofrer impedimentos em suas pretensões de ascender a cargos importantes na instituição, visto que, nesse período, a participação em confrarias denotava *status* social privilegiado[64]. É digno de nota o fato de que o momento era ainda de construção da legitimação médica, e neste contexto, a autoridade incipiente da corporação não detinha capital necessário para suplantar os interesses de uma irmandade conservadora e sem inclinação para mudanças repentinas (BARRETO, 2011).

Não obstante as dificuldades que se apresentavam cotidianamente, as atividades de ensino no HSCM seguiam seu curso. No HSCM existiam duas enfermarias voltadas ao ensino: uma destinada à clínica cirúrgica, e outra, à clínica médica. O hospital contava, em média, com mais de 200 doentes retidos para tratamento em seus leitos (MONTEIRO, 1879), oferecendo vasto material de observação para as lições médicas à cabeceira do

[64] De acordo com Renilda Barreto (2011, p. 7) as Misericórdias do Reino e outras estrangeiras apresentavam como característica, no que tange às suas composições, uma tendência elitista, parental e oligárquica. Dessa forma, a possibilidade de participação em seus quadros agregava poder social ao indivíduo, que ascendia socialmente em um contexto de hierarquização.

doente. Nas sessões cirúrgicas, os alunos eram encaminhados ao misterioso campo da medicina interna, presenciando inúmeros procedimentos cirúrgicos realizados no hospital. Operações complexas foram praticadas pelo professor de Clínica Cirúrgica José Affonso de Moura e também por Pires Caldas, médico da Santa Casa, conforme registrou Remédios Monteiro em sua crônica sobre o hospital.

> Para que se possa avaliar de que ordem tem sido estas operações basta dizer que foram – ligadura das carótidas, subclávia auxiliar, ilíacas primitivas e externas, femoral cubital; desarticulações escapulo umeral, do joelho, tíbio-tarsiana; diversas ectomias; talhas; litotricias pelas vias naturais e pelo períneo; quelotomias; extirpação e enucleação do olho; toracenteses; amputações; ablação da glândula mamária, etc (MONTEIRO, 1879, p. 479).

Algumas lições de cirurgia se desenrolavam com a participação de médicos da Santa Casa, professores da Faculdade e outros facultativos que, em regime de cooperação, partilhavam suas experiências, sempre com a participação de estudantes de medicina[65]. Nesses eventos, os conteúdos e técnicas profissionais resultantes do contato com correntes teóricas do conhecimento médico apreendido em viagens de estudo trouxeram especialização aos procedimentos e operações realizados no hospital. Para ilustrar essa assertiva, temos o exemplo de John Paterson, que foi aluno de Joseph Lister (1827-1912) – cirurgião inglês responsável pela introdução do método antisséptico nas atividades cirúrgicas[66]. Sendo Paterson uma figura bastante requisitada em ações de consultoria para atos cirúrgicos do hospital, pôde socializar e aplicar os conhecimentos adquiridos no exterior.

A rotina do HSCM foi fortemente modificada à medida que este passou a figurar como espaço de formação médica, através de sua associação com a FAMEB. Dispondo de significativa oferta de cadáveres e de doentes com os mais variados sintomas, o HSCM foi um nicho adequado para a realização de observações meticulosas que direcionaram os estudos investigatórios de certos professores, como Januário de Faria e José Afonso Paraíso de Moura, além de outros atores sem vínculo com a faculdade, como Pires Caldas, Silva Lima, Paterson e Wucherer, médicos que militavam nos corredores do hospital e

[65] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 3, n. 70, p. 254, 1869; v. 5, n. 102, p. 79, 1871.
[66] John Paterson teve a oportunidade de trabalhar com Lister durante sua viagem à universidade de Edimburgo, como relatou em artigo publicado na GMB (*Gazeta Médica da Bahia*, v. 8, n. 6, p. 262, 1876).

tornaram aquele ambiente reduto das principais pesquisas originais publicadas, posteriormente, pela *Gazeta Médica da Bahia*.

A colaboração entre professores da FAMEB e outros médicos externos aos seus quadros demonstrou um alinhamento entre suas concepções de medicina, e este convívio, no espaço hospitalar – que também era um local de ensino e aprendizagem – trouxe influência no tocante ao método, à doutrina e à especialização para alguns destes futuros médicos.

1.4 Os médicos externos à FAMEB e a formação de Pacifico Pereira: os caminhos para legitimação profissional

Em 1865, três anos depois de Antônio Pacífico Pereira ter iniciado seus estudos pela Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), um grupo de médicos estabelecia em Salvador uma rotina de reuniões onde discutiam temas relacionados a diversos assuntos científicos pertinentes à carreira. Os encontros ocorriam sempre duas vezes ao mês em uma das casas dos associados e eram caracterizados pela informalidade, não seguindo nenhum tipo de rito ou liturgia:

> Efetuavam-se estas palestras a vez, ora em sua casa (na do criador da sociedade), ora na de cada um deles (dos outros sócios) e os assuntos das sessões eram inteiramente facultativos e às vezes fortuitos, não havia estatutos, nem programas, nem formulas de discussão, nem relatórios, nem atas, ninguém ali tinha por obrigação fazer ou dizer coisa alguma em tempo, modo e mateira determinados, mas quando, como e o que queria ou podia (FONSECA, 1898, p. 251).

O grupo nasceu sem grandes pretensões, mas veio a se destacar pela oposição à medicina oficial praticada nas faculdades da Corte e na Academia Imperial de Medicina e pelo posicionamento contrário ao discurso médico europeu, que na época classificava os trópicos como uma região degenerativa para a mente e os corpos de seus habitantes. Seus integrantes iniciais eram os médicos Otto Edward Henry Wucherer, José Francisco da Silva Lima, John Ligertwood Paterson, Ludgero Rodrigues Ferreira (1819-1866)[67], Antônio José Alves (1818-1866)[68], Antônio Januário de Farias (1822-1883)[69] e Manoel Maria Pires Caldas (1816-1901)[70].

Mesmo apresentando independência e distanciamento do aparelhamento estatal, essa "*associação de facultativos*" manteve relações estreitas com a FAMEB. Dois dos

[67] Formou-se médico pela FAMEB no ano de 1847. Como clínico, prestou assistência à população baiana, porém faleceu sem chegar a tomar parte nas sessões que o referido grupo de facultativos realizava (SANTOS, 2012).
[68] Doutorado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1841, Antônio José Alves alcançou, em 1855, a cátedra de Clínica Cirúrgica desta instituição e trabalhou promovendo assistência médica à população durante a epidemia de cólera-morbus que ocorreu no ano de 1855 (SANTOS, 2008).
[69] Aluno Egresso da FAMEB, tornou-se Lente de Fisiologia e professor de Clínica Médica pela instituição, no ano de 1845 e, posteriormente, entre os períodos de 1874 e 1881,exerceu o cargo de direção.
[70] Baiano de vida simples e hábil cirurgião, recebeu o diploma de médico no ano de 1840. No Hospital da Santa Casa, passou adiante seus conhecimentos médicos e suas experiências no campo da urologia (BASTIANELLI, 2002).

componentes do núcleo inicial eram professores da Escola Médica por ocasião do início dos encontros: Antônio Januário de Faria e Antônio José Alves.

Antônio Januário de Faria, idealizador da *Gazeta Médica da Bahia*, realizou sucessivas viagens de estudo à Europa, as quais modelaram suas convicções progressistas e lhe renderam alternativas diante das práticas médicas vigentes no país; Antônio José Alves, considerado hábil cirurgião, também desenvolveu seu *savoir-faire* em oportunas viagens ao continente europeu, onde aprimorou suas habilidades, que posteriormente praticou e ensinou em situações clínicas ou de docência, quando retornou ao Brasil.

Alguns membros da "Escola Tropicalista", mesmo sem terem ligação formal com a FAMEB, interagiam com a instituição colaborando com orientações de seus estudantes e iniciando-os em exercícios práticos de medicina (JACOBINA *et al.*, 2008).

Semelhante relação de proximidade fez com que não demorasse para que as ideias compartilhadas pelo grupo chegassem à Academia e granjeassem simpatizantes à tradição médica que se erguia. Pouco a pouco, alunos e docentes foram aderindo aos conceitos defendidos por esses médicos, dentre os quais aqueles que se amparavam em uma nova concepção prática e clínica focada na medicina do laboratório. A revista *Gazeta Médica da Bahia* foi o nicho principal de aglutinação desses profissionais, colocando em associação os alunos e professores da FAMEB com outros médicos nacionais e estrangeiros.

Antônio Pacífico Pereira se achegou aos "tropicalistas" durante sua graduação e desenvolveu, com estes, uma relação de afinidade e sinergia, vindo a se tornar, posteriormente, outro importante sustentáculo para a tradição médica inaugurada pelo grupo.

Os idealizadores da chamada "Escola Tropicalista" – Paterson, Wucherer e Silva Lima – começaram a exercer a medicina no território brasileiro por volta da década de 1840. Nesse período existia ainda carência de profissionais disponíveis para atender a todas as províncias do Império e aos grupos de estrangeiros que, a partir da Independência, se fixaram no país em decorrência da abertura do mercado nacional. Segundo Barreto e Aras (2003), entre 1856 e 1864, quatro mil e sessenta pessoas migraram de diferentes países da Europa (Itália, Portugal, França e Alemanha) para o Brasil. As faculdades de medicina que existiam por aqui, desde 1808, não conseguiam abastecer a contento a demanda de médicos para as províncias. Assim, profissionais de

saúde e representantes de diferentes profissões desembarcavam em Salvador, a fim de conferir suporte e estrutura aos estrangeiros que atravessaram o Atlântico para tentar a sorte na terra do pau-brasil (BARRETO e ARAS, 2003).

Seguindo essa tendência, em 1842, John Paterson veio para o Brasil, a convite de seu irmão mais velho, Alexandre Ligerttwood Paterson[71], que também era médico e já há algum tempo residia e trabalhava em Salvador. Após sua chegada, John Paterson passou um período clinicando em Pernambuco. Deslocou-se posteriormente para a Paraíba, mas ao receber a notícia de adoecimento de seu irmão, logo se mudou para Bahia. Chegando a Salvador, obteve licença para exercer a medicina ao prestar exame de suficiência e verificação de título pela FAMEB, em 7 de novembro de 1842, quando então assumiu as atribuições exercidas por seu irmão perante o hospital e a colônia inglesa estabelecida na província[72] (SILVA LIMA, 1887).

Com o terreno preparado por Alexandre Paterson, John Paterson começou a clinicar na região, sem grandes dificuldades. Segundo seu biógrafo, colega de profissão e amigo – Silva Lima –, Paterson realizou viagens de estudo por Inglaterra, França, Itália e Áustria, onde estudou diferentes moléstias e métodos terapêuticos e teve contato com renomados médicos e cirurgiões da época. Paterson continuou as ações solidárias iniciadas por seu irmão Alexandre, prestando serviços médicos à população carente e aos escravos, o que lhe renderia mais tarde a alcunha de "médico do pobre" (JACOBINA *et al*., 2008).

Em 1843, um ano após a chegada de John Paterson ao Brasil, Otto Edward Henry Wucherer começou a exercer a clínica na província baiana. Doutor em medicina pela Universidade de Tubingen (Wurtemberg), inicialmente Wucherer se instalou no interior da Bahia, nas cidades de Nazaré e depois de Cachoeira. Contudo, quatro anos mais tarde, mudou-se para Salvador, passando a atender os membros da colônia alemã residentes na cidade (PEREIRA, 1873). Mesmo residindo fora dos grandes centros de produção de

[71]Alexandre Paterson dirigiu um pequeno hospital que atendia os tripulantes da marinha mercante inglesae e também assistia, em seu consultório particular, a comunidade britânica presente naquela província. O hospital situava-se em uma propriedade comprada e mantida pela comunidade inglesa, na rua D'Alegria, nos Barris, e ficou conhecido como "casa do doutor inglês". A propriedade foi passada para John Paterson depois da morte do seu irmão (SILVA LIMA, 1887, p. 340).

[72] Afetado por uma lesão cerebral incurável que o inabilitara para o exercício da medicina, Alexandre Paterson retornou para a Escócia alguns anos mais tarde, onde veio a falecer. No Brasil, deixou a cargo de seu irmão o atendimento médico aos doentes da "*casa do doutor inglês*" e uma vasta clientela de colonos ingleses radicados em Salvador (SILVA LIMA, 1887).

ciência, esteve atento às relevantes experiências médicas que ocorriam no exterior, mantendo-se atualizado em relação às doutrinas científicas de seu tempo. Segundo Barreto e Aras (2003), Wucherer se baseou em experiências médicas que percorriam o mundo, para desenvolver uma prática inovadora em Salvador, associando a observação clínica à microscopia e trazendo à baila, as diferentes polêmicas envolvendo questões médicas ao diálogo com membros da comunidade médica da Bahia.

A fauna e flora também foram objetos de estudo de Wucherer, que se interessou principalmente pela pesquisa dos ofídios. Descreveu e classificou alguns entes zoológicos, dentre estes, duas novas espécies de cobras: a *Elapomorphus scalaris* e o *Geophis guenteri*. Sua descoberta foi publicada no *Proceedings of the Scientific Meetings of the Zoological Society* de Londres, nos anos de 1861 e 1863.

O médico alemão construiu relações com naturalistas conterrâneos, ingleses e norte-americanos, partilhando informações e assuntos relevantes de sua pesquisa, os quais resultaram na produção de um rico inventário com a classificação de diversas espécies de cobras existentes no Brasil. Forneceu alguns dos espécimes ao Museu britânico e ao Jardim Zoológico de Londres e, ainda, uma coleção de cobras para a Faculdade de Medina da Bahia (SILVA LIMA, 1906).

Outro componente estrangeiro do grupo "tropicalista" foi José Francisco da Silva Lima, que chegou ao Brasil no ano de 1840, com quatorze anos de idade, e trabalhou inicialmente no comércio local (JACOBINA *et al*., 2008). Diferentemente de John Paterson e Otto Whucherer, Silva Lima teve sua formação médica construída no Brasil, onde obteve o grau de doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1851. Como seus colegas, o médico realizou diversas viagens à Europa para aprimorar seus conhecimentos depois de graduado (FALCÃO, 1960). Esse estágio no exterior, contribuiu para elaboração de críticas ao modelo de ensino da FAMEB.

Segundo Amaral (1910, p. 353), Silva Lima trabalhou pela profissionalização da medicina e combateu duramente os curandeiros e charlatões, preconizando a ética e a deontologia médica (PEARD, 1999). Partilhando das visões científicas dos colegas do grupo, Silva Lima desenvolveu relação de amizade duradoura com estes homens de ciência, com os quais concentrou sua dinâmica de trabalho no estudo das doenças tropicais, sendo considerado fundador da patologia tropical moderna no Brasil, em

virtude do pioneirismo das pesquisas sobre moléstias como o beribéri e o ainhum[73], pesquisas estas cujas reflexões alcançaram grande repercussão. Para subsidiar suas práticas experimentais, Silva Lima estabeleceu em sua residência, pela primeira vez no Brasil, um biotério que proveu, de cobaias animais, as suas atividades práticas no laboratório (FALCÃO, 1960).

A relação entre esses médicos "tropicalistas" começou a ganhar contornos mais sólidos por volta da década de 60 dos oitocentos, quando iniciaram uma série de reuniões que se sucediam nas casas dos integrantes para discussão sobre diversas questões relacionadas ao cotidiano profissional e ao avanço da ciência. Esses fóruns informais permitiam que médicos brasileiros e estrangeiros radicados partilhassem seu capital cultural e fortalecessem seus laços de amizade e de autolegitimação. Dentre os diversos temas que pautavam essas reuniões, as intervenções médicas realizadas nos hospitais de Salvador, especialmente as que ocorreram no Hospital da Santa Casa da Misericórdia (HSCM), recebiam atenção especial. Na verdade, esses médicos focalizaram seus estudos originais no Hospital Militar, no Hospital Português e no Hospital da Santa Casa da Misericórdia[74], e fizeram deste último, o esteio principal para desenvolvimento de sua prática clínica e, posteriormente, para suas pesquisas orientadas pela medicina experimental.

Como vimos no tópico anterior, a aproximação entre o HSCM e a FAMEB se iniciou no ano de 1816, mediante determinação régia que tornou as enfermarias deste nosocômio território de aprendizado para os jovens doutores da Faculdade de Medicina. Desde então, os corredores desse hospital passaram a ser frequentados por professores e alunos que buscavam treinamento e associação dos conhecimentos teóricos à lida cotidiana com os doentes e suas mazelas. Oito foi o número de enfermarias que serviram como espaço de prática e estudo no HSCM, em torno do segundo quartel dos oitocentos: São Fernando; São Francisco; São José; São Vicente; São Cristóvão, São João; Assumpção 1a. e Assumpção 2a (RIOS, 2001).

---

[73] O beribéri era uma doença comum na Ásia, de onde veio sua denominação ("beri" significa "fraco" em cingalês, idioma do Sri-Lanka), a qual provocava perda de peso, fraqueza, e em estágio avançado, alterações cardíacas (CARRETA, 2006). O ainhum, que na época se pensava ser uma moléstia típica dos negros, era caracterizada por uma alteração mórbida que provocava um estrangulamento progressivo dos dedos mínimos dos pés (FALCÃO, 1960).

[74] O histórico dessas instituições pode ser conferido em Barreto e Souza (2011).

A rotina das lições práticas no HSCM possibilitou que médicos aprendizes se relacionassem com outros profissionais, externos ao rol de professores da FAMEB, que também prestavam serviços à Santa Casa. Tais interações aproximaram alguns estudantes a outras agendas de estudos, além daquelas preconizadas pelo currículo da academia, em particular as discussões que movimentavam o grupo que se organizava em torno da *Gazeta Média da Bahia*, como podemos perceber pelo relato de Silva Lima sobre as atividades profissionais de seu amigo John Paterson nas dependências do HSCM:

> Além destes estudos de clínica cirúrgica, o Dr. Paterson algumas vezes se ocupava com outros de anatomia descritiva, regional e patológica, e com exercícios operatórios no cadáver, na casa das autópsias da Misericórdia, e, companhia de outros colegas, **e de alunos da Faculdade de Medicina, alguns dos quais são hoje práticos de merecimento e professores distintos** (SILVA LIMA, 1887, p. 391, grifo nosso).

Apesar de alguns integrantes da "Escola Tropicalista" não guardarem laços formais com a FAMEB, mantiveram proximidade com a instituição, colaborando com orientações de seus estudantes e iniciando-os em exercícios práticos de medicina:

> Em 3 de novembro liguei a artéria, ajudado pelos meus colegas os Srs. Drs. Caldas, Wucherer, Silva Lima e os alunos de medicina A. Pacífico Pereira e Gentil Pedreira; O doente pediu que a operação fosse praticada sem o clorofórmio, e enquanto ela durou, nem por palavras nem por gestos deu indícios da menor impaciência ou irresolução (PATERSON, 1867, p. 220-222).

Alguns alunos eram escolhidos para participar ativamente das autópsias e dos procedimentos cirúrgicos realizados nas enfermarias do hospital: "*Em presença dos Srs. Drs. Paterson, Caldas, Wücherer, e ajudado por alguns alunos da escola de medicina, procedi a abertura do cadáver*" (SILVA LIMA, 1868, p. 146-149).

Foi no seio desse espaço de cura e no contexto de suas atividades de ensino que o então estudante Antônio Pacífico Pereira conheceu e se aproximou de John Paterson, Silva Lima, Otto Wucherer e outros componentes do grupo, passando a desenvolver uma relação de mestre/discípulo com estes personagens, conforme declara abaixo:

> Permiti que ainda hoje, entre as gratas recordações que me desperta este momento, preste a minha homenagem aos mestres ilustres que nesse tempo tão

> benéfica influência exerceram no espírito de seus discípulos, e formaram no país uma escola que não se tem desviado do caminho da honra e do dever. Destacavam-se dentre eles dois vultos simpáticos, admiráveis pelo talento, pela distinção e delicadeza de seus atos, e pela correção, lealdade e desinteresse com que exerciam a profissão médica. Foram ambos meus professores de clínica: Antônio José Alves, que representava então, em erudição e perícia, o que tinha de mais elevado a cirurgia baiana; e Antônio Januário de Faria, o professor eloquente e brilhante, clínico proficiente e profissional correto e distinto. **Ao lado destes tive a fortuna de encontrar na clínica civil hospitalar outros mestres cujas lições não figuravam no ensino oficial, mas eram um manancial fecundo de ensinamentos**, e cuja vida profissional, modesta, nobre, laboriosa e fecunda para a ciência e para a humanidade, eram um quadro vivo de exemplos e virtudes, que passava-me sempre ante os olhos, quando com o passo incerto e mal seguro começava ainda a minha carreira médica [...]. **Foi assim que conheci Alves, Faria, Paterson, Whucherer, e ainda outro [Silva Lima] que sobrevive a todos estes**, e que todos vós conheceis também, sempre distinto, hoje o decano de nossa medicina, modelo para todos os que quiserem dedicar-se ao exercício da profissão (PEREIRA, 1895, p. 244-247, grifo nosso).

O discurso acima ocorreu em uma solenidade de colação de grau, na qual Pacífico Pereira foi escolhido pelos formandos de medicina, em 1895, para ser paraninfo no cerimonial. Suas palavras evidenciam as relações construídas entre o currículo formal e o extraoficial, mais perfeitamente inserido na concepção de medicina moderna, segundo a qual o hospital era o local, por excelência, do ensino.

Durante a análise das fontes, percebemos que, além dos professores da FAMEB, outros médicos externos aos seus quadros, como Manuel Maria Pires Caldas, José Francisco da Silva Lima, John Paterson e Otto Wucherer, que foram os principais influenciadores de Pacífico Pereira no decorrer de sua vida acadêmica. O vínculo de Pacífico Pereira com esses médicos começou a ser construído em 1862, ainda em seu primeiro ano no curso de medicina. José Francisco da Silva Lima, que dirigia um dos serviços de clínica Médica do HSCM, foi, possivelmente, o primeiro tropicalista sem ligação com a FAMEB a quem Pacifico Pereira conheceu[75]. Ainda na esfera do HSCM, Pacífico Pereira teve contato com outro médico que dirigiu os serviços de clínica médica, Dr. Pires Caldas, de quem recebeu convite para estender os momentos de estudo de anatomia para além da sala de aula. Pires Caldas disponibilizou suas coleções e peças

[75] Em homenagem a José Francisco da Silva Lima, por ocasião de seu falecimento em fevereiro de 1910, a *Gazeta Médica da Bahia* veiculou uma edição especial, neste mesmo mês, inteiramente dedicada ao médico que também foi um dos seus principais colaboradores. Compondo esta publicação, encontram-se os escritos de Antônio Pacífico Pereira com relatos da vida e obra do mestre e amigo, trazendo a lume, minúcias da intimidade e do relacionamento dos integrantes do grupo inicial de tropicalistas.

anatômicas a Pacífico Pereira, oferecendo-se para instruí-lo na disciplina, três vezes por semana, em sua própria casa[76].

Pacífico Pereira aproveitava os dias com pouco movimento na sala das autópsias da FAMEB, como os domingos e feriados, para aprimorar sua técnica e seus conhecimentos em anatomia. Nesse espaço, que também era compartilhado com o HSCM, o médico realizou dissecções anatômicas, sob o olhar de Pires Caldas, que sempre o acompanhava de perto com apontamentos e instruções adicionais. Outros médicos se juntavam a esse encontro de estudo prático e também de experimentação, para contribuir, pesquisar e compartilhar conhecimentos, que seriam publicados posteriormente:

> A estas sessões de estudo prático compareciam sempre Silva Lima, Paterson e Wucherer, que se entretinham longas horas em trabalhos anatômicos, operações, autopsias clínicas e investigações anatomopatológicas de grande interesse científico, das quais surgiram os valiosos estudos de patologia intertropical publicados pelos doutos investigadores sobre a hipoemia ou ancilostomíase, a quilúria, o beribéri, etc. (PEREIRA, 1910, p. 337).

Pacifico Pereira dedicou também o tempo livre para acompanhar seus mestres na clínica hospitalar e civil, atuando como assessor destes médicos ou simplesmente como observador durante as sessões de estudos e investigações de casos interessantes[77].

O resultado prático dessa relação mestres/discípulo pode ser aquilatado em uma das produções intelectuais de Pacífico Pereira. Analisando o conteúdo de sua tese de doutoramento, percebemos que a escolha do tema derivou, provavelmente, dos estudos clínicos desenvolvidos em associação com Silva Lima durante sua graduação. Com o título "*Diagnóstico diferencial e tratamento das paralisias*", a tese tratou inicialmente da natureza das paralisias, focando a divergência que reinava entre pesquisadores sobre a significação nosológica da doença. Em sequência, o trabalho discorreu a respeito dos avanços da fisiologia moderna, que sancionava, com suas experiências, os descobrimentos anatômicos acerca do movimento corporal; abordou pontos envolvidos com fatores diagnósticos da patogenia e suas classificações postuladas por importantes fisiologistas da época, como: Jaccoud; Longet; Brown Séquard; Lister; Weber; Claude Bernard; Moleschott; e outros. Terminada essa parte da tese, Pacífico Pereira passou a

[76] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 41, n. 8, p. 337-353, 1910.
[77] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 41, n. 8, p. 338, 1910.

discutir outro tópico relativo a um trabalho que acompanhou de perto: a pesquisa produzida por Silva Lima, em 1866, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, que versava sobre determinada paralisia epidêmica que se instalara na Bahia.

> O estudo desta moléstia tem sido acuradamente feito por um dos nossos clínicos mais eminentes, o Sr. Dr. Silva Lima, a quem devemos a descrição e análise publicadas na Gazeta Medica da Bahia, e em cuja clínica, no Hospital da Caridade, tivemos ocasião de observar muitos casos. [...] Em algumas autópsias observei com o Sr. Dr. Silva Lima que as lesões encontradas na medula e seus invólucros eram a injeção considerável dos vasos sanguíneos, e algumas equimoses nos pontos de emergência das raízes dos nervos, mormente na parte inferior da região cervical e superior dorsal, onde a medula oferecia maior consistência do que a ordinária (PEREIRA, 1867b, p. 42, 43-44).

Citando os escritos de Silva Lima, Pacífico Pereira elencou os principais sintomas da doença e chamou atenção para uma possível confusão que poderia acontecer nas tentativas de cravar um diagnóstico para a afecção, visto que esta produzia sintomas parecidos com doenças já bem conhecidas, como ergotismo, mielite, triquinose ou pelagra. O médico finalizou o assunto sublinhando que, apesar dos poucos dados que puderam ser levantados, as pesquisas realizadas por seu mentor indicavam que a paralisia epidêmica reinante na Bahia poderia se tratar de uma doença denominada beribéri[78], uma morbidade de natureza ainda desconhecida na ciência (PEREIRA, 1867b, p. 43-44).

Silva Lima era bem estabelecido socialmente na elite médica da Salvador. Era médico efetivo do Hospital da Caridade, médico consultante do Hospital Português, sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, participante do núcleo de editores da *Gazeta Médica da Bahia*. Ao evidenciar sua parceria científica com Silva Lima, Pacífico Pereira buscava compartilhar do capital social de seu mestre, para validar os argumentos registrados em seu trabalho. Cabe lembrar que as teses doutorais circulavam fora do ambiente acadêmico, sendo lidas também pela elite letrada. Nesse sentido, a parceria mestre/discípulo registrada no trabalho final de curso poderia contribuir para legitimação do jovem médico no início de sua carreira.

[78] Doença comum na Ásia, de onde veio sua denominação ("beri" significa "fraco" em cingalês, idioma do Sri-Lanka), que provoca perda de peso, fraqueza e, em estágio avançado, alterações cardíacas (CARRETA, 2006 p. 84).

Pacífico Pereira, continuou ao lado de Silva Lima[79] no estudo do beribéri, desenvolvendo anos mais tarde, sob a égide da bacteriologia, suas próprias pesquisas sobre a doença[80].

O elo entre Pacífico Pereira e esses médicos que compunham a base da tradição médica tropicalista não foi rompido, e perdurou mesmo depois da conclusão do curso de medicina. Ainda em sua condição de estudante, o médico aproveitou as oportunidades que surgiam para acompanhar seus instrutores em suas atividades na clínica hospitalar ou em outras ocasiões, construindo, assim, uma relação de afeto e confiança que posteriormente lhe renderia notoriedade entre a classe médica de Bahia e do Brasil[81].

Da parte institucional, os professores Antônio Januário de Faria e Antônio José Alves foram os personagens que inicialmente ligaram a FAMEB à "Escola Tropicalista". Ambos foram professores de Pacífico Pereira e contribuíram para aprimorar as aptidões do médico em clínica e cirurgia. Januário de Faria defendia a clínica ao pé do leito do paciente. Produziu um livro chamado *Apontamentos para o estudo de clínica médica*, direcionado aos seus estudantes com objetivo de habituá-los à "*apreciação científica dos diferentes sintomas das moléstias*", e torná-los familiarizados e atentos às possibilidades científicas que o ambiente nosocomial poderia proporcionar (FARIA, 1872). Antônio José Alves, pai do poeta Castro Alves, manteve relações mais próximas com Pacífico Pereira. Faleceu em 1866, antes de ver seu pupilo diplomado doutor em medicina. Este, em homenagem ao professor e instrutor de cirurgia, produziu seu esboço bibliográfico na edição da *Gazeta Médica da Bahia* de janeiro de 1867 (*GAZETA MÉDICA DA BAHIA*, v. 1, n. 14, p. 163-166, 1867).

Conforme aponta Sirinelli (2003), a fase estudantil constitui muitas vezes a base de redes de sociabilidade para os intelectuais adultos. Além de delinear suas concepções

---

[79] Na *Gazeta Médica da Bahia*, Silva Lima publicou cerca de vinte trabalhos sobre o beribéri, sob o título "*Contribuição para a história de uma moléstia que reina atualmente na Bahia, sob a forma epidêmica, e caracterizada por paralisia, edema e fraqueza geral*". Alguns de seus artigos foram transcritos por periódicos médicos de Portugal, França e Inglaterra. Posteriormente, esses escritos foram reunidos e publicados em forma de livro, com o título "*Ensaios sobre beribéri no Brasil*". Para saber mais, consultar: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/limajossil.htm. Acesso em: 25/04/2019.

[80] As investigações de Pacífico Pereira sobre o beribéri podem ser encontradas nas seguintes edições da *Gazeta Médica da Bahia*: v. 12, n. 10, p. 454-462; v. 12, n. 11, p. 485-498; v. 12, n. 12, p. 533-543; v. 13, n. 1, p. 1-12; v. 13, n. 2, p. 49-66; v. 13, n. 3, p. 97-106; v. 13, n. 4, p. 145-153; v. 13, n. 5193-200; v. 13, n. 9, p. 409-419; v.13, n.11, p. 497-502; 1881.

[81] Encontramos na *Gazeta Médica da Bahia* alguns registros da participação de Pacífico Pereira como assistente ou mesmo como expectador em atividades clínicas e cirúrgicas realizadas pelos médicos "tropicalistas" no HSCM: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 15, p. 177-178, 1867; v. 1, n. 19, p. 221-222, 1967; v. 2, n. 31, p. 79-81, 1867.

de medicina, no decurso da graduação, Pacífico Pereira constituiu pontos de conexão com outros médicos que posteriormente abriram caminho para sua inserção na hermética elite médica de Salvador, composta predominantemente pelos docentes da FAMEB.

Pacífico Pereira conquistou seu diploma de médico em 30 de novembro de 1867. Na ocasião houve uma pomposa solenidade de colação de grau, realizada no salão nobre da FAMEB. Além de Pacífico, se formaram nesse dia mais oito médicos e quatro farmacêuticos (SAMPAIO, 1868, p. 9). O evento, segundo o jornal *Diário do Rio de Janeiro,* foi celebrado com "*grande esplendor e magnificência*", reunindo considerável número de pessoas no salão nobre da Faculdade, dentre estas, "*senhoras em quem a formosura rivalizava com os adornos*" (*INTERIOR..., 1867*, p. 1).

Ao lado das defesas de teses, as colações de grau eram cerimônias oficiais de grande relevância e destaque para a sociedade provincial, que atraía um seleto público constituído de autoridades e intelectuais da região (RIBEIRO, 2014). Para o evento de colação de grau, Antônio Pacífico Pereira foi escolhido pelos seus colegas formandos para representá-los com o tradicional discurso de agradecimento. Tal escolha não foi aleatória e resultou do incipiente, porém já significativo, capital cultural do qual dispunha o jovem médico[82] que, a esta altura, acumulava em seu currículo uma láurea concedida pela Congregação da FAMEB, em 1863[83]; a atuação como redator do periódico vinculado à FAMEB chamado *Revista Acadêmica*, em 1865 (JACOBINA, 2013); o *status* de participante da fundação[84]; e a atuação como articulista da *Gazeta Médica da Bahia* (VALLE, 1974), da qual trataremos mais adiante.

[82] O capital cultural está relacionado ao aporte de conhecimentos que apresenta vinculação a uma cultura peculiar, tida como mais legítima ou superior pela sociedade como um todo (SILVA, 1995). Pacífico Pereira acumulou, ao longo dos anos de estudo, tanto os conhecimentos formais, resultantes dos programas oficiais praticados pela FAMEB, quanto os complementares, resultantes das orientações práticas, lições particulares e dos encontros com o grupo tropicalista do qual se aproximou. Dessas apropriações, possivelmente, o médico pôde colher o prestígio entre seus pares, o que resultou em sua escolha para ser o orador de sua turma.

[83] O médico Luiz Anselmo da Fonseca, em discurso registrado na GMB de novembro de 1898, frisou que as poucas premiações concedidas pela FAMEB aos alunos que se destacavam em suas trajetórias acadêmicas repercutiam para além dos muros institucionais, rendendo prestigio ao laureado no âmbito do público regional (FONSECA, 1898, p. 218).

[84] Pacífico Pereira, ainda como aluno, participou de diversos fóruns de discussão científica, realizados pelos fundadores da tradição médica que ficou conhecida posteriormente como "Escola Tropicalista Baiana". No seio dessas reuniões foi concebida a *Gazeta Médica da Bahia*, cujo primeiro volume foi lançado em julho de 1866 (*Gazeta Médica da Bahia*, v. 48, n. 1, p. 5, 1916).

A celebração envolvendo a entrega dos diplomas aos novos médicos conota uma função de poder ao seu receptor que, selecionado dentre outros, por sua competência técnica, adquire o direito de ser o especialista dentro do espectro de sua habilitação. Dessa maneira, o título conferido pela Faculdade de Medicina a Pacífico Pereira trouxe reconhecimento institucional a todo aporte teórico/prático (capital cultural) adquirido durante sua graduação, seja nos espaços formais sob sua jurisdição, ou não.

A visibilidade alcançada por Pacífico Pereira durante sua trajetória como estudante de medicina, amplificada agora pela colação de grau, contribuiu para sua promoção pessoal, mas perante a sociedade não era garantia de que este egresso fosse detentor de uma formação profissional completa. A diplomação conferida por uma instituição de ensino oficial compreendia parte do conjunto de esforços despendidos pela classe de médicos para legitimar a profissão e se distanciar/diferenciar dos grupos de charlatões envolvidos com práticas de cura por métodos não científicos. Não obstante, a diplomação, por si só, mostrava-se por vezes insuficiente para validar o *status* profissional dos recém-formados e torná-los partícipes de uma seleta elite de médicos que atuava em Salvador. Conforme assevera Weisz (1988, p. 33-46), uma elite médica não é composta necessariamente pelos médicos mais competentes, mas por indivíduos que são detentores dos diferentes tipos de poder profissional. Daí a importância das viagens de aprimoramento à Europa e da associação com outros médicos mais renomados que, em conjunto, lutavam para estabelecer a regulamentação da atividade e o campo de atuação da profissão médica.

Com a certificação escolar, os médicos adquiriam para si a autoridade para exercer a medicina, se diferenciando, ou buscando se diferenciar, dos curiosos e praticantes clandestinos da arte de curar. O desafio seguinte aos jovens doutores seria o de corresponder aos requisitos estabelecidos para serem inseridos na elite da profissão, para a qual estava reservada uma clientela específica, o acesso à setores relevantes da burocracia, prestígio e visibilidade social[85].

[85] Neste período, o princípio básico de divisão e hierarquização das posições sociais não estava atrelado à profissão, que era considerada, simplesmente, um entre diversos títulos que respaldavam a posição social dos portadores de diplomas (CORADINI, 1997). O título escolar, por si só, era insuficiente para promover a consagração social do indivíduo. Essa dificuldade poderia ser transposta pela capacidade do diplomado em se inserir e se manter em redes de sociabilidade, para angariar valor ao seu título, referendando assim, seu capital escolar a partir do capital social adquirido pelas relações de reciprocidade (BORDIEU, 1998).

Nesse período, o princípio básico de divisão e hierarquização das posições sociais não estava atrelado à profissão, que era considerada, simplesmente, um entre diversos títulos que respaldavam a posição social dos portadores de diplomas (CORADINI, 1997). O título escolar, sozinho, era insuficiente para promover a consagração social do indivíduo. Essa dificuldade poderia ser transposta pela capacidade do diplomado em adentrar e se manter em redes de relacionamento com outros pares, para angariar valor ao seu título, referendando assim, seu capital escolar a partir do capital social adquirido pelas relações de reciprocidade (BORDIEU, 1998). Em um ambiente em que a institucionalização da medicina estava em edificação, o sucesso para os neófitos estava proporcionalmente ligado ao seu grau de legitimidade e crédito perante a sociedade.

Edler (2014) comenta o fato de que, no contexto do exercício da medicina na Corte, em meados dos oitocentos, um doutor recém-diplomado encontrava grandes dificuldades para exercer a clínica privada, atividade que, pelos padrões da época, exigia formação acadêmica mais refinada. Essa completude profissional poderia ser alcançada mediante um período de estágio na Europa, itinerário principal para os jovens médicos brasileiros que buscavam aprimorar seus conhecimentos e habilidades. Tal cenário também foi característico para os egressos da FAMEB, porém para apenas uma minoria com recursos para custear essas dispendiosas viagens.

Conforme ponderou Peard (1999), o interesse na projeção social e nos resultados econômicos sobrepujavam os benefícios de uma consistente formação científica entre aqueles que escolhiam a carreira médica como profissão na Bahia oitocentista. Isso decorreu, principalmente, pelo fato de que naquela conjuntura o exercício da medicina ainda não estava atrelado ao *ethos* do campo científico, e a inexistência ou incipiência deste campo (e suas regras) fazia prevalecer as diretrizes ou anseios presentes em outras esferas da vida social, como ascensão financeira (CORADINI, 1997). Entretanto, a conversão do capital escolar em capital econômico ou social ocorria na medida em que outras variáveis entravam em cena, tais como: relações de reciprocidade; influência; estima; nível de institucionalização da profissão; etc.

O aperfeiçoamento da carreira em estágio no exterior não foi posto em prática, de imediato, por Pacifico Pereira, que não dispunha inicialmente de recursos suficientes para bancar uma viagem de estudos. Coradini (1997, p. 435), manifestando-se sobre a elite

política no período imperial, considera que o título escolar permitia a introdução do seu portador em determinados "*conjuntos de relações de reciprocidade*". A relação de Pacífico Pereira com seus mestres (Silva Lima, Paterson, Wucherer e outros) –, médicos detentores de uma carreira já consolidada, engajados ao círculo social da província e atualizados quanto ao curso da medicina praticada nos centros europeus –veio a se mostrar como via alternativa para que o jovem médico angariasse legitimação para sua carreira profissional.

As reuniões iniciais da "*associação de facultativos*" tinham lugar alternadamente nos domicílios dos participantes. Estes foram os espaços de sociabilidade onde tais médicos começaram a tecer ligações de afinidades e a compartilhar suas convicções e concepções sobre medicina. Em 1865, em uma das reuniões que ocorreram na residência do professor Antônio Januário de Faria, surgiu a ideia da criação da Sociedade Baiana de Beneficência Médica, movimento precursor da Sociedade Médico-Farmacêutica Beneficência Mutua, que ganharia vida em dezembro de 1867, em solenidade realizada em um dos salões da Faculdade de Medicina[86]. Ao núcleo de fundadores da primeira, pertenceram os doutores Antônio José Alves, Ludgero Rodrigues Ferreira[87], John Paterson, Manoel Maria Pires Caldas[88], Antônio José da Silva Lima, Luís Adriano Alves de Lima Gordilho (1830-1892)[89], José Afonso Paraiso de Moura (1821-1898)[90], Wucherer e Cardoso Silva. Já para a composição da mesa diretora da segunda – cujo objetivo era reunir fraternalmente médicos e farmacêuticos prestando assistência, suporte e regulação às categorias profissionais –, Pacífico Pereira ocupou a posição de segundo secretário[91].

---

[86] Cf: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 35, p. 121, 1867.

[87] Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Como clínico, prestou assistência médica à população baiana, porém veio a faleceu sem antes chegar a tomar parte nas sessões que o referido grupo de facultativos realizava.

[88] Baiano de vida simples e hábil cirurgião, que no Hospital da Santa Casa passou adiante seus conhecimentos médicos e suas experiências no campo da urologia (BASTIANELLI, 2002).

[89] Segundo o necrológio registrado na edição da GMB de outubro de 1892, Luís Adriano Alves de Lima Gordilho recebeu o diploma de doutor em medicina pela FAMEB, no ano de 1851. Nesta mesma instituição ocupou os cargos de: opositor da seção cirúrgica (1856); Lente de anatomia descritiva (1862); e a cadeira de partos (1875). Recebeu o título de Barão de Itapoã, em 1872. Foi jubilado em 1890, vindo a falecer em 1892 (NECROLÓGIO, 1892, p. 186). .

[90] José Affonso Paraiso Moura foi diplomado médico pela FAMEB em 1844. Após viagem à Europa e dedicação à cirurgia no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, prestou concursos para a FAMEB, sendo nomeado para os cargos de opositor da seção cirúrgica e lente catedrático de clínica cirúrgica nos anos de 1856 e 1871, respectivamente (*GAZETA MÉDICA DA BAHIA*, v. 30, n. 1, p. 43, 1898).

[91] Cf: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 47, p. 275, 1868.

As interações que ocorriam nesses espaços geravam fortalecimento ao grupo pertencente ao cenário médico de Salvador e a Pacífico Pereira, e proviam a legitimação de que este tanto carecia como neófito da profissão[92]. Os médicos estrangeiros que participavam dessas convenções puderam compartilhar dos aportes teórico-metodológicos provenientes de suas formações em universidades européias, bem como das excursões pelos importantes hospitais do Velho Mundo. Inserido nesse círculo, Pacífico Pereira pode absorver um conjunto de técnicas, conteúdos e expertises que outros colegas de classe, pelas vias formais do ensino, poderiam não ter recebido.

> Ao lado destes [seus mentores], tive a fortuna de encontrar na clínica civil outros mestres, cujas lições não figuravam no ensino oficial, mas eram um manancial fecundo de ensinamentos, e cuja vida profissional, modesta, nobre, laboriosa e fértil para a ciência e para a humanidade, era um quadro vivo de exemplos e virtudes, que passavam-me ante os olhos, quando, compasso incerto e mal seguro, começava eu a minha carreira médica (PEREIRA, 1895, p. 244-247, grifo nosso).

Ponto culminante dos debates científicos que ocorreram nos fóruns informais produzidos nos encontros fortuitos da "Escola Tropicalista", a *Gazeta Médica da Bahia* (GMB) floresceu para, dentre outros objetivos, dar publicidade às pesquisas originais dos integrantes desta tradição científica. Os esforços executados pelos membros do grupo para reforçar seus laços de reciprocidade e disseminar suas ideias, através da imprensa médica, por exemplo, atraíram holofotes aos seus componentes, tornando-os acessíveis ao patamar em que estava estabelecida a elite médica de Salvador.

A GMB surgiu em 1866 e teve como seu primeiro diretor o Dr. Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913)[93]. Aproximadamente um mês após deixar os bancos escolares, Pacífico Pereira foi convidado a assumir a direção da GMB, galgando assim o prestígio e o *status* que aos iniciantes das atividades clínicas eram exigidos. Uma das grandes dificuldades para os periódicos que floresceram no período foi a manutenção de sua

[92] O volume de capital social que o integrante de um grupo possui está condicionado à dimensão das redes de relações com as quais ele pode se conectar, e ao aporte de capital (cultural, simbólico ou econômico) que os integrantes desta rede possuem e podem compartilhar (BORDIEU, 1998).
[93] Virgílio Clímaco Damásio formou-se em 1859 pela FAMEB, onde foi professor (Opositor), por concurso, a partir do ano de 1862, da seção de Ciências Acessórias. Em 1876, chegou à cátedra de Lente de Química e Mineralogia, sendo posteriormente transferido para Medicina Legal, em 1882 (Oliveira, 1992).

existência diante de um quadro de efemeridade que caracterizava os diversos jornais e revistas voltados para questões científicas no Brasil. Quando Pacífico Pereira assumiu a GMB, em janeiro de 1868, o periódico já acumulava dezoito meses de existência, um tempo de vida que, embora ainda insuficiente para romper com a desconfiança e receber total atenção da classe médica do Império, permitiu o ajuntamento de diversos profissionais e o acolhimento de outros canais de divulgação científica na América e Europa, conforme aponta a redação da GMB na edição do seu primeiro aniversário:

> Os leitores da Gazeta Médica já conhecem um certo número desses, que tem generosamente contribuído para enriquecer as páginas dela com frutos de suas vigílias, colhidos à cabeceira do doente, ou a mesa do estudo, no silêncio do gabinete. Disseminados pela vastidão dessas províncias do Império, viviam isolados se não desconhecidos uns para com os outros. Hoje confraterniza-os um laço comum; e a Gazeta Médica torna-se a mesa, franca para todos, dessa comunhão científica. [...] Animando-se em suas aspirações à luz e à vida, a Gazeta Médica ousou procurar suas irmãs da Europa e da América, a pedir-lhes auxilio e proteção. E o acolhimento, que delas recebeu, foi muito além de suas esperanças. As redações de um grande número de periódicos médicos, e dos mais importantes, saudaram o seu nascimento; e prestaram-se generosamente a enviar-no-los em troca da nossa modesta publicação. Outras, as quais não nos tínhamos ainda dirigido, elevando-se ao mais alto requinte de cavalheirismo, vieram espontaneamente oferecer-nos tal permuta, acompanhando a oferta de palavras tão lisonjeiras, tão animadoras para nós, que não sabemos como exprimir-lhes o nosso agradecimento (*Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 25, p. 1, 1867).

Ao mesmo tempo que o cargo de diretor da GMB concedeu visibilidade a Pacífico Pereira – possibilitando, de forma peremptória, sua ascensão a novo patamar no estamento profissional – permitiu que este, com base nas relações de reciprocidade, construísse uma rede de amizades instrumentais[94] entre médicos, que agora não se reuniam mais nas casas dos fundadores da "Escola Tropicalista", mas em torno das páginas e do alcance de um periódico que encetava prestígio entre a comunidade médica nacional e estrangeira. A pouca experiência como doutor recém-formado poderia agora ser compensada pela notoriedade adquirida por sua participação em uma elite de médicos

[94] Alianças diádicas, clientelismo, amizade instrumental, etc., estão entre as relações e estruturas sociais com base na reciprocidade, apresentadas por Coradini (1997). Wolf (1980) utiliza o conceito de amizade instrumental para as relações sociais envolvidas entre as trocas de favores. Segundo esse autor, em uma relação de amizade instrumental existe, como elemento consubstancial, a procura por recursos (naturais ou sociais); os integrantes desta relação operam com a possibilidade de ampliar as conexões com outras pessoas externas e, assim, promover o estabelecimento de redes com novos grupos.

que compunha a intelectualidade científica de Salvador, o que lhe rendeu, ao mesmo tempo, o respaldo necessário para exercer a clínica e aumentar sua clientela, além de lhe conferir autoridade para se manifestar sobre assuntos médicos diversos.

Trazendo consigo o acúmulo de capital social resultante do grupo social em que estava incluído, Pacífico Pereira superou as dificuldades de inserção no mercado da atividade clínica privada, ocupado predominantemente pelos médicos de elite oriundos, de forma majoritária, da FAMEB. Nesse campo, atuou no exercício da clínica obstétrica e cirúrgica[95]. Em concomitância, seguia na direção, realizando publicações e considerações sobre temas médicos na GMB, e atuando em investigações com seus pares tropicalistas.

Muitos alunos da FAMEB se tornaram professores da instituição, depois de formados. Isso constituía uma característica especial da classe docente de Salvador. Pacífico Pereira, seguindo essa tendência, se afastou da direção da GMB, ao final de 1870, para se preparar para um concurso à carreira docente (JACOBINA; GELMAN, 2008). Foi aprovado pela Congregação avaliadora mediante apresentação e defesa da tese "*Eclampsia durante o parto e seu tratamento*" e, após nomeação oficial, em 13 de maio de 1871, passou a integrar os quadros da Faculdade de Medicina da Bahia como opositor da Seção de Cirurgia[96].

Pacifico Pereira chegou à FAMEB com uma carreira mais ou menos encaminhada. Agora, como docente, novos horizontes seriam abertos, zonas de relações poderiam ser exploradas, e o prestígio da Academia ser utilizado para sua consolidação profissional.

[95] *Cf*.: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 53, n. 5, p. 211. 1922.
[96] Disponível em: http://ibhmca.org.br/cadeira-no-24/. Acesso em: 14/02/2018.

CAPÍTULO 2 – Faculdade de Medicina da Bahia: política, concorrência e reforma do ensino

Antônio Pacífico Pereira atuou como docente da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) entre os anos de 1871 e 1912. Nesse interregno, o saber médico passou por significativas transformações sob influência da emergente medicina experimental que foi abraçada por parte dos intelectuais integrantes da elite médica brasileira. Os médicos que adotaram o novo modelo de medicina se reuniram em torno de periódicos especializados, buscando com o alcance destes, cooptar simpatizantes; divulgar pesquisas de ponta realizadas em todas as partes da Europa e América do Norte e, igualmente, utilizar estes empreendimentos tipográficos como instrumento de persuasão política para atendimento de suas agendas. Ainda neste contexto, florescia a crença no ideal universalista da medicina acadêmica ancorada nos princípios do método experimental e nutrida pelos discursos reformistas que postulavam a equiparação dos currículos das faculdades de medicina nacionais aos modelos presentes nos países europeus, especialmente o germânico.

Neste capítulo, tendo como pano de fundo a atuação de Pacífico Pereira como médico e professor, lançaremos nosso olhar para a FAMEB, a fim de tratar não apenas dos aspectos políticos e organizacionais do citado espaço institucional, mas também de problematizar a relação entre os professores e suas classes dentro do arcabouço organizacional do campo acadêmico da FAMEB, analisando o jogo de forças, de lutas e concorrências presentes na academia. Bourdieu (1983) define o campo como sendo um espaço social onde as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais se desenrolam. Nesse espaço, dinâmico e detentor de leis próprias, ocorre a manifestação das relações de poder entre os agentes que estão em luta concorrencial em torno de interesses específicos. Baseados nessa premissa, exploraremos estratégias adotadas pelas classes de professores opositores e catedráticos para concentrar certos capitais e poder dentro do campo, bem como suas ações e tentativas de conservação e subversão de posições dentro da estrutura acadêmica da FAMEB.

O acesso aos cargos de professor opositor e lente catedrático se dava através dos concursos. Cabia a uma banca de lentes, organizada pela Congregação das faculdades de medicina, a responsabilidade de conduzir as etapas do concurso e, no final, produzir uma

lista com até três nomes, a ser enviada ao Governo Imperial para que este se decidisse pelo candidato vencedor. Abordaremos a dinâmica dos concursos para o magistério, organizados pela FAMEB, a fim de verificarmos as possíveis influências externas e ações de favorecimento a candidatos no transcorrer destes processos.

Em complemento, buscaremos entender como a visão de ciência de Pacífico Pereira direcionou sua trajetória acadêmica e orientou suas ações militantes (em meio às redes de sociabilidade em que transitava) direcionadas para a reforma no ensino da medicina.

2.1 Transformar para conservar: os professores e as lutar concorrenciais no campo acadêmico da FAMEB

Durante quase a totalidade do século XIX, a FAMEB figurou como a única instituição de ensino superior na província da Bahia. Por tal motivo, essa unidade acadêmica se transformou no centro da vida intelectual e científica da região. Contudo, os primeiros quarenta anos de sua existência foram marcados por um notório esforço de institucionalização, e isto, em certa medida, relegou a segundo plano o desenvolvimento de um projeto científico original para a instituição.

A partir da segunda metade dos oitocentos, mais especificamente da década de 70 em diante, essa realidade começou a ser alterada. O perfil e a produção científica das faculdades médicas brasileiras ganharam contornos diferentes, estimulando a publicação de trabalhos originais, a organização de novos cursos e a aglutinação de grupos de interesses (SCHWARCZ, 1993). É bem verdade que o contexto nacional também teve função motriz na redefinição desse comportamento. As grandes epidemias de cólera e febre amarela, os despojos de doentes e aleijados da Guerra do Paraguai, dentre outras mazelas que afetavam a salubridade, contribuíram para redefinir, gradativamente, a atuação do médico, e consequentemente, concedeu a este, mais poder e prestígio em meio à sociedade.

Como vimos no primeiro capítulo, o acesso a esse prestígio não se disponibilizou de forma imediata a todos os médicos. O título escolar, sozinho, se mostrava insuficiente para conferir aos jovens doutores, por exemplo, capital para competir com integrantes da elite médica na clínica privada. Exigia-se para o recém-formado a aquisição de outros

recursos sociais que resultassem na acumulação de diferentes formas de capital (econômico, simbólico, etc.). Um período de especialização na Europa e o acionamento de redes de reciprocidade baseadas na posição do grupo familiar exemplificam os caminhos trilhados pelos iniciantes para ascender a posições na esfera social e profissional.

Os professores da FAMEB, decorrentes do prestígio que detinham, não apresentavam dificuldades para captar clientes na clínica privada. Pelo mesmo motivo, quase sempre ocupavam os principais cargos nos hospitais da região, bem como posições técnicas em funções do governo. Diferentemente da realidade do Rio de Janeiro, onde a proximidade com o centro do poder e sua máquina governamental trazia uma série de oportunidades aos formandos da faculdade médica da Corte, na Bahia os egressos de sua escola de medicina não dispunham do mesmo aparato e das mesmas facilidades. Desse modo, o acesso aos quadros docentes da FAMEB se mostrava como via frutífera para os jovens doutores ascenderem dentro do estamento profissional. Não por acaso, parte preponderante dos docentes da FAMEB estudou na própria instituição.

Seguindo essa tendência, Antônio Pacífico Pereira optou pela carreira docente e construiu trajetória significativa como professor no ensino da medicina. Seu vínculo profissional com a FAMEB ocorreu no início da década de 70 dos oitocentos. Neste período, regulado pela reforma Bom Retiro de 1854, o quadro de docentes atuantes nas faculdades de medicina do país estava organizado em três classes: opositores, lentes substitutos, e lentes catedráticos.

A reforma Bom Retiro estabeleceu a extinção gradativa dos cargos de professor substituto, deixando a critério do Governo a ação de suprimi-los à medida que fossem ficando vagos e quando o número de opositores chegasse ao patamar adequado. No total, as faculdades receberiam em seus quadros 15 opositores: 5 para atuarem na seção das ciências acessórias; 5 para a seção das ciências cirúrgicas, e 5 para a seção das ciências médicas[97].

[97] A reforma dos cursos médicos, ocorrida no ano 1854, organizou as matérias lecionadas nas faculdades de medicina em três seções: a seção das ciências acessórias, compreendida pelas cadeiras de física, química e mineralogia, botânica e zoologia, medicina legal e farmácia; a seção das ciências cirúrgicas formada pelas disciplinas de anatomia geral e descritiva, patologia externa, anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos, partos e moléstias de mulheres pejadas e de recém-nascidos, e clínica externa; e a seção das ciências médicas, responsável pelas cadeiras de fisiologia, patologia geral, patologia interna, matéria médica e terapêutica, higiene e história da medicina, e clínica interna (BRASIL, 1854, p. 197).

Os opositores ocupavam a base da hierarquia entre os docentes das faculdades de medicina. Suas atribuições eram bastante difusas, quando comparadas com a dos lentes catedráticos e substitutos. Atuavam, basicamente, como preparadores e ajudantes nas diversas atividades encabeçadas pelos lentes, podendo também substituí-los eventualmente; não detinham vencimentos fixos (variavam de acordo com as funções desempenhadas); Só recebiam gratificações quando no exercício de qualquer trabalho de sua competência (substituição de catedrático, funções de chefe de clínica, de preparador, etc.); eram obrigados a preencher casualmente qualquer cadeira da seção a que pertencia, e em concomitância, atuar como preparadores de qualquer disciplina desta mesma seção, recebendo, por isso, uma simples gratificação pró-labore (ARAGÃO, 1923). Esses e outros fatores vinham a contribuir para o desprestígio da referida classe de professores.

Do outro lado, os catedráticos gozavam de notoriedade dentro do campo acadêmico e perante a sociedade. No regime da Faculdade, faziam parte da Congregação dos lentes, órgão de caráter deliberativo sobre assuntos internos da instituição; detinham titularidade sobre as cadeiras lecionadas; podiam ocupar interinamente o cargo de direção, na ausência ou falta do diretor principal; recebiam remuneração maior que os opositores; recebiam o direito da aposentadoria, após vinte e cinco anos de exercício; e caso se decidissem pela permanência na função, depois de decorrido o período legal para aposentadoria, poderiam receber o título de Conselheiro do Imperador (BRASIL, 1854). Além destas benesses, a função de catedrático trazia consigo um capital simbólico que colocava esta classe em um patamar diferenciado, rendendo-lhe autoridade, sapiência e legitimação entre seus pares e fora do campo acadêmico. Percebe-se, portanto, a existência de uma distribuição desigual de capital entre opositores e catedráticos dentro de seu campo de atuação nas faculdades de medicina.

O campo acadêmico, à semelhança de outros campos simbólicos, mantém suas próprias regras, princípios e hierarquias; é o local onde se manifestam relações de poder, onde afloram disputas e concorrências sobre interesses específicos (BORDIEU, 1994). A dinâmica social presente na estrutura do campo acadêmico da Faculdade de Medicina da Bahia conferia aos lentes catedráticos mais poder e impedia que os opositores alcançassem posições simbolicamente mais reconhecidas.

Segundo Bourdieu (1983), dentro de todo campo existe um conflito entre dominantes e dominados, entre aqueles que, através da autoridade (violência simbólica),

monopolizam o capital específico[98] deste campo contra os agentes propensos à dominação. No ambiente acadêmico da FAMEB, lutas internas (explícitas ou implícitas; conscientes, ou inconscientes) se desenrolavam entre os integrantes deste campo, como resultado do desdobramento das relações de forças e diferenças entre a forma e distribuição de capital específico. Em um extremo, posicionavam-se os opositores: agentes que buscavam através dos concursos se alçar aos cargos de lente e, deste modo, romper as limitações de sua posição de dominado no campo. No outro extremo, os catedráticos que atuavam para promover alteração nas estruturas do campo, a fim de manter ou acentuar as desigualdades de capital entre seus integrantes. Os agentes dominantes (lentes catedráticos), também concorriam entre si em busca de poder e autoridade científica, capitais específicos que poderiam ser convertidos em outros recursos sociais e facilitar o alcance de posições de maior destaque dentro ou fora campo de origem.

Por se tratar de uma ocupação dotada de múltiplas funções, o trabalho dos opositores foi alvo de contestação. Na memória histórica sobre os acontecimentos da FAMEB no ano de 1857, José Antônio Alves criticou a diversidade de deveres a que esse grupo estava submetido e classificou o cargo como sendo "*uma espécie de empregados indefiníveis por suas atribuições disparatadas*" (ALVES, 1858, p. 23). Discordando de pontos da reforma de 1854, o docente objetou a criação da classe de opositores, defendendo a manutenção e ampliação dos substitutos com atuação direcionada e exclusiva para cada cadeira lecionada na Faculdade:

> Em vez de dividir o trabalho para aperfeiçoar o estudo, e ter em cada ramo do ensino homens mais ou menos eminentes, a reforma deixou acumulada ainda sobre um só a tarefa imensa do conhecimento profissional das meterias mais difíceis. Quanto melhor não fora para esta faculdade que para cada cadeira criasse a lei um substituto em vez de deixar dois e cinco opositores para cada seção. Teríamos em lugar de sete empregados para cada uma, munidos de conhecimentos mais ou menos superficiais em seus diversos ramos, seis substitutos fortes em cada um deles, os quais quando houvessem de chegar ao professorado poderiam pelo estudo acurado e exclusivo de uma ciência ter se tornado eminentes nela. Conservando por seções os substitutos e opositores, eles por certo não poderão dedicar-se exclusivamente a um ramo de uma das seções; porque não tem prévio conhecimento de qual seja a cadeira que devam reger um dia; e se pelos antigos estatutos em que o governo criara apenas seis lugares de substitutos para quatorze cadeiras, isso fora tolerável, hoje que ele cria 15 lugares novos de opositores e 6 substitutos, o que forma uma

[98] Recurso social que só tem valor dentro dos limites de certo campo e só pode transformado em outra espécie de capital sob certas condições especiais (BOURDIEU, 1983, p. 90).

> corporação de vinte e um substitutos para dezoito cadeiras, não vemos porque se não dividam um para cada cadeira (ALVES, 1858, p. 23).

A classe de opositores permaneceu em atividade por vinte e um anos dentro da estrutura acadêmica das faculdades de medicina do Brasil, até sua extinção, no ano de 1875, quando seus professores passaram a receber a denominação de substitutos. Nesse interregno, os concursos lançados pela FAMEB para prover as vagas dessa função, diferentemente do que ocorria com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, contavam sempre com intensa procura de candidatos.

A partir da análise das memórias históricas e de algumas teses de doutoramento de alunos da FAMEB, levantamos a relação de médicos que preencheram as vagas de opositores desde o momento em que estas passaram a ser ofertadas até o ano em que a classe foi extinta[99]. Os dados expostos a seguir exibem a distribuição dos opositores pelas seções médicas por ano letivo:

TABELA 7 – Relação de professores opositores da FAMEB entre 1856 e 1875

	SEÇÕES		
ANO	**CIÊNCIAS ACESSÓRIAS**	**CIÊNCIAS CIRÚRGICAS**	**CIÊNCIAS MÉDICAS**
1856	Francisco Rodrigues da Silva	Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho	…
	…	José Affonso Paraiso de Moura	…
	…	…	…
	…	…	…
	…	…	…
1857	Francisco Rodrigues da Silva	Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho	…
	…	José Affonso Paraiso de Moura	…
	…	…	…
	…	…	…
	…	…	…
1858	…	Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho	Joaquim Antônio Oliveira Botelho
	Antônio Mariano do Bomfim	José Affonso Paraiso de Moura	Antônio Alvares da Silva
	…	…	**...**
	…	…	**...**
	…	…	**...**
1859	**...**	Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho	Joaquim Antônio Oliveira Botelho
	...	José Affonso Paraiso de Moura	Antônio Alvares da Silva
	...	…	**...**

[99] O cargo de professor opositor foi criado pela reforma de 1854. Na FAMEB, os concursos para essas funções se iniciaram somente no ano de 1856. A partir do decreto imperial, publicado em setembro de 1875, a classe de opositor foi suprimida, e seus professores passaram a ser chamados de substitutos.

	...	…	...
	...	…	...
1860	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho	...
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	Antônio Alvares da Silva
	Pedro Ribeiro de Araújo	…	...
	Antônio Militão de Bragança	…	...
	José Ignácio de Barros Pimentel	…	...
1861	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho	...
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	Antônio Alvares da Silva
	Pedro Ribeiro de Araújo	...	João Pedro da Cunha Valle
	...	...	...
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	...
1862	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	Antônio Alvares da Silva
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	João Pedro da Cunha Valle
	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	...
1863	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	Antônio Alvares da Silva
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	João Pedro da Cunha Valle
	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	Jerônimo Sodré Pereira
1864	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	Antônio Alvares da Silva
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	João Pedro da Cunha Valle
	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	Jerônimo Sodré Pereira
1865	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	João Pedro da Cunha Valle
	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	Jerônimo Sodré Pereira
1866*	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	João Pedro da Cunha Valle
	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	...
1867*	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	João Pedro da Cunha Valle
	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	...
1868*	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	João Pedro da Cunha Valle

	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	...
1869*	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Ignácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	...
	Virgílio Clymaco Damásio	Augusto Gonçalves Martins	Luiz Alvares dos Santos
	José Ignácio de Barros Pimentel	...	...
1870*	Rozendo Aprígio Pereira Guimarães.	...	Demétrio Cyriaco Tourinho
	Inácio José da Cunha	José Affonso Paraiso de Moura	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Augusto Gonçalves Martins	...
	José Ignácio de Barros Pimentel	Domingos Carlos da Silva	Luiz Alvares dos Santos
	Virgílio Clymaco Damásio	...	...
1871	...	...	...
	Inácio José da Cunha	Augusto Gonçalves Martins	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	Ramiro Affonso Monteiro
	José Ignácio de Barros Pimentel	Antônio Pacífico Pereira	Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão
	Virgílio Clymaco Damásio	...	Claudemiro Augusto de Moraes caldas
1872	...	...	...
	Inácio José da Cunha	Augusto Gonçalves Martins	...
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	Ramiro Affonso Monteiro
	José Ignácio de Barros Pimentel	Antônio Pacífico Pereira	Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão
	Virgílio Clymaco Damásio	Alexandre Affonso de Carvalho	Claudemiro Augusto de Moraes caldas
1873	José Alves de Mello	José Pedro de Souza Braga	José Luiz de Almeida Couto
	Inácio José da Cunha	Augusto Gonçalves Martins	Manoel Joaquim Saraiva
	Pedro Ribeiro de Araújo	Domingos Carlos da Silva	Ramiro Affonso Monteiro
	José Ignácio de Barros Pimentel	Antônio Pacífico Pereira	Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão
	Virgílio Clymaco Damásio	Alexandre Affonso de Carvalho	Claudemiro Augusto de Moraes caldas
1874	José Alves de Mello	José Pedro de Souza Braga	José Luiz de Almeida Couto
	Inácio José da Cunha	Augusto Gonçalves Martins	Manoel Joaquim Saraiva
	Pedro Ribeiro de Araújo	...	Ramiro Affonso Monteiro
	José Ignácio de Barros Pimentel	Antônio Pacífico Pereira	Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão
	Virgílio Clymaco Damásio	Alexandre Affonso de Carvalho	Claudemiro Augusto de Moraes caldas
1875	José Alves de Mello	José Pedro de Souza Braga	José Luiz de Almeida Couto
	Inácio José da Cunha	Augusto Gonçalves Martins	Manoel Joaquim Saraiva
	Pedro Ribeiro de Araújo	...	Ramiro Affonso Monteiro
	José Ignácio de Barros Pimentel	Antônio Pacífico Pereira	…
	Virgílio Clymaco Damásio	Alexandre Affonso de Carvalho	Claudemiro Augusto de Moraes caldas

* Em virtude da Guerra do Paraguai, os concursos para professores das Faculdades de Medicina foram interrompidos entre os anos 1866 e 1870, sendo retomados no ano de 1871.

Fonte: *Memórias históricas e teses doutorais de alunos da FAMEB*, produzidas entre 1856 e 1875.

De acordo com a Tabela 7, percebe-se que, até o ano de 1859, foi deveras tímido o movimento para ocupação das vagas de opositores em algumas seções médicas da FAMEB. A reforma de 1854 esclarece essa observação. Quando promulgada, a dita lei estabeleceu que os cargos de professor substituto seriam extintos gradativamente, à medida que fossem ficando vagos, sendo estes lugares providos então pelos novos opositores através dos concursos. A reforma Bom Retiro também determinou que seriam quinze os opositores atuantes nas faculdades, cinco para cada uma das três seções médicas. Apenas no ano de 1873, dezenove anos depois da reforma ter entrado em vigor, essa cota foi alcançada em sua plenitude.

Durante o período de sua existência, a plantel de opositores sofreu desfalques por óbito de alguns de seus componentes ou ascensão destes aos postos de lentes por concurso. Três foram os desfalques por falecimento: quando pela morte do professor Antônio Militão de Bragança, em 1861; pela morte de Antônio Alvares da Silva, em 1865; e pela morte de João Pedro da Cunha Valle, em 1869.

Aqueles que por concurso alcançaram os cargos de lentes catedráticos foram: Francisco Rodrigues da Silva, em 1858; Rozendo Aprígio Pereira Guimarães, em 1871; Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho, em 1863; Domingos Carlos da Silva, em 1874; José Affonso Paraíso de Moura, em 1871; Jerônimo Sodré Pereira, em 1866; Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão, em 1875; Demétrio Cyriaco Tourinho, em 1871; e Luiz Alvares dos Santos, em 1871. Existiram ainda os opositores que ascenderam aos postos de lente substituto: Antônio Mariano do Bomfim e Joaquim Antônio Oliveira Botelho, nos anos de 1859 e 1860, respectivamente.

Desde que foi implementada a carreira de opositor, a FAMEB não encontrou dificuldades para preencher as vagas que surgiam para este posto. Os concursos organiadoa por essa instituição sempre contaram com procura significativa de candidatos. Tal realidade, porém, não se aplicava à sua congênere do Rio de Janeiro, que enfrentou sérios problemas em consequência do desinteresse dos médicos fluminenses por essa função.

A grande procura pelos concursos de opositor na Bahia foi comemorada pelo memorialista Antônio Januário de Faria, que comparou este cenário favorável com o da Corte. Segundo Januário de Faria, a faculdade do Rio de Janeiro apresentava dificuldade

em suprir suas carências, em razão do desinteresse de candidatos por essa modalidade de concurso:

> Comparando o crescido número de lidadores que na nossa Faculdade aparecem sempre habilitados e prontos para essas lutas da inteligência com o que acontece algumas vezes na Faculdade do Rio, onde os concorrentes são raros, e em alguns concursos um só se tem inscrito, fato que ainda há pouco se deu na Seção de Ciências Acessórias em 1858, segundo refere em sua memória histórica desse ano o Sr. Conselheiro Antônio Félix Martins, não se pode negar a nossa mocidade médica em geral um merecido elogia pelo desinteresse, e dedicação com que sacrificam ao estado da ciência o tempo que outros cuidam de aproveitar ocupando-se de rendosa clínica ou de outros misteres de que lhes possam resultar vantagens mais seguras, e positivas, visto como a pequena gratificação marcada pelo Governo aos opositores, incerta e insuficiente como é, não pode garantir a subsistência dos que tiverem de entregar-se exclusivamente aos estudos preparatórios do magistério (FARIA, 1860, p. 7).

Esse contexto motivou lamentos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O professor Antônio Ferreira Pinto, cronista dos trabalhos daquela instituição, no ano de 1860, trouxe para reflexão algumas considerações (suas e de outros memorialistas da Faculdade) sobre a questão do esvaziamento dos concursos, tais como: a baixa remuneração conferida a estes docentes; a falta de maiores vantagens; o incipiente prestígio do médico; a preferência por carreiras políticas em detrimento da científica; o nível de dificuldade dos concursos; as múltiplas funções que recaíam sobre estes professores e a posição subalterna que ocupavam; as raras ocasiões de trabalho quando o quadro de professores estivesse completo, etc. (PINTO, 1861).

A conjuntura adversa levou Ferreira Pinto a sublinhar que a reforma de 1854 não estava sendo eficiente em seu objetivo de, a partir da criação dos lugares de opositores, formar um "*viveiro de futuros lentes amestrados na teoria e na prática*". Para o professor carioca, tornava-se indispensável a promoção de uma reforma na lei, de modo que se permitisse: a simplificação no processo de admissão para esses cargos; a concessão, por meritocracia, do título de opositor aos estudantes internos por concurso e com trajetória acadêmica de destaque, e a criação de opositores especialistas com atuação específica em um ramo da ciência. Ferreira Pinto também aproveitou o ensejo para retrucar ao colega baiano, Januário de Faria, que em sua memória histórica teceu elogios à "*mocidade médica*" da Bahia por seu interesse nos concursos para opositor e dedicação ao estudo da ciência, deixando nas entrelinhas que estes predicados não poderiam ser atribuídos aos jovens médicos do Rio de Janeiro.

> Não consentirei, todavia, que daquele contraste e elogio do Sr. Dr. Faria resulte desar para a mocidade fluminense. Se é verdade, que mesmo fora da carreira do magistério se pode prestar muito relevantes serviços à ciência, sem que aquele que a cultiva seja obrigado a afrontar a penúria e a repudiar os foros da humanidade; se é certo que isso é possível, e muito mais ainda quando se está em vastíssimo teatro, com deslumbrantes perspectivas no futuro, como sucede naturalmente na Corte, bem se vê que entre a mocidade que estuda na Bahia e a que estuda no Rio de Janeiro as situações são diversas, e que se aquela é merecedora de elogio esta não é carecedora de desculpa (PINTO, 1860, p. 17).

Segundo a colocação de Ferreira Pinto, o ambiente que se impunha aos médicos recém-formados da Corte exibia contornos diferentes daqueles presentes na Bahia, mostrando-se, por vezes, com possibilidades de trabalho mais atrativo do que aquele oferecido pela carreira de opositores. Dessa maneira, a "*mocidade fluminense*", aproveitando-se das oportunidades advindas pela proximidade ao Governo Central, poderia se utilizar de suas redes de sociabilidade, amizades instrumentais, patronagem escolar, ou relações preexistentes ligadas ao grupo familiar de origem, para facilitar seu acesso a outros recursos sociais que lhe garantissem notabilidade, como os cargos de direção em burocracias públicas ou privadas, vinculadas às atividades médicas e às carreiras políticas (CORADINI, 2005).

Baixa remuneração, excesso de trabalho, concurso rigoroso, foram pontos principais levantados por alguns docentes para elucidar o problema da falta de concorrentes às vagas de opositor, na faculdade da Corte. Entretanto, o professor Francisco Rodrigues da Silva, autor da memória histórica da FAMEB para o ano de 1862, (coadunando com os argumentos de Ferreira Pinto), acreditava existirem outras explicações para a baixa procura pelos concursos, além daquelas que recaíam sobre os pontos fracos da carreira de opositor.

> Senhores, a afluência de candidatos aos lugares de opositor em nossa faculdade, a falta sensível, às vezes absoluta, deles na do Rio de Janeiro, é um fato constante, diversamente interpretado pelos ilustres colegas, que o tem registrado em suas memórias. Por minha parte, sem pretender opor-me abertamente às opiniões por eles sustentadas, sem desse fato tirar um louvor, sequer, para a corporação médica baiana, que bem o merece; sem intenção de irrogar a mais leve censura à mocidade fluminense, de cujo talento e saber faço o mais alto conceito, [...] eu me persuado que a posição pouco feliz do opositor, a abnegação que impõe a carreira do professorado derivando, em ambas as faculdades, das mesmas origens – dever e consciência, lei escrita e lei moral – refletindo-se nos mesmos fatos, não pode dar a razão cabal do contraste observado; inclino-me antes a pensar que nas condições especiais, em que se acha a mocidade, que sai das duas faculdades, pode-se mais depressa, mais

> acertadamente talvez, deparar os motivos dessa diferença, já por vezes notada (SILVA, 1862, p. 24).

Que condições especiais seriam estas, aventadas pelo professor baiano, para esclarecer as discrepâncias entre o número de interessados nos concursos das faculdades do Rio e da Bahia? Para Rodrigues da Silva, a visão romântica do homem intrépido que dedica sua vida em integral sacrifício pela ciência não cabia à situação em destaque, pois "*mais alto que os mais altos interesses das ciências bradam as necessidades do homem*". Rodrigues Silva entendia que o sucesso na vida acadêmica estaria reservado a poucos, apenas a um grupo seleto de "*predestinados*". A "*visão de encantos*" da carreira do magistério não era compartilhada pela maioria dos recém-formados em medicina, os quais, "*em busca de realidades mais positivas*", preferiam se embrenhar pelos "*labirintos da clínica*" ou ainda em demandas "*de outras ocupações alheias ao seu ministério*", afirmou o memorialista (SILVA, 1862, p. 24).

A presença da Corte e todo seu aparato institucional tornava o Rio de Janeiro um celeiro de oportunidades para os jovens esculápios, concluiu Rodrigues da Silva. Esse ambiente diferia completamente da realidade baiana, na qual a conjuntura escassa, que tornava difícil o exercício da própria profissão, impelia os egressos de sua Faculdade aos caminhos da docência.

> Perguntai agora à experiência, socorrei-vos à lição dos fatos: onde as aspirações são mais certa e amplamente satisfeitas – aqui, nesta terra – cadáver de um gigante imenso – onde o talento condenado a vegetar na mais triste obscuridade, nem se quer depara em exercer a sua atividade – ou lá, onde o espírito, banhado num oceano de luz, revê-se ardente de esperanças e futuro nos vastos horizontes de uma Corte quase europeia (SILVA, 1862, p. 24-25).

A carência de opções e a competição desleal no campo da clínica privada com a elite médica de Salvador – constituída, principalmente, pelos professores da FAMEB que abocanhavam grande parte da clientela da região – deixavam a mocidade baiana sem muitas opções. Mais que vocação, prestígio, ou reconhecimento, esses candidatos buscavam, no primeiro momento, uma ocupação; assim finalizou Rodrigues da Silva seu raciocínio, de forma implícita, em pergunta retórica: "*almejar, pois, um lugar de opositor na faculdade do Rio é quase sempre uma vocação, conquista-lo na Bahia, sê-lo-á também?* " (SILVA, 1862, p. 25).

Os que optavam pelo serviço docente na FAMEB eram sabedores do que lhes aguardava. Aceitavam as regras do jogo. Esperavam que a conquista da vaga de opositor contribuísse para o aumento de seu capital simbólico e, consequentemente, disponibilizasse seu acesso a outras portas. Segundo Bourdieu, os recém-chegados a um campo específico, de posse de menor capital e prestígio, tendem a desenvolver estratégias de subversão, a fim de romper as barreiras que ditam sua posição dentro do campo. Tais estratégias, "*no entanto, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites*", e não colocavam em questão os próprios fundamentos do jogo, "*o pedestal das crenças últimas sobre as quais repousa o jogo inteiro*" (Bourdieu, 1983, p. 91).

Uma das estratégias adotadas pelos opositores das faculdades foi, em ação corporativa, apelar ao Governo Imperial, através da elaboração de uma representação com solicitações de mudanças para alguns dispositivos do estatuto que regulava sua classe. No ano de 1861, depois de receber o documento do corpo de opositores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o governo solicitou que as faculdades de medicina se pronunciassem, dando parecer sobre o assunto. Naquele mesmo ano, a Congregação de lentes da FAMEB, em solidariedade, reforçou o pleito dos opositores com o envio de pontos para, igualmente, serem apreciados em favor dos pleiteantes. No documento remetido, a Congregação, dentre outros itens, sugeriu que: a contagem do tempo para jubilação dos opositores fosse equiparada a dos catedráticos; ocorresse a criação de duas subseções dentro de cada seção médica existente, com o direcionamento de três opositores, providos por concurso, para cada uma delas; fosse estabelecido um ordenado fixo para os opositores, além de mais uma gratificação quando estes estiverem em exercício de qualquer trabalho de seu cargo (SILVA, 1861, p. 25). A Faculdade do Rio também produziu parecer semelhante; no entanto, suas proposições, assim como as da Faculdade da Bahia, não prosperaram e foram ignoradas pelo governo, que pretendia estabelecer uma reforma mais ampla e robusta para estas academias (PINTO, 1862).

Existia certa concordância entre os catedráticos da Faculdade sobre a situação de fragilidade em que se encontravam os professores opositores diante da legislação que os regulamentava: "[...] *todos nós temos levantado um brado em favor da classe dos opositores, se não tão desfavorecida, como julgam-na, certo, credora de mais vantagens, e de outro futuro"* (SILVA, 1861, p. 25). As críticas desferidas contra o governo, principalmente por intermédio das memórias históricas, denunciavam a indiferença deste

diante das demandas reclamadas, e chamavam a atenção quanto à necessidade de reformas na lei, as quais, efetivamente, resultassem em benefícios para a classe e, por conseguinte, tornassem a função mais atrativa:

> Malgrado as reclamações dos opositores tanto desta, como da Faculdade do Rio de Janeiro, o Governo em vez de tomar na devida consideração objeto tão urgente, pedindo as Câmaras o pronto remédio, ou a modificação da lei orgânica na parte relativa aos opositores, e em muitos outros pontos que exige reforma limita-se em responder indeferindo [...]. Eis, senhores, a posição dos opositores, que pertencem a Faculdade por um título honroso, obtido nas lides da inteligência, obrigados a estar prontos para qualquer impedimento, que por ventura se dê, mas sem ordenado fixo, sem perceberem quantia suficiente para manter a dignidade a família e os deveres, que precisam conservar como aspirantes a alta posição do magistério oficial. Si conheceis, senhores, que os opositores não vencem ordenado suficiente, que os estimule ao dever, e os torne independentes para abandonar os outros misteres, e devorarem-se ao estudo, como é que podereis contar que no futuro sejais substituídos por professores hábeis? (SEIXAS, 1863, p. 35-40).

Em sua crônica sobre as ações da FAMEB durante o ano de 1862, Domingos Rodrigues Seixas saiu em defesa dos opositores. Revelou que muitos destes não eram aproveitados em suas seções, e acabavam, por questões financeiras, desviando-se para outras atividades, visto que recebiam por produtividade. Seixas defendeu, como salutar ao ensino, a feitura de modificações nos estatutos, para que os opositores pudessem assumir definitivamente as cadeiras vagas nas faculdades, bem como a utilização destes no ensino auxiliar, ações que resolveriam o problema da ociosidade vivida por alguns dos integrantes que compunham o referido grupo.

> É manifesto que ou entregamos as cadeiras do professorado a opositores, que por justos motivos não tiveram meios e estímulos suficientes para se prepararem, ou as cadeiras da Faculdade se acharão em constante vacatura, que atrasará o ensino. A verdade, que vos dizemos, já vai sendo demonstrada por alguns fatos. Há quantos meses não serve na Faculdade o opositor da cirurgia, o Dr. Augusto Gonçalves Martins? Aonde mora? Qual o dever ou obrigação que prende o opositor da Acessória, o Dr. Pedro Ribeiro de Araújo? Todos nós sabemos: fazem anos que não aparece na Faculdade, e vivendo em seu engenho acha, *talvez com muita razão*, preferível a vida da lavoura à fantástica posição de opositor. Segundo somos informados, dois opositores da seção Médica, o Dr. Demétrio Ciríaco Tourinho, e mais outro, passaram o ano inteiro sem exercício, e durante as férias nada venceram. Destarte talvez fosse conveniente propor ao Governo, que ao menos na seção Médica se suprimisse de agora em diante dois lugares de opositor; mas bem vedes que não partilhamos esta ideia que aqui vai a esmo, que porque temos fé, que a organização do ensino auxiliar de que vos hei falado, se fará nesta Faculdade que nos serviços especiais serão oportunamente ocupados os opositores disponíveis (SEIXAS, 1863, p. 41-42).

O engajamento de parte dos lentes catedráticos em pautas que preconizavam uma reformulação para a classe opositores não buscou, necessariamente, romper com a estrutura de relações e de hierarquização, estabelecida no contexto acadêmico da FAMEB, mas sim, ainda que de modo inconsciente, reforçar sua posição de dominação naquele campo. Os apontamentos levantados traziam, carreado (implicitamente) ao desejo por mudanças, o reforço da manutenção de sua condição de dominadores sobre essa classe, uma vez que não previam alteração no âmbito das relações de poder, mas visavam, em caso de acolhimento de suas propostas, uma condição em que os opositores continuassem a ocupar posição de base dentro do campo, com melhores condições de trabalho, porém ainda como dominados. Estava posta em ação uma estratégia, conduzida, às vezes, de forma individual – como nas reflexões ou protestos promovidos por um catedrático em memória histórica, por exemplo –, outras vezes, de forma coletiva (a exemplo do parecer da Congregação de lentes com pedidos de mudança na lei); ora espontânea, ora organizada, com o objetivo de *transformar* a estrutura para *conservar* as posições e seus capitais[100] dentro do campo acadêmico da FAMEB (BOURDIEU, 1998, p. 175).

Os lentes da Faculdade da Bahia, temendo uma reforma na lei que conferisse mais poder aos opositores em assuntos internos da academia, e ainda que estes recebessem autorização para compor as bancas para escolha de professores catedráticos, trataram de produzir um discurso defensivo, diante da possibilidade de subversão. Deixaram registrado, no bojo das solicitações enviadas ao Governo Imperial no ano de 1861 – as mesmas que preconizavam condições favoráveis para a atividade dos opositores – um ponto em que julgavam como desnecessário qualquer intento em modificar a estrutura da Congregação (órgão deliberativo, composto pelos catedráticos), sob alegação de que somente os lentes, por sua experiência e prática, poderiam decidir sobre os interesses do ensino:

> Que, estando nas congregações os interesses do ensino cabalmente representados pelos lentes, os quais se devem supor aquinhoados de maior soma de experiência e de prática, nenhuma necessidade há de que tenham os opositores ali voto deliberativo, salvo a circunstância prevista pela lei de se achares no exercício de qualquer cadeira, e ainda assim não deverão votar nos

[100] Nas lutas concorrenciais que ocorrem no interior do campo, os agentes, dependendo do capital simbólico específico de que dispõem e da posição que ocupam dentro de sua estrutura, podem lançar mão de estratégias de legitimação (conservação) ou de subversão, as quais se confrontam permanentemente com as forças de conservação que atuam para manter a estrutura do campo (LIMA, 2010).

> concursos para catedráticos; podendo, porém ser consultados em todos aqueles casos em que o diretor ou Congregação julgar conveniente (SILVA, 1861, p. 25).

Diante dessa proposição, torna-se clara a atitude da corporação de catedráticos no sentido de manter o monopólio do capital específico dentro do campo e a autoridade necessária para continuar delineando suas características.

Os dominantes do campo também disputavam entre si para aquisição de poder e autoridade no ambiente acadêmico da FAMEB. As reuniões da Congregação da faculdade eram um dos palcos onde essas tensões se desenrolavam. O professor Jerônimo Sodré Pereira, do qual trataremos de forma especial mais adiante, em nota publicada no *Jornal do Comércio* em julho de 1865, descreveu a atmosfera conflituosa que pairava sobre esses encontros em determinadas situações, declarando que o calor das discussões poderia, também, afetar a sensatez das decisões tomadas pelo corpo de lentes em suas deliberações:

> [...] queremos falar das dissensões que existem em nossa corporação; somos forçados a lembrar as sessões tempestuosas da corporação nos meses de março e abril, quando se tratava da memória histórica, da representação dos professores contra a diretoria, dos artigos do Sr. Dr. Botelho publicados no Diário desta capital; este estado anômalo podia ter sua influência sobre as decisões daquele corpo (SODRÉ PEREIRA, 1865, p. 2).

Em outra trincheira, os catedráticos trabalhavam para consolidar a medicina como instituição e empoderar a figura do médico com autoridade científica e poder profissional que o legitimasse nas lutas contra o curandeirismo, contra as parteiras, nas disputas com engenheiros sobre o estado sanitário das cidades, etc. Os jornais e periódicos médicos foram bastante utilizados nessa demanda.

Os que assumiam a função de opositor nas faculdades de medicina tinham, ainda, à disposição outra estratégia para ascender dentro do campo acadêmico da FAMEB: os concursos para lente catedrático. Vinte e seis docentes compuseram o corpo de opositores da FAMEB, entre 1856 e 1875. Onze destes, um total de 42%, mudaram de função, alcançando o cargo de lente substituto ou catedrático. Este último dado revela que o caminho dos concursos foi a estratégia escolhida pelos opositores da FAMEB para galgar patamares mais elevados em seu campo de atuação. Contudo, nesses eventos em que a técnica e a competência deveriam prevalecer, movimentos de interferências externas

(redes de reciprocidade, clientelismo, patronagem, etc.) ocasionalmente floresciam, colocando em xeque a real natureza meritocrática do processo.

2.2 A FAMEB e os concursos para o magistério

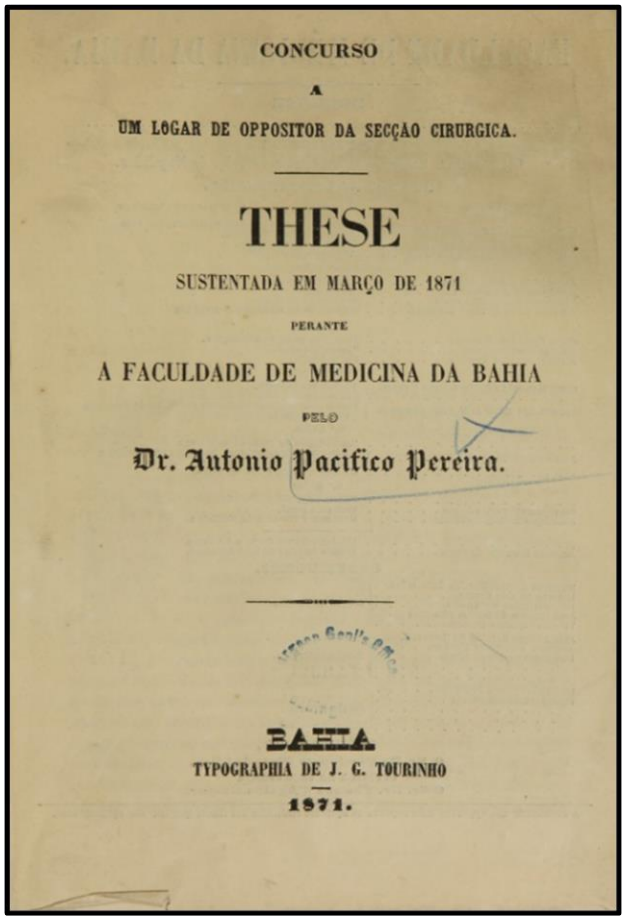
Durante o período da Guerra do Paraguai, os concursos para o preenchimento das vagas para docentes das faculdades de medicina ficaram suspensos, pelo decreto de número 1341 de 24 de agosto de 1866. Segundo essa lei, somente a partir do término do conflito armado os certames poderiam ser retomados.

O encerramento da Guerra ocorreu em março de 1870, e reiniciadas as possibilidades dos concursos, prontamente, no mês de novembro do mesmo ano, a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) finalizava o processo de inscrição para contratação de professores, cujos cargos, por força do decreto imperial, encontravam-se em vacância por quatro anos. Na ocasião, foram ofertadas cinco vagas: três para opositores da seção médica, e duas para opositores da seção cirúrgica. A seção médica contou com um número maior de interessados, cinco inscritos para disputa de três vagas, enquanto na seção cirúrgica, apenas dois candidatos se inscreveram para os dois lugares disponíveis, dentre os quais, Antônio Pacífico Pereira (PEDROSA, 1872).

Depois de apresentar desempenho satisfatório em todas as etapas do processo seletivo[101], Pacífico Pereira foi nomeado opositor da seção cirúrgica pelo Decreto Imperial de 22 de abril de 1871, sendo efetivamente empossado no cargo, em 13 de maio do mesmo ano (PEDROSA, 1872).

[101] De acordo com o estabelecido pela reforma de 1854, as etapas para os concursos de opositores consistiam da apresentação e defesa de tese, da realização de prova oral, escrita e prática. No concurso realizado no ano de 1870, Pacífico Pereira foi aprovado para o cargo com a apresentação da tese "*Eclampsia durante o parto e seu tratamento*".

FIGURA 2 – Tese apresentada por Antônio Pacífico Pereira durante concurso para o cargo de opositor da Seção Cirúrgica, realizado em 1871



CONCURSO

A

UM LOGAR DE OPPOSITOR DA SECÇÃO CIRURGICA.

THESE

SUSTENTADA EM MARÇO DE 1871

PERANTE

A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

PELO

Dr. Antonio Pacifico Pereira.

BAHIA

TYPOGRAPHIA DE J. G. TOURINHO

1871.

Fonte: https://collections.nlm.nih.gov/bookviewer?PID=nlm:nlmuid-101465316-back#page/1/mode/2up.

Pacífico Pereira estava situado em um universo intelectual que tinha a Europa como referência em questões de pesquisa, prática e ensino da medicina. Esse contexto impulsionava, quase que obrigatoriamente, os jovens médicos brasileiros a cumprir um período de aprimoramento de estudos do outro lado do Atlântico. Seguindo essa tendência, pouco depois de iniciar suas atividades como opositor na Faculdade de Medicina da Bahia, Pacífico Pereira obteve a concessão de uma licença, sem vencimentos, para tratar de sua saúde e aperfeiçoar seus estudos na Europa, pelo período de um ano (POR PORTARIA, 1871). Durante sua viagem, o médico percorreu os principais hospitais de Reino Unido, França, Áustria e Alemanha, estudando-os, observando suas arquiteturas, a organização e execução de suas atividades cirúrgicas. Buscou instrução em cursos ministrados por personagens de renome no contexto

médico/científico da época, como: Virchow, Traube, Frerichs, Langeubeehs, Petenkopper, na Alemanha; Billroth e Carl Braun, na Áustria; Spencer Wells, na Inglaterra (A ACADEMIA, 1919).

A viagem ao exterior teve ainda como ponto de parada a cidade escocesa de Edimburgo, onde ocorreu um encontro entre Pacífico Pereira e Joseph Lister (1827-1912)[102], cirurgião britânico que inaugurou a aplicação do método antisséptico em cirurgia. A aproximação entre os dois foi mediada por seu amigo Jon Paterson – discípulo de Lister –, que na ocasião encontrava-se em viagem pela Escócia (PEARD, 1999, p. 25). As lições proferidas por Lister sobre seu método de prevenção das infecções bacterianas em atos cirúrgicos foram depreendidas com entusiasmo por Pacífico Pereira que, por sua vez, contribuiu para popularizar a técnica entre seus colegas baianos. O período de estudos na Europa propiciou o contato direto de Pacífico Pereira com as mais recentes doutrinas médicas que estavam em voga naquele continente. Agora, com o currículo enriquecido, o jovem doutor passou a utilizar o capital cultural adquirido no exterior para consolidar sua posição como médico conceituado e se estabelecer dentro da elite médica de Salvador. Na ocasião de seu retorno, Pacífico Pereira tratou de prontamente divulgar suas qualificações através de propagandas em páginas de classificados, com o intuito de captar e expandir sua rede de clientes.

[102] Joseph Lister foi um cirurgião inglês que realizou a primeira aplicação prática do método antisséptico no controle de infecções em atos cirúrgicos. Em 12 de agosto de 1865, Lister utilizou substâncias químicas em processos cirúrgicos, com a finalidade de prevenir tais infecções (ROSEN, 1994).

FIGURA 3 – Anúncio extraído do jornal *Correio da Bahia*, publicado em 17 de janeiro de 1873, onde Pacífico Pereira explicita o período de estudos no exterior como predicado para atrair clientes para sua clínica privada



MEDICO

O dr. Pacifico Pereira, tendo chegado da Europa, onde cursou os principaes hospitaes de Pariz, Londres, Vienna e Berlin, dedicando-se ao estudo da cirurgia em geral, e especialmente de partos e molestias de mulheres; póde ser procurado na casa da sua residencia, á Rua do Rosario de João Pereira, n. 14.

De meio dia ás 2 horas, provisoriamente no consultorio do dr. Arthur Rios, Rua do Guindaste dos Padres, n. 26.

Fonte: *Correio da Bahia* (1973).

Anúncios como o exposto acima circulavam em diversos jornais leigos de Salvador. Tais empreendimentos tipográficos espelharam-se na dinâmica europeia de vender espaços para publicidade e outras notícias informativas ao leitor, e foram amplamente utilizados por médicos, com suas carreiras mais ou menos consolidadas, para oferecer seus serviços – de forma privada –, prometendo tratamento para doenças como a sífilis, doenças de pele, dos olhos, da garganta; doenças que acometiam as vias urinárias; cirurgias diversas; realização de partos; terapêutica para moléstias femininas e de crianças; e tratamentos homeopáticos (BARRETO, 2008).

O tempo de aprendizado na Europa consolidou uma vertente do campo de atuação clínica de Pacífico Pereira: a obstetrícia. O médico já demonstrava inclinação para esse ramo da medicina, desde a exposição de sua tese "*Eclampsia durante o parto e seu tratamento*", apresentada em concurso para o lugar de opositor, em 1871. Com a divulgação das competências e habilidades adquiridas durante o circuito realizado pelos

hospitais europeus, Pacífico Pereira buscou obter a chancela e a confiança do público feminino e, ao mesmo tempo, reforçar a imagem da figura do médico como o profissional mais bem qualificado e preparado para prestar assistência às doenças de mulheres.

Tradicionalmente, os procedimentos que envolviam os partos e outros cuidados direcionados ao corpo feminino eram executados pelas parteiras, também conhecidas como comadres e aparadeiras (BRENES, 1991). A introdução da medicina nesse espaço – que no Brasil ocorreu efetivamente com a implementação das escolas de cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1808 – inseriu a figura masculina no ambiente da parturição e, com ela, a difusão do discurso de que o parto era um processo orgânico regulado por fenômenos que transcendiam as leis da natureza, pois, conforme apregoavam os médicos, suas bases estavam ancoradas na fisiologia (BARRETO, 2008).

Mesmo presente no currículo da FAMEB desde a fundação desta instituição, a arte obstétrica só começou efetivamente ser ensinada aos novos médicos em 1818, depois da primeira reforma promovida pelo Governo Imperial, no ano de 1815. Nessa ocasião, o professor Manuel da Silveira Rodrigues ficou a cargo de lecionar a disciplina Instrução Cirúrgica e Obstétrica para os alunos do quinto ano do curso médico. Inicialmente, a disciplina foi executada de forma especulativa e abstrata, em razão das questões estruturais que fragilizaram o ensino da medicina nos primeiros anos do século XIX (BRENES, 1991).

As reformas que se seguiram em 1832 e, posteriormente, em 1854 aprimoraram a parte teórica do ensino, mas os conteúdos práticos permaneceram deficientes, em virtude das dificuldades materiais que persistiam. O curso de partos se mantinha predominantemente teórico, e a prática se dava com a realização de ensaios e manobras feitas em manequins. O artigo oitavo da reforma de 1854 previa a criação, pelo Governo, de uma casa de maternidade para suprir as necessidades do ensino obstétrico, mas a execução deste ponto da lei foi por muito tempo procrastinada, o que incitou protestos de vários professores da FAMEB:

> O curso de obstetrícia entre nós e de todos o que mais urgentemente reclama o preenchimento de certas condições para seu aperfeiçoamento, visto como nos falta o essencial, isto é, uma sala especial destinada a clínica de partos, onde os estudantes não só aprendam a reconhecer praticamente as diferentes apresentações, e posições do feto, mas também se exercitar no importante ramo da obstetrícia operatória, que ainda infelizmente é aqui explicada e feita somente sobre o manequim, o que na ciência é hoje uma verdadeira irrisão...(FARIA, 1860, p. 11-12).

> Mas a casa de maternidade para os exercícios de obstetrícia prometida no art. 8 dos estatutos, reclamada para o progresso de nossos estudos, pelas necessidades mais urgentes do ensino, que é feito dela? Está na lei, senhores, e a prática de partos continua a ser hoje o que já era há trinta anos atrás (SILVA, 1862, p. 34).

> Animado pelo mais ardente desejo, e sem ter arrefecido ainda na carreira do ensino, empenho todo o esforço de que disponho para que os estudantes se habilitem na arte de partejar; mas apesar do meu empenho, confesso que apenas eles adquirem conhecimentos teóricos por nos faltar ainda o ensino prático, falta sentida, e contra a qual tem reclamado quase todos, se não todos os historiadores de ambas as Faculdades de Medicina do Império. Entretanto tenho fé que um dia virá, um que semelhante falta desaparecerá, dotando-nos o Governo Imperial ao menos com uma pequena sala, onde sejam recebidas as parturientes (MOURA, 1874, p. 18).

Somente em 1876 essa demanda foi parcialmente atendida, depois da articulação do professor responsável pelo ensino da disciplina de partos, Adriano Alves de Lima Gordilho (Barão de Itapuã), que mediou um acordo entre a Santa Casa da Misericórdia da Bahia e a FAMEB, acordo este que possibilitou a criação da enfermaria especial de partos e moléstias de mulheres no Hospital São Cristóvão[103] (BARRETO, 2008).

A criação desse local especial para realização de partos foi comemorada pelo professor Luís Alvares dos Santos, relator da memória histórica de 1876. O docente enxergava essa iniciativa como um passo importante para vencer a resistência cultural em relação à atuação masculina em procedimentos obstétricos, e conferir empoderamento aos médicos e suas técnicas, diante de um ambiente dominado pelas parteiras:

> Era uma novidade necessária para reformar nossos costumes, um protesto contra as aparências fanáticas de uma moralidade hipócrita. Na terra em que muitas senhoras, ou se entregam às comadres, ou se deixam morrer de moléstias de útero, ou de parto, somente para se não deixarem examinar por facultativos, em razão de um culto imbecil ao pudor, sempre a muita gente pareceu uma criação fantástica uma casa de maternidade (SANTOS, 1877, p. 29).

Para Alvares dos Santos, a demora no estabelecimento da casa de maternidade não decorria diretamente da omissão do Governo Imperial, mas sim do conservadorismo da sociedade baiana. O médico, indiretamente, revelou a existência de uma possível

[103] Esta enfermaria permaneceu em funcionamento durante dezoito anos. Segundo relato da historiadora Anayansi Correa Brenes, sua existência foi caracterizada pela precariedade dos serviços oferecidos. O cenário só se modificou com a mudança do Hospital da Santa Casa da Misericórdia para as novas instalações do Hospital Santa Izabel, localizado no bairro de Nazaré, onde então fora reservada uma enfermaria mais bem equipada para clínica de partos, ginecológica e obstétrica (BRENES, 1991).

resistência das Irmãs da Caridade para a implementação do serviço de partos no hospital da misericórdia. Guiadas fortemente por suas regras sacerdotais, as Irmãs da Caridade se abstinham de ver as partes íntimas e consideravam o parto uma falta de pudor (SANTOS, 1877, p. 29). Para superar esses empecilhos, a Santa Casa nomeou uma enfermeira que ficou responsável pelo tratamento das parturientes internadas na enfermaria especial de partos, registrou o memorialista.

A preocupação do professor Alvares dos Santos sobre a hegemonia das parteiras em questões de nascimento e doenças de mulheres era compartilhada por outros médicos na Bahia; contudo, as comadres seguiam, sem sofrer grandes pressões, na execução destes trabalhos e sendo alvo da preferência feminina (BARRETO, 2008). A via alternativa destinada a preparar o caminho para o ingresso dos doutores em um campo dominado, predominantemente, pelo saber feminino foi a do periodismo médico, onde a retórica, a exposição da habilidade e de técnicas eficientes para o trato de doenças e a execução de partos difíceis serviram para minimizar, de acordo com a historiadora Renilda Barreto, "*a pouca confiança das famílias e quebravam tabus numa sociedade com papéis sociais de gênero bem definidos*" (BARRETO, 2008, p. 916).

A despeito da criação da enfermaria de partos no Hospital da Santa Casa da Misericórdia e dos benefícios para a instrução prática promovida aos estudantes do curso médico, permanecia, entre os professores da FAMEB, o clamor pela criação de uma maternidade escola realmente aparelhada, conforme aludiu a reforma de 1854. Um considerável problema para o ensino obstétrico enfrentado pela FAMEB foi a baixa adesão do público feminino aos serviços prestados pela recém-criada enfermaria de partos (MONTEIRO, 1878, p. 16). O receio que as parturientes manifestavam em relação ao internamento comprometia o pleno andamento da parte prática do curso de partos e moléstia de mulheres e, consequentemente, a completa formação do alunado nesta disciplina:

> Causa dor ver moços, aliás repletos de conhecimento teórico, saírem da nossa Faculdade sem a menor noção prática sobre a obstetrícia; porque infelizmente não tem sido possível, apesar de antigas promessas, estabelecer-se entre nós uma casa de maternidade! E aqueles que, logo depois de receberem a investidura que os habilita para o exercício da medicina, vão praticá-la em lugar, onde a falta de especialistas os obriga a abraçar todos os ramos dos conhecimentos médico-cirúrgicos, sabem as decepções que os esperam à cabeceira da parturiente, em quem não há o mais ligeiro símile com esse

> manequim, que ainda por aqui anda a ser manejado com o fim de aprender-se o mecanismo dos partos (MONTEIRO, 1878, p. 16).

Somados às questões estruturais que limitavam a oferta de treinamento dos estudantes de medicina, outros quesitos, igualmente relevantes, como a preferência por parteiras e a predominância de valores tradicionais sobre os papeis de gênero, dificultaram a consolidação dos médicos no tocante à assistência aos partos e às doenças de mulheres durante o século XIX (PEARD, 1999).

Pacífico Pereira buscou suprir as possíveis deficiências no aprendizado em obstetrícia, durante a fase de graduação, com treinamento e especialização em hospitais europeus. Valendo-se dessas qualificações, trabalhou para demarcar território em um campo de atuação onde parto e corpo feminino eram temas de mulheres. Segundo José Adeodato de Souza (1873-1930)[104], ao longo de sua carreira, Pacífico Pereira se consolidou na clínica obstétrica, conseguindo renome "*no círculo de seus colegas e no seio da sociedade baiana, onde contava com numerosa e seleta clientela*" (SOUZA, 1922, p. 218). Utilizou-se das páginas dos periódicos médicos para divulgar os casos clínicos que considerava relevantes em sua rotina de atendimentos,[105] com o intuito de suprir, aos iniciantes da arte de partejar, informações e detalhes importantes que, segundo o médico, eram "*muito deficientemente tratados no maior número de compêndios de partos*" (PEREIRA, 1875, p. 26).

[104] Colou grau pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1895, onde, por concurso, atuou como preparador de anatomia médico-cirúrgica a partir do ano de 1896. Por via de concurso realizado em 1902, chegou ao cargo de substituto de Clínica Obstétrica e Ginecológica. Posteriormente, em 1911, assumiu a cátedra de ginecologia da FAMEB, sendo considerado o iniciador desta especialidade no estado da Bahia (COSTA, 2007).

[105] No campo da obstetrícia, Pacífico Pereira produziu diversos artigos, como: *Eclampsia durante o parto e seu tratamento*, tese de concurso publicada em 1871; *Placenta prévia*, publicado pelos periódicos *Revista Médica* (RJ) e *Norte Acadêmico* (BA), em 1874 e 1875 respectivamente; *Eclampsia tratada pelo bromureto de potássio e cloral* (1879); *Ginecologia: rupturas do períneo e perineorrafiadistocia* (1880); *Distocia por oclusão da parte inferior da vagina* (1882); *Cefalotripsia repetida sem trações e claneoclasia* (1882), estes quatro últimos divulgados pela *Gazeta Médica da Bahia* (SOUZA, 1922, p, 218).

Retomadas as suas atividades docentes, depois do estágio no exterior, Pacífico Pereira foi indicado para ocupar a posição de chefe dos trabalhos na clínica cirúrgica,[106] sendo nomeado, em março de 1873, pelo diretor da FAMEB, Vicente Ferreira de Magalhães (1799-1876)[107]. As lições aprendidas nos centros médicos do Velho Mundo foram aplicadas por Pacífico Pereira durante o exercício desse cargo, assim como em suas atividades na clínica civil e nos trabalhos e ponderações veiculadas na imprensa médica (FONSECA, 1898, p. 219).

Ainda no ano de 1873, precisamente no dia 25 de julho, Pacifico Pereira obteve, pela presidência da província, uma licença remunerada de três meses para tratar de sua saúde (MOURA, 1874). Em sua obra intitulada "*Memória sobre a medicina da Bahia*", Pereira comentou sobre uma viagem que fizera à Europa, nesse mesmo ano, para estudar a organização do ensino nos "*países mais adiantados*" (PEREIRA, 1873, p. 47). Encontramos, descritos na memória histórica da FAMEB de 1873, registros sobre diversos docentes que se licenciavam do cargo para tratar suas enfermidades na Europa[108]. As informações contidas nesses documentos, quando associadas, sugerem que Pacífico Pereira, seguindo uma tendência, tenha se dirigido à Europa para investir na recuperação de sua saúde e, aproveitando a viagem terapêutica, também buscou se instruir sobre os modelos organizacionais das faculdades de medicina europeias. O médico baiano já havia procedido dessa forma na ocasião da viagem realizada em 1871, e pôde perfeitamente ter agido de forma similar.

---

[106] De acordo com o regulamento complementar para os estatutos das faculdades de medicina, publicado no ano de 1856, sob a supervisão do lente de clínica, um opositor da seção médica e outro da seção cirúrgica seriam indicados para chefiar as atividades destas seções. Esses docentes teriam as mesmas obrigações dos preparadores de anatomia e de operações, além de outros encargos, tais como: auxiliar o lente na coordenação, no controle e na orientação dos alunos durante as atividades letivas realizadas no hospital; realizar autópsias – com assistência dos alunos internos – em casos de morte ocorridas nas enfermarias sob seus cuidados; e preparar peças de anatomia patológica com seus resumos históricos dos respectivos fatos clínicos. Ao chefe da clínica cirúrgica, como era o caso de Pacífico Pereira, recaíam ainda as obrigações de assessorar o lente nas operações cirúrgicas; cuidar do "arsenal cirúrgico" utilizado nos procedimentos operatórios; aplicar os aparelhos e curativos determinados pelo lente; e ainda dirigir e supervisionar estas atividades quando realizadas pelos alunos de medicina.

[107] Natural da Bahia, recebeu o título de aprovado em cirurgia no ano de 1828 e de cirurgião formado, em 1829. Doutorou-se em medicina pela Universidade de Coimbra, em 1835. Foi o primeiro professor da cadeira de Física Médica da Escola de Cirurgia da Bahia, chegando ao cargo por concurso realizado no ano de 1833. Exerceu a vice-diretoria da FAMEB e também a diretoria interina, entre os anos de 1871 e 1874.

[108] Descritas na dita memória estão as concessões de licenças para tratamento de saúde na Europa, concedidas aos os médicos Alexandre Afonso de Carvalho, opositor da seção cirúrgica; Jerônimo Sodré Pereira, lente de fisiologia; e José Affonso Paraiso de Moura lente de clínica cirúrgica.

Na verdade, a organização do quadro docente, no ano de 1873, enfrentou dificuldades, em razão do número de licenças concedidas naquele ano letivo. Com períodos que variavam de trinta dias a um ano de liberação[109], ao todo nove professores foram licenciados: sete deles para tratamento de saúde, e dois para integrar uma comissão do governo imperial no exterior[110] (MOURA, 1874). Essas ausências levaram a diretoria da FAMEB a designar alguns lentes catedráticos para suprir as carências momentâneas de determinadas cadeiras do curso médico, por não dispor mais de opositores para substituir os professores afastados.

Durante a viagem, Pacífico Pereira visitou a Alemanha, a Áustria e a Suíça para observar o funcionamento de seus sistemas de ensino (PEREIRA, 1923). Retornou ao Brasil bastante radiante pelo que presenciara e estudara, mas esboçou preocupação com a realidade cotidiana do ensino superior ministrado nas faculdades de medicina brasileiras. Esse contato com as metodologias de ensino presentes em países estrangeiros, principalmente a germânica, foi o ponto de partida para que Pacífico Pereira se tornasse um crítico do currículo e dos processos oficiais de formação de médicos e, notadamente, delineasse seus passos em defensa de uma remodelação pedagógica para o ensino da medicina no Brasil.

Dentro do organograma profissional da FAMEB, Pacífico Pereira trabalhou para alcançar patamares que pudessem lhe conferir maior notoriedade, posto que o cargo de opositor era considerado base da pirâmide hierárquica entre os docentes das faculdades de medicina. Em decorrência do decreto de número 1623 de 30 de junho de 1855, os lentes das Faculdades da Corte e de Salvador conquistaram honras de desembargador (BRASIL, 1855), o que potencializou o prestígio que estes personagens já detinham em virtude do vínculo com a faculdade. Em um contexto de poucas opções para ocupação de funções de renome, quando comparamos o cenário da Bahia com as oportunidades

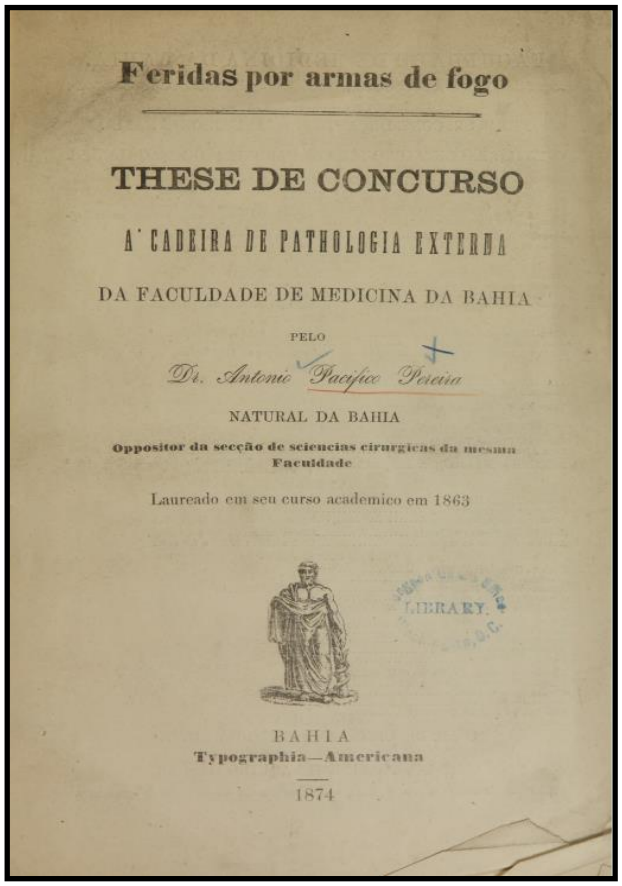
[109] De acordo com a reforma Bom Retiro (1854), o ordenado integral nos casos de licença para tratamento de saúde era garantido somente ao docente com afastamento de até seis meses.

[110] No ano de 1873, realizou-se a Exposição Universal de Viena, com a expressiva participação do Império do Brasil. Nesses eventos internacionais, inúmeras nações propagandeavam-se umas às outras através da divulgação de seus mais importantes produtos e inventos criados por artistas, intelectuais e artífices. A organização da exposição brasileira ficava a cargo das comissões provinciais, geralmente formadas por pessoas detentoras de prestígio na sociedade imperial (CUNHA, 2010). De acordo com a memória histórica da FAMEB de 1873, os médicos Antônio Januário de Faria e Cerqueira Pinto foram os personagens da elite médica baiana selecionados para participar do evento em comissão do Governo Imperial. Para mais informações sobre as exposições universais, ver o trabalho de Cintia da Silva Cunha (2010) sobre as exposições provinciais do império.

presentes na Corte, rodeada por significativo aparelho governamental, era perfeitamente natural que jovens médicos almejassem posições de destaque em cargos como os de lente catedrático. E assim procedeu Pacífico Pereira.

Em maio de 1874, depois do jubilamento do professor de patologia externa Manuel Ladislau Aranha Dantas, a Faculdade da Bahia abriu concurso para a preenchimento desta vaga (BAHIA, 1874), processo que contou com quatro inscritos: Domingos Carlos da Silva (1837-1906); Antônio Pacífico Pereira; Augusto Gonçalves Martins (1836-1903); e Alexandre Affonso de Carvalho (1838-1895), todos opositores da FAMEB (NOTÍCIA..., 1874). Ao final das etapas do processo seletivo, com a apresentação da tese "*Estudo sobre as principais questões relativas às feridas por armas de fogo*", Pacífico Pereira foi classificado em segundo lugar na disputa.

FIGURA 4 – Tese "*Ferida por armas de fogo*" apresentada por Antônio Pacífico Pereira para o cargo de lente de patologia externa, em concurso realizado em 1874.


Feridas por armas de fogo

THESE DE CONCURSO

A' CADEIRA DE PATHOLOGIA EXTERNA

DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

PELO

Dr. Antonio Pacifico Pereira

NATURAL DA BAHIA

Oppositor da secção de sciencias cirurgicas da mesma Faculdade

Laureado em seu curso academico em 1863

LIBRARY

BAHIA
Typographia—Americana

1874

Fonte: < https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12352>

Seu oponente, Domingos Carlos da Silva[111], apresentando tese com tema semelhante, conquistou a vaga com a primeira colocação, sendo nomeado para o cargo em decreto de 14 de outubro de 1874 (BRASIL, 1875, p. 15). Ambos, Pacífico Pereira e Domingos Carlos, eram opositores da seção cirúrgica, sendo este último mais antigo no cargo, atuando desde 1860. No tocante ao certame, discorrendo os candidatos sobre o mesmo tema, pesaram em favor de Domingos Carlos as experiências acumuladas durante a atuação na Guerra do Paraguai, onde o campo de batalha lhe proporcionou vivências em situações cirúrgicas peculiares, que acabaram por contribuir para a produção de sua tese de concurso, a qual recebeu acolhimento favorável fora da província baiana:

> Em sua importante tese – *Estudos sobre as principais questões relativas às feridas por arma de fogo* – ocupou-se o Dr. Domingos Carlos do assunto de um modo verdadeiramente admirável, procurando sempre dar o maior cunho de originalidade ao seu trabalho, o que com a maior felicidade conseguiu. Correndo as páginas daquela importante publicação parece ao leitor que vê desenrolar-se aos seus olhos muitos dos lutuosos quadros da cirurgia de campanha das regiões do Paraguai, onde apreciou-os pessoalmente o ilustre professor (O Dr. DOMINGOS..., 1875, p. 6183).
>
> [...] A dissertação que versa sobre o *Estudo das principais questões relativas as feridas por armas de fogo* constitui um verdadeiro e minucioso tratado, escrito com a proficiência que era de esperar dos talentos do distinto opositor da seção de ciências cirúrgicas. A afirmação do merecimento intrínseco deste notável escrito, que não é para ser analisado em uma breve noticia, acrescentaremos que a edição é das melhores que se tem feiro no país, honrando sobre maneira a arte tipográfica nacional (PUBLICAÇÕES, 1874, p. 2).

Outra questão que fatalmente tenha pesado para o desfecho favorável ao candidato Domingos Carlos foi o fato de este ter servido na guerra contra o Paraguai. Esse benefício derivou do artigo quinto do decreto imperial de número 1341, editado em 24 de agosto de 1866, que trazia a seguinte redação:

> Terão pela presente lei preferência para catedrático ou opositor nas vagas, que se derem nas respectivas faculdades, com igualdade de aprovação em concurso, dentre os candidatos o que apresentar documentos de serviço na guerra atual e dentre estes o que oferecer documentos de mais valiosos serviços de campanha (BRASIL, 1866, p. 92).

[111] Natural de Salvador, colou grau pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1859, instituição na qual trabalhou como opositor, por concurso, da seção cirúrgica (1860) e lente catedrático de patologia externa (1874). Foi também Membro do Conselho do Imperador (OLIVEIRA, 1992).

Nova oportunidade de ascender na carreira docente se abriu a Pacífico Pereira em fevereiro de 1875, quando, em razão do falecimento do professor Mathias Moreira Sampaio, vagou-se a cadeira de partos. A ocasião era oportuna, pois a disciplina em questão encaixava-se, perfeitamente, com as atividades clínicas de Pereira, e ainda, o período de especialização na Europa poderia lhe conferir vantagens claras em um processo seletivo. Abertas as inscrições para o concurso, Pacífico Pereira entrou na disputa juntamente a outros três colegas opositores da seção cirúrgica: Augusto Gonçalves Martins, José Pedro de Souza Braga (1845-1898), Alexandre Affonso de Carvalho. Contudo, um fato inesperado malograria suas pretensões.

Três dias após o início do processo seletivo, Luís Adriano Alves de Lima Gordilho (Barão de Itapuã), lente de anatomia descritiva, manifestou interesse na cadeira de partos através de requerimento apresentado à Congregação da FAMEB, que se reunira em sessão realizada no dia 3 de fevereiro de 1875 (ARAUJO, 1876, p. 3). No requerimento, Lima Gordilho solicitava que a FAMEB encaminhasse seu pedido de transferência para a nova cadeira ao Governo Imperial, a quem recaía a competência para autorizar tal permuta.

O pedido do Barão de Itapuã respaldava-se no artigo cinquenta e oito do decreto reformista de 1854, que previa, para os casos de existência de vagas, a "*troca das cadeiras entre os lentes catedráticos, mediante requerimento destes, informado pela Congregação*", sendo esta obrigada a discorrer sobre as possíveis "*vantagens, ou inconvenientes da permutação*" em seu pronunciamento remetido ao Governo (BRASIL, 1854, p. 208). Lima Gordilho já lecionava a disciplina de anatomia descritiva na FAMEB há treze anos, e concomitantemente, exercia a atividade de médico parteiro na clínica privada. Vislumbrou, com o surgimento do posto, a oportunidade de associar ao ensino as experiências adquiridas no cotidiano dos atendimentos obstétricos. No entanto, apesar de pertinente, o interesse de Lima Gordilho pelo lugar na cadeira de partos (em meio a um processo seletivo em andamento) dividiu opiniões.

O pleito de Lima Gordilho arrastava-se sem resposta, por meses, o que incitou a manifestação de um de seus simpatizantes através de nota publicada em 15 de setembro de 1875, no *Jornal do Comércio*, periódico diário em circulação no Rio de Janeiro. O autor do protesto – um correspondente anônimo – frequentemente contribuía nas edições do jornal, apresentando um panorama dos principais acontecimentos na província da Bahia. Na ocasião, o correspondente criticou a demora na decisão sobre o pedido

realizado pelo Barão de Itapuã, ressaltando que a atuação do médico como parteiro respeitado o gabaritava para a cadeira de partos, e por isso, a autorização da transferência entre cadeiras seria salutar para o ensino daquela disciplina:

> [...] Não me compete até me arrisco a cometer uma inconveniência oficial, mas como confio na verdade, forçoso é dizer que geralmente causa estranheza o não ter sido concedida ao Barão de Itapuã, até hoje, a troca que pedira da cadeira de anatomia para a de partos: porque se esta é a sua especialidade, podendo dizer-se, sem receio de contestação, que esse ilustre clínico é o primeiro médico parteiro nesta cidade, parece que o ensino público lucraria muito com a troca, dando-se à cadeira de partos um lente como o Barão de Itapuã, que pode no exercício dela, ensinar teoria e prática, ou clínica de partos, matérias, que separadas, formam cadeiras distintas em quase todas as faculdades conhecidas (INTERIOR, 1875, p. 3).

Continuando seu protesto, o autor da nota lançou suspeições sobre a morosidade que se incidia na tramitação do processo. Posicionou-se como intérprete da opinião pública, a qual, para esse caso, segundo registrou, não enxergava outro desfecho se não aquele favorável à permuta:

> [...] O Barão de Itapuã é uma notabilidade em clínica de partos e a troca é um fervor na opinião geral: para a anatomia não faltam opositores habilitados, mas para a de partos é preciso reunir a ilustração à prática, que tem um médico do valor do ilustrado professor. Se deste lugar me fosse permitido, como intérprete da opinião pública, lembrar a necessidade desta concessão unicamente por bem do ensino, mas como vejo que a tanto não devo aspirar, limito-me a noticiar-lhe o que há (INTERIOR, 1875, p. 3).

A publicação da nota acima em um jornal da Corte tinha como objetivo explícito promover pressão sobre decisão governamental no tocante a esta questão específica. Contudo, dois dias depois do conteúdo exposto, o *Jornal do Comércio* abriu espaço para uma réplica incisiva, sem menção de autoria, mas endereçada ao Ministro do Império, na qual o autor criticava duramente os escritos anteriores do correspondente anônimo. Os apontamentos foram publicados na coluna "*publicações a pedido*", veiculada na edição de 17 de setembro de 1875, do *Jornal do Comércio*.

O autor da réplica iniciou o texto acusando o correspondente anônimo de partidarismo, denunciando o fato de que suas colocações se equiparavam a um "*verdadeiro sermão encomendado a propósito da permuta*". Contrariou a assertiva de que o Barão de Itapuã, uma vez empossado na cadeira de partos, uniria a teoria à prática no ensino da disciplina, simplesmente pelo fato de inexistir, naquele momento, uma

enfermaria de partos na Bahia[112]. Sublinhou, ainda, que os elogios endereçados ao Barão de Itapuã eram propagandistas e tinham o objetivo de expô-lo ao Dr. Depaul[113], famoso professor de obstetrícia da França que estaria de visita marcada ao Brasil.

Sobre o ponto em que o correspondente da Bahia se intitulou "*interprete da opinião pública*", exclamou – o contestante – em tom irônico: "*coitadinho!*" (AO EXCELENTÍSSIMO..., 1875, p. 2). Depois dessas colocações, o autor da réplica saiu em defesa dos opositores que se candidataram à vaga. Alegou que o Barão de Itapuã já tinha a carreira de parteiro estabelecida e, na clínica privada, ocupava-se ainda de outras especialidades como a "*de moléstias de vias urinárias, da garganta, dos ouvidos, dos olhos, etc.*", ou seja, seu campo de atuação difuso o incompatibilizava com a perícia exigida ao ensino obstétrico. Já entre os concorrentes opositores, apontou o articulista, existiam candidatos (entre estes Pacífico Pereira) que, além de exercerem a clínica de partos, foram capacitados na Europa em estudos especiais ministrados pelos melhores professores das importantes maternidades daquele continente:

> Há, no entanto, entre os opositores da seção cirúrgica da faculdade da Bahia dois moços distintíssimos, os quais, igualmente dados ali à clínica de partos, fizeram na Europa estudos especiais, seguindo por mais de ano os melhores professores e frequentando as mais notáveis maternidades da França, Inglaterra, Áustria e Alemanha, na esperança, além do gosto por semelhante estudo, de concorrerem à respectiva cadeira. À vista do exposto, como assegurar de boa-fé que de semelhante troca resultarão vantagens para o ensino? (AO EXCELENTÍSSIMO..., 1875, p. 2).

Para o autor da reprimenda, seria desperdício dispensar a experiência acumulada durante mais de dezoito anos de ensino, pelo Barão de Itapuã, em sua cadeira natural (anatomia descritiva) – a qual considerava como uma das "*mais difíceis matérias e a mais importante dos estudos médicos*" –, para investi-lo no ensino de obstetrícia. O articulista assim encerrou sua nota de advertência, escrevendo: "*finalmente, se o Barão de Itapuã está habilitado para ensinar obstetrícia, porque tem feito alguns partos, melhor poderá*

[112] Uma enfermaria de partos só seria criada, aproximadamente, um ano depois (1876), mediante acordo firmado entre a Santa Casa da Misericórdia da Bahia e a Faculdade de Medicina da Bahia.

[113] Professor da clínica de partos da Faculdade de Medicina de Paris. Como resultado das suas experiências no campo da obstetrícia reuniu, em um diminuto museu, diversos exemplares patológicos e fisiológicos que o auxiliavam em suas atividades didáticas e ajudavam seus alunos nas atividades de pesquisa ou trabalhos acadêmicos (MARTINS, 2004, p. 105).

continuar a reger a cadeira de anatomia, que tem sido matéria especial de seu estudo e ensino há bastantes anos" (AO EXCELENTÍSSIMO..., 1875, p. 2).

As incertezas em torno da decisão imperial quanto ao atendimento favorável do pedido do Barão de Itapuã ou a um despacho inclinado à continuação do concurso para o lugar na cadeira de partos se arrastaram por sete meses, até que a publicação de um decreto, em setembro de 1875 pôs fim aos concursos para as vagas de lentes catedráticos, mantendo-os apenas para os cargos de opositores – classe de professores que, na ocasião, teve sua denominação alterada, passando a ser chamada de substitutos. A nova legislação alterava o foco da meritocracia pelo critério da antiguidade, determinando que os postos de lentes que surgissem fossem, a partir daquele momento. ocupados por professores substitutos mais antigos e nomeados por decreto do Governo Imperial (BRASIL, 1875, p. 110).

As mudanças produzidas pelo decreto de 1875 municiaram um dos correspondentes da Bahia, envolvido na controvérsia estampada no *Jornal do Comércio*, sobre a ocupação da cadeira de partos. Dessa feita, o primeiro cronista anônimo, vitimado pela dura réplica de seu detrator conterrâneo, se defendeu das acusações de realizar "*sermões encomendados*" e manteve seus argumentos em defesa da aceitação do requerimento do Dr. Barão de Itapuã para a cadeira de partos. Segundo suas alegações e valendo-se das suas "*imunidades de correspondente*", reproduziu apenas o entendimento "*sentido e apalpado por todos*" de coerência e convicção em torno do nome do Barão de Itapuã para ocupação do posto, pelo fato de este ter sido o primeiro médico parteiro da cidade.

> [...] ninguém há que conteste que o Barão é o primeiro médico parteiro nesta cidade, e neste sentido entendo que a troca da cadeira é uma necessidade e de incontestável vantagem para o ensino público. [...] que o Barão de Itapuã é uma notabilidade em clínica de partos, é escusado prová-lo: a opinião pública o afirma, e o seu mesmo censor não o nega de todo. Desengane-se, que das colunas do Jornal do Comércio não serei eu quem levante turíbulos para incensar a vaidade de ninguém: só trato da verdade mais nada, a verdade é que a troca é de inegável vantagem. Dê ou não dê o Governo Imperial, a responsabilidade é sua (INTERIOR, 1875, p. 3).

Durante a tréplica, publicada na edição de 10 de outubro 1875, o colunista argumentou que a derradeira lei regulamentou a antiguidade como forma de provimento das cadeiras de lentes e, por isso, a troca se fazia ainda mais pertinente, visto que o direito

dos opositores não estava sendo "*ofendido*". O autor anônimo seguiu contestando seu antagonista por privilegiar os opositores que estudaram na Europa, em detrimento daqueles que não o fizeram, sob a alegação de que estes não poderiam ser contemplados com a cadeira em questão, por não preencherem os requisitos previstos no decreto de setembro de 1875. Ainda sobre as recomendações da lei, o colunista ponderou que, caso o pedido de troca não fosse atendido, o opositor que teria direito à vaga, pelo critério de antiguidade, seria o Dr. Augusto Gonçalves Martins – um candidato sem experiência na área da obstetrícia, mas já bastante conhecido pelos seus estudos no campo da anatomia –, e não aqueles (entre os quais Pacífico Pereira) defendidos pelo seu crítico na edição anterior do *Jornal do Comércio*. Depois dessas considerações, o colunista lançou a seguinte indagação: "*por quem, sem lhe deprimir nos créditos, será melhor desempenhada a cadeira de partos, por ele* (Augusto Gonçalves Martins) *ou pelo Barão de Itapuã?* " (INTERIOR, 1875, p. 3, grifo nosso).

A controvérsia chegou ao seu fim quando o Governo Imperial se manifestou sobre a questão, concedendo deferimento ao pedido do Barão de Itapuã, em 30 de outubro de 1875 (ARAÚJO, 1876). O título nobiliárquico[114] e suas redes de relacionamentos podem perfeitamente ter contribuído para a decisão em favor de Luís Adriano Alves de Lima Gordilho.

Conflitos envolvendo postulantes à carreira docente na FAMEB, ou entre partidários de um ou outro candidato em concurso, por vezes extravasavam as páginas de jornais na tentativa de convencer a opinião pública ou pressionar as instâncias governamentais imbuídas do poder de veto ou chancela para os impasses em evidência. Essas querelas expunham, em certa medida, os mecanismos de reciprocidade e suas formas de patronagem utilizados como recursos pela elite médica baiana para ocupar posições nas esferas de poder.

Em 1865, ano que antecedeu à interrupção dos concursos para docentes nas faculdades medicas, em decorrência dos conflitos no Paraguai, outro processo seletivo, promovido pela FAMEB, ganharia contornos dramáticos em noticiários cariocas. A querela foi iniciada quando, em suplemento do periódico fluminense *Jornal do Comércio*, um correspondente anônimo da Bahia lançou suspeições sobre o certame que se iniciara

[114] Para mais informações, consultar: BARÃO DE VASCONCELOS; BARÃO SMITH DE VASCONCELOS. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

para preenchimento da vaga de lente de fisiologia. Entre os concorrentes ao posto estavam os opositores Jerônimo Sodré Pereira (1839-1909)[115]; Luiz Alvares dos Santos (1825-1886)[116]; João Pedro da Cunha Valle (1832-1869)[117]; e Demétrio Cyriaco Tourinho (1826-1888)[118], sendo o primeiro e o último os personagens da contenda.

Segundo a denúncia, o concurso estaria fadado a não seguir os critérios meritocráticos e de igualdade de condições, pelo fato de já haver um candidato, Demétrio Ciríaco Tourinho, para quem a vaga estaria antecipadamente direcionada. Ao analisar as qualificações dos concorrentes, o autor dessa primeira nota deixou escapar, nas entrelinhas, seu partidarismo por Jerônimo Sodré Pereira, a quem atribuiu melhor preparo para assumir a função. O denunciante concluiu a queixa acusando Demétrio Tourinho de já ter se valido anteriormente das relações de apadrinhamento para chegar ao cargo de opositor na FAMEB, alertando o público para o fato de que mecanismos semelhantes poderiam novamente ser por acionados pelo médico para alcançar o cargo de lente catedrático.

> Dizem que a cadeira está prometida ao Dr. Demétrio, que por esse motivo apoiou a administração Barbosa, contra a qual nutria todas as prevenções da antipatia e dos ressentimentos pessoais. Se assim acontecer, será uma revoltante injustiça para com qualquer dos outros, que geralmente são reputados, muito mais habilitados, especialmente o Dr. Sodré. Que importam, porém, ao Governo as habilitações? O Dr. Demétrio é compadre do ministro da marinha, e ainda desta vez como já lhe serviuo compadre Barão de Cotegipe, que foi quem lhe deu posição (BAHIA, 1865, p. 2).

O correspondente anônimo prosseguiu com suas insinuações durante os meses em que o processo seletivo se desenrolou, mas o desfecho do concurso incitou ainda mais suas provocações. Pelo julgamento da Congregação de professores da FAMEB, Demétrio

[115] Natural de Salvador (BA), formou-se doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1861. Dois anos mais tarde, chegou ao magistério desta instituição através de concurso para opositor das ciências médicas. Em 1865, igualmente por concurso, passou a lente de fisiologia. Ocupou o cargo de vice-diretor da FAMEB, entre os anos de 1882 e 1883. Depois da aposentadoria, enveredou-se pela política, chegando a ocupar o cargo de presidente da província de Sergipe em 1889 (OLIVEIRA, 1992).

[116] Graduado pela FAMEB em 1849, atuou no Corpo de Saúde do Exército em 1865, durante a guerra do Paraguai. Foi opositor, por concurso, da seção cirúrgica da FAMEB em 1861, onde posteriormente atuou como lente da cadeira Matéria Médica e Terapêutica (O CONSELHEIRO, 1886, p. 289-290).

[117] Tendo a cidade de Salvador (BA) como local de nascimento, João Pedro da Cunha Valle se formou doutor em medicina pela FAMEB, no ano de 1832. Por concurso, chegou ao cargo de opositor da seção de ciências médicas, posição em que atuou na faculdade baiana até seu falecimento, no ano de 1869.

[118] Nasceu na Bahia, mas obteve o grau de doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, em 1847. Após concurso, tornou-se opositor da seção de ciências médicas pela FAMEB, no ano de 1861, e, em seguida, lente catedrático de patologia interna, em 1871 (Oliveira, 1992, p. 189).

Tourinho foi posicionado na primeira colocação, seguido de Álvares dos Santos e por Sodré Pereira, que ficou com o terceiro lugar.

Tomando ciência do resultado, o correspondente anônimo tornou a realizar comentários, desta vez, colocando em xeque o processo que culminou na classificação dos candidatos. No suplemento do *Jornal do Comércio* de junho de 1865, o anônimo produziu uma nota, onde salientou que, de acordo com suas fontes "*fidedignas*" e com o que depreendeu das conversas que manteve com alguns professores da Faculdade de Salvador, Sodré Pereira havia se destacado "*consideravelmente de seus competidores*", que apresentaram desempenho abaixo do esperado durante as fases de defesa e arguição de suas teses.

> Pessoas fidedignas me asseguram que nessa prova distinguira-se consideravelmente de seus competidores o Dr. Sodré, fazendo uma preleção brilhantíssima sobre o ponto dado – ruídos do coração e teoria das causas que os produzem – que, tendo havido enchente de espectadores competentes para formarem opinião, saíram em geral entusiasmados pelo fecundo talento do jovem opositor. [...] Assisti a leitura das provas escritas, que foram tiradas do cofre, onde se achavam incubadas havia muitos dias, pelo que ouvi dos seus próprios leitores, não hesitaria em dar grande preferência a do Dr. Sodré sobre outras; e nesta parte o meu conceito e juízo incompetente assumiu o grau de íntima convicção, depois que ouvi muito distintos lentes da faculdade, como os Drs. Faria, Antônio José Alves, Rodrigues da Silva e outros, sobre este objeto (INTERIOR, 1865c, p. 1).

Continuando a nota, o correspondente mostrou-se bastante surpreso com a posição ocupada por Sodré Pereira no resultado final (terceiro colocado na preferência da Congregação), mas apesar da classificação, vislumbrou uma possível indicação do candidato preferido ao cargo por escolha do Governo Imperial (instância que, na sua visão, poderia corrigir os possíveis desvios transcorridos durante a disputa).

> Concluídos os exames, esperou-se o julgamento do areópago médico, e, contra a geral expectativa, consta-me que se acham colocados o Dr. Demétrio em primeiro, o Dr. Luiz Alvares em segundo e Dr. Sodré em terceiro lugar. Foi então que me convenci do erro em que laborava, embora dissesse um dos julgadores, terminada a votação, virem a lista de cima para baixo, que fica direita. A respeito deste grave assunto renuncio a pretensão de juiz: como as provas escritas sobem ao conhecimento do governo, a seção respectiva do conselho de estado ficará sabendo o que de justo ou injusto há nas opiniões que circulam a respeito desse concurso. Não me dispenso, porém, de dizer que, correndo o escrutínio duas vezes, nas quais obteve o Dr. Demétrio 6 votos e os seus competidores 5 cada um, bem perto estão entre si, para merecer qualquer deles a escolha imperial (INTERIOR, 1865c, p. 1).

Transcorridos seis dias da publicação, continuaram as provocações do correspondente baiano pelas páginas do *Jornal do Comércio*, com reclamações sobre os procedimentos adotados durante o processo, cujo resultado, de acordo com o articulista misterioso, tinha "*revoltado a todos*". Novamente, os questionamentos se direcionaram para a fase de votação que definiu a classificação final dos concorrentes. Para o anônimo, houve inovação por parte da FAMEB durante a formulação do escrutínio, visto que a metodologia empregada não estava consoante com o que a lei preconizava:

> Com efeito, levar a terceiro escrutínio um candidato que nos dois primeiros não pôde ter maioria absoluta e que para o terceiro não tem concorrente, é querer que somente ele seja votado, e, portanto, o terceiro escrutínio é burla, é desnecessário, nenhum efeito produz. Fazer escrutínio sem objeto de escolha, é coisa nova e estava reservada à Faculdade de Medicina da Bahia. Havia presente 16 lentes: o Dr. Demétrio obteve 6 votos, e os Drs. Luiz Alvares e Sodré 5 cada um. Não tendo nenhum deles maioria absoluta, correu segundo escrutínio; o mesmo resultado. Como, porém o Dr. Demétrio tinha 6 votos, que são um terço dos lentes presentes, correu sobre *ele* o terceiro escrutínio, apesar de dizer a lei que o terceiro escrutínio correrá *sobre aqueles* que tiverem obtido, etc., donde resulta que para o escrutínio a lei pressupões a concorrência, exigindo mais de um, isto é, não *aquele* que tiver obtido o terço, mas *aqueles* que o tiverem obtido (INTERIOR, 1865d, p. 1).

Por fim, o correspondente completou desqualificando o êxito conquistado por Demétrio Tourinho, declarando que o desfecho do certame em questão poderia ser atribuído aos "*caprichos da sorte*" e os caminhos percorridos para a proclamação do resultado eram "*as provas mais perfeitas da inutilidade e ineficiência dos concursos*" (INTERIOR, 1865d, p. 1).

Apesar das constantes acusações e ataques propalados ao longo de vários meses na imprensa da Corte, Demétrio Tourinho permaneceu em silêncio. Entretanto, um informe publicado pelo *Jornal do Comércio*, em 9 de julho de 1865, anunciando a nomeação de Jerônimo Sodré Pereira (terceiro colocado no concurso) para o cargo de lente de fisiologia da Faculdade de Medicina da Bahia, o impeliu a se manifestar sobre o caso. Passados dois dias da divulgação da dita nomeação, Demétrio Tourinho encaminhou à redação do *Jornal do Comércio* um artigo contestando a notícia e com ponderações para sua defesa. Contudo, no dia seguinte ao envio, o artigo e a importância paga para sua divulgação foram devolvidos a Tourinho, sob alegação de impossibilidade para sua publicação (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865, p. 2). Diante da negativa, Demétrio Tourinho recorreu a outro periódico comercial para expor suas considerações, o *Correio*

Mercantil, e Instructivo, Político, Universal[119], que figurou na imprensa carioca entre os anos de 1848 e 1868.

No dia 13 de julho de 1865, o artigo de Demétrio Tourinho contrariando inicialmente a informação divulgada pelo *Jornal do Comércio* sobre a nomeação de Sodré Pereira para a vaga veio a público, pelas páginas do *Correio Mercantil*. De acordo com o registro de Demétrio Tourinho, apesar da credibilidade confiada ao *Jornal do Comércio*, o fato por ele noticiado carecia de fundamentação. Não havia respaldo do *Diário Oficial* que, em todo seu conteúdo, não exibiu qualquer menção acerca da notícia publicada. Demétrio Tourinho se mostrou confiante na "*justiça do Governo*", que considerava "*extremamente escrupuloso na escolha de professores da faculdade*". Continuou suas asserções declarando que as constantes acusações proferidas pelo correspondente anônimo no *Jornal do Comércio* chamaram a atenção pública para o concurso, e temendo o juízo que poderia ser construído sobre sua pessoa, por leitores que não o conheciam, decidiu protestar.

> [...] E se até agora nem uma palavra julguei conveniente responder as repetidas agressões e invectivas que me tem sido atiradas por um dos correspondentes do Jornal do Comércio, por estar no ânimo de todos o como são escritas essas correspondências, e com que admirável imparcialidade, hoje que esse *constanos* do jornal chamou talvez a atenção pública para o concurso de fisiologia, aproveito a ocasião para escrever estas linhas que dirijo às pessoas que, não me conhecendo, podem a meu respeito fazer um juízo menos favorável [...] (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865, p. 2, grifo do autor).

Respondendo aos ataques recebidos, Demétrio Tourinho buscou desqualificar as colocações do correspondente do *Jornal do Comercio*, denunciando sua parcialidade, as tentativas de influenciar a opinião pública e uma possível decisão do Governo sobre o caso.

> [...] e ainda mias certo de que para os juízos e decisões de um governo ilustrado não pesão nem as histórias e choradeiras de amigos *interessados*, e muito menos ainda as intrigas calculadas e abundantemente urdidas para detraírem a alheia reputação. E como é provável que continuem contra mim as correspondências, enquanto se não decide o pleito, e eu tenha de retirar-me brevemente para a mina província, sirva esta publicação não só de resposta a tudo quanto se tem escrito em meu desabono, como também de protesto à notícia de semelhante nomeação. [...] Quem não vê todos os dias que não é a causa da justiça e da verdade que advogam alguns correspondentes das províncias para os jornais da corte? [...] Quem não sabe que nessas correspondências os adversários políticos são constantemente o assunto

[119] A partir de agora, *Correio Mercantil.*

> principal da discussão das noticiais? (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865, p. 2, grifo do autor).

Os escritos de perseguição se iniciaram antes mesmo do evento do concurso, quando passou a ser cogitada pelo governo uma reforma para as faculdades de medicina, a qual abarcava, dentro de suas propostas a substituição do concurso pelo critério de antiguidade para ocupação dos cargos de lentes catedráticos. Foi nesse período, afirmou Demétrio Tourinho, que as denúncias de favorecimento e de incompetência para enfrentar as etapas de um processo seletivo começaram a ser proferidas pelo correspondente baiano através das páginas do *Jornal do Comércio.*

Demétrio Tourinho lamentou o comportamento apresentado pelo seu desafeto, que diante do resultado desfavorável para seu concorrente, lançou suspeitas sobre a Congregação da Faculdade da Bahia, alegando que esta "*procedera com parcialidade*" na questão. Continuou sua reprimenda afirmando que "*um correspondente que assim raciocina deixa bem transparente o fim a que se dirige, e que unicamente almeja: pode ser tudo menos um escritor sincero e amigo da verdade*" (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865, p. 2). Para justificar sua escolha como primeiro colocado no concurso, no terço final de sua carta de protesto, Demétrio Tourinho, destacou que, como "*arbitro legítimo constituído por lei*", competia à banca de avaliadores da FAMEB analisar, dentre as habilitações dos candidatos, não apenas as provas exibidas, mas "*o serviço de cada um e sua moralidade*", e deste juízo global, por fim, procederia o parecer final daquela Congregação. Partindo dessas premissas, o médico trouxe a lume sua trajetória profissional para referendar e defender a conquista do primeiro lugar, rememorando suas atividades, por dezessete anos, como lente de grego no liceu daquela província; sua atuação como examinador das matérias preparatórias, por designação do governo; e o fato de ser o opositor mais antigo em exercício e já ter transitado, temporariamente, na condução de diversas cadeiras da Faculdade da Bahia (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865, p. 3).

Fechando suas ponderações, Demétrio Tourinho sublinhou ter sido o candidato que conquistou mais votos no escrutínio. acrescentando que o concorrente, Sodré Pereira, apaniguado do correspondente baiano, com os votos que recebeu, só pôde alcançar o último lugar no concurso. Diante das considerações expostas, Tourinho demonstrou confiança de que o bom senso dos leitores seria o fiel da balança perante as críticas

dirigidas contra ele e a FAMEB; e convicção de que a dita nomeação de Sodré Pereira, publicada pelo *Jornal do Comércio,* ainda não tinha se concretizado.

> Continue a glosar como quiser, essa clamorosa parcialidade, esse revoltante ato da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia: a opinião sensata dará a devida justiça às suas cartas, que por longas e repetidas contra minha humilde pessoa, terão o apreço e todas as acusações anônimas ditadas pela apreciação injusta de adversários políticos. Estou persuadido que o governo ainda não proferiu a sua decisão final no concurso da cadeira de fisiologia, e tenho convicção de que tomando por guia, como até hoje o tem feito, a opinião de uma corporação por tantos títulos respeitável, decidirá com aquela justiça e imparcialidade que tanto o caracteriza (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865, p. 3).

As asserções veiculadas pelo *Correio Mercantil* motivaram, no dia seguinte, a divulgação de outro artigo pelo *Jornal do Comércio*. Dessa feita, a tarefa de elaboração da contra resposta não coube ao crítico contumaz de Tourinho, mas ao seu concorrente direto: Jerônimo Sodré Pereira. Tentando transparecer que não tinha relações com o correspondente baiano (e seus escritos anteriores no jornal da Corte), Sodré Pereira mobilizou-se para refutar as asserções de seu oponente, acusando-o, inicialmente, de ter tentado perturbar o rito da disputa. Alegou que, propositalmente, Demétrio Tourinho e Luiz Alvares (o candidato segundo colocado) formalizaram suas inscrições nos últimos dias de prazo e, logo em seguida, de forma "*incontinente*", requereram à FAMEB o adiamento do concurso.

Sobre o processo de avaliação que definiu a ordem classificatória dos candidatos, Sodré Pereira minimizou a deliberação que o posicionou na terceira colocação, explicando que o resultado derivou do complexo "*jogo de votação*" que envolvia o certame:

> No primeiro escrutínio obteve o Sr. Dr. Demétrio seis votos; o Dr. Santos cinco e o Dr. Sodré cinco. Não havendo maioria absoluta, procedeu-se a nova votação, que confirmara o primeiro resultado: então a faculdade entendeu que só devia entrar em terceiro escrutínio o Sr. Dr. Demétrio, por isso que tinha mais um voto do que os outros concorrentes; isto feito, alcançou o Sr. Dr. Demétrio treze votos, duas cédulas brancas, e o Dr. Sodré, um voto. Passando-se a preencher o segundo lugar, empataram os Drs. Santos e Sodré; o novo escrutínio decidiu em favor do Dr. Santos, que reuniu nove votos, e o Dr. Sodré sete. Para terceiro lugar teve o Dr. Sodré unanimidade. A vista disso, quem não vê que no próprio juízo da faculdade a diferença fora insignificante? Por que razão oculta o Sr. Dr. Demétrio *o jogo da votação?* (O Dr. JERONYMO..., 1865, p. 2, grifo do autor).

No que tange às atividades pregressas de Demétrio Tourinho no campo do ensino, Sodré Pereira questionou a efetiva relação destas atividades com a prática docente, e ponderou que "*serviços de outra ordem nada dizem respeito quando se trata de cargos de instrução*". Dessa forma, para Sodré Pereira, a evocação dessa trajetória profissional se mostrava inócua e irrelevante para os critérios de avaliação. O médico Finalizou a réplica arrogando a si maior antiguidade na carreira de opositor, sob a alegação de que, pela ótica da lei vigente, a antiguidade dos opositores era considerada não pelo início do vínculo empregatício com a FAMEB, mas a partir do momento em que estes assumiam a substituição de alguma cadeira letiva. Desse modo, "*por ter lecionado mais tempo na faculdade do que o Sr. Demétrio*", o questionador considerava-se o opositor mais antigo da instituição (O Dr. JERONYMO..., 1865, p. 2).

Os debates acalorados pareciam longe de terminar. No dia seguinte à manifestação de Sodré Pereira pelo *Jornal do Comércio*, Demétrio Tourinho disparou sua tréplica, novamente pelas páginas do *Correio Mercantil*. Imbuído do propósito de proceder algumas "*retificações*" ao artigo de seu rival, Tourinho elencou alguns pontos que julgou importante esclarecer. Iniciou por afirmar que, seja no primeiro ou no último, era livre aos opositores a escolha do dia de inscrição nos concursos. Sobre o pedido de adiamento para o processo seletivo, protocolado por ele e por seu colega Luiz Alvares, esclareceu que Sodré Pereira omitiu, "*de propósito*", os motivos da solicitação, pois tinha ciência de que na ocasião estavam atuando na Assembleia Provincial e o pedido fora realizado para evitar possíveis conflitos de datas entre os eventos.

Demétrio Tourinho foi taxativo em defender sua escolha como primeiro colocado na disputa. Para ele, as acrobacias realizadas por Sodré Pereira para tentar desqualificar o vencedor do concurso, com suas argumentações sobre os mecanismos da votação, se mostravam frágeis e ineficientes:

> Quanto a votação da Congregação para o primeiro lugar da proposta, o Sr. Dr. Sodré por mais esforços que faça não pode mostrar que, *eu e somente eu*, obtive três escrutínios votação para aquele lugar: no primeiro e segundo escrutínios recaiu sobre mim unicamente o terço dos votos dos juízes, exigido por lei para que pudesse entrar no terceiro escrutínio. E que argumentação quererá o Sr. Dr. Sodré tirar com a declaração de que eu no terceiro escrutínio tive duas cédulas em branco, e perdi um voto que recaiu em S. S.? Não sabe o Sr. Sodré que a Votação que me fosse contraria em tal escrutínio deveria ser representada por cédulas em branco? Esses dois votos e o que teve S. S., contra a lei, porque S. S. jamais poderia ser votado em terceiro escrutínio, visto os dois primeiros lhe terem sido desfavoráveis, o que significam contra a votação notável e

> honrosa que eu obtive? No pensar de S. S. só eu poderia ser bem votado no terceiro escrutínio se tivesse votação unânime, e não perdesse o voto do juiz, que votou em S. S. contra a lei! (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865b, p. 2).

Com relação às críticas do Dr. Sodré sobre sua experiência profissional, alegando que esta não poderia ser associada a cargos de instrução pública, Demétrio Tourinho classificou a análise como "*infeliz"* e frisou que seus serviços de examinador, prestados por dezessete anos, e de opositor em exercício na FAMEB tinham relação clara e direta com o magistério. Defendendo a observação da experiência pregressa como critério salutar em pareceres avaliativos, Tourinho completou a alegação, em tom irônico, com uma indagação ao colega opositor: "*não sabe o S. S. que a lei orgânica da Faculdade manda considerar os serviços do magistério público como muito relevantes, quando tem de ser apreciado o mérito de algum candidato?*" (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865b, p. 2).

Continuando sua tréplica, Demétrio Tourinho sustentou sua condição de opositor mais antigo. Declarou sua pretensão em levantar documentos para comprovar que Sodré Pereira era ocupante do cargo há apenas dois anos, enquanto ele próprio o exercia desde o ano de 1860. Mostrando-se crédulo em uma decisão imperial que demonstrasse coerência com o resultado da votação, fechou suas "*retificações*" lançando mão do sarcasmo, em repreensão direta a Sodré Pereira por suas manifestações contra a FAMEB: "*notável coincidência! Diz S. S. que nada tem com o correspondente do Jornal do Comercio, e, em meia dúzia de linhas que S. S. escreve, procura como aquele correspondente desmoralizar a respeitável Congregação de que quer fazer parte*!" (O Dr. DEMÉTRIO..., 1865b, p. 2).

Contrariando o parecer da Congregação da FAMEB, o fato noticiado pelo *Jornal do Comércio* se confirmou, e a nomeação para a cadeira de fisiologia recaiu sobre Jerônimo Sodré Pereira, terceiro colocado no concurso (SODRÉ PEREIRA, 1866). No *Correio Mercantil* de 25 de julho de 1865, um articulista não identificado relatou o fato de que, na Bahia, a decisão do Governo Imperial foi "*recebida como grito de naufrágio da Faculdade*", e a Congregação de professores se mostrou atônita por não ver acolhido o seu parecer sobre o resultado do certame:

> A faculdade parece que acordou de um sonho: admira que o seu voto unanime sobre a colocação de Sodré em 3º lugar não fosse considerado pelo governo, como o juízo sobre a insuficiência do proposto que não tem a experiência de estudos e os serviços dos dois primeiros. Se V. soubesse o que se passou do dia 5 de julho na porta da secretaria da faculdade quando foi conhecido o

> resultado da votação; o que se *disse em altas vozes contra a Congregação* avaliaria o como não estará ela desparafusada com semelhante notícia (A NOMEAÇÃO..., 1865, p. 3, grifo do autor).

Buscando respostas para o desfecho inesperado, o articulista, com perguntas retóricas, refletiu sobre a possível interferência das publicações estampadas no *Jornal do Comércio* na decisão do governo:

> A quem atribuir uma tão espantosa felicidade? Seriam as cartas dos correspondentes do Jornal do Comércio? Mas das três cartas que ali se publicam, uma tem guardado silêncio sobre o concurso, outra é a dos conservadores vermelhos, inimigos encarniçados do Demétrio, e a última pode se dizer que é da forja do mesmo Sodré, porque é de pessoa que em sua casa vice e come (A NOMEAÇÃO..., 1865, p. 3).

Segundo o articulista, a questão estava sendo considerada, por lentes e estudantes da FAMEB, como um caso de flagrante favorecimento, pois estes atribuíam a preferência pelo último colocado em detrimento ao primeiro à "*proteção e somente a proteção*" (A NOMEAÇÃO..., 1865, p. 3).

Coincidentemente, Sodré Pereira foi selecionado para produzir a memória histórica da FAMEB sobre o ano de 1865. Em um trecho da crônica, demonstrou certo constrangimento ao relatar o evento de sua posse como novo lente catedrático de fisiologia, o qual contou apenas com a presença do diretor da faculdade e de mais três professores:

> Agradecemos a nossos mestres os Srs. Conselheiro diretor, Magalhães, Aranha e Faria, seu comparecimento no dia de nossa posse; não fomos honrados com a presença dos outros professores, alguns por motivos alheios à sua vontade, outros porque talvez entendessem que... não deviam se apresentar (SODRÉ PEREIRA, 1866, p. 7).

As suspeições levantadas, desde o início, sobre o concurso mostraram-se coerentes com a realidade da época, quando práticas clientelares e de trocas de favores eram mobilizadas por grupos partícipes de redes sociais para satisfazerem seus interesses. Em situações de escolha de alunos para o regime de internato, de matrículas no curso médico, e outros eventos que demandavam pareceres por parte da Congregação, a patronagem e o filhotismo, ora uma ora outro, vigoravam, demonstrando que o ambiente da faculdade não estava isento deste tipo de negociação (ALMEIDA JUNIOR, 1951). Professores e memorialistas frequentemente denunciavam esses recursos sociais

comumente utilizados pela elite médica baiana para ocupar posições nas diversas esferas de poder[120].

Nos jornais, correspondentes munidos do anonimato provocavam a opinião pública com notas lacônicas e carregadas de desconfiança (ou provocações) sobre as fases de alguns concursos suspeitos: "*concluiu-se o concurso da faculdade de medicina: foi aprovado apenas o doutor Cunha Valle; os dois outros não obtiveram número suficiente de votos. Dizem os entendedores que houve injustiça quanto ao Dr. João Francisco dos reis, que fez boas provas*" (BAHIA, 1861, p. 1).

Até as bancas encarregadas de julgar os candidatos apresentavam problemas que comprometiam a lisura do processo, lançando dúvidas sobre a composição da lista classificatória que seria remetida ao Governo Imperial para escolha dos prepostos. Como assim verificamos no caso do Aviso do Império de 19 de setembro de 1861, remetido ao diretor da FAMEB, com notificações sobre a votação no concurso de opositor, do qual tomaram parte dois lentes ligados por parentesco a um dos candidatos (BRASIL, 1861, p. 421).

Na controvérsia entre Demétrio Ciríaco Tourinho e Jerônimo Sodré Pereira, ambos os candidatos dispunham de uma rede de sociabilidade já estabelecida. Todavia, a extensão da influência, o nível de proximidade, bem como a amplitude das relações construídas por seus grupos familiares com o centro do poder imperial, podem ter se mostrado importantes para o desfecho da questão.

A desconfiança exibida, inicialmente, pelo correspondente anônimo na primeira nota do *Jornal do Comércio*, onde aventou a possibilidade de o concurso já estar com seu resultado direcionado, denunciava a expectativa de Demétrio Tourinho acionar sua rede de relações, construída principalmente no campo da política, para favorecê-lo na disputa.

Voltados para uma tradição comercial, o grupo familiar de Demétrio Tourinho, no Brasil, teve sua origem na Bahia. Seu pai, José Vicente Gonçalves Tourinho, foi comendador da Ordem de Cristo em Portugal, por carta do rei D. Luís I, e cavaleiro da mesma ordem no Brasil. Seu irmão primogênito, José Vicente Tourinho, recebeu o título de visconde de Tourinho (ABREU, 2015). Demétrio Tourinho seguiu trajetória diferente. Pouco tempo depois de formado médico, fundou em 1856, em parceria com seu primo

[120] Citamos como exemplo a série de artigos publicados, em 1864, pelo professor Joaquim Antônio Oliveira Botelho (1827-1879) no *Diário do Rio de Janeiro*, denunciando a matrícula ilegal de um aluno no curso médico, acobertada pelo diretor da FAMEB (PARA CHEGAR AO CONHECIMENTO..., 1864, p. 2).

Manoel Jesuíno Ferreira, o jornal *Diário da Bahia*, no qual também atuou como redator principal durante doze anos. Atuou, por um período, como redator da *Gazeta Médica da Bahia*, e intensamente no campo político, em cargos na legislatura provincial, entre os anos 1864-65, 1866-67, 1868-69 e 1880-81 (TOURINHO-MARQUES, 2010). Nessa breve trajetória familiar, percebemos que o capital social herdado por Demétrio Tourinho de seu grupo parental apresentava um raio de alcance regional, mais forte e operoso dentro das fronteiras da província da Bahia.

Do outro lado, a família de Jerônimo Sodré Pereira, também proveniente da Bahia, onde possuía engenhos, teve seu campo de atuação mais difuso. Seu pai, Francisco Pereira Sodré, foi coronel da Guarda Nacional brasileira e Barão de Alagoinhas por decreto imperial, em 1879. Seu irmão, Francisco Maria Sodré Pereira, formado em Direito, foi deputado provincial entre 1860 e 1869 e ocupou outros cargos legislativos no Império e durante a República[121]. Do tronco materno, teve como avô José Lino Coutinho (1784-1836), professor da FAMEB e político relevante que atuou como membro da Junta provincial da Bahia; deputado das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821); deputado geral pela Bahia para as duas primeiras legislaturas (1826-29 e 1830-33); Ministro dos Negócios do Império, após abdicação de D. Pedro I; presidente da província do Rio de Janeiro (1831-1832), onde se tornou "*popular e estimado, como era em sua província*" (BLAKE, 1899); e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (1833-1836). Jerônimo Sodré Pereira, apesar de médico, seguiria a tradição familiar, dedicando-se também à política, porém entrou na vida pública, somente a partir de 1868 (três anos depois do controverso concurso).

No tocante aos recursos sociais, observamos que o grupo familiar de Sodré Pereira manteve proximidade maior com o poder central, mediante a atuação política de Lino Coutinho na capital do Império. O capital social, herdado das relações de reciprocidade construídas pelo avô de Sodré Pereira, favoreceu, mais tarde, sua inserção e a de seu irmão no campo político, e pôde perfeitamente tê-lo beneficiado no processo em que foi selecionado para o cargo de lente de fisiologia. Outro ponto que corrobora esta última hipótese reside no personagem que bateu o martelo para a escolha dos candidatos

[121] Para mais informações, consultar o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, disponível (on-line) no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/consulta. Acesso em: 05/11/2018.

presentes na lista tríplice enviada pela FAMEB: Pedro de Araújo Lima (1793-1870)[122] – o Marquês de Olinda.

Político de renome e de grande influência na esfera nacional, Araújo Lima foi contemporâneo de Lino Coutinho. Ambos fizeram parte do conjunto de deputados que representaram o Brasil nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821)[123], trabalharam na primeira legislatura da Câmara de Deputados (1826-29) – no período imperial – e participaram da máquina administrativa de D. Pedro I: Lino Coutinho, como Ministro e Secretário dos Negócios do Império (1831-1832) e Araújo Lima, como Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça (1832). Participantes de um complexo sistema de relações de poder, Marquês de Olinda e Lino Coutinho estiveram inseridos na mesma rede de relação, com acesso aos recursos sociais que giravam em torno do prestígio e do poder político e social da época. Torna-se, portanto, perfeitamente plausível que, anos mais tarde, a ascendência, o espectro de Lino Coutinho, o capital social herdado por Sodré Pereira, tenham contribuído para a decisão do Marquês de Olinda em sobrepor a recomendação da Congregação da FAMEB e indicar para a vaga de docente o terceiro colocado no concurso.

Apesar de ancorados em bases meritocráticas, verificamos que os concursos poderiam sofrer interferências de um aparato social que se valia de relações de reciprocidade.

Após sucessivas derrocadas, Pacífico Pereira mostrou resiliência. Por força da lei que, em setembro de 1875, extinguiu a função de opositor, passou a valer a função de lente substituto, a partir do ano de 1876. A mudança de denominação não alterou

---

[122] Natural de Pernambuco, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 1819. Atuou como deputado nas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821), foi deputado constituinte, após a independência do Brasil; deputado geral (1826) e senador (1837); regente interino do Império, em 1837. Liderou diversas pastas no Partido Conservador, trabalhando como ministro da justiça (1832), na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros; na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (1848) e do Império (1823, 1827, 1837, 1862 e 1865). Atuou ainda como conselheiro de Estado (1842) e como presidente do Conselho de Ministros (1848, 1857, 1862 e 1865). Recebeu as honrarias de visconde (1841) e, depois, marquês de Olinda (1854) (CABRAL, 2012).

[123] As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa foram instaladas em decorrência da Revolução do Porto. Composta por deputados portugueses e brasileiros (a minoria), funcionou entre os anos de 1821 e 1822 com o objetivo de produzir uma constituição para Portugal e os territórios por este dominados. Nas Cortes Portuguesas, Araújo Lima e Lino Coutinho atuaram para defender os interesses nacionais. Integraram uma comissão onde, juntamente com os deputados brasileiros Antônio Carlos, Vilela Barbosa e Fernandes Pinheiro, propuseram o Ato Adicional à Constituição Portuguesa que, em linhas gerais, estabelecia o sistema de dois Reinos com dois Legislativos, dois Executivos e dois Judiciários, com cada poder sendo submetido a D. João VI em Portugal e ao príncipe D. Pedro no Brasil. Essa proposta, porém, não conquistou acolhimento e foi recusada pelo plenário (DELGADO, 2008).

significativamente as relações de poder dentro do campo, que continuou sob dominação dos lentes catedráticos.

Pacifico Pereira seguiu trabalhando para aumentar seu capital dentro e fora do ambiente acadêmico. Na FAMEB, lecionou em diversas cadeiras nos anos que se seguiram, até nova tentativa de assumir uma vaga de lente catedrático. Passou pelas cadeiras de anatomia descritiva, anatomia geral e patológica, anatomia topográfica e operações, patologia cirúrgica, partos e clínica cirúrgica (PROF. PACÍFICO..., 1922, p. 197).

De forma concomitante, o médico seguiu na direção da *Gazeta Médica da Bahia*, publicando diversos ensaios com reflexões sobre o ensino de medicina. Envolveu-se em controvérsias que tinham, como pano de fundo, pesquisas desenvolvidas sob a égide da medicina experimental[124]. Realizou novas viagens pela Europa para aprimorar seus conhecimentos.

Chegado o ano de 1882, Pacífico Pereira, agora mais experiente e preparado, conseguiria, enfim, lograr êxito em sua luta para ascender ao posto de lente catedrático. Uma vez no cargo, lançaria mão do poder e prestígio derivados da posição, para ajudá-lo em sua militância pela remodelação dos currículos das faculdades de medicina brasileiras.

[124] Citamos como exemplo a controvérsia entre Pacífico Pereira e João Batista de Lacerda em torno da descoberta do micróbio do beribéri. Para saber mais, vide: GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Uma Ciência Moderna e Imperial*: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889) Belo Horizonte: MG: Fino Traço. Campina Grande, PB: EDUEPB, Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2013. 172 p.

2.3 Reformar é preciso

Enquanto não surgia nova oportunidade para ocupar uma vaga definitiva de lente catedrático, Antônio Pacífico Pereira seguiu trabalhando para sedimentar o próprio prestígio entre seus pares e se consolidar nos círculos intelectuais da região. Além das suas obrigações cotidianas como professor substituto da FAMEB, a partir do ano de 1876, começou a atuar como cirurgião adjunto no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, ano em que também reassumiu a direção da *Gazeta Médica da Bahia* (GMB) [125], periódico que estava adormecido por dezoito meses.

Dirigido à classe médica e provavelmente escrito por Pacífico Pereira, o editorial que marcou o retorno das atividades da GMB, deixou claro os caminhos que seriam perseguidos para tornar exequível a implementação de um projeto de reconstrução do periódico, dessa vez, apoiado em "*bases mais sólidas, que lhe assegurem uma duração mais prolongada*" (A CLASSE MÉDICA, 1876). O artigo conclamava os médicos da Bahia e do país, à pesquisa e à divulgação de suas investigações originais, oferecendo o periódico como canal para esta empreitada. Como chamariz, foram evocados os trabalhos publicados pela GMB em seus sete primeiros anos de existência, entre os quais as pesquisas de Otto Wucherer, relacionadas à *Hipoemia Intertropical* e *Hematuria*, que alcançaram repercussão e notoriedade no âmbito internacional.

Enquanto isso, no ambiente acadêmico, as alterações das regras para preenchimento dos cargos de lentes catedráticos e a extinção da classe dos opositores (renomeada para substitutos), levadas a cabo pelos decretos 2649 e 6203, de setembro de 1875 e maio de 1876, respectivamente, provocavam reverberações entre o núcleo docente da FAMEB. O professor Luís Álvares dos Santos, escritor da memória histórica do ano de 1876, enfrentou resistência para aprovação de sua crônica, em virtude das reflexões que teceu sobre a atividade dos opositores. Dentre seus opositores, Manoel Joaquim Saraiva, substituto da seção cirúrgica, propôs que fossem suprimidos alguns pontos do documento que classificou como "*inconvenientes e inaceitáveis*". Em seu protesto, Joaquim Saraiva afirmou que Álvares dos Santos havia apreciado "*de um modo pouco lisonjeiro a classe de lentes substitutos* [antigos opositores] ", negando, injustamente, as

[125] A primeira passagem de Pacífico Pereira na direção deste periódico ocorreu entre os anos de 1867 e 1870, quando deixou o cargo para concorrer ao cargo de opositor pela FAMEB.

contribuições deste grupo para com o ensino e vida da academia. Contrariou, igualmente, as proposições de seu colega memorialista, que defendia a possibilidade de os decentes da FAMEB utilizarem os hospitais militares como local para o ensino de clínica, e ainda, a contratação de médicos estrangeiros para atuarem nos cursos de cunho práticos das faculdades de medicina (ARAGÃO, 1878, p.3).

A celeuma em torno da memória produzida por Álvares dos Santos perdurou por várias sessões, encerrando-se somente na reunião ocorrida no dia 3 de agosto daquele ano. As tentativas de defesa do redator do documento foram sucessivamente frustradas. Outros membros da Congregação criticaram, igualmente, a crônica de 1876, propondo desde a produção de modificações profundas em seu conteúdo até sua reprovação integral. Depois de muito combatida, prevaleceu a decisão pela sua não aprovação, conforme registrou o professor Egas Moniz:

> Cumpre observar, antes de prosseguir além, que o Sr. Dr. Luiz Alvares não fez na sua memória histórica as correções, que lhe foram determinadas pela Congregação. É verdade que a proposta do Sr. Dr. Couto que foi aprovada, era excessivamente vaga: queria que o redator da memória a modificasse "de acordo com as considerações produzidas nesta casa. " Ora, foram tantas essas considerações, tamanha foi a diversidade das alterações, exigidas pelos impugnadores da memória, que seria dificílimo ao seu autor satisfazer o que lhe impunham. Foi, talvez, esta a razão que sobre ele atuou para que se esquivasse a tão penoso trabalho; mas, como quer que seja, a Memória não foi mais submetida ao juízo da Congregação e não pôde, portanto, conseguir a sua aprovação (ARAGÃO, 1878, p. 9).

Reflexões pessoais sobre a dinâmica e conjuntura do ensino e da profissão médica eram frequentes nas memórias históricas das faculdades de medicina[126]. Em algumas ocasiões, essas asserções não recebiam o devido acolhimento por parte dos membros da Congregação. De qualquer forma, as memórias apresentavam-se como espaço privilegiado, onde os integrantes da academia podiam expor suas insatisfações contra o governo, propor alternativas diante das dificuldades vividas no cotidiano acadêmico, bem como suas esperanças para os rumos da instituição[127].

---

[126] De acordo com o decreto que as regulamentou, as memórias históricas deveriam trazer em seu bojo três objetivos precípuos: descrição dos fatos mais notáveis do ano decorrido; menção ao nível de desenvolvimento das doutrinas nos cursos públicos e particulares; e, facultativamente, algumas reflexões particulares de seus cronistas (RIBEIRO, 2014).

[127] As memórias históricas caracterizaram-se também como um espaço de disputas, onde seus autores lançavam mão de recursos retóricos para demonstrar sua eloquência, capacidade técnica ou autoridade científica dentro de algum tema, o que gerava ao próximo memorialista o desafio de superar seu antecessor nestes quesitos. Além das reclamações contra o governo, certos memorialistas direcionavam suas críticas

A despeito das ponderações realizadas pelos redatores das memórias históricas, principalmente no tocante ao melhoramento do ensino, o Governo Imperial demonstrou dificuldades para atender às demandas da corporação médica, o que, segundo Edler (2014), se sucedeu pelo fato de a Coroa não apresentar um projeto bem delineado para a formação de médicos no Brasil. As diretrizes que regulavam o ensino de medicina eram gerais e norteadas por um princípio centralizador e hierárquico, impedindo que os pleitos dos memorialistas, que se transformavam em processos administrativos – raramente concluídos – recebessem o devido acolhimento[128].

Na verdade, houve um esforço institucional, a partir de 1871, para que os atos oficiais do Governo, da diretoria da faculdade e da administração deixassem de ser objeto de análise nas matérias das memórias históricas (RIBEIRO, 2014). Tal contexto impunha aos autores dessas crônicas o dilema entre narrar simplesmente os fatos, ou analisá-los criticamente.

Como espaço de reflexão sobre o cenário médico, as memórias dispunham de alcance limitado. Nem todas as que foram produzidas e aprovadas pela FAMEB foram publicizadas – muitas permaneceram manuscritas e aguardando publicação nos arquivos da faculdade; algumas compuseram os anexos dos relatórios do ministro do império; pouquíssimas foram reeditadas por periódicos baianos –, o que restringiu o conjunto de discussões e contribuições de seus autores sobre questões do ensino, principalmente aos círculos acadêmicos.

Com a chegada da década de 70 dos oitocentos, a ideia de que os professores das faculdades eram responsáveis e representantes genuínos das ciências que praticavam tomou corpo e impulsionou a construção de um movimento que encamparia forte discurso reformista (EDLER, 2014). Diversos grupos passaram a se reunir em torno de um número reduzido de periódicos médicos, com o intuito de, sobretudo, realizar um trabalho de

ao trabalho de alguns professores, ou a forma pela qual estes conduziam suas cátedras, utilizando, comumente, a ironia como recurso retórico para provocar seus pares (RIBEIRO, 2014).

[128] Para Edler (2014), as recorrentes queixas descritas nas memórias históricas sobre a situação dos cursos de medicina nas faculdades revelam a posição subalterna que o ensino médico ocupou no conjunto das ações governamentais durante o período de vigência da reforma de 1854. Os gabinetes do governo não demonstraram disposição para atender aos clamores dos professores por reformas que propiciassem o mínimo de condições para qualificação profissional. Não obstante, isso não impediu que, sob a égide do clientelismo, apenas raríssimas reivindicações de "amigos do governo" fossem atendidas pelo Ministro do Império, o que, de acordo com Flávio Edler, deixa transparecer a dominância de critérios pessoais e o desprestigio que a corporação de professores das faculdades de medicina enfrentou naquele período (EDLER, 2014, p. 45).

persuasão política em prol do atendimento de suas agendas. Diferentemente das memórias históricas, cujos apontamentos eram formulados por uma única pessoa e se restringiam a um ambiente circunscrito, os periódicos eram mais diversificados. Agregavam, em seu entorno, alunos, jovens médicos, professores, além de outros colaboradores, e tinham um poder de alcance que transpunha as demarcações acadêmicas/regionais, tornando-se acessíveis e aptos a receber acolhimento em diversas instâncias da corporação, bem como fora desta.

Convencido de que a remodelação eficiente para o ensino médico nacional deveria ser construída em bases metodológicas similares àquelas aplicadas nas consagradas faculdades europeias, em especial a germânica, Antônio Pacífico Pereira passou a utilizar o jornalismo médico como instrumento para propagandear seu projeto reformista. A zona de combate escolhida foi a GMB, periódico que, enquanto esteve sob sua direção, atuou como porta-voz de sua militância.

Inicialmente, a estratégia adotada por Pacífico Pereira foi a tentativa de convencimento dos médicos que atuavam na seara política. Em 1877, ele produziu um artigo sob título: "*Aos médicos deputados – reformas necessárias à legislação sanitária e ao ensino médico*", publicado em oito partes, ao longo das edições da GMB lançadas entre os meses de janeiro e outubro, onde reuniu, em forma de proposta, um conjunto de considerações que julgava salutares sobre assuntos de higiene e ensino da medicina. O pacote de recomendações nasceu como resultado das viagens de observação que fizera pela Europa, em particular na Alemanha e Áustria. Direcionadas aos seus colegas com assento na Assembleia Geral, Pacífico Pereira, convicto do papel relevante que os médicos poderiam desempenhar na vida política do país, esperava que suas sugestões fizessem eco, visto que, de alguma forma, os médicos que compunham o parlamento (dentre estes, alguns professores das faculdades de medicina) tinham conhecimento de causa e estavam familiarizados com as antigas reivindicações de sua classe.

> Temos o prazer de ver que figuram atualmente entre os legisladores muitos membros de nossa profissão, e este fato, que se deu igualmente na última eleição da câmara dos deputados na França, parece mostrar a necessidade que os povos vão geralmente sentindo, da cooperação dos médicos na confecção das leis, que regulam a organização e a vida do país, que não podem abstrair-se da vida e da organização dos indivíduos, postas pela razão e pela natureza debaixo da direção e da tutela da medicina. Esta reconhecida necessidade da intervenção especial da classe médica nos destinos e na vida das nações, não deve ser olvidada pelos governos e pelos povos; [...] (PEREIRA, 1877, p. 1).

Colocando-se como interlocutor entre a academia e a Câmara de Deputados, Pacífico Pereira traduziu posições que, por muito tempo, ficaram restritas às crônicas das faculdades, e expôs, através do artigo, as dificuldades enfrentadas pela instituição no tocante à estrutura e à pedagogia aplicadas ao ensino médico, ressaltando a urgência e a pertinência da implementação de uma consistente reforma em seus estatutos.

> Se acompanharmos o estudante em seus cursos na Faculdade mesma, veremos que a organização e o sistema de ensino são deficientes, viciosos e quase completamente improdutivos. É certo que contamos em nossas Faculdades professores muito notáveis, mas é forçoso confessar que, quer pela sua organização e pelos elementos de que dispõem, quer pelo sistema oficialmente adoptado e determinado por lei, o ensino é uma quase formalidade, a pratica uma ilusão. [...] Sem clínicas suficientes para o ensino da medicina, da cirurgia e de partos, sem cursos práticos bem organizados de medicina operatória e dissecções, sem gabinetes e laboratórios bem providos para química, física, fisiologia, histologia e toxicologia, etc., não temos instrução médica regular, e o ensino da faculdade será, não obstante os melhores esforços do professorado, de pouco proveito para os alunos e de muito vexame para os mestres. Estas necessidades pelas quais há tantos anos clamam as congregações das faculdades, e clamarás sempre a imprensa médica, devem ser satisfeitas, para garantia de nossa reputação, para honra de nossos foros de país, e sem dúvida nos valerá mais do que ter custosas estradas e mortíferos exércitos, elevar o povo pela instrução, facultá-la em todos os graus e em todos os ramos. É cabedal que não se arruína, é fortuna que toca a todos (PEREIRA, 1877, p. 5).

O contexto político dava indícios sobre o surgimento de uma configuração favorável para a apreciação dos interesses da corporação médica. No parlamento, projetos que focavam na melhoria do ensino ganhavam espaço nos pontos de pauta. Um correspondente da GMB, no Rio de Janeiro que acompanhava o processo transmitiu esperanças sobre o tema, diante da movimentação inicial de um deputado.

> Um dos nossos mais jovens parlamentares, mas espírito vasado em novos moldes, sondando profundamente essa úlcera incurável até hoje – o ensino superior, revestiu-se de ânimo valente, e armado com uma grossa fez ver até à evidencia, em proporções que não podiam escapar aos mais cegos, os estragos dessa gangrena molecular, que ameaça aniquilar de uma vez uma das mais robustas colunas do nosso templo social. A evidência comoveu, e um projeto de lei acaba de surgir, afinal, sob tão incertos auspícios que ainda há muito que recear pela sua existência. Cunha Leitão, ainda ensaiando as suas primeiras armas na arena parlamentar, tem quebrado as suas melhores lanças pela nobre ideia, que é hoje seu mais ardente desígnio. O projeto encerra em si dois grandes princípios que anunciam um período de regeneração: a liberdade de aprender e a liberdade de ensinar. [...] Finalmente! Já se pode ao menos dizer

> que encetou-se no parlamento uma discussão em prol da independência do ensino superior no Brasil (CORRESPONDÊNCIA..., 1877, p. 462).

Segundo Edler (2014), ao contrário do que ocorrera durante as três primeiras décadas do Segundo Reinado – quando os impasses no campo do saber e a organização do Governo Imperial, estruturada sob uma classe senhorial centralizadora que prejudicava o estabelecimento de instituições médicas autônomas diante do aparelho administrativo –, os anos de 1870 pareciam indicar um momento de transição, no qual apenas a vontade política do governo, em especial do monarca, seria suficiente para que as solicitações formuladas pela elite médica pudessem ser atendidas. Tais solicitações consistiam em um conjunto de diretrizes postuladas com base em novo referencial paradigmático: o modelo de educação germânica, que se universalizava com rapidez e se apresentava em harmonia com o interesse da corporação médica.

Quando retornavam de suas viagens de estudos, os médicos brasileiros se mostravam maravilhados com o que observavam no exterior e utilizavam os periódicos para denunciar as fragilidades do sistema de ensino brasileiro. Enfatizavam nosso atraso em relação à Europa, ao mesmo tempo que propagandeavam as virtudes do figurino germânico, que tinha como pressupostos o amálgama da autonomia didático-pedagógica (pela liberdade do ensino) com o controle do Estado sobre a formação profissional, e o ensino de base prática e especializada articulado à pesquisa (EDLER, 2014).

A reforma de 1854 projetava o envio de um professor eleito pela Congregação das faculdades para, de três em três anos, realizar investigações científicas e observações médico-topográficas em outros lugares do Brasil ou do exterior, mas este foi outro, dentre tantos pontos da referida reforma que não foram atendidos em sua plenitude. No contexto da Bahia, poucos foram os docentes contemplados com tais expedições científicas de caráter oficial; a maioria destes seguiu para Europa às suas expensas.

Em 1878, o então professor de química da FAMEB, Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913)[129], recebeu autorização para seguir em viagem oficial pela Europa, por três anos (ARAGÃO, 1877). A notícia foi recebida com entusiasmo pela Congregação, visto que, vinte e três anos depois da instituição da reforma de 1854, um professor estava

[129] Virgílio Clímaco Damásio se formou, em 1859, pela FAMEB, onde depois prestou concurso para atuar como opositor da seção de ciências acessórias, em 1862. Em 1876, chegou à cátedra de Lente de química e mineralogia, sendo posteriormente transferido para a cadeira de Medicina Legal, em 1882 (Oliveira, 1992).

finalmente sendo contemplado pelo regimento[130]. Quatro anos antes desse fato, outros dois professores – Antônio Januário de Faria e Cerqueira Pinto – compuseram uma expedição à exposição universal de Viena, financiada pelo Estado, porém tratava-se de um evento de natureza distinta daquele preconizado pelo artigo 13 da reforma de 1854. Na viagem em questão, Damásio tinha como missão estudar os melhores métodos de instrução em evidência no além-mar. Contudo, a imersão não pôde ser concretizada, sendo cancelada, às pressas, a mando do Governo Imperial, que alegou falta de verbas para continuar com o patrocínio[131]. O memorialista de 1878, Ramiro Afonso Monteiro, com pesar, registrou o episódio:

> Por coincidência, não sei se diga feliz, se fatal, na sessão em que o Sr. Secretário fez a leitura do aviso de 7 de janeiro, no qual o S. Ex. Ministro do Império participava a sua ascensão ao alto cargo que ocupa, leu também os avisos de 26 de fevereiro do ano passado; em um dos quais S. Ex. [...] ordenava ao Exm. Sr. Diretor, que desse as providências necessárias para que o Dr. Virgílio Damásio, encarregado de estudar na Europa os melhores métodos de ensino, regressasse ao Império até o fim do mês de abril do mesmo ano. A falta da verba consignada no orçamento para essas despesas foi a causa que S. Ex. indicou como provocadora de tais atos, que vieram suprimir dois núcleos de laboratórios que começavam a formar-se entre nós, e tirar à nossa faculdade a vez em que lhe tinham prometido a execução do art. 13 dos seus estatutos; quando aliás da faculdade do Rio vários professores se tem já sucedido no desempenho de comissões desta natureza [...] (MONTEIRO, 1879, p. 2).

Pacífico Pereira saiu em defesa de Clímaco Damásio e, na sessão 3 de abril de 1878, lançou um requerimento em que pedia à Congregação da FAMEB que, por intermédio do seu diretor, se remetesse ao Governo Imperial, "*afim de que este solicitasse do poder legislativo autorização para as despesas que reclama a execução do citado art.*

---

[130] Alguns professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro já haviam sido, tempos atrás, patrocinados pelo governo em comissões oficiais de estudo pela Europa. Citamos, como exemplo, o caso do professor Vicente Candido Figueira de Sabóia, que em 1871 realizou uma incursão pelo Velho Mundo, para estudar diversas faculdades médicas pelos territórios da França, Itália, Bélgica, Inglaterra e Alemanha (EDLER, 2014).

[131] O fato, inusitado, pegou de surpresa todos os professores da FAMEB. Virgílio Damásio ainda se encontrava na Bahia quando o patrocínio de sua viagem foi cancelado, mas já havia – à sua custa – realizado todos os preparativos para a expedição, de acordo com o relatado por José Olímpio de Azevedo em sua memória (AZEVEDO, 1884). Segundo Olímpio de Azevedo, depois do episódio, abriu-se novamente a oportunidade para a FAMEB enviar um de seus docentes em comissão à Europa, no ano de 1881. A escolha recaiu sobre o professor Jerônimo Sodré Pereira, primeiro da instituição a realizar uma viagem desse gênero. Virgílio Damásio teria nova oportunidade em 1882, quando, pela escolha de seus pares, seguiu para o Velho Mundo com a missão de "*estudar o ensino teórico e prático da sua cadeira de medicina legal e a organização do ensino medico judiciário, e fazer a compra de livros e assinatura de gazetas, tudo de acordo com as instruções dadas pela Congregação*" (AZEVEDO, 1884, p.14).

13 dos estatutos" (MONTEIRO, 1879, p. 3). O pedido de Pacífico foi realizado, chegou às mãos do Ministro do Império, mas a situação não foi alterada.

O modelo germânico de educação encontrava cada vez mais acolhimento em meio aos médicos observadores (do Rio e de Salvador), e nutria-se a esperança de ver implantado no Brasil uma reforma educacional que seguisse moldes similares. Em 1876, alguns professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tomando por base as reflexões proferidas por Arthur Moncorvo de Figueiredo em sua memória histórica de 1874, se reuniram com o propósito de elaborar normas mais atualizadas para a instituição, pautadas pelo ensino prático experimental, pela especialização acadêmica e pela liberdade de ensino. A mobilização, todavia, não seguiu adiante, mas nos bastidores, a movimentação em prol de uma reforma curricular permaneceu em evidência.

Em 1878, o Ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, nomeou uma comissão, composta pelos professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Vicente Cândido Figueira de Sabóia, Domingos José Freire Júnior e Cláudio Velho da Motta Maia, a qual deveria conceber um projeto de remodelação para os centros de formação médica brasileiros. Com missão semelhante, no dia 7 de janeiro do ano seguinte, outra comissão, formada agora pelos professores da FAMEB, Adriano Alves de Lima Gordilho (Barão de Itapuã), Demétrio Ciríaco Tourinho e Francisco Rodrigues da Silva, se juntou ao grupo de trabalho do Rio de Janeiro (MELLO, 1879). Todos esses professores haviam vivenciado experiências de jornadas no exterior para estudo e observação.

Mediante conselho dos docentes de ambas as faculdades, em 19 de abril de 1879, Leôncio de Carvalho aprovou o decreto nº 7247, que estabeleceu novos estatutos para as faculdades de medicina. Segundo Gonçalo Moniz de Aragão (1923) os pontos positivos dessa reorganização curricular consistiram principalmente na criação de novas disciplinas úteis ao ensino prático, na admissão de auxiliares de ensino, na reestruturação dos cursos de farmácia e de obstetrícia, na instituição do curso de odontologia, e na maior atenção despendida ao ensino prático.

Em linhas gerais, essa nova lei, inspirada nas universidades alemãs, ampliou o número de cadeiras para 26, com a incorporação das disciplinas de anatomia e fisiologia; clínica oftalmológica; clínica médica de adultos; clínica cirúrgica de adultos; clínica de moléstias médicas e cirúrgicas de crianças; moléstias cutâneas e sifilíticas; moléstias

mentais. As mulheres receberam o direito de se matricular e se formar em qualquer curso das faculdades; o ensino prático recebeu impulso, e somando os antigos com os novos, as faculdades passariam a contar com 14 laboratórios – física; botânica; química mineral; química orgânica; anatomia descritiva; anatomia patológica; histologia normal e patológica; fisiologia; farmácia; terapêutica; operações; medicina legal e toxicologia; higiene; cirurgia e prótese dentária. Promoveu-se a nomeação de preparadores, assistentes e conservadores, categorias de funcionários até então inexistentes. A classe de substitutos foi suprimida, passando seus titulares a serem chamados de professores adjuntos. Para cada faculdade foi instituído um museu para conservação de peças anatômicas, e preconizado um espaço para divulgação de estudos e pesquisas através da criação da *Revista dos Cursos*, além de outras novidades.

A consolidação desses melhoramentos não ocorreu de forma imediata. Até a sua finalização foi necessária a promulgação de uma série de decretos, avisos, leis e regulamentos, seguidos da adição, substituição e/ou supressão de vários dispositivos que encorparam o novo regimento, publicado em definitivo pelo decreto de nº 9311 de 25 de outubro de 1884[132] (ARAGÃO, 1923, p. 45).

De modo geral, o decreto de abril de 1879, que ficou conhecido como reforma Leôncio de Carvalho, foi bem recebido pela classe médica. O memorialista da FAMEB para o ano de 1879, José Alves de Mello, mostrou entusiasmo diante dos benefícios que a nova lei poderia conferir às faculdades, ao afirmar: "*Parece-me, pois, que, sob esse ponto de vista, nenhuma reforma poderia entre nós ser mais ampla, mais larga, nem mais completa, do que esta*" (MELLO, 1880, p. 8). Existiram, porém, pontos controversos. Pelo fato de algumas medidas terem sido implementadas de imediato – como a liberdade de frequência, a extinção das sabatinas e lições no ensino superior –, sem a devida observância de melhoria para o ensino secundário, alguns críticos consideravam a reforma como instauradora de um "*regime de vadiação e madraçaria*" (MELLO, 1880, p.7).

A liberdade de frequência foi um dos pontos da reforma bastante criticado por Pacífico Pereira, em sua memória histórica (1882). De acordo com Edler (2014), não

[132] Foram expedidos ou promulgados neste ínterim o aviso de 27 de fevereiro de 1880; o decreto nº 8024 de 12 de março de 1881; o aviso de 17 de março de 1881; os decretos: nº 8850 de 13 de janeiro de 1883; nº 8918 de 31 de março de 1883; e nº 8995 de 25 de agosto de 1883, através dos quais os pontos elencados acima foram sendo estabelecidos gradualmente (ARAGÃO, 1923).

sendo acompanhado de uma reformulação das formas tradicionais de exame, esse item da reforma, da maneira que foi concebido, afetava negativamente a formação dos alunos. Diante das reclamações proclamadas pelos reformistas, o decreto 8918 de março de 1883, que dava regulamento para os estudos práticos, tornou obrigatória a presença dos estudantes nas aulas de laboratórios, reduzindo assim a liberdade de frequência.

A *Gazeta Médica da Bahia* (GMB) acompanhou os desdobramentos da reforma Leôncio de Carvalho em meio ao ambiente acadêmico e deu evidência aos pontos de fragilidade do novo regimento. No mês seguinte à promulgação do decreto de abril de 1879, o periódico, em editorial que se estendeu pelos fascículos de número 5 e 6, reproduziu os artigos de interesse à classe médica, tecendo, em seguida, contrapontos entre as novidades abarcadas pela legislação derradeira e seus pontos vulneráveis:

> O decreto de 7247 de 19 de abril reformando as faculdades: aumenta o número de preparatórios necessários a admissão aos cursos superiores, mas não exige o bacharelado; impõe a liberdade de frequência e acaba com as lições e sabatinas; aumenta o número de cadeiras, e cria institutos; institui cursos complementares e livres, cria uma classe de preparadores e outra de repetidores; estabelece uma nova divisão de seções; dispões os exames por matérias; não conserva a uniformidade do grau; permite a criação de faculdades livres e mantém a centralização oficial, não concedendo às faculdades do Estado nem o exercício do direito de impedir a abertura dos cursos livres, sem recurso para o Governo. É o que de mais grave contém o recente decreto (REFORMA DAS FACULDADES, 1879, p. 219).

Para a GMB, a lei em questão continha ainda lacunas que precisavam ser reparadas. O editorial, dentre outros pontos, defendeu a ideia de que, junto à reestruturação do ensino médico, fosse realizada uma reforma "completa e radical" do ensino secundário; fosse estabelecido o bacharelado como condição para a matrícula ou inscrição no ensino superior; se passasse a considerar obrigatória a frequência, especialmente nos cursos práticos e nos trabalhos de clínica e de laboratório, conduzidos por professores oficiais ou particulares reconhecidos pelas congregações. (REFORMA DAS FACULDADES, 1879, p. 264).

O entusiasmo exibido por parte da elite médica com a promulgação da esperada reforma Leôncio de Carvalho logo deu lugar a receios e desconfianças, quando o Aviso do Ministro do Império suprimiu parte do decreto que resultava em aumento de despesas não previstas na Lei do Orçamento (EDLER, 2014). Diante de tal panorama, existia risco real de o projeto reformador das faculdades se transformar em letra morta, o que motivou

os integrantes da corporação médica, tanto do Rio como de Salvador, a se mobilizarem para pressionar que as medidas estabelecidas fossem efetivamente executadas.

> Nas congregações, na imprensa, na tribuna, em conferências públicas e no Congresso Nacional desenvolveu o professorado das Faculdades intensa campanha, pleiteando os melhoramentos e elevação do ensino, por tantos anos em vão reclamados e solicitados (PEREIRA, 1923, p. 85).

A ofensiva das faculdades de medicina se deu com a organização de uma representação dirigida ao Congresso, apresentada aos Poderes Legislativo e Executivo, no ano de 1880. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o documento foi produzido por uma comissão composta dos professores Barão de Maceió (Antônio Teixeira Rocha), Joaquim Monteiro Caminhoá, João Joaquim Pizarro, Nuno Pereira de Andrade e João Martins Teixeira (PEREIRA, 1880, p. 106). Na Faculdade da Bahia, a representação foi elaborada pelos professores Antônio Pacífico Pereira, Ramiro Afonso Monteiro (1840-1902) e Claudemiro Augusto de Moraes Caldas (1846-1883) (PEREIRA, 1880, p. 197). Ambas as petições traziam em seu bojo considerações para o melhoramento do ensino e contra a decadência do estudo nas faculdades, sempre com propostas consonantes com o novo referencial paradigmático: o modelo educacional germânico. A representação da FAMEB elencou 13 pontos considerados fulcrais:

> 1. Exigir o bacharelado em letras e ciências físicas e naturais, como condição para a matrícula no curso médico.
> 2. Dar mais amplo desenvolvimento ao ensino prático criando os institutos com os laboratórios necessários aos trabalhos experimentais das diversas cadeiras.
> 3. Ampliar o ensino clínico, proporcionando-o ao grande número de alunos que o frequentam, e organizando as policlínicas, instituições fecundíssimas para a instrução prática, nas quais se podem utilizar elementos de estudo que abundam em cidades populosas como estas em que tem sua sede as Faculdades do Brasil.
> 4. Instituir cursos complementares dirigidos pelos lentes substitutos, e permitir cursos livres por médicos habilitados, sob a fiscalização da Congregação.
> 5. Dividir as seções em subseções de duas cadeiras cada uma, ficando um substituto adido a cada subsecção. Deste modo se conseguiria mais elevada proficiência no magistério e mais desenvolvimento em cada especialidade do ensino.
> 6. Criar a classe de preparadores e demonstradores que são nos laboratórios os auxiliares dos trabalhos experimentais dos professores, e ao mesmo tempo os guias oficiais, instruídos e zelosos na direção da educação prática dos alunos.
> 7. Conceder a cada um dos institutos e seus respectivos laboratórios uma dotação anual, marcada por verba especial do orçamento, para a aquisição

> de novos aparelhos e instrumentos, e conservação do material do ensino já existente.
> 8. Tornar obrigatória a frequência das aulas, especialmente nas matérias d'estudo prático, e exigir no fim do ano escolar um exame especial de cada matéria.
> 9. Exigir dos membros formados em faculdades estrangeiras que quiserem exercer clínica neste país, os exames de todas as matérias que constituem o curso médico, dispensando-lhes somente a frequência das aulas.
> 10. Melhorar os vencimentos dos professores, estabelecer gratificações espécies para os que publicarem trabalhos importantes, e remunerações aos alunos que mais se distinguirem.
> 11. Reformar os processos dos exames e os dos concursos, para que o mérito das provas possa ser devidamente apreciado.
> 12. Dar às Faculdades mais autonomia, concedendo às Congregações o direito de eleger seu diretor.
> 13. Criar junto ao Ministério do Império uma secção especial, e um conselho consultivo para tratar das questões administrativas relativas à higiene ou ao ensino propriamente dito (PEREIRA, 1880, p. 200-202).

O responsável por levar as representações das duas faculdades à Câmara dos Deputados foi o deputado e professor da FAMEB José Luiz Almeida Couto (1833-1895). A essa altura, o projeto de reforma baixado em 19 de abril de 1879 encontrava-se na instância do Congresso, sob apreciação da comissão de instrução pública. O manifesto das faculdades, valendo-se da influência e do conhecimento de causa de Almeida Couto, buscava persuadir o legislativo em torno da bandeira reformista, conforme registrou a GMB:

> Professores e estudantes acabam de levantar a voz na Faculdade do Rio de Janeiro, para reclamarem mais uma vez as reformas que tão instantemente exige o ensino médico no Brasil; e a Faculdade da Bahia vai perante as Câmaras secundá-los neste intento. [...] A representação das Faculdades será talvez o último recurso. Uma comissão de distintos professores entregou já a da Faculdade da Corte ao nosso ilustrado colega o Exmo. Sr. Dr. Almeida Couto, e incumbiu-o de submetê-la à consideração da câmara. [...] A Faculdade da Bahia, felizmente, não tardou em manifestar, mais uma vez, sua adesão a essa reação benéfica. Carecemos de reforma; é indispensável que os nossos alunos de medicina possam ao menos aprender a estudar (A REFORMA..., 1880, p. 101-108).

Em outro flanco, o jornalismo médico construiu um consenso entre os médicos sobre a necessidade de modificações no processo do ensino e aprendizagem de medicina. Como diretor da GMB, Pacífico Pereira conduziu o periódico no sentido de proceder ampla cobertura para o tema. A partir do segundo semestre do ano de 1880, intensificaram-se, entre as páginas da GMB, os espaços voltados para divulgar as mazelas enfrentadas pelas faculdades médicas, em especial a da Bahia, e os bastidores do

movimento que pleiteava a remodelação pedagógica do ensino[133]. Pacífico Pereira, aproveitou a projeção nacional adquirida pela GMB em quase uma década e meia de existência, para dar voz aos apelos da Congregação por reformas e cobrar, do Governo e dos deputados, empenho e celeridade na realização desta demanda.

Para que a agenda reclamada pela elite médica em prol das mudanças no ensino fosse posta em execução, seria necessário que a Coroa e a alta burocracia dirigente acenassem favoravelmente para estas manifestações. Tal conjuntura se instalou com as discussões subsequentes à reforma Leôncio de Carvalho, que propiciou um momento favorável ao surgimento de posicionamentos políticos de caráter reformista (EDLER, 2014). As ações de convencimento, capitaneadas pelo jornalismo médico e iniciadas na década de 1870, a essa altura, encontravam saturação, e seu poder de persuasão já não se mostrava tão eficiente no sentido de direcionar a elite médica na ocupação de novos espaços políticos. Contudo, no segundo semestre de 1880, as palestras realizadas na tribuna das Conferências Populares da Glória[134] trouxeram fôlego e visibilidade à causa dos médicos e à repercussão necessária para chamar a atenção das autoridades administrativas. O espaço, "quase oficial", contava com a frequência assídua do Imperador e de outros personagens de grande influência da época, tratando-se, portanto, de um nicho estratégico para a propaganda política (EDLER, 2014).

Esse evento público ocorreu entre os meses de agosto e dezembro de 1880. No seu decurso, um grupo de médicos, professores e alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sob a liderança de Francisco Praxedes de Andrade Pertence, ocupou a tribuna da Glória para expor as mazelas do ensino e o estado de penúria das faculdades

[133] As denúncias sobre as condições do ensino de medicina e das estruturas precárias das faculdades, bem como as ações realizadas pelas congregações de lentes para mudar este panorama, ganharam bastante destaque a partir do segundo semestre do ano de 1880. Uma coluna intitulada "*ensino médico*" foi criada com a finalidade de expor considerações sobre as reformas no ensino médico e comparar as práticas pedagógicas empregadas na Europa com o currículo nacional. Muitos destes destaques foram produzidos por Antônio Pacífico Pereira (que se colocaria como um ferrenho crítico do sistema de ensino médico aplicado no país) em editoriais e artigos específico, conforme exemplos que podem ser encontrados, dentre outras, nas publicações: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 12, n. 3, p. 101-108, 1880; v. 12, n. 4, p. 153-162. 1880; v. 12, n. 5, p. 197-202, 1880; v. 14, n. 1, p. 15-23, 1882; v. 14, n. 4, p. 145-151, 1882; v. 15, n. 12, p. 545-550, 1884.

[134] O objetivo principal das Conferências Populares da Glória era promover a instrução do povo com a vulgarização de temas científicos, literários ou pedagógicos, sem apresentar um viés político de forma mais acintosa. Esses encontros, cuja denominação se remete ao seu local de realização – nas escolas públicas na Freguesia da Glória, um município da Corte – começaram a acontecer em 23 de novembro de 1873, sob a coordenação de Manuel Francisco Correia, senador do Império (FONSECA, 1996; 2007).

de medicina do país[135]. O discurso dos conferencistas era composto das mesmas reivindicações presentes nas diversas memórias históricas e nos periódicos médicos do Rio e da Bahia. Lutava-se, na tribuna, pela autonomia das instituições científicas, ao mesmo tempo que se denunciava a opressão promovida pelo governo, tido como fomentador de uma política de patronato que deteriorava a formação profissional (EDLER, 2014). A maioria dos oradores que discursaram nas Conferências da Glória eram docentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas a Bahia e seus médicos não deixaram de ser representados. Antônio José Pereira da Silva Lima[136], redator auxiliar e colaborador da *Gazeta Médica da Bahia*, figurou entre os participantes. A GMB deu a devida cobertura ao evento e à exposição de seu redator, conclamando todos os brasileiros a não cessar de pedir ao governo a reforma prática do ensino (ENSINO MÉDICO, 1880, p. 187).

Em alusão às conferências que se realizaram na Glória, Pacífico Pereira registrou o fato de que o evento tinha a pretensão de avivar no país o espírito de patriotismo e consciência nacional para a importante questão da instrução pública (PEREIRA, 1923). Não obstante, a retórica reformista, elevada a seu ápice a partir dessas conferências, expuseram, segundo Flávio Coelho Edler (2014), a realidade ambígua vivenciada pelas elites médicas, que carentes de base social que pudessem sustentar as efetivas reivindicações por autonomia das instituições de ensino e pesquisa, insurgiam-se contra o sistema político responsável pela degradação do ensino e da formação profissional, ao mesmo tempo que buscavam a adesão de Sua Majestade o Imperador aos seus pleitos.

Os debates que se sucederam na tribuna da Glória não foram determinantes, mas promoveram considerável colaboração para a remodelação pedagógica do ensino médico.

---

[135] As conferências que se desenrolaram naquele espaço se deram na seguinte ordem: Andrade Pertence, "Ensino Superior"; Nuno Andrade, "Faculdades de Medicina"; João Paulo Pinheiro, "Ciência Prática e Experimental e Laboratórios"; Hilário de Gouvea, "Organização do ensino Superior na Alemanha"; Kossuth Vinelli, "Vícios de Organização da Faculdade de Medicina"; Cypriano de Freitas, "Fisiologia e Patologia Experimentais"; Martins Teixeira, "Faculdade de Medicina: Discípulos e Mestres"; Ramiz Galvão, "Ciências Físicas e Naturais na Faculdade de Medicina"; Caminhoá, "Meios Práticos e Econômicos para a Reforma do Ensino Médico"; Silva Araújo, "Microscopia Prática"; seguidas da derradeira palestra proferida novamente pelo Dr. Pertence (EDLER, 2014).

[136] Natural de Salvador, Bahia, Silva Lima se formou em medicina no ano de 1874, pela FAMEB. Em 1875, foi nomeado médico adjunto do Hospital da Misericórdia da Bahia. Tornou-se membro correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (1876); da Academia Nacional de Medicina (1877), onde foi primeiro secretário, orador e presidente; membro efetivo da Sociedade Belga de Microscopia e da Sociedade de Climatologia da Algeria (1878) (NECROLOGIA, 1899, p.166-668). No início da década de 1880, transferiu-se para o Rio de Janeiro, depois de uma tentativa frustrada de conquistar uma vaga, por concurso, para a seção cirúrgica da FAMEB.

Desse processo, derivou a publicação do decreto 8024 de 12 de março de 1881, promulgado pelo Ministro do Império Homem de Mello, legislação que preconizou o estabelecimento do ensino prático através da criação de um regime especial para os laboratórios, passados aos cuidados de um assistente ou preparador fixo. Houve a separação entre a disciplina de Anatomia Patológica e a de Fisiologia Patológica, e criação de novas clínicas: a Obstétrica, a Psiquiátrica, a Oftalmológica, e a Dermato-Sifiligráfica (EDLER, 2014).

Com o ensejo da derradeira lei imperial, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sob a direção de Vicente Cândido Figueira de Sabóia, começou a experimentar os melhoramentos estruturais preconizados pelo decreto de 1879. Em pouco tempo, Vicente de Sabóia instalou e aparelhou diversos laboratórios na Faculdade da Corte. No total, onze laboratórios foram montados e equipados: anatomia descritiva, medicina operatória, fisiologia e terapêutica experimentais, física e farmácia, histologia normal e patológica, botânica e zoologia, química mineral e mineralogia, química orgânica e biológica, medicina legal e toxicologia (EDLER, 2014). Esses investimentos ocorrerem sem ônus para o Estado[137] (EDLER, 2014). Segundo Pacífico Pereira, as ações perpetradas por Sabóia foram possíveis graças aos recursos "*obtidos com seu prestígio e valimento na Corte, onde ocupava o alto cargo de Médico de S. M. o Imperador e aos donativos angariados com a concessão de títulos nobiliárquicos, especialmente para este fim* " (PEREIRA, 1923, p. 93-94).

O ambiente de comoção criado pelas conferências da Glória entre seus espectadores vultosos, corroborado pelo enfoque despendido pelo jornalismo médico aos problemas do ensino superior, permitiu que Vicente de Sabóia acionasse suas redes de sociabilidade a fim de cooptar patrocinadores para financiar os melhoramentos estruturais na Faculdade do Rio de Janeiro. Contudo, tais benfeitorias não ocorreram por mero voluntarismo. Para tanto, Sabóia, contando com a "*graça do Governo Imperial*", fez uso

[137] Segundo informações registradas no Relatório produzido pelo diretor Vicente de Sabóia, anexo ao Relatório do Ministro do Império de 1881, as despesas feitas com o aumento e custeio de todos os laboratórios implantados na faculdade da Corte, durante o ano de 1881, somaram o valor de 49:730$331. As verbas oficiais direcionadas para essa demanda, no exercício de 1880-1881, foi de 45:400$000. O Déficit pôde ser suprido mediante os recursos levantados através das doações de "*benfeitores e amigos*", 16:000$000 no total, sendo: 5:000$000 doados pelo comendador Frederico Roxo; 4:000$000, por um anônimo; 2:000$000, pelo Barão de Ipiaba; 2:000$000, por um "*respeitável negociante da praça*"; 1:000$000, pelo Barão de Cananéa; 1:000$000, pelo Barão do Cattete; 500$000, cedidos pelo Conde de Villeneuve; e 500$000, doados por Tobias Figueira de Mello (SABÓIA, 1881, p. 13).

de suas amizades instrumentais para conseguir donativos em troca de títulos de nobreza (PEREIRA, 1923, p. 88).

Distante territorialmente da máquina do governo, a Faculdade de Medicina da Bahia não contou de imediato com benevolência imperial, e não tardou em reclamar por assistência equivalente. Em 16 de novembro de 1881, uma comissão de três lentes foi instituída pela Congregação, para entregar ao Imperador uma representação cobrando isonomia e recursos para reestruturação da academia. Antônio Pacífico Pereira, Virgílio Clímaco Damázio e Ramiro Affonso Monteiro foram os docentes escolhidos para essa tarefa.

O documento denunciou as diferenças de tratamento entre as duas faculdades de medicina, manifestadas, principalmente, na proporção de recursos que lhes eram direcionados, e as consequências deste tratamento, considerado desigual, para a FAMEB:

> Pouco a pouco, Senhor, começou a manifestar-se da parte dos prepostos a distribuição dos recursos financeiros para subsistência das duas Faculdades certa diferença no modo de olhar e prover as necessidades delas. Tal diferença, Senhor, seja qual for a explicação que possam dar-lhe, era certamente abusiva, por isso que eram comuns as condições legais e oficiais das Faculdades; era injusta perante a igualdade dos merecimentos delas, e era deploravelmente desarrazoada, porque elevando e distinguindo uma preparava-se fatalmente o desprestigio e a decadência da outra. Não é difícil, Senhor, provar a evidencia essa parcialidade que asseveramos a Vossa Majestade Imperial. Se compulsarmos as leis do orçamento do Império para cada novo exercício, veremos que avulta cada vez mais a diferença entre os créditos votados para os mesmos serviços nas duas Faculdades (PEREIRA, 1883, p. 20).

Apesar da semelhança entre os serviços oferecidos, existiam disparidades entre verbas recebidas pela Faculdade do Rio e pela FAMEB. Segundo a representação, no orçamento da despesa do Ministério do Império para o exercício de 1881-1882, o crédito para a faculdade da Corte foi de 226:069$, e para a da Bahia, 162:180$. Deduzidas dessas quantias as verbas relativas ao pagamento do diretor e do pessoal do ensino, restavam para os demais serviços (secretaria, biblioteca, laboratórios e expedientes) 103:669$ para a Faculdade do Rio de Janeiro, e 44:180$ para a da Bahia – diferença, segundo o documento, que inviabilizava qualquer projeto de modernização.

As queixas da Congregação continuaram, agora pontuando sobre determinadas condições disponibilizadas à Faculdade do Rio para prover alguns serviços que, igualmente, não podiam ser desfrutadas, pela FAMEB, como: a oferta de gratificação para serviço da biblioteca à tarde e à noite; disponibilidade de um preparador especial de

química e medicina legal; gratificação para preparação de substâncias quimicamente puras; e remuneração para os chefes de gabinetes e conservadores. E as comparações se seguiram:

> Maior, porém, ainda, Senhor, é a dolorosa impressão que sentimos com a leitura comparativa das verbas relativas ao expediente de uma e outra Faculdade. Digne-se Vossa Majestade Imperial de atender. São pela Faculdade do Rio empregados 17 serventes, e pela da Bahia apenas 8; com papel, penas, impressões, etc., é a do Rio autorizada a gastar 1.800$ e a da Bahia apenas 600$; com os laboratórios, gabinetes e oficina farmacêutica é permitido á do Rio despender 18:000$, e a da Bahia apenas 7:000$; com a aquisição e encadernação de livros e assinaturas de jornais e revistas é facultado á do Rio empregar 10:000$, e a da Bahia apenas 3:708$; finalmente para aumento de gabinetes e laboratórios, inclusive criação de um laboratório de histologia e despesas eventuais, é consignada para a Faculdade do Rio a verba de 27:400$ e para a da Bahia apenas ade 9:600$000 !!! [...] Grande é, pois, Senhor, a diferença de recursos com que tem sido até hoje favorecida a Faculdade da Corte. E, todavia, a despeito disso, redobrando de esforços e dedicação de seu corpo docente, a da Bahia pôde até agora sustentar galhardamente a competência com a sua irmã, honrando assim o próprio nome, a dignidade de ambas, e o pundonor da pátria comum, a quem vós, Senhor, e nós e todos estremecidamente amamos (PEREIRA, 1883, p. 21).

A representação também destacou os melhoramentos pelos quais a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro estava passando sob a liderança de Vicente de Sabóia, bem como a recente autorização do Governo Imperial para que lá se construísse um novo edifício. A faculdade ressaltou que sua irmã fluminense estava experimentando os efeitos benéficos previstos nos decretos de 19 de abril de 1879 e de 12 de março de 1881, preparando-se para efetivamente adentrar na era do ensino prático, enquanto, na FAMEB, as esperanças pelo progresso e desenvolvimento do ensino médico se esvaneciam, dando lugar à dúvida e ao ceticismo (PEREIRA, 1883, p. 22).

A parte final do documento buscava sensibilizar a pessoa do Imperador para que interviesse em favor da FAMEB, bem à luz do jogo personalista que atravessava o período. A representação enfatizou o fato de que o estado de esquecimento e desconsideração que a instituição vinha sofrendo comprometia o ensino, desmotivava o corpo docente e desanimava o alunado. Trazendo a lume as dificuldades enfrentadas em razão das disparidades na distribuição das verbas, a Congregação buscava receber a proteção direta de S. M. o Imperador, uma vez que, distante do "calor governamental", o acesso a certos privilégios, dos quais desfrutava sua irmã da Corte, não poderiam ser acionados:

> A Vossa Majestade Imperial recorremos: para Vossa Majestade Imperial apelamos: de Vossa Majestade Imperial tudo esperamos. Tome Vossa Majestade Imperial sob sua augusta e especial proteção a Faculdade da Bahia: e reassumirá a nossa instituição todo o seu luzimento, continuando a concorrer para o brilho da coroa literária e científica do país, que tanto realça e multiplica o esplendor da coroa imperial (PEREIRA, 1883, p. 24).

A petição formulada pela FAMEB foi entregue diretamente ao Imperador, que a recebeu sob a promessa de que "*o seu Governo tomaria em consideração os louváveis desejos da mesma Faculdade, resposta que a Congregação recebeu com especial agrado*" (PEREIRA, 1883, p. 24).

Um aviso do Ministro do Império, baixado no dia 17 de janeiro de 1882, dava indícios de que os clamores por equidade na distribuição das verbas entre as faculdades de medicina seriam finalmente atendidos. A comunicação autorizava a contratação provisória de assistentes e preparadores para darem suporte nas lições práticas de algumas disciplinas, recebendo cada um, pelo exercício da função, a remuneração de 200$000; autorizava ao mesmo tempo a liberação de recursos para aquisição de instrumentos e aparelhos necessários ao laboratório de fisiologia. Pelo documento, o Ministro do Império se comprometeu também, mediante aprovação da proposta do orçamento para o exercício de 1882-1883 perante o legislativo, a tocar, oportunamente, as obras de que carecia o edifício da FAMEB; fornecer os materiais indispensáveis para o funcionamento dos outros laboratórios; prover das cadeiras previstas no decreto 8024 de 12 de março de 1881, e tudo "*mais que interessa ao ensino prático, o qual deverá ter nessa faculdade o mesmo desenvolvimento que tem na do Rio de Janeiro*" (NOTICIÁRIO, 1882, p. 335-336).

A ressalva, registrada no aviso pelo Ministro do Império, tinha relevância, pois qualquer movimento mais contundente, por parte do Governo Imperial, para atender aos anseios das faculdades de medicina esbarraria em questões orçamentárias. Desse modo, a viabilidade ou a continuidade das transformações requisitadas por essas instituições dependiam diretamente da capacidade de sensibilização da Câmara e do Senado, entidades responsáveis pela aprovação da lei do Orçamento. Nesse sentido, o legislativo detinha a condição de atrapalhar os planos do executivo e até de dificultar sua governabilidade, não aprovando despesas ou redirecionado recursos durante as discussões da lei orçamentária (CARVALHO, 1988).

Ao longo das deliberações para montagem do orçamento dirigido ao exercício 1882-1883, a Comissão de Orçamento do Senado deu parecer contrário ao preâmbulo enviado pela Câmara dos Deputados, reduzindo drasticamente as verbas para custeio das faculdades de medicina. A Comissão reconhecia a necessidade de melhoramentos estruturais para as faculdades, diante dos avanços da medicina, mas ponderou que o investimento nas instituições deveria ser gradual, sem comprometer outros serviços imediatamente produtivos (FIGUEIREDO, 1882, p. 24). Em outras palavras, para os representantes das oligarquias no Senado, o *status* do ensino médico estava diretamente relacionado ao retorno econômico que este poderia oferecer (EDLER, 2014).

Quem interpelou em benefício de orçamento favorável às pretensões reformistas foi o Conde de Affonso Celso, com a colaboração do recém-empossado Ministro do Império, senador Leão Velloso. No transcorrer de sua dialética, Affonso Celso buscou convencer a tribuna sobre pertinência da concessão de mais verbas para as academias, no sentido de que fosse mantido o *status quo* da Faculdade do Rio de Janeiro – já com algumas reformas em andamento – e elevada, ao mesmo patamar, a FAMEB. Affonso Celso e Leão Velloso, venceram o embate, ajudando a aprovar um orçamento mais generoso para as faculdades de medicina.

Transposta a barreira do orçamento, as esperadas reformas reclamadas pela Congregação da FAMEB poderiam, finalmente, ser iniciadas. Todavia, a distância do centro do poder político administrativo do Império se constituiu em grande entrave para a concretização de tais realizações, pois trouxe significativas dificuldades para o acesso da Faculdade da Bahia às fatias de recursos destinados para este fim. Ao ascender aos postos de maior destaque na hierarquia da FAMEB (lente catedrático, vice-diretor e, em seguida, diretor titular), Pacifico Pereira pôde utilizar seu capital político para atenuar esses percalços e promover na instituição, ainda que de forma tardia e incipiente, os melhoramentos estruturais pelos quais passou a Faculdade do Rio de Janeiro, sob a direção de Vicente de Sabóia.

2.4 A liderança de Pacífico Pereira e os rumos das reformas do ensino

No mês de julho de 1882, Antônio Pacífico Pereira foi nomeado lente catedrático de anatomia geral e patológica, cadeira que depois seria subdividida em anatomia e fisiologia patológica. Ocupando agora assento definitivo nas sessões da Congregação, Pacífico Pereira passava a dispor de mais recursos, além do jornalismo médico, para fazer ampliar seu poder de fala e de reivindicação.

Em 30 de outubro de 1882, o governo publicou o decreto de número 3141, criando sete cadeiras e quatorze laboratórios para as faculdades de medicina do Império. Para auxílio ao funcionamento desses laboratórios, a lei disponibilizou a assistência de um preparador e mais dois ajudantes (alunos das faculdades), além dos serviços de um conservador. Para cada uma das cadeiras de clínica, o decreto previu também o suporte de dois assistentes e dois internos. Para garantir que tais disposições fossem implementadas, a verba para custeio de pessoal do ensino, das secretarias, das bibliotecas e dos laboratórios das duas faculdades foi ampliada.

Segundo o entendimento dos defensores do ensino prático, o anúncio do decreto apontava um horizonte de prosperidade, alimentando esperanças dentre os professores da FAMEB que "*contemplavam de longe o progresso*" de sua "*irmã da Corte*" e aguardavam ver se cumprirem na Bahia os artigos da promissora lei (PEREIRA, 1883, p. 35). O ambiente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro também era de otimismo, principalmente porque pouco depois da publicação do aludido decreto, a instituição recebera autorização para abrir concurso e assim preencher todos os lugares criados.

Verificando que a aludida lei começava a ser implementada na Faculdade do Rio de Janeiro, Pacífico Pereira temeu que a FAMEB fosse preterida na questão, e se mobilizou para submeter à Congregação, na última reunião no ano letivo de 1882, uma moção (prontamente acolhida) para ser dirigida ao Governo Imperial:

> Considerando que a Lei n. 3141 de 30 de outubro de 1882 criou diversos laboratórios nas duas Faculdades de Medicina do Império e consignou para o exercício de 1882 a 1883 a verba necessária para a organização e manutenção do pessoal e material dos ditos laboratórios; considerando que eles já se acham instalados na Faculdade do Rio de Janeiro, conforme o declarou pela imprensa o Conselheiro Diretor da mesma Faculdade; considerando que a instalação destes laboratórios na Faculdade da Bahia é materialmente impossível por falta de local no edifício em que ela atualmente funciona; considerando que a verba destinada no orçamento da despesa para o exercício de 1882 a 1883 ao pessoal

> dos laboratórios e das cadeiras criadas não terá esta aplicação, porque, tendo estes lugares de ser providos por concurso, o preenchimento deles não se fará antes do fim do atual exercício; considerando que com a quantia, que proporciona aquela verba, se poderão realizar as desapropriações e uma boa parte das construções necessárias à instalação dos mesmos laboratórios; considerando que nem o patriotismo e equidade do Governo Imperial, nem o amor do Exmo. Sr. Ministro do Império a província natal, permitirão que fique por mais tempo nesta desigualdade e esquecimento a Faculdade de Medicina da Bahia: a Congregação desta Faculdade solicita do Governo Imperial que mande com urgência fazer as desapropriações e começar as construções necessárias para a instalação dos nossos laboratórios, aplicando a elas toda a verba destinada no atual exercício ao pessoal dos laboratórios e das novas cadeiras (PEREIRA, 1883, p. 35-36).

A pressão deu resultado. Em 18 de fevereiro de 1883, dois meses após a entrega da representação, o Ministro do Império, por aviso oficial, autorizou a FAMEB a começar os preparativos destinados à construção/reforma dos espaços necessários para que se procedesse à instalação dos novos laboratórios, liberando também, em seguida, a realização de concursos para preenchimento das cadeiras criadas pelo decreto de 30 de outubro de 1882 (AZEVEDO, 1884). Depois de tomar ciência do aviso, a diretoria da FAMEB nomeou os doutores Vitorino Pereira e Virgílio Damásio para uma comissão, que se encarregaria, em colaboração com o engenheiro provincial, de elaborar o plano e orçamento para as reformas (OLIVEIRA, 1942).

Apesar da aparente conquista com o aviso de fevereiro de 1883, os esforços para obter o melhoramento estrutural da FAMEB estavam longe de ter o desfecho esperado pelos reformistas baianos. As dificuldades se deram, principalmente, em razão da demora na liberação do dinheiro (apesar de presente nas previsões orçamentárias), necessário para tocar a obra de construção das edificações anexas ao prédio principal (que também seria totalmente reformado), importantes para a instalação dos laboratórios; bem como para uma série de desapropriações (cinco no total) que deveriam ocorrer no entorno da faculdade para execução desse projeto.

> Segundo estes planos o novo edifício da Faculdade e seus anexos abrangerão o antigo edifício, que será totalmente aproveitado, o espaço de 5 prédios, sitos a rua dos Portas do Carmo, e mais uma parte do terreno conquistado à montanha, perfazendo tudo uma área de 3876 metros quadrados com 2190 metros de edificação e 1686 de terreno baldio destinado ao horto botânico (PEREIA, 1884, p. 27).

As obras começaram em julho de 1883, com um crédito inicial de 65:000$000. O montante necessário para dar sequência aos trabalhos, incluindo no pacote as

desapropriações, a construção do edifício novo, os reparos nas instalações do antigo prédio, a restauração de sua fachada, a construção de dois pavilhões, as montagens dos projetos hidráulicos, sanitários e de abastecimento de gás, etc –, tinha previsão orçamentária de aproximadamente duzentos e cinquenta contos de réis (BRITO, 2006).

Seis meses depois de iniciada, a empreitada sofreria sua primeira interrupção, uma vez que chegou ao fim do período oficial de utilização do crédito, que era maior[138] e não pôde ser utilizado integralmente pelo curto espaço de tempo. Apesar dos pedidos feitos pela FAMEB para liberação de valores, o contexto institucional não era nada propício, pois a relação entre a Faculdade e o Governo Imperial vinha se desidratando depois de uma rusga entre o diretor interino Jerônimo Sodré Pereira (nomeado vice-diretor em razão da viagem do titular Francisco Rodrigues da Silva à Europa) e o então Ministro dos Negócios do Império, Francisco Antunes Maciel. O desentendimento decorreu da interferência do governo na decisão da Congregação sobre o resultado de um concurso docente. Inconformado, Sodré Pereira, de forma insistente e através de sucessivos telegramas, pediu sua exoneração do cargo de vice-diretor. Depois de ignorado por um tempo, foi atendido, e informado da dispensa pelo presidente da província da Bahia que, ao anunciar o aceite do seu pedido de exoneração, comunicou, em seguida, a nomeação de Antônio Pacífico Pereira para substituí-lo. Deixando o cargo, Sodré Pereira não perdeu a oportunidade de, na imprensa cotidiana, criticar seu antigo chefe:

> Mas eu não sabia ou não me lembrava que ocupa hoje a pasta da instrução pública um moço que começou a vida desrespeitando as leis, aos mestres e às regras mais comuns da boa educação! [...] Tudo porém, vai bem, porque S. Exmo. é o bezerro de ouro dos hebreus, adorado só pelo grão-rabino de Granada, ou por aqueles que fascinam pelo brilho e apreciam o sonoro tinido do precioso metal. [...] É tal procedimento de ministro, que tem escudo na lei, e deseja firmar uma reputação na altura da posição, que nunca sonhara ocupar, se não fosse, já não digo um bezerro; mas uma burra de ouro? (SODRÉ PEREIRA, 1884, p. 3).

Foi nesse cenário que se deu a nomeação de Antônio Pacífico Pereira ao posto de vice-diretor da FAMEB, em 20 de dezembro de 1883, mesmo dia em que assumiu

[138] Segundo apontamento presente no relatório de Pacífico Pereira ao Ministro do Império, em 1884, os trabalhos de contenção começados no lado da montanha, onde deveriam ser levantados grandes pavilhões para os laboratórios, consumiram muitos meses de execução, atrasando o calendário da obra e a utilização dos recursos disponíveis, de modo que em 31 de dezembro, prazo limite para utilização do crédito concedido no início do ano, a FAMEB tinha consumido somente 26:524$705 do montante de 65:000$000 disponibilizados.

interinamente a direção da faculdade por motivo de doença do atual diretor, que na ocasião se encontrava em tratamento de saúde na Europa. Herdando uma conjuntura marcada pelos problemas com a execução da obra do novo edifício, Pacífico Pereira se empenhou para tentar reverter a situação. Entre os dias restantes de dezembro de 1883 e o mês de janeiro de 1884, com sucessivos telegramas e ofícios remetidos ao governo, o médico solicitou, sem sucesso, a liberação do crédito retido (35:475$295 do exercício 1882-1883), além de mais verbas (65:000$000 do exercício 1883-1884) para dar seguimento às obras do prédio, até então paralisadas. Nesse interregno, auxiliado pela Presidência da Província, conseguiu tocar minimamente as obras de modo que elas não ficassem totalmente interrompidas (PEREIRA, 1884, p. 200). Rememorando o episódio, o professor Luiz Anselmo da Fonseca (1842-1929), registrou:

> De maneira que, no fim daquele ano, a situação era a seguinte: a reforma, em execução na Escola do Rio de Janeiro, não podia ser realizada na da Bahia, pela falta de espaço e local apropriado à fundação dos laboratórios criados por ela; o acanhado edifício da Faculdade, em parte, reduzido a paredes sem teto, sem portas nem assoalho e ocupado por enorme quantidade de materiais; falta de meios para prosseguirem os trabalhos da imprescindível restauração e ampliamento dele [...] Junte-se a isto que a Faculdade da Bahia estancia ao norte do país e que dantes era de uma dificuldade extenuadora, de uma morosidade capaz de vencer a toda paciência e desalentar ainda os ânimos mais fortes, tudo o que concernia aos interesses das províncias do Norte – espécie de conquista ou terra anexada, a cujos habitantes pouco mais se concedia, além da honra de pagarem tributos e derramarem o sangue na guerra. Às vossas reiteradas solicitações (de Pacífico Pereira) de meios para o prosseguimento das obras interrompidas, respondia o governo que era preciso esperar pela futura lei do orçamento (FONSECA, 1898, p. 256-258, grifo nosso).

"*O Brasil é o Rio de Janeiro*". Essa era a máxima que circulava entre os professores da FAMEB para criticar a política de centralização de recursos na capital do Império[139] que, segundo um de seus cronistas, estrangulava e comprometia a modernização da Faculdade da Bahia (FONSECA, 1898, p. 257).

O início do ano letivo de 1884 se aproximava, e a FAMEB não havia conseguido disponibilizar, minimamente "*cômodos prestáveis para as aulas teóricas, nem para os*

[139] De acordo com o trabalho de André Villela (2007), que analisou a distribuição das receitas e despesas do Governo Central entre os anos de 1844 e 1889, a região Sul do país (composta pelas províncias do sul, sudeste e centro-oeste), quando comparada com a região Norte (formada pelas províncias do norte e nordeste), recebeu proporção superior dos recursos destinados para obras e infraestrutura. Contudo, o autor sublinhou que nos oito anos fiscais da última década da monarquia ocorrera um aumento das transferências líquidas de recursos destinados a obras e infraestrutura, para a região Norte. Essa mudança poderia sinalizar um esforço, por parte do Governo, na tentativa de salvar o regime, em atender aos apelos da região que reclamava por mais investimentos.

cursos práticos" (PEREIRA, 1884, p. 201). O edifício se encontrava em parte demolido, com muitos materiais espalhados pelo local, reflexos das dificuldades causadas pela retenção dos créditos pelo Governo Imperial. O impasse sobre financiamento das reformas direcionou Pacífico Pereira a mudar sua estratégia para captação de recursos oficiais, pois diferentemente do que ocorrera na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que, sob a liderança de Vicente de Sabóia, recebeu "*uma chuva de ouro de donativos particulares*", a FAMEB contava apenas com a fazenda pública para custear seu projeto remodelador (CARVALHO, 1885, p. 26).

Destarte, em fevereiro de 1884, Pacífico Pereira seguiu para a sede do Império, afim de obter mais recursos e dar continuidade aos trabalhos de reforma. A tática de convencimento foi expor pessoalmente, ao Imperador e seu Ministro do Império, as disparidades estruturais e de tratamento entre as instituições do Rio e da Bahia, e assim, utilizando-se do seu capital simbólico, cobrar o cumprimento da legislação no que tange à reforma do ensino (CARVALHO, 1885). O resultado dessa incursão foi positivo, pelo menos momentaneamente. Pacífico Pereira retornou à Bahia com um crédito de 50:000$000[140]. Contudo, o valor concedido, embora permitisse que os trabalhos fossem retomados, era insuficiente para cumprir o projeto modernizador, de forma integral. Ainda em novembro de 1884, o governo seria novamente informado sobre a suspensão das obras por falta de crédito.

Os problemas com o retardo na liberação de verbas acompanharam todo o curso de renovação estrutural da FAMEB. Nesse processo, as desapropriações dos prédios no entorno da faculdade – importantes para construção dos novos e modernos laboratórios, por serem os itens que mais consumiriam recursos – contribuíram para a morosidade das obras. A demora na construção desses espaços fez com que, no biênio 1883-1884, permanecessem retidos no Tesouro mais de 400:000$000, créditos que seriam destinados ao custeio e ao pessoal do ensino prático, mas não puderam ser utilizados porque os novos laboratórios não estavam concluídos. Em relatório dirigido ao Ministro do Império, no ano de 1884, Pacífico Pereira, em parecer sobre o funcionamento da FAMEB sob sua gestão interina, estimou que seria necessária a quantia de 150:000$000 para que as ditas desapropriações fossem efetivadas, alegando que, sem estas, a finalização das obras como

[140] O referido crédito foi liberado pelo aviso do governo, publicado em 8 de julho de 1884 (CARVALHO, 1885).

foram projetadas não se concretizaria e, como consequência, a organização do ensino prático na instituição estaria assaz comprometida (PEREIRA, 1884).

Pacífico Pereira permaneceu pouco mais de um ano como diretor interino da FAMEB, sendo exonerado em 13 de fevereiro de 1885. Apesar dos entraves vivenciados com a liberação de créditos do orçamento, conseguiu, em sua breve gestão, reformar e equipar com novos materiais os antigos laboratórios da faculdade; inaugurar, em locais improvisados, alguns laboratórios mais modernos; deixar quase totalmente pronto um dos pavilhões, e ainda outro, com obras iniciadas; entregar a parte do velho edifício do Colégio dos Jesuítas praticamente restaurada, reformando totalmente o salão nobre, o saguão e as entradas da faculdade e da biblioteca (FONSECA, 1898; PEREIRA, 1884).

Crítico contumaz dos regimentos que normatizavam a educação médica, Pacífico Pereira celebrou os melhoramentos que as faculdades estavam experimentando em virtude da implementação dos itens contidos no decreto de 30 de outubro de 1882 e nos estatutos de 1884. A despeito dos recorrentes atrasos vivenciados pela FAMEB, no tocante ao recebimento da fatia das verbas a que tinha direito, Pacífico Pereira enalteceu a colaboração do Império, que passara a consignar, nos orçamentos anuais, os créditos necessários aos serviços com o pessoal dos laboratórios, a aquisição de utensílios, equipamentos, e as reformas estruturais (PEREIRA, 1923). Entre os períodos de 1884 e 1889, as verbas direcionadas para as faculdades foram duplicadas, sinalizando maior disposição dos poderes públicos em atender às demandas do ensino, conforme comemorou Pacífico Pereira em sua crônica sobre a medicina na Bahia (PEREIRA, 1923, p. 96).

Após a Proclamação da República, o ensino médico recebeu nova organização, e a FAMEB, que passou a ser denominada Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, até aquele momento não havia conseguido consolidar o ensino prático, por motivo da inconclusão de vários laboratórios. As modificações estabelecidas pelo decreto de nº 1270 de outubro de 1891, proposto pelo Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant, grosso modo, alteraram a estrutura curricular das faculdades, ampliou o número de disciplinas para 29, e as distribuiu por 12 seções. Novos laboratórios foram criados, e a frequência foi tornada obrigatória para os alunos[141].

[141] Para saber mais, vide *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832/1930)* – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>. Acesso em: 23/01/2019.

Os trabalhos de restauração e ampliação da FAMEB continuaram sob a mesma tônica, a passos lentos, enfrentando paralisações por carência de verbas e se estendendo por muitos anos. Nos dizeres do memorialista Eduardo de Sá Oliveira (1942, p. 95), existiu, de fato, "má vontade para com a Faculdade da Bahia". Fatores de outras ordens contribuíram para esse quadro. Segundo parecer de Godofredo de Mello Barreto – engenheiro designado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores para inspecionar as obras que estavam sendo tocadas na FAMEB, em 1894 –, o projeto inicial de modernização da faculdade, que previa o aproveitamento de edificações velhas e sem arquitetura, erigidas inicialmente para atender a finalidades diferentes daquelas a que se queria propor, dificultou o cumprimento dos cronogramas de trabalho, levando a empreitada a consumir grande volume de recursos.

> Como sabeis, a Faculdade de Medicina da Bahia se acha instalada em um velho edifício; e apesar das despesas até agora feitas no intuito de melhorar as suas condições, está ainda longe de satisfazer os requisitos que o coloquem na altura de um estabelecimento científico. Não se trata de uma obra sujeita a de antemão a preencher as necessidades de uma faculdade, ao contrário, trata-se de subordinar essas necessidades imprescindíveis à uma construção já realizada, questão esta muito complexa, e que dá lugar a despesas não pequenas, e que não podem ser evitadas (BARRETO, 1894, p. 11).

Para o engenheiro, no caso da FAMEB, o melhor seria que desde o início se tivesse investido em uma construção inteiramente nova, que demandaria aporte menor de verbas públicas e menor tempo de execução, além de poder atender, de forma mais adequada, às peculiaridades exigidas aos espaços voltados para uso científico. Quanto a demora na conclusão das obras, Mello Barreto destacou que esta poderia ser atribuída à falta de método na execução das plantas de construção inicialmente projetadas.

Em seu parecer, Mello Barreto criticou o tamanho acanhado da fachada principal e os diversos defeitos de construção detectados nas obras interiores da Faculdade da Bahia. Para o engenheiro, em alguns casos, ocorreram adaptações ou afastamentos do plano original de reforma. Trabalhos que deveriam ter sido feitos de acordo com as previsões orçamentárias se achavam modificados, e outros, que não estavam cobertos, foram executados, gerando despesas além daquelas previstas nos créditos destinados para cada etapa das construções. Mello Barreto ponderou que essas adaptações eram perfeitamente compreensíveis, diante da complexidade de conduzir um projeto de modernização a partir do aproveitamento de velhas edificações, mas ressaltou a

necessidade de se ater às plantas originais e de evitar alterações posteriores que, a seu ver, eram "*altamente prejudiciais a boa marcha do serviço*" (BARRETO, 1894, p. 11).

Muito ainda precisava ser feito, demonstrou Mello Barreto em seu relatório, elencando vários pontos do edifício que necessitavam de intervenção. Chegado o ano de 1895, a FAMEB conseguiu colocar em funcionamento o conjunto completo de laboratórios (dezesseis, ao todo), criados pelas leis de reorganização do ensino, promulgadas entre 1882 e 1891 (CAVALCANTI, 1897). Isso não significou que as reformas estruturais nas dependências da FAMEB haviam sido concluídas. Muitos desses laboratórios funcionavam em prédios alugados pelo governo, ou em cômodos cedidos por outras instituições (OLIVEIRA, 1942). Desde 1894, a Academia de Belas Artes da Bahia solicitara ao governo, sem sucesso, a retirada dos laboratórios de química analítica e toxicológica e de medicina legal de seus espaços e a devolução destes. Todavia, sem a finalização dos trabalhos de restauração do edifício, o translado dos laboratórios para a FAMEB se tornava inviável (BARRETO, 1894).

Em sessão solene promovida em homenagem a Pacífico Pereira, em 1898, o professor Luiz Anselmo da Fonseca destacou, em seu discurso, o fato de que – passados quinze anos da gestão interina de Pacífico Pereira – as obras de modernização da FAMEB ainda não haviam sido concluídas.

> Destarte, por um esforço continuo, com um afinco que não poderia ser excedido, com uma enorme despesa de força, alcançastes, no prazo de 26 meses, que tanto durou vossa propicia administração [de Pacífico Pereira], não só fazer muito pelo adiantamento das obras da faculdade – ainda hoje, quinze anos depois de começadas, não concluídas – e pelo estabelecimento e montagem dos laboratórios dos quais, igualmente ainda agora, alguns se acham incompletos e aquém das exigências do momento; como também de algum modo habituar o governo central a cogitar da Faculdade da Bahia e a contar a pensão de fazer alguma coisa pela adaptação dela as hodiernas condições do ensino, no número de seus encargos (FONSECA, 1898, p. 259-260, grifo nosso).

Nos anos finais do século XIX, Pacífico Pereira assumiu novamente o posto mais elevado na instância da FAMEB. Foi nomeado diretor titular, em 22 de outubro de 1895, e empossado no cargo, no dia 12 do mês seguinte. Em sua nova gestão, enfrentou o descontentamento de alguns professores com as condições do ensino prático, prejudicado de forma considerável pelas obras intermináveis e pela falta de materiais essenciais para

os laboratórios em funcionamento[142]. A despeito disso, utilizando-se de sua experiência e traquejo político, adquiridos anteriormente no cargo de direção, o médico, mesmo com os percalços, conseguiu dar continuidade às obras de melhorias.

Por sinal, ao longo dos anos iniciais do período republicano, a FAMEB contou com um aporte de recursos maior que sua congênere do Rio de Janeiro, como podemos verificar pelos dados coletados a partir dos relatórios produzidos pelos Ministros da Justiça e Negócios Interiores e sintetizados na tabela abaixo:

TABELA 8 – Orçamento destinado às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro (FAMRJ) e da Bahia (FAMEB) entre 1893 e 1900

Orçamento	FAMERJ	FAMEB
Votado para 1893	581:900$000	554:940$000
Votado para 1894	628:912$000	631:700$000
Votado para 1895	637:140$000	648:870$000
Votado para 1896	675:340$000	710:470$000
Votado para 1897	648:740$000	684:240$000
Votado para 1898	*613:240$000*	672:500$000
Votado para 1899	*634:640$000*	663:200$000
Votado para 1900	*625:060$000*	663:600$000
Total	**5.044:972$000**	**5.229:520$000**

Fonte: Relatórios dos Ministros da Justiça e Negócios Interiores publicados entre 1893 e 1900.

[142] Dentre aqueles que se queixaram sobre o estado no ensino prático durante a segunda passagem de Pacífico Pereira pela direção da FAMEB, estava o professor Nina Rodrigues. Este, em sua memória histórica (1896), dentre outras questões, criticou duramente o estado calamitoso em que se encontravam alguns laboratórios, incluindo o de medicina legal, sob sua responsabilidade; defendeu a instauração de uma comissão disciplinar, eleita anualmente, para fiscalizar e superintender, com a ajuda do diretor da faculdade, as condições e a execução do ensino; denunciou certa hierarquização entre os laboratórios da faculdade, onde alguns mais novos já se encontravam bem aparelhados e em pleno funcionamento, enquanto outros, antigos, não desfrutavam de mesma sorte; reclamou da falta de empenho de alguns colegas de trabalho; afirmou que a FAMEB não praticava investigação experimental, exceto por algumas pontuais iniciativas de poucos professores, em razão da incompetência técnica de seu professorado (NINA RODRIGUES, 1897). Nina Rodrigues reconheceu o esforço despendido por Pacífico Pereira para sanar os problemas elencados, mas foi contundente em suas asserções; por isso, sua crônica foi combatida pela congregação que, não concordando com os fatos narrados, decidiu reprovar o documento.

Pela tabela acima se pode observar que, no transcorrer de sete anos, foi somente em 1893 que a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro teve uma cota orçamentária maior que a da FAMEB. O discurso defendido por memorialistas baianos, durante o período imperial, sobre favorecimento da faculdade do Rio, não pôde mais ser sustentado, pelo menos no início da República. As verbas para modernizar a FAMEB existiram, mas fatores relacionados à gestão dos recursos, à modificação do projeto original para as reformas, a erros na estratégia da implementação das instalações, à burocracia para a liberação dos créditos orçamentários, procrastinaram a finalização dos trabalhos e obstaculizaram a realização do ensino prático.

Não obstante, a segunda passagem de Pacífico Pereira pela direção da FAMEB ficou marcada pelo protagonismo da instituição diante do confronto entre o Exército e os participantes de um movimento popular de viés religioso, que ocorreu na comunidade de Canudos, no sertão baiano, entre 1896 e 1897.

A ´Guerra de Canudos, como ficou conhecido o conflito, decorreu de uma série de fatores, tais como a grave crise econômica e social pela qual a região passava na época, que se caracterizava historicamente pela massiva presença de latifúndios improdutivos; escassez decorrente do clima árido e seco; e altos índices de desemprego. O Brasil, agora em regime republicano, ainda respirava os ares do período colonial/imperial em sua esfera política e social, mantendo separadas por um abismo duas classes bem distintas: de um lado, vivendo à base da produção, os senhores de engenhos, fazendeiros, aristocratas, bacharéis, detentores de títulos honoríficos do regime decaído; do outro, o maior lado, os ex-escravos, jagunços, agregados do latifúndio, andarilhos e trabalhadores da área urbana (PINHEIRO, 2009). O novo regime deixava sinais de que as elites continuariam a dominar e concentrar as terras e a renda. e não haveria um processo de democratização do poder político.

Nesse contexto, Antônio Vicente Mendes Maciel, que recebera a alcunha de Antônio Conselheiro, em virtude de sua atividade religiosa e peregrina por Sergipe, Ceará, Pernambuco e Bahia, atraiu para o entorno de si milhares de sertanejos em busca de melhores condições de vida. Antônio Conselheiro foi opositor de algumas medidas que surgiram com o novo regime, como a separação entre Estado e Igreja, o casamento civil e as demasiadas cobranças de impostos, e passou a combatê-las de forma veemente em suas prédicas.

Conselheiro e seus seguidores ergueram o arraial do Bello Monte, em 1893, e a partir de então o número de adeptos se multiplicou de modo vertiginoso. Aos poucos, sob a liderança de Antônio Conselheiro, o local foi se estruturando, estabelecendo suas próprias normas de convivência, costumes, estilo de vida, passando a contar com escola, equilíbrio na distribuição da produção e economia dinamizada (PINHEIRO, 2009). Para os sertanejos, o arraial de Canudos passou a figurar como a "terra prometida", mas para os eclesiásticos, que perdiam seus fiéis, e para os proprietários de terras, que perdiam seus trabalhadores, o crescimento da cidadela se configurava como uma ameaça à ordem constituída, levando-os a pressionar as autoridades para que tomassem medidas cabíveis para coibir o movimento.

A primeira investida militar contra os seguidores de Antônio Conselheiro surgiu depois de uma desavença entre os moradores de Bello Monte e comerciantes da cidade de Juazeiro (BA), que descumpriram um combinado para entrega de materiais destinados à construção de uma igreja[143]. Em 6 de novembro de 1896, tropas militares estaduais, formadas por 113 soldados do 9º Batalhão de Infantaria, 3 oficiais e 1 médico, por ordens do governador da Bahia, Luiz Viana, marcharam em direção ao vilarejo, sob a liderança do Tenente Pires Ferreira.

O combate, que perdurou por cerca de quatro ou cinco horas, foi marcado pela violência. Os sertanejos, desprovidos de armas de fogo, utilizaram facões, varapaus e forquilhas, durante a peleja. Como saldo, esse primeiro conflito se findou com a baixa de 150 homens de Conselheiro e 10 baixas do lado do exército, dentre os quais um oficial, 7 soldados e 2 guias (MONTEIRO, 2011).

Em janeiro de 1897, organizou-se uma segunda expedição militar, liderada pelo Major Febrônio de Brito. Dessa vez, o efetivo reunido foi superior ao da primeira investida e contou com 609 soldados – enviados de Salvador, Alagoas e Sergipe – 10 oficiais, 1 médico, 1 farmacêutico, 1 enfermeiro, e o apoio bélico de 2 canhões Krupp e 3 metralhadoras Nordefelt. Ajudados pela topografia acidentada da região, os conselheiristas, conseguiram resistir, apesar de grande número de perdas. Do lado militar, as baixas contabilizavam 10 soldados mortos e 70 feridos. Sem condições de prosseguir com a ataque a Canudos, a tropa de Febrônio de Brito recuou (MONTEIRO, 2011).

[143] Para saber mais, vide: *Guerra de Canudos*. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA%20DE%20CANUDOS.pdf. Acesso em: 20/01/2019.

As fracassadas ações de contenção de Canudos trouxeram embaraços para as autoridades e inquietaram a opinião pública. O presidente da República em exercício, professor Manoel Vitorino Pereira, irmão de Antônio Pacífico Pereira (então diretor da FAMEB), nomeou Coronel Moreira César[144] para comandar a terceira expedição a Canudos. A resistência dos conselheiristas prevaleceu, como acontecera anteriormente. Apesar da aparente supremacia, as tropas chefiadas por Moreira César sofreriam nova derrocada. O golpe foi significativo para os militares. Moreira César, atingido por dois tiros, viera a falecer; seu sucessor, Coronel Tamarindo, teve o mesmo destino. Abalados, os soldados se debandaram, desesperados, largando armas, munições e equipamentos, despojos preciosos que foram recolhidos pelos homens de Bello Monte para serem utilizados na ocasião de nova investida.

A repercussão do fracasso das tentativas de dissolver o ajuntamento reverberou pelo país, e o episódio de Canudos ganhou dimensão nacional (PINHEIRO, 2009). No Rio de Janeiro, uma forte agitação popular se deflagrou "*atribuindo falsamente o desastre à influência monarquista ameaçando os suspeitos com extrema violências que chegaram até o assassinato em plena via pública*" (PEREIRA, 1923, p. 241). O governo federal começou a dar crédito às insinuações de que Canudos era um reduto monárquico, e sua resistência alimentava uma suposta conspiração contra a República (FILHO, SILVA, 2011). A imprensa se inflamou, e a Bahia passou a ser acusada, pelos jornais republicanos do Sul, de apoiar o movimento rebelde.

Com a conjuntura adversa, na primeira reunião depois do fracasso das tropas federais, em 16 de março de 1897, Pacífico Pereira submeteu à apreciação da Congregação da FAMEB uma moção, na qual a instituição solidarizava-se com o Governo Federal e prontificava-se a ajudá-lo naquilo que fosse necessário:

> A Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia lamentando o desastre de que foram vítimas em Canudos tantos bravos defensores da pátria resolve inserir na ata desta sessão um voto de profundo pesar pela dolorosa perda que acaba de sofrer o país e por telegramas dirigidos aos ministros do interior e da guerra se comunique ao Governo Federal o oferecimento que faz de seus serviços em qualquer emergência que deles possa carecer a nação (FONSECA, 1898, p. 302).

[144] O coronel Paulista Antônio Moreira César era considerado um dos heróis que atuaram na repressão à revolução federalista no sul do país, entre 1893 e 1895. Ficou conhecido pelo apelido de "corta cabeças" em razão da prática da degola de prisioneiros. A terceira expedição do exército a Canudos aumentou sobremaneira o efetivo militar e levou para o campo de batalha mais de 1300 soldados e seis canhões Krupp, chamados pelos sertanejos de *matadeiras* (MONTEIRO, 2011).

Depois de aprovada, a moção foi enviada por telegrama aos Ministros do Interior e da Guerra. No dia 9 de julho, Pacífico Pereira reuniu todos os funcionários da FAMEB – professores, farmacêuticos, auxiliares do ensino e do corpo administrativo – para comunicar que o Governo Federal aceitara a ajuda oferecida pela instituição e expor a gravidade da situação. A conclamação foi bem recebida por todos os trabalhadores, que se declararam prontos para atuarem, na Capital, em qualquer emergência de que a nação pudesse carecer (PEREIRA, 1923).

Da reunião, deliberou-se que o edifício da FAMEB seria transformado, provisoriamente, em um hospital; suas salas, em enfermaria de sangue; e o laboratório farmacêutico, em farmácia. Na logística, os aposentos da faculdade foram organizados em dez enfermarias, cada uma das quais comandadas por um professor, auxiliado por assistentes de clínica, preparadores e alunos internos, todos conduzidos sob a batuta de Pacífico Pereira.

No dia 5 de abril, foi baixada a Ordem do Dia, autorizando a organização de uma quarta expedição militar contra Canudos, sob a liderança do General Artur Oscar de Andrade Guimarães. Dentre todas, esta última foi a que contou com maior número de soldados, reunidos de 17 estados: Bahia; Sergipe; Pernambuco; Paraíba; Alagoas; Rio Grande do Norte; Piauí; Maranhão; Pará; Espírito Santo; Minas Gerais; São Paulo; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Amazonas; Ceará; e Paraná (MONTEIRO, 2011). A tropa, equipada com armamentos modernos, foi organizada em seis brigadas, que por sua vez foram divididas em duas colunas que marchariam em direções opostas contra Canudos. A primeira coluna dispunha ao comando do general Silva Barbosa, 3.415 homens, 180 mulheres, 12 canhões Krupp e 1 canhão Withworth 32. A segunda coluna era formada por 2.340 homens, 512 mulheres e 74 crianças (MONTEIRO, 2011).

Em razão da presteza dos seus alunos em participar das ações de socorro aos feridos do combate, Pacífico Pereira solicitou e recebeu do Ministro da Justiça e Negócios Interiores a autorização para suspender, pelo tempo que fosse necessário, os serviços dos docentes, auxiliares e discentes, afim de que a FAMEB pudesse se empenhar no tratamento dos vitimados na guerra (FONSECA, 1898).

Com o início dos conflitos, não tardou para que a FAMEB começasse a receber as primeiras remessas de feridos. À medida que o confronto se intensificava, o volume de

entrada de moribundos nas enfermarias da FAMEB aumentava, atingindo rapidamente a saturação. Logo ficou perceptível que o número de enfermarias, até então disponíveis, seria insuficiente para atender à demanda que se apresentava. Assim, Pacífico Pereira, em comum acordo com o chefe do Corpo Sanitário do Exército, deliberou que se abrissem mais quatro hospitais provisórios, para que, desta maneira, a quantidade de leitos e atendimentos fosse aumentada. Em sequência, mais três hospitais foram abertos: um no edifício do Arsenal de Guerra; outro no Forte de Jequitaia, que funcionou em um prédio de propriedade particular "*generosamente cedido pelo seu proprietário*"; e o último, no mosteiro de São Bento, oferecido pela Venerável Congregação Beneditina (PEREIRA, 1923, p. 243).

Sobre os serviços desses nosocômios, um correspondente do jornal carioca *Gazeta da Tarde*, assim descreveu:

> Visitei os hospitais provisórios instalados no Arsenal da Guerra, na Academia e em S. Bento. É um horror o quadro que oferecem os bravos soldados vítimas dos ferozes jagunços. Felizmente nestes hospitais são admiravelmente tratados, prodigalizando-se lhes todos os cuidados e carinhos (CANUDOS, 1897, p. 1).

O hospital do Arsenal da Guerra se localizava perto da estação ferroviária da Calçada, ponto estratégico para recolher casos mais graves que não pudessem ser transportados, a não ser por padiolas. No hospital, funcionaram dez enfermarias, sendo duas para oficiais, duas para inferiores, e quatro para praças; agregadas a esta última, outras duas, que já abrigavam doentes da terceira expedição. O nosocômio do Forte de Jequitaia funcionou com cinco enfermarias, e também estava situado próximo à estação da via férrea e ao Arsenal da Guerra. No mosteiro de São Bento, que precisou passar por obras de adaptação para o funcionamento do hospital, o professor José Olympio de Azevedo ficou responsável por dirigir as seis enfermarias que ali foram instaladas (FONSECA, 1898).

Além de Olympio de Azevedo, outros professores voluntários foram distribuídos entre os hospitais de sangue para onde os feridos no campo de batalha chegavam, em número cada vez maior. As despesas e o custeio requeridos pelos hospitais de sangue ficaram sob responsabilidade do Ministério da Guerra. No total, os quatro nosocômios provisórios abrigaram trinta e uma enfermarias montadas para o atendimento aos feridos da guerra. A direção de cada uma destas foi entregue a um docente da faculdade de

medicina, o qual, por sua vez, recebeu o suporte dos demais professores, acadêmicos, do pessoal do apoio administrativo, e de outros profissionais que não faziam parte do corpo de funcionários da FAMEB, mas se prontificaram a colaborar naquele momento de crise (PEREIRA, 1923).

> Nos hospitais do Arsenal, de S. Bento e da Jequitaia, foram os seus diretores coadjuvados por outros professores – catedráticos e substitutos – por médicos e farmacêuticos auxiliares do ensino e por distintos facultativos estranhos a esta Faculdade, mas dignos filhos dela, os quais, a inspiração de seu patriotismo, quiseram espontaneamente associar-se à grande responsabilidade que sobre si tomou esta corporação, a qual folga de repetir lhes, agora, os protestos já feitos pelo órgão da diretoria, de perpetuo reconhecimento por sua preciosíssima cooperação. No hospital da Faculdade, todo pessoal administrativo, com a melhor vontade e maior diligencia prestou os mais fatigantes serviços. Os alunos da Faculdade de todos os anos e de todos os cursos, [...] consentiu em coadjuvar seus mestres na gravosa empresa a que eles se abalançaram e o fizeram de forma que todos os encômios ficariam aquém de seus serviços (FONSECA, 1898, p. 305-306).

TABELA 9 – Enfermarias do hospital provisório instalado nas dependências da FAMEB

FACULDADE DE MEDICINA E FARMÁCIA DA BAHIA (HOSPITAL *VIRCHOW*)		
DIRETOR: Antônio Pacífico Pereira		
ENFERMARIAS	**RESPONSÁVEL**	**Nº DE LEITOS**
1ª e 2ª	Prof. Antônio Pacheco Mendes	43
3ª Enfermaria *Sappey*	Prof. José Carneiro de Campos	32
4ª Enfermaria *Esmarch*	Prof. Braz H. do Amaral	112
5ª Enfermaria *Besnier*	Prof. Alexandre E. de C. Cerqueira	70
6ª Enfermaria *Beann**	Prof. Climério Cardozo de Oliveira	***
7ª Enfermaria *Langenbeck*	Prof. Fortunato Augusto da S. Junior	72
8ª Enfermaria *Claude Bernard*	Prof. Manoel José d'Araújo	20
9ª Enfermaria *Pasteur*	Prof. Augusto Cesar Vianna	24
10ª Enfermaria *Pettenkofer*	Prof. Manoel Joaquim Saraiva	34

* Quantitativo de leitos não localizado.
Fonte: elaboração própria a partir do anexo 1 da memória histórica de Fortuna (2012).

As enfermarias organizadas nas dependências da FAMEB receberam o nome de personalidades de destaque no cenário científico europeu, conforme demonstrado na Tabela 9. Os demais hospitais e enfermarias provisórios estabelecidos em Salvador (BA) seguiram o mesmo princípio. Para além de um simples ato de homenagem, essa ação pode ser interpretada como um esforço da FAMEB em demonstrar seu alinhamento com a

ciência moderna e mostrar sua autoridade para desenvolver, por aqui, investigações em bases similares àquelas produzidas pelos seus mentores europeus.

> A honra da Faculdade de Medicina da Bahia não está somente na dedicação patriótica e no zelo filantrópico com que, nesta capital, curou dos feridos da Guerra de Canudos; mas também em poder, apesar da escassez dos recursos ao seu alcance e da deficiência do meio em que vive, fazer uso e aplicação eficaz de todos os progressos da arte nos países mais cultos do mundo (FONSECA, 1898, p. 347).

No que tange ao funcionamento dos hospitais de sangue, esses espaços de cura provisórios estavam postos sob a plena condução dos docentes, que tiveram o caminho livre para impor seu projeto de medicalização. Diferentemente do que ocorria no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, onde o controle da autoridade sobre o ambiente de cura era disputado entre professores e Irmãs da Caridade, por exemplo, a ocasião se apresentou como uma oportunidade de empreender, na prática, os conhecimentos da medicina experimental, bandeira comumente defendida pelos professores da faculdade. O controle que os médicos detinham sobre os hospitais provisórios não significou, contudo, uma aceitação pacífica de seus métodos terapêuticos pelos pacientes. Existiram casos de pessoas hospitalizadas não aceitarem ser submetidas a certos procedimentos (PINHEIRO, 2009, p. 80). Esses fatos revelam que, naquele cenário, a luta dos esculápios pela legitimação da classe e a conquista da autoridade científica ainda não estavam consolidadas.

A seguir, a partir das informações disponibilizadas na edição da *Gazeta Médica da Bahia* de janeiro de 1898, compilamos, de forma sumária, as estatísticas sobre cada um dos quatro hospitais provisórios que operaram durantes o conflito.

TABELA 10 – Estatística dos atendimentos nos hospitais provisórios

ENFERMARIAS	Nº DE PACIENTES ATENDIDOS	MORTALIDADE
HOSPITAL DA FACULDADE[145] (*Virchow*)	521	4
HOSPITAL DE S. BENTO (*Kekulé*)	568	5
HOSPITAL DO ARSENAL (*Dupuytren*)	346	13
HOSPITAL DE JEQUITAIA (*Hebra*)	195	3
TOTAL	**1630**	**25**

Fonte: Gazeta Médica da Bahia, v.30, n.7, p.307, 1899.

O trânsito de vitimados da guerra foi grande entre os hospitais provisórios de Salvador, que receberam, entre seus assistidos, pessoas feridas por armas de fogo, com algum tipo de fratura, ou acometidas por doença contagiosa. A despeito do número de pacientes atendidos, 1.630 no total, o índice de mortalidade foi relativamente baixo, 1,53%. Em publicação na GMB sobre o tema, o professor Luiz Anselmo da Fonseca (1898), a partir das consultas aos mapas produzidos pelos responsáveis das diferentes enfermarias, apresentou, de forma aproximada, o saldo com os tipos de casos que deram entrada nos hospitais provisórios: 1.369 pacientes com ferimentos que necessitavam de intervenção cirúrgica (especialmente casos de feridas por armas de fogo), contra 261 casos clínicos. A taxa de mortalidade nas patologias cirúrgicas, segundo Anselmo da Fonseca, girou em torno de 0,8%.

O bom desempenho dos hospitais provisórios decorreu, nas palavras de Pacífico Pereira, do preparo da FAMEB, que "*estava aparelhada para a grande e difícil empresa que tomara aos seus ombros*" (PEREIRA, 1923, p. 243). Pereira atribuiu o sucesso ao rigor empregado nos procedimentos hospitalares, que se respaldaram nas modernas técnicas aplicadas à terapêutica médica, como a antissepsia listeriana[146]. As

[145] Na quantificação total de pacientes atendidos na FAMEB ficaram de fora os dados da enfermaria 5, que não forneceu à diretoria as informações sobre os doentes que nela formam assistidos (FONSECA, 1898).
[146] Além dos métodos antissépticos, a radioscopia e a radiografia – realizadas em aparelhos que a FAMEB já possuía para uso na clínica propedêutica – foram igualmente utilizadas como suporte aos diagnósticos de ferimentos nos hospitais provisórios (PEREIRA, 1923). Foram examinados no laboratório de clínica propedêutica da FAMEB, situado no Hospital da Misericórdia, 57 doentes. Em apenas 8 casos não se conseguiu o resultado desejado, em razão, segundo Fonseca (1898), da falta de aparelhos mais aperfeiçoados.

circunstâncias foram completamente diferentes do que ocorrera da Guerra do Paraguai, onde a taxa de óbito dos amputados em geral bateu a casa dos 80%[147] (FONSECA, 1898).

Quando focamos, porém, nos hospitais de sangue instalados no campo de batalha, outra realidade vem a lume. A obstinação dos conselheiristas em defender seu território provocava danos severos nas tropas militares, que se mostravam limitadas e com acentuada desorganização. Diante das dificuldades com o cumprimento da missão, o general Artur Oscar, em 04 de setembro de 1897, solicitou ao Ministro da Guerra o reforço de mais cinco mil homens, alegando que aspectos da topografia local impediam o avanço dos soldados (PINHEIRO, 2009). Paralelamente a esse contexto, os hospitais militares instalados no campo de batalha vivenciavam um estado sanitário calamitoso, tendo que dar conta de um número elevado de feridos por armas de fogo, amontoados entre doentes acometidos de outras patologias, como varíola, febres diversas, diarreias, fraturas expostas, amputações, etc.

> Os feridos, acima de mil, estavam lastimosamente alojados em valas, cobertos com panos de barracas. Muitos em pleno sol, nus, com as feridas apodrecendo, roídas pelos vermes, lhes sugando o pus fétido, morriam n'uma alucinação angustiosa. [...] Nos hospitais, apesar de toda dedicação dos médicos e farmacêuticos, ocorriam lastimosas cenas. Perto de 2.000 feridos gemiam, prezas de horríveis ferimentos. Os que tinham alta voltavam às linhas de fogo; muitos, porém, eram novamente baleados e volviam ao hospital; aí, as balas assassinas dos jagunços iam buscar mais vítimas e daquele ponto conduziam quotidianamente cadáveres para a sepultura (SOARES, 1902, p. 164, 231)

Prestando assistência aos vitimados na quarta expedição que marchou contra Canudos, existia um corpo médico-militar composto por 43 médicos, 15 farmacêuticos, quantitativo que não conseguiu dar conta do crescente número de feridos (PINHEIRO, 2009).

Os procedimentos utilizados pelos médicos no campo de batalha não destoaram daqueles usados pelos docentes da FAMEB nos hospitais provisórios em Salvador, mas as circunstâncias em que tais intervenções foram empregadas se deram de maneiras peculiares.

---

[147] No Hospital Dupuytren (Arsenal de Guerra), por exemplo, foram realizadas 52 cloroformizações. 167 operações e 14 amputações, sem nenhum acidente registrado (FONSECA, 1898). Os professores da FAMEB estavam a par dos avanços ocorridos do campo da cirurgia. Tais conhecimentos foram assimilados a partir das viagens de estudo e aprimoramento que realizavam pela Europa. Na ocasião da Guerra de Canudos, a bagagem adquirida com o intercâmbio com a Europa, como a esterilização de utensílios, assepsia das feridas, e uso de substâncias anestésicas, pode ser efetivamente empregada.

> Os medicamentos das ambulâncias estavam em via de extinção; o iodofórmio acabou e na falta desse anticéptico, empregavam nas feridas sub-nitrato de bismuto e calomelanos. Ainda existia muito ácido fênico e maior quantidade de quinino. [...] Os instrumentos cirúrgicos trabalhavam bastante e com frequência eram amputados braços e pernas, antes que a gangrena acabasse de vez (SOARES, 1902, p.165-166).

O trabalho médico desenvolvido no *front* de combate teve que lidar com o número excessivo de feridos e de doentes, diante de uma estrutura improvisada e com poucos recursos. Foi nessa conjuntura que os serviços da FAMEB foram requeridos para auxiliar no tratamento do avolumado número de casos.

No transcorrer do conflito, segundo relatório do Ministério da Guerra (1898), 4.193 combatentes deram entrada no Hospital de Sangue de Monte Santo. Deste número, 3.570 pacientes não conseguiram alcançar a cura de seus males e foram transferidos para outras unidades médicas adjacentes ou para as enfermarias de Salvador, distante, aproximadamente, trezentos e noventa e cinco quilômetros dali.

> É preciso não nos esquecermos de que, para prestar os socorros de que careciam os nossos enfermos, quer de moléstias comuns, quer de ferimentos recebidos em combate, tivemos de lutar com as maiores dificuldades, para prover não só de pessoal e material o hospital montado em Monte Santo, como o serviço de ambulância e transporte de feridos. De primeiro de julho a vinte e quatro de outubro do ano findo foi este o movimento dos doentes tratados no hospital de Monte Santo: entraram 4193; saíram curados 378; faleceram 220; existiam 25; foram transferidos para outros hospitais 3570 (CANTUARIA, 1898, p. 33).

É certo que, para suportar esse translado, os primeiros socorros recebidos pelos feridos nos hospitais militares foram cruciais e vieram a colaborar também para o bom desempenho dos hospitais de Salvador, na medida em que os feridos que ali chegavam já tinham recebido um primeiro atendimento no campo de batalha. Outro fator relevante foi a utilização das estradas de ferro para transportar as tropas ao ponto de conflito e, igualmente, os feridos (com maior celeridade) aos locais de tratamento. Lembramos que, em Salvador, dois hospitais foram posicionados estrategicamente próximos à estação ferroviária da Calçada – o hospital do Arsenal da Guerra e o de Jequitaia –, o que facilitou o pronto atendimento aos vitimados em estado mais grave. Não por acaso, o Hospital do Arsenal da Guerra, destino primaz dos casos urgentes, foi o que contabilizou o maior

índice de mortalidade dentre os hospitais de sangue[148] de Salvador, como verificado na Tabela 10.

Na capital da Bahia, os hospitais provisórios dirigidos pela FAMEB também enfrentaram dificuldades materiais, em decorrência do elevado número de atendimento que realizaram. Conviveram com a falta de leitos, cobertores, e com o aglomerado de pessoas que comprometiam a salubridade das enfermarias. Contudo, sua proximidade com a máquina estatal e a localização fora da zona de conflito facilitaram o recebimento de provisões e a superação dos problemas estruturais que se evidenciaram. O custeio desses hospitais correu por conta do Ministério da Guerra. Receberam também a assistência da Comissão do Comitê Patriótico da Bahia[149], que trabalhou na identificação dos óbices presentes nos referidos espaços e no encaminhamento de soluções materiais para tais estabelecimentos (PINHEIRO, 2009). Esses fatores corroboraram com o sucesso dos hospitais provisórios instalados na capital da Bahia.

Distantes vários quilômetros de Salvador, os serviços médicos no *front* enfrentaram diversas privações e adversidades. Reduzida quantidade de remédios e insumos insuficientes para atender a demanda de feridos; escassez de víveres; emboscadas nos arredores dos hospitais de sangue. A expedição como um todo caminhava para um quadro preocupante. Provocado pelo pedido de ajuda feito, em julho de 1897, pelo General Arthur Oscar, o Ministro da Guerra Marechal Carlos Machado Bittencourt adentrou no palco da guerrilha, trazendo consigo o apoio logístico necessário para melhorar o abastecimento das tropas, além de reforços para as ações de combate e tratamento dos feridos. Em agosto de 1897, o Marechal Bittencourt chegou à região de Monte Santo com uma Brigada de Infantaria e estabeleceu ali seu Quartel-General. Uma turma de médicos e farmacêuticos do exército e estudantes da FAMEB já havia chegado

[148] Os hospitais de sangue foram unidades de pronto atendimento instaladas próximas da linha de fogo. O termo foi comumente utilizado durante a Guerra do Paraguai e, posteriormente, na ocasião da campanha de Canudos. Nesses postos, os médicos realizavam procedimentos como imobilização de fraturas, contenção de hemorragias, e outras intervenções emergenciais. Os hospitais de sangue eram instalados em barracas improvisadas, casas que existiam no local de batalha, ou mesmo em pleno ar livre (PINHEIRO, 2009).

[149] Criado em 1897, por iniciativa de Franz Wagner, corretor alemão, radicado em Salvador há 32 anos, o Comitê Patriótico da Bahia tinha como finalidade a prestação de auxílio aos soldados feridos na guerra, bem como o amparo de seus filhos e suas viúvas. A ideia da mobilização foi bem acolhida pela sociedade e recebeu o apoio de vários segmentos civis e governamentais. O Comitê era organizado em uma Comissão Executiva e outra Central, que se reuniram regularmente entre julho de 1897 e março de 1898. O Comitê defendeu a causa do Exército no conflito, mas com o agravamento da guerra decide prestar assistência ao grande número de crianças órfãs ou separadas de seus pais conselheristas (MONTEIRO, 2011).

um pouco antes, para dar suporte ao debilitado corpo de saúde, como foi noticiado pela imprensa do Rio de Janeiro.

> Outrossim, por julgar insuficientes os dez médicos que ali estão servindo, pede [General Arthur Oscar] com urgência mais outros facultativos e também farmacêuticos, para o tratamento dos oficiais e praças feridos, que são em número avultado; não diz, porém, se os ferimentos oferecem ou não gravidade. Entre outras providências em tempo adotadas, o governo já fez seguir para Canudos uma turma de médicos e farmacêuticos do exército, os quais devem estar a chegar ali. Além disso, partiram há dois dias da capital da Bahia com o mesmo destino, 32 estudantes de medicina da faculdade daquele Estado, os quais patrioticamente se haviam oferecido ao Governo Federal para servir nos hospitais de sangue instalados na zona das operações e em Monte Santo, e que foram contratados para esse fim por intermédio do governador (O DIÁRIO OFICIAL..., 1897, p. 1-2, grifo nosso).

As medidas tomadas pelo Ministro da Guerra, ao chegar no campo de operações, reverteram a situação crítica dos combatentes e promoveram ajustes para os óbices logísticos que comprometiam a campanha. O Marechal Bittencourt resolveu a questão dos suprimentos e da chegada destes aos pontos de conflito; forneceu novo fardamento para a maioria dos batalhões; organizou um serviço regular de transporte fortemente escoltado; determinou a intensificação da instrução em todos os locais de acampamento; criou pontos estratégicos de provisão de água e alimentos; e no campo da saúde, promoveu a reorganização e o aparelhamento dos hospitais de campanha (FILHO, 2017). Em crônica sobre a Guerra de Canudos, o tenente de infantaria Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares (1902) relatou os melhoramentos que ocorreram com a presença do Ministro da Guerra no conflito, bem como o auxílio dos estudantes da FAMEB para o socorro dos feridos.

> Aos calamitosos e longos meses de penúria, sucederam tempos de abundância e de prosperidade. Com a ida do Ministro da Guerra, o Marechal Bittencourt, para Monte Santo e com o qual fora conferenciar o Coronel Campello, foi regularizado o serviço de fornecimento da munição de guerra e de boca. Duas e três vezes, diariamente, os comboios chegavam, depositando suas cargas no grande deposito da repartição do Deputado do Quartel-Mestre-General. Iam e voltavam pela estrada de Calumby com boas aguadas e o caminho mais curto. Marchavam com toda segurança, sem mais o receio de serem agredidos pelo inimigo, para sempre encurralado. As rações, mesmo as de fumo, café e açúcar, eram distribuídas inteiras. Não havia mais o ridículo comércio de fragmentos de fumo, de punhados de farinha, vendidos a elevado preço. [...] Os hospitais, ali e em Queimados foram reorganizados e os de Canudos estavam providos dos medicamentos necessários, de sorte que o baixar-se ao hospital não constituía mais um motivo de desespero e de terror. O corpo médico foi reforçado com muitos estudantes da Faculdade do Estado e aqueles abnegados moços, inolvidáveis e desinteressados benefícios produziram, movidos unicamente pelo espirito de humanidade e patriotismo, todos sob a chefia

> inteligente e dedicada do benemérito Dr. José de Miranda Curió, eficazmente auxiliado pelos incansáveis Drs. Mourão, Gayoso, Camará e outros (SOARES, 1902, p. 293-295).

Afora o conjunto dos alunos que assistiram aos docentes nos hospitais provisórios em Salvador, duas turmas de acadêmicos – uma, enviada em 27 de julho; e outra, em 3 de agosto de 1897 – atuaram nos hospitais de sangue distribuídos pelo campo de batalha. Esses estudantes foram o braço da FAMEB na zona de guerra, visto que os professores, mesmo sob promessa de pagamento, não se deslocaram para os pontos de conflito, colaborando apenas com o socorro dos combalidos e doentes nos hospitais provisórios de Salvador[150] (PINHEIRO, 2009). Semelhante posicionamento dos docentes gerou desconforto entre alguns estudantes, que julgavam salutar a participação de seus mestres nos hospitais de sangue do sertão. Em reunião que ocorrera no laboratório de fisiologia, antes do envio das turmas de alunos para a guerra, organizada pelo terceiranista do curso médico, Achilles Farias Lisboa, os acadêmicos decidiram se oferecer para trabalhar nos hospitais de sangue do interior. Tal posicionamento, segundo Achilles Lisboa, servira para "*corrigir de algum modo aquela vergonhosa apostasia dos nossos mestres, tão aviltadora dos brios daquela Escola, de melhores tradições*" (LISBOA, 1940, p. 63).

Encontramos listados, na *Gazeta Médica da Bahia*, os nomes dos 42 alunos que atuaram no campo de luta[151]. Os serviços prestados por estes se deram de modo voluntário para alguns, porém existiram estudantes que foram contratados para a incursão, recebendo, para tanto, uma gratificação pecuniária do governo estadual, conforme registrou o jornal carioca *A Notícia*, em agosto de 1897 (*O DIÁRIO OFICIAL...*, *1897*, p. 1-2).

Os alunos da FAMEB atuaram nos hospitais de sangue, entre julho e outubro de 1897. Ao chegarem ao *front*, eram acolhidos na condição de militares improvisados, ficando sob a liderança direta de um médico militar. Eram proibidos de emitir qualquer espécie de atestado e, para defesa pessoal, recebiam, cada um, um revólver (Nagan ou Smith&Wesson) (PINHEIRO, 2009). De acordo com Alexandre Magnus Silva Pinheiro

[150] No dia 9 de julho de 1892, a congregação da FAMEB, em deliberação, decidiu atender ao pedido do Governo que solicitara seu auxílio para as ações médico-sanitárias durante os conflitos. Em resposta às autoridades, a congregação declarou, contudo, que suas atividades seriam executadas somente dentro dos limites da Capital (FONSECA, 1898, p. 303). É oportuno registrar o fato de que, apesar do massacre ocorrido no arraial de Belo Monte, não coube nenhum tipo de assistência aos sertanejos, somente os feridos militares receberam assistência nos hospitais improvisados.

[151] Para saber mais, consultar: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 29, n. 5, p. 241-242, 1897.

(2009), a relação entre os acadêmicos da FAMEB e os médicos do exército foi um tanto ou quanto conturbada. Certos acadêmicos se queixaram do tratamento recebido pelos médicos militares quando chegavam aos seus postos de trabalho, ou quando estes os submetiam a exames de arguição para aferição de seus conhecimentos em medicina, e ainda, por casos em que o acesso aos alimentos foi proibido. Essas rusgas fizeram com que alguns acadêmicos abandonassem a peleja.

Além dos inconvenientes listados, os alunos passaram por dificuldades típicas de um cenário de guerra, tendo que lidar com alimentação deficiente, doenças, sede, escassez de materiais, e condições de trabalho totalmente diferentes do ambiente controlado dos laboratórios da FAMEB.

Houve baixas entre os discentes que serviram na Guerra de Canudos. Pacífico Pereira cita dois deles: Affonso Pedreira, vitimado por tifo-malária no interior do sertão, e Francisco dos Santos Pereira (filho de um docente da Faculdade), morto ao contrair uma infecção no Hospital do Arsenal da Guerra, em Salvador (PEREIRA, 1923).

Seja nas zonas de confronto, seja na segurança dos hospitais provisórios da Capital, professores e alunos deparam-se com diferentes situações, tipos de ferimentos, doenças diferentes daquelas observadas no ambiente controlado das salas de ensino da FAMEB ou do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Tal conjuntura possibilitou que conhecimentos adquiridos através do contato com a literatura fossem colocados em prática, e permitiu que até mesmo hipóteses pudessem ser testadas. Frequentes foram as reclamações dos docentes sobre a falta de cadáveres, ou sobre a excessiva utilização de manequins para demonstrações práticas em suas atividades pedagógicas, mas dessa vez, no ambiente da guerra, um elevado número de feridos e de corpos oferecia aos professores e alunos a oportunidade de praticar, ensinar e aprender medicina. Os problemas vividos pela FAMEB com a incompleta instalação dos laboratórios foram momentaneamente levados ao estaleiro; afinal, existia um vasto laboratório à disposição de todos.

Revigoradas e reestruturadas, as tropas militaras conseguiram cercar Canudos, no final de setembro de 1897, impedindo a comunicação da cidadela com os povoados vizinhos e seu acesso aos mananciais de água. Os sertanejos sucumbiram, em 5 de outubro deste mesmo ano. Do conflito, resultou o saldo de mais de vinte mil mortos, e o arraial de Bello Monte foi completamente queimado. Em Salvador, o corpo docente comemorou o desempenho dos hospitais de sangue geridos pela FAMEB: "*Foi um resultado*

admirável e que, não obstante o favor reconhecido de nosso clima com relação à cura dos feridos, tanto por acidentes como pelas operações, não poderia ser obtido sem o concurso de todos os progressos até aqui realizados nos domínios da cirurgia" (FONSECA, 1898, p. 308).

Cessado o combate, o Governo Federal – diferentemente do que ocorrera na Guerra do Paraguai, quando premiou os professores e alunos que atuaram no conflito, conferindo-lhes garantias especiais – não prestou nenhuma honraria à FAMEB. Pacífico Pereira, na obra "*Memória sobre a Medicina na Bahia*", publicada em 1923, criticou o tratamento indiferente do governo que, em suas palavras, "*não recompensou nem considerou devidamente os beneméritos serviçais da República pelo ato meritório de humanidade e patriotismo*" (PEREIRA, 1923, p. 244).

A despeito disso, em pomposa solenidade realizada, em 23 de outubro de 1897, no salão nobre da FAMEB, diversas personalidades do cenário político e social da Bahia e do país, senhoras e cavalheiros, se reuniram para prestar congratulações aos docentes e discentes que trabalharam durante a campanha de Canudos. No auge do evento, uma inscrição em mármore, ofertada pela imprensa da Capital, em nome da Bahia, foi colocada nesse mesmo salão, com os dizeres: "*A Bahia eterniza neste mármore o seu agradecimento aos Médicos, Pharmaceuticos e Academicos que exerceram o seu apostolado na dolorosa quadra de Canudos*" (PEREIRA, 1923, p. 246). Posteriormente, outras duas solenidades festivas ocorreram no mesmo mês, para recepcionar os alunos que regressaram de Canudos[152].

[152] *Gazeta Médica da Bahia*, v. 29, n. 5, p. 241-242, 1897.

FIGURA 5 – Retrato em tamanho real de Pacífico Pereira colocado no Salão nobre da FAMEB



Fonte: repositório da Universidade Federal da Bahia – Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24985.

A Congregação da FAMEB decidiu conceder uma moção de louvor a Pacífico Pereira pelos serviços prestados na condução da instituição durante o período conflituoso. Pacífico Pereira foi exonerado, a pedido, do cargo de diretor, no dia 13 de janeiro de 1898, mas as homenagens pelos trabalhos despendidos continuaram. Por sugestão do professor José Olympio de Azevedo (nomeado diretor seu lugar), e posterior acolhimento da corporação docente, foi produzido um retrato em tamanho real do ex-diretor para ser colocado na Sala das Congregações da FAMEB, como reconhecimento por suas ações durante a campanha de Canudos. Tal honraria era comumente concedida aos mestres falecidos, porém Pacífico Pereira foi o segundo docente que recebeu ainda em vida este tipo de homenagem, a primeira fora destinada ao professor Ramiro Monteiro (Dr. PACÍFICO..., 1898, p. 54-58).

A FAMEB contribuiu para fazer prosperar a trama nacional que colocava Canudos como inimiga da República. A dimensão pública do conflito concedeu à instituição uma grande oportunidade de, sob a liderança de Pacífico Pereira, aproveitar o cenário para legitimar a ciência que professava. Cada ferido ou enfermo que, recuperado, recebia alta de suas enfermarias improvisadas contribuía para referendar a cientificidade de sua prática médica e ratificar a autoridade (em processo de construção) de seus médicos.

Desmobilizados todos os hospitais provisórios, Pacífico Pereira se queixou de certa ingratidão do Governo Federal por este não conceder nenhum tipo de reconhecimento à FAMEB pelos serviços prestados na campanha de Canudos, mas o capital simbólico herdado pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e alunos da instituição, após o término da peleja, foi, notadamente, um importante despojo de guerra.

CAPÍTULO 3 – Da Bahia para o mundo: a Gazeta Médica da Bahia como espaço de instrução, ensino e divulgação científica

A partir de meados do século XIX, iniciou-se um processo de recrudescimento do periodismo médico no Brasil, que logo passou a se configurar como um novo campo de atuação para os profissionais da medicina (SCHWARCZ, 1993). De modo geral, o jornalismo médico[153] buscava atender às necessidades dos médicos no tocante à sua profissão, representando-os diante de reivindicações importantes e na militância em favor de projetos alternativos de interesse de sua corporação (EDLER, 2014). Tendo os periódicos como esteio, a classe de médicos buscou legitimação para suas atividades e para a elevação da medicina ao patamar de ciência notadamente confiável.

Neste terceiro e último capítulo, voltamos nossa atenção para a *Gazeta Médica da Bahia* (GMB), periódico cuja existência se confunde com a própria trajetória de Antônio Pacífico Pereira, um de seus fundadores e diretor por mais de meio século. Ao lado de outros integrantes do corpo editorial da revista, dentre os quais diversos professores da FAMEB – instituição que estabeleceu relação de proximidade com o periódico –, Pacífico Pereira buscou demarcar, a partir da GMB, o território do médico, legitimando-o como autoridade precípua da prática médica e terapêutica.

A GMB, além da defesa e consolidação dos interesses da profissão, contribuiu, igualmente, para a difusão dos conhecimentos e atualidades científicas em meio à sua rede de sociabilidade, expondo a ciência produzida nos trópicos. Neste capítulo analisaremos a permuta científica estabelecida pela GMB com outros espaços de divulgação científica do Brasil e da América Latina, verificando as estratégias de organização/legitimação do campo profissional e de internacionalização da medicina.

[153] De acordo com o historiador Luiz Otávio Ferreira, os periódicos médicos desempenharam um papel relevante no processo de institucionalização da ciência no Brasil, visto que trabalharam pela construção de ações educativas sobre os médicos, bem como, pela legitimação da medicina por meio da difusão e popularização do conhecimento científico (FERREIRA, 1996).

3.1 Por uma "*associação de facultativos*"

O grupo de facultativos que começou a se reunir informalmente em Salvador, por volta de 1865, para trocar experiências sobre questões relacionadas à medicina e a outros assuntos científicos, era composto, inicialmente, pelos médicos Antônio Januário de Faria, Antônio José Alves (ambos professores da Faculdade de Medicina da Bahia), Otto Wucherer, Silva Lima, Pires Caldas e Ludgero Ferreira, os quais, sem pretensão acadêmica (inicialmente), partilhavam seus casos clínicos, suas rotinas cirúrgicas e demais dúvidas inerentes às suas atividades profissionais (SCHWARCZ, 1993). Os primeiros encontros se davam quinzenalmente no período noturno. Posteriormente, as sessões passaram a ocorrer, alternadamente, na casa dos seus participantes, contando com a frequência de outros médicos como Thomas Wright Hall, Alexander Ligertwood Paterson e, mais tarde, alguns estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), a saber: Antônio Pacífico Pereira, Manoel Vitorino Pereira (1853-1902)[154], Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906)[155], entre outros.

Durante essas palestras noturnas, variados assuntos científicos eram abordados e vinham a suscitar ideias, questões e proposições relevantes para as atividades clínicas e de pesquisa. Os pontos de pauta discutidos em meio aos encontros foram se avolumando, o que gerou a necessidade natural de registro e posterior divulgação do conjunto de observações compartilhadas. Para atender a essa demanda, Antônio Januário de Faria propôs a criação de um periódico médico – a *Gazeta Médica da Bahia* (GMB) –, cujo primeiro número veio a lume em 10 de julho de 1866 (JACOBINA *et al*., 2008).

[154] Nasceu em Salvador, doutorou-se em medicina, em 1876, na Faculdade da Bahia, onde posteriormente veio a se tornar catedrático, ocupando a 2º cadeira de clínica cirúrgica, em 1883 (MALAQUIAS, 2012).
[155] Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande, interior de Maranhão, no dia 4 de dezembro de 1862. Começou sua graduação em 1882 na Faculdade de Medicina da Bahia, mas concluiu o curso na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1888. Destacou-se dentre um pequeno grupo de médicos reformistas que se dedicaram a promover importantes apontamentos sobre questões de saúde pública; defendia, entre outras coisas, a construção de um sistema próprio de instituições e serviços para que campanhas de saneamento pudessem ser implantadas com sucesso na Bahia (CASTRO SANTOS, 1998).

Como periódico independente e desassociado do controle estatal[156], a GMB estabeleceu, em seu projeto institucional, a missão de se empenhar na consolidação da medicina como instituição científica e de velar pela autonomia e prestígio da profissão, conforme registrou em sua edição inaugural:

> O nosso propósito é simplesmente o seguinte: concentrar, quando for possível, os elementos ativos da classe médica, afim de que, mais unidos e fortificando-se mutuamente, concorram para aumentar-lhe os créditos, e a consideração pública; difundir todos os conhecimentos que a observação própria ou alheia nos possa revelar; acompanhar o progresso da ciência nos países mais cultos; estudar questões que mais particularmente interessam ao nosso país; e pugnar pela união, dignidade e independência da nossa profissão (INTRODUÇÃO, 1866, p. 1-3).

A essa altura, a imprensa na Bahia já se apresentava relativamente desenvolvida[157], contendo jornais de grande relevância e longevidade, a exemplo do *Diário da Bahia* (1833-1958) e do *Jornal de Notícias* (1883-1917). No âmbito social, o contexto era de efervescência de questões culturais, políticas e econômicas, que fomentavam na elite anseios de conduzir a nação a um *status* considerado por esse grupo como de civilidade, sob inspiração do ideal eurocêntrico. Jornais cotidianos do período propagavam essa ideologia de progresso, apresentando a ciência como panaceia para as mazelas da humanidade[158]. A medicina, que ainda não pertencia aos médicos, e os escritos a seu respeito imiscuíam-se a outros assuntos não científicos que preenchiam as páginas desses jornais não especializados. Nessa conjuntura, a GMB floresceu, colocando-se como espaço privilegiado e especializado para reunir matérias específicas, para um

---

[156] Luiz Otávio Ferreira (1996) aponta como característica marcante da institucionalização da medicina no Brasil, durante o século XIX, a efetiva participação do Estado nos processos de criação e controle das principais instituições médicas do país. Decorrida a metade dos oitocentos, o aparecimento de diversos periódicos não oficiais, resultaria, segundo Edler (2014), de um contexto de esgotamento dos padrões institucionais e da movimentação das atividades políticas e científicas das elites médicas que operaram para satisfazer suas necessidades corporativas.

[157] Mesmo contendo apenas um terço de sua população alfabetizada, em 1880, por exemplo, a cidade de Salvador chegou a contar com sete jornais diários: *Diário da Bahia; Diário de Notícias; O Monitor; Gazeta da Bahia; Jornal de Notícias; Alabama;* e *Gazeta da Tarde* – e cinco periódicos: *Gazeta Médica da Bahia; Voz do Comércio; Escola; Baiano;* e *O Balão* (MATTOSO, 1992).

[158] A associação entre ciência e interesses sociais mais amplos ganhou consistência na Inglaterra do século XVII, com a utilização – por uma nova e emergente classe ligada ao comércio, à enavegação marítima e à manufatura – da ciência como sustentáculo intelectual de um movimento progressista de reestruturação social e educacional (FERREIRA, 1996). A partir dessa proposta de base de interpretação cientificista do mundo, a ciência passou a ser reconhecida como um possível mecanismo de reforma e aperfeiçoamento da sociedade em seu âmbito moral e material.

público específico, buscando se afastar da imprensa cotidiana para fundamentar o caráter profissional[159] e científico de suas publicações.

Em sua estruturação, a GMB tomou por base o modelo das famosas Gazetas e periódicos da Europa, sendo composta de sessões introdutórias, trabalhos originais, registros clínicos, excertos da imprensa médica estrangeira e noticiário (SANTOS, 2008). Na condição de publicação mensal conquistou certa notoriedade, logo nos seus primeiros anos de vida. Alguns artigos que compunham suas edições eram publicados sem assinatura de seus autores, ficando os editorias e textos anônimos, nestes casos, sob responsabilidade da redação. Essa divisão formal permaneceu relativamente inalterada até 1930. O quadro temático abaixo, proposto por Lilia Moritz Schwarcz (1993), expõe o quantitativo de publicações da GMB levantados entre os anos de 1870 e 1930.

TABELA 11 – Quantitativo de publicações da GMB (1870-1930)

Tema	**Nº**	**%**
Bibliografia	190	11
Biografia e necrologia	84	5
Medicina (geral)	217	12
Medicina interna	245	14
Medicina prática	75	4
Medicina cirúrgica	113	7
Medicina legal	87	5
Higiene pública	617	36
Medicina nervosa/neurologia	61	4
Ciências naturais	25	1
Eugenia	28	1
Total	**1742**	**100**

Fonte: Schwarcz (1993, p. 204).

[159] O grupo que se organizou em torno da GMB se destacou pela intensa campanha promovida em defesa da profissionalização da medicina. Suas ações consistiram na validação e no fortalecimento do reconhecimento social da profissão médica através da valorização da sua autoridade científica e saber professado (PEARD, 1999).

Dos dados apresentados pela autora, chamamos atenção para os quatro temas mais abordados pela GMB durante o intervalo de análise: higiene pública, medicina interna, medicina (geral) e bibliografias. Mesmo sem apresentar associação imediata desses temas com o contexto político-social, Schwarcz (1993) descreveu as tendências gerais presentes nas publicações do periódico, que com questões relevantes da época, como o predomínio dos ensaios sobre medicina cirúrgica e interna até os finais da década de 70 dos oitocentos, em correlação com a Guerra do Paraguai; o recrudescimento de artigos sobre higiene mental, nos anos 80 e meados dos 90; e, nos anos subsequentes, o crescimento de ensaios ligados à questão racial – como argumento central na análise da realidade social – atrelados aos estudos sobre medicina legal, medicina nervosa ou neurologia.

Segundo Schwarcz (1993), a presença hegemônica do tema higiene pública entre as publicações da GMB compreendia assuntos atinentes a epidemiologia, saneamento, higienização, demografia e meteorologia, resultado de uma tendência vivenciada pela medicina no sentido de enxergar na higiene o caminho revolucionário de intervenção na coletividade, com vistas à prevenção ou à erradicação de doenças que colocavam em risco a salubridade pública.

O contexto brasileiro, no que se refere ao enfrentamento de grandes epidemias, conferiu relevância à higiene e consolidou a ideia da necessidade de saneamento da nação, a partir da segunda metade do século XIX. Como consequência, diversos projetos de saneamento foram postos em execução, intervindo no cotidiano das casas, das igrejas, dos portos, das escolas; nos hábitos alimentares; nas vestimentas; nos costumes; e no uso dos espaços públicos[160].

A Bahia não foi reduto de um grande número de pesquisas sobre higiene pública[161]. Apesar da frequente abordagem, os artigos sobre essa temática na GMB se remetiam, em sua maioria, a censos, estatísticas e descrição das condições sanitárias da

[160] As ideias da higiene saturaram o ambiente intelectual do Brasil, a partir das décadas finais do século XIX, e conferiram suporte ideológico aos movimentos de saneamento protagonizados por engenheiros e médicos que acumularam poder e destaque na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889 (CHALHOUB, 1996). Contudo, as transformações urbanas que ocorreram na virada do século, advindas desse processo, estiveram "*longe de ser um processo linear e sem conflito*" (EDLER, 2014, p. 58).

[161] Esse contexto só seria alterado a partir de 1880, quando um conjunto de produções, propriamente baianas, sobre a temática da higiene passaria a surgir (SCHWARCZ, 1993, p. 207).

região, bem como, a reflexões e críticas sobre teorias produzidas em outros locais (SCHWARCZ, 1993).

A GMB teve como primeiro diretor o Dr. Virgílio Clímaco Damásio. Este, entretanto, alegando sobrecarga de trabalho em razão de suas "*multiplicadas ocupações*", decidiu se afastar da condução do periódico e indicar Antônio Pacífico Pereira para substituí-lo (*GMB*, v. 2, n. 37, p. 145, 1868). Por meio da chancela do núcleo fundador da revista, o nome de Pacífico Pereira foi acolhido, e a partir de janeiro de 1868, o recém-formado médico iniciou seus trabalhos como novo diretor da *Gazeta*. Como registramos no primeiro capítulo, a aproximação entre os fundadores da GMB e seu novo diretor ocorreu ainda durante a fase de estudante deste último, ocasião em que, mais precisamente no ano de 1865, Pacífico Pereira havia atuado como redator da *Revista Acadêmica*, um periódico da FAMEB. Jacobina (2013) sugere que essa experiência estudantil tenha sido relevante para a escolha de Pacífico Pereira, com apenas um mês de formado, para o cargo de direção da GMB[162]. O médico permaneceu no comando da GMB até julho de 1870, quando decidiu se afastar a fim de se preparar para o concurso de opositor da FAMEB. Após sua saída, a sobrevivência do periódico esteve comprometida. As publicações foram suspensas por um ano, sendo retomadas, a partir de agosto de 1871, agora sob a direção do professor Demétrio Ciríaco Tourinho. Três anos mais tarde, Demétrio Tourinho deixou seu posto no periódico para assumir a direção do Asilo São João de Deus, e mais uma vez a *Gazeta* retornaria ao silêncio (JACOBINA, 2001).

Pacífico Pereira reassumiu a direção da GMB, em janeiro de 1876. Diferentemente da sua primeira gestão, quando ainda era um neófito na profissão, trazia agora em sua bagagem os conhecimentos médicos adquiridos em viagens pela Europa, em circuito pelos principais hospitais do Reino Unido, da França, da Áustria e daAlemanha, bem como o título de professor da FAMEB, ou seja, um capital simbólico ampliado e necessário para tornar exequível o projeto de reconstrução do periódico.

Sob a liderança de Pacífico Pereira, a GMB manteve suas publicações ininterruptas até o ano de 1921. Inicialmente, os encargos financeiros gerados com a produção dos primeiros números do periódico eram divididos entre os integrantes da

[162] Segundo registro de Juliano Moreira, no periódico *Bahia Ilustrada*, Pacífico Pereira já trabalhava como auxiliar nas atividades de redação da revista, antes de ser nomeado diretor. Ainda de acordo com Juliano Moreira, Dr. Virgílio Damásio foi apenas o diretor nominal do periódico, ficando, inicialmente, a verdadeira direção da revista sob a responsabilidade de Silva Lima (MOREIRA, 1918).

"*associação de facultativos*". Contudo, esse regime de cotização não durou muito tempo, e os déficits anuais da revista foram muitas vezes bancados por Pacífico Pereira, segundo apontaram Jacobina e Gelman (2008). De 1867 em diante, a GMB passou a disponibilizar espaços específicos em suas edições para receber anúncios de interesse médico, tais como livros, instrumentos cirúrgicos e medicamentos, com a finalidade de captação de recursos para custear sua manutenção[163], como se verifica nas imagens abaixo.

FIGURA 6 – Aviso informando sobre espaço destinado à propaganda



288 GAZETA MEDICA DA BAHIA. N.° 24—25 DE JUNHO

Louis, apresenta, como refere o *Medical Record*, casos de doentes que attribuiam a leuchorrhea, menorrhagia, etc., ao uso destas machinas.

Algumas confessaram que, durante o trabalho, tinham ás vezes uma excitação venerea produzida pelo attrito rapido das coxas, e que, ás vezes, lhes era preciso suspender este acto. Estas ideias tão razoaveis, e demais, comprovadas pelos factos, merecem seria attenção, e seria conveniente, como suggere o Sr. Guibert, que se empregasse n'estas machinas outra força motriz, que não essa produzida pela acção alternada dos pedaes.

Inoculação do tuberculo.—O Dr. Lefort, continuando suas pesquizas sobre este assumpto, tem obtido resultados positivos, encontrando em coelhos e porquinhos da India, nos quaes inoculou a materia tuberculosa, tuberculos não só nos pulmões, como no figado, no baço, na pleura, no pericardio, e em todo o systema lymphatico; e a analyse microscopica tem mostrado que estes tuberculos são identicos aos do homem.

Causas da caria dentaria.—O Dr. J. P. H. Brown mostra que este estado dos dentes em muitas mulheres começa a manifestar-se depois do casamento, porque, durante a prenhez, a mulher fornece ao feto o elemento calcareo preciso para o desenvolvimento de sua estructura, e quando a assimilação n'ella é insufficiente, é a custa de seus proprios ossos e dentes que a organisação do feto se faz; e os dentes, sendo de mais difficil reparação do que os ossos, mais sensivelmente se mostram deteriorados.

O Dr. Magitot em seu novo *tratado de carie dentaria*, demonstra que a saliva mesma, em consequencia de transformações que soffre em sua composição, em varias molestias, na febre typhoide, nas dyspepsias, etc., exerce sobre os dentes uma acção nociva, e constitúe a verdadeira causa da caria.

Novo methodo no curativo das ligaduras de arterias.—O Dr. Campbell de Morgan propoz o methodo engenhoso de, em vez de deixar pendentes da ferida os fios da ligadura das arterias, passal-os com uma agulha atravez da pelle visinha, de sorte que, além de renovar-se d'este modo uma causa de irritação da ferida, facilitando assim a cura por primeira intenção, pode-se, na conveniente epocha, retirar as ligaduras sem o menor incommodo.

Doutoras nos Estados-Unidos—Nove senhoras de Nova-York, e cinco de Boston, diz o *British Med. Journal*, receberam o grau de *doutoras* em medicina. Um dos professores do Collegio de Nova-York diz que existem na America tresentas moças que praticam a medicina, e cujo rendimento anda por 10 a 20 mil dollars (cerca de 20 a 40 contos de reis).

A homœopathia no Porto.—Lemos que a Santa Casa da Misericordia do Porto determinou estabelecer no seu hospital uma enfermaria dirigida por homœopathas. Já é progresso!

Resta saber se esta resolução irá a effeito, e como a receberão os facultativos do hospital, que são tambem, pela maior parte, professores da eschola medico-cirurgica da mesma cidade. Acontecerá, o que acontece na pratica civil, isto é, quando a homœopathia entra por uma porta, a medicina sae pela outra?

Processo de um cirurgião.—Um facultativo que assistiu ao sotorio e fatal duello que teve logar em Lisboa ha alguns mezes, foi processado com outros cumplices n'aquelle attentado contra as leis, do qual resultou a perda de uma vida.

O accusado, que é cirurgião militar, provou que compareceu alli em serviço por ordem do commandante do regimento onde elle servia, isto é, que não esteve lá por sua livre vontade. Foi despronunciado.

Parece que a disciplina militar e a consciencia de medico nem sempre estão de accordo.

Morte de Raele.—Falleceu em Paris o Dr. Raele, medico do hospital—des Enfants-Assistés—, *aggregé* da Faculdade de Medicina, e autor de um livro muito conhecido entre nós o—*Traité du diagnostic médical*. Morreu pobre: o enterro foi feito á custa dos seus collegas da faculdade. A ceremonia religiosa foi feita segundo o rito protestante, que era a religião que elle professava.

AVISO.

Com este n.° completa a *Gazeta Medica* o seu primeiro volume. Do 1.° numero do segundo volume em diante, isto é, a começar do n.° 25, toda a parte administrativa e economica da *Gazeta* passará á cargo dos Srs. Tourinho &C. —editores, que promettem melhorar, quanto for possivel, a impressão e todo o material, segundo o acolhimento e acceitação com que a classe medica for auxiliando tão difficil, quam dispendiosa empreza.

D'aquella data em diante cada numero da *Gazeta* será acerescentado de uma folha de quatro paginas, destinada á servir de capa, sobre a qual são admissiveis quaesquer annuncios que possam interessar á profissão em geral, taes como de livros, instrumentos cirurgicos, medicamentos &c, menos os que constarem de remedios secretos, não reconhecidos nem acceitos pela profissão.

Os preços da assignatura serão os mesmos da tabella já publicada, quaesquer que sejam os melhoramentos adoptados no segundo anno da publicação da *Gazeta*.

Com o seguinte numero será distribuido o indice do primeiro volume da *Gazeta Medica*.

Aos Srs. Assignantes que não estão em dia com o pagamento de suas assignaturas, fica definitivamente suspensa a remessa do periodico, até que hajam satisfeito os seus debitos.

Recebem-se desde ja annuncios para a folha exterior da *Gazeta*: o preço será de 100 rs. por linha.

Previne-se aos Srs. assignantes da capital que, d'ora em diante, fica encarregado da cobrança das assignaturas da *Gazeta* o Sr. Manoel Dias Agra, entregador d'ella mesma, e que todos os recibos levarão a assignatura dos editores Tourinho & C.

BAHIA—Typographia de Tourinho & C.—1867.

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 24, p. 288, 1867.

[163] O aumento da comercialização de produtos farmacêuticos alavancou, igualmente, a publicidade direcionada a estes artigos, a partir de meados do século XIX. O jornalismo científico se apresentou como espaço peculiar para propaganda desses itens, que passaram a se configurar como fonte alternativa para geração de dividendos destinados a garantir a periodicidade das novas revistas médicas (SCHWARCZ, 1993).

FIGURA 7 – Anúncios publicados na folha exterior da GMB



ENSAIO
sobre o
BERIBERI NO BRAZIL
pelo Dr. Silva Lima
Vende-se nas livrarias—
Bahia, de Catilina & C. / J. B. Martin. / Viuva Lemos. / F. Olivieri. / Livro Azul, de Tourinho & C.
Rio de Janeiro Laemert & C. / Garnier.
Pernambuco de Lailhacard & C.
Maranhão de A. P. Ramos de Almeida.

PARA CONVALLESCENTES E PESSOAS DEBILITADAS
CACAU E LEITE
Chocolate finissimo, de MOORE.

EXTRACTUM CARNIS DE LIEBIG.

LEITE CONDENSADO
PREPARADO PELA
Companhia Anglo-Suissa.
Na casa central de drogas, e pharmacia de Lima Irmãos e C.
RUA DIREITA DO COMMERCIO, 19 E 26—BAHIA

CARNE, FERRO E VINHO
EXTRACTO DE CARNE, CITRATO DE FERRO E VINHO DE CHEREZ.
Esta composição é feita do afamado extracto de carne, citrato de ferro e vinho de cherez puro; contém, em uma forma agradavel, o tonico nutritivo e propriedades estimulantes dos seus ingredientes. A cura é infallivel em casos de debilidade repentina motivada, quer por uma doença rapida ou chronica e é infallivel para toda e qualquer convalescença. Como Tonico nutridor o seu bem se faz reconhecer no tratamento de uma constituição arruinada e sangue estagnante e em todas as formas de uma debilidade commum. Dóse para um adulto—uma colher de mesa entre as comidas e quando uma pessoa se acha cançada ou exhausta. Dose para crianças deve ser regulada conforme a idade, cada colher contém uma onça de carne, meia onça de vinho Cherez e dous grãos de citrato de ferro.
PREPARADO POR
JOHN WYETH & BROTHER
PARA A. W. SUS—NOVA-YORK
Deposito á venda pharmacia e drogaria—Camará, rua do Julião n. 6 H-I-J-K.

LIVRO AZUL
LIVRARIA E PAPELARIA
DE
TOURINHO & C.
Acaba de receber pelo *City of Rio Janeiro* ricos albuns para retratos, ditos para desenho, prensas para copiar cartas, livros de leitura para as escolas, grammaticas, pennas Mallat verdadeiras, canivetes finos, papel de todas as qualidades e tamanhos, calendarios, muitos objectos de gosto, etc., etc.
LARGO DAS PRINCEZAS
N. 15.

Escriptos recentes do Dr. Alvarenga:
vendem-se na
LIVRARIA MARTIN
Praça de Palacio.

ESTUDOS
SOBRE
HYGIENE PUBLICA
PELO
Dr. José de Góes Siqueira
Acaba da sahir do prelo, e acha-se á venda em todas as livrarias: preço 6$000.

XAROPE CONCENTRADO
De caroba, depurativo e anti-syphilitico, preparado por vapor e concentrado no vacuo por Grimault.
Este xarope, preparado com as olhas do jacarandá, caroba popular no Brazil por suas propriedades depurativas e anti-syphiliticas, emprega-se com o maior successo em todos os casos aonde é necessario purificar o sangue e expulsar fora do corpo, seja o virus syphilitico, seja o germen das affecções lymphaticas e escrophulosas, seja em fim um principio herpetico. É um remedio supremo para a cura das ulceras e das molestias da pelle e de toda a especie.
Deposito na pharmacia
AROUCA

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 6, n. 123, p. 288, 1872.

O período de maior prestígio e significado histórico para a *Gazeta* se estendeu entre o ano de 1866 e o início do século XX (JACOBINA; GELMAN, 2008), sendo esta fase marcada pela divulgação de vários trabalhos originais, assinados pelos integrantes do grupo fundador do periódico, os quais, com seus estudos, ajudaram a consolidar a *Gazeta* como um dos mais importantes empreendimentos da imprensa médica

especializada no Brasil. Na GMB, os médicos veicularam diversas reflexões sobre o mundo acadêmico, com comentários sobre ensino oficial de medicina no Brasil e no mundo; problematizaram as fragilidades e acertos de pontos presentes nas reformas curriculares sofridas pelas faculdades de medicina; discutiram questões relevantes acerca da saúde pública local; transcreveram e compilaram artigos científicos, memórias, correspondências e livros estrangeiros; publicizaram a utilização de novas drogas e terapias; e expuseram suas análises sobre o comportamento da população, com reflexões sobre o contexto social da época (MORAES, 2013; JACOBINA; GELMAN, 2008).

Algumas pesquisas dos médicos que se organizaram em torno da GMB alcançaram repercussão internacional pelo seu ineditismo no campo das investigações científicas, como os estudos sobre a Filariose e o Ainhum, desenvolvidos por Wucherer e Silva Lima, respectivamente. Esses e outros casos de morbidade escolhidos para exame estavam cravados na incidência regional, demonstrando o interesse daqueles médicos pelas afecções que afligiam a população local. O posicionamento dos referidos médicos não foi mimético ou passivo em relação à medicina praticada na Europa, e a exposição de seus trabalhos evidenciava a busca pela legitimação profissional e a demonstração de que a medicina que praticavam era genuinamente científica. Não obstante se apresentar como um periódico especializado, atuando como canal de difusão de novas teorias, técnicas e métodos entre os praticantes de medicina no Brasil, a GMB foi politicamente ativa, ao usar suas páginas para defender o ideal de progresso associado à ciência e para o fortalecimento de papel social do médico e da medicina no Brasil.

3.2 Para ilustrar a classe médica: o potencial pedagógico da imprensa especializada

> A nova empresa, porém, sem desconhecer as dificuldades que se lhe antolham no caminho, propõe-se ainda a continuar, até onde lhe permitirem as suas forças, a tarefa iniciada pelos fundadores deste periódico, embora a muitos pareça uma utopia a pretensão de chamar a um centro de trabalho permanente e harmônico os elementos ativos, mas dispersos, da classe médica, não só desta província, mas de todo este vasto império, numa quadra em que os interesses tangíveis que se derivam da arte, nos fazem as vezes esquecer o que devemos à ciência e às gerações médicas futuras. Para levar ao cabo o seu intento ela conta menos com as suas próprias forças do que com o generoso concurso dos corpos científicos do país, particularmente das faculdades de medicina, assim como de todos os nossos colegas que reconhecem na imprensa médica o mais poderoso meio de ilustrar a nossa classe no Brasil, como tem sido entre todos os povos de mais adiantada civilização (À CLASSE MÉDICA..., 1871, p. 2).

O periodismo médico figurou como uma etapa significativa do processo de institucionalização da ciência no Brasil. Ao longo do século XIX, esses periódicos estiveram associados às instituições médicas sob controle do Estado, ou de forma independente, à sombra do patrocínio de grupos médicos. De acordo com Luiz Otávio Ferreira (1996), a história dos periódicos médicos pode ser dividida em duas fases: a primeira, compreendida entre 1827 até 1850, que correspondeu à gênese das primeiras instituições médicas do Brasil, como a criação das Academias Médico-Cirúrgicas (1813) e da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), por exemplo; e a segunda, entre 1860 e 1895, marcada pelo predomínio dos periódicos independentes[164], que surgiram em grande número em virtude de uma série de iniciativas que fomentaram o desenvolvimento cientifico-cultural no país[165].

A GMB representou a expressão de um movimento de vanguarda e de iniciativas renovadoras no campo médico-científico. Seus idealizadores creditaram, à imprensa especializada, a capacidade de promover uma ilustração da classe profissional, diferente daquela adquirida nas academias, as quais, por questões curriculares ou estruturais, eram consideradas insuficientes ou ultrapassadas. A parte final da epígrafe que iniciou este tópico ilustra o intento do periódico. Nela, o novo diretor da GMB, Demétrio Ciríaco

[164] Os periódicos médicos mantidos pela iniciativa privada que se destacaram no cenário nacional, a partir da segunda metade dos oitocentos, foram: a *Gazeta Médica do Rio de janeiro* (1862-1864), *Gazeta Médica da Bahia* (1866- 1976), *Revista Médica, RJ* (1873-1879), *O Progresso Médico* (1876-1879), *União Médica* (1881-1889), *Gazeta Médica Brasileira* (1882), *Gazeta dos Hospitais* (1883), *O Brasil Médico* (1887-1950), *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo* (1895) (FERREIRA, 1996).

[165] Para Dantes (2005), o período em questão foi frutífero para as instituições científicas brasileiras, que cresceram em número, e para aquelas que já existiam que experimentaram processos significativos de remodelação.

Tourinho, assumindo o cargo em agosto de 1871, depois de doze meses de interrupção das edições da revista, conclamou a comunidade médica a colaborar com a empreitada, qual seja, a de utilizar o potencial pedagógico da imprensa especializada

Dentro dessa perspectiva, além de desenvolver ações voltadas para divulgação científica, em seus primeiros anos de vida o periódico concentrou esforços para valorizar a autoridade do médico em seu nicho de atuação, exortando-o a buscar uma justa relação, balizada em preceitos deontológicos, com seus pacientes e pares.

Nos jornais circulantes pelo país, na metade do século XIX, era rotineira a presença de anúncios de cunho charlatanesco, divulgados por alguns médicos e farmacêuticos, com promessas de curas milagrosas e oferta de remédios especiais para um grande número de enfermidades. Ao lado das práticas curativas de cunho popular[166], promovidas por pessoas não diplomadas, tais atividades dificultavam a demarcação da fronteira entre o científico e o cultural, bem como a monopolização da medicina e seus saberes pelos representantes da medicina acadêmica. Na tentativa de atenuar essa fragilidade, a GMB se dispôs a combater o charlatanismo, trabalhando pela coesão da profissão e preconizando a ética médica entre os profissionais da arte de curar:

> Em nenhum país é mais necessária a confraternidade e a união da classe médica do que no Brasil, onde nos vemos desajudados da proteção oficial contra a invasão crescente do charlatanismo, contra a impostura e a rotina; onde o trabalho científico não é ainda acoroçoado, onde temos tudo a fazer. Para isso é indispensável não só reunir os elementos dispersos da nossa classe, como também guardar a uniformidade nos princípios, a harmonia nas aspirações (SILVA LIMA, 1867, p. 87-88).

Nesse sentido, em 1867, o periódico baiano publicou uma tradução do *Codigo de Ethica Médica*[167] adotado pela Associação Médica Americana, apresentando ao seu público um conjunto de princípios que objetivavam modelar as atitudes profissionais dos praticantes oficiais da medicina. Considerado o primeiro código de deontologia médica brasileiro (MARTIN, 1993), o artigo tratou: dos deveres dos médicos para com os doentes; das obrigações dos enfermos para com seus médicos; dos deveres dos médicos

[166] O barbeiro sangrador foi um dos agentes populares que disputou território com os médicos, no âmbito das práticas de cura. Muito comuns no Brasil até o final do século XIX, além da realização de cortes de cabelo e barba, os barbeiros também prestavam assistência terapêutica aos doentes, praticando pequenas cirurgias, como extração de dentes, aplicação de ventosas ou sanguessugas para alívio de dores ou inchaços (EUGÊNIO, 2008).

[167] Para saber mais, consultar *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 32, p. 86-90; v. 2, n. 33, p. 97-99; v. 2, n. 34, p. 109-111. 1867.

nas relações com seus pares; das interferências de um médico no campo de atuação de outro; dos deveres dos médicos para com o público; e das obrigações do público para com os médicos.

A iniciativa da GMB buscou chamar atenção da corporação de médicos para a necessidade de concentrarem esforços na defesa dos interesses profissionais diante das atividades terapêuticas classificadas como não científicas e, ao mesmo tempo, estabelecer um conjunto de preceitos e obrigações morais, para que fossem conservados os valores, deveres, direitos, e a unidade na atuação profissional dos esculápios.

Participante do conselho editorial da GMB e responsável pela tradução do *Codigo de Ethica Médica*, adotado pela Associação Médica Americana, José Francisco da Silva Lima criticou setores da imprensa que abriam espaços em suas publicações para anúncios de fármacos milagrosos e promessas de cura ofertadas por médicos irresponsáveis. Para Silva Lima, o médico sensato deveria se desviar dessas condutas, agindo com honra, desinteresse e honestidade profissional:

> O médico não pode, como o industrial, exigir privilégios pelos aperfeiçoamentos que possa trazer à sua arte, nem pelas suas descobertas [...]. O prático honesto e consciencioso, não desce à arena ignóbil onde se debatem os mercadores de remédios e de curas, a confundir-se na turba dos Holoways, Bristols, Ayers, Dehauts, Kemps, e uma infinidade de outros beneméritos da humanidade, que se aproveitam no Brasil de uma tolerância incrível, única talvez no mundo, para exercerem a sua indústria, quase com aprovação tácita da imprensa que dirige a opinião da polícia sanitária, e do público médico. [...] O médico digno deste nome consagra à humanidade as suas vigílias, o sacrifício dos seus prazeres, das suas comodidades, os frutos da sua inteligência, a sua vida e até, se for necessário; e aos seus irmãos na ciência a lealdade, a franqueza, e a consideração sem limites nem restrições. São estas as diferenças principais que distinguem a profissão médica de um ofício mercenário, ou de uma especulação mercantil ou industrial (SILVA LIMA, 1867, p. 87-88).

Associar seus produtos farmacêuticos à figura de personagens de destaque no cenário médico, ou a instituições de renome, era uma das estratégias de grupos de charlatões para conquistar clientes. Na edição de junho de 1868, em artigo de primeira página, a GMB condenou o uso do nome do recém-falecido conselheiro Jonatas Abbot[168]

[168] Nasceu na Inglaterra (Londres), radicou-se na província da Bahia em 1812, naturalizando-se brasileiro por decreto de 31 de outubro de 1821. Recebeu o título de cirurgião aprovado, em 1820, e cirurgião formado, em 1821, pelo Colégio Médico Cirúrgico da Bahia. Recebeu o título de doutor em medicina pela Universidade de Palermo, em 1835. Atuou como lente substituto do Colégio Médico Cirúrgico da Bahia (1825); lente proprietário (1828), sendo nomeado lente da cadeira de Anatomia Geral e Descritiva, quando o Colégio Médico Cirúrgico foi transformado em Faculdade de Medicina por força do decreto de 6 de agosto de 1833; Atuou como vice-diretor da FAMEB (1837) e diretor interino por diversas vezes; pertenceu

(1797-1868), em propagandas de pílulas milagrosas, de composição não declarada, espalhadas pelas principais ruas de Salvador por meio de cartazes. O editorial chamou atenção para a prática que, sem a devida fiscalização estatal, se tornara corriqueira, a ponto de ser "*tolerada e consentida*"; alertou sobre o perigo que recaía, na saúde pública, a comercialização destes remédios secretos; e lançou seu protesto diante da associação do nome de Jonatas Abbot ao um produto suspeito, atitude considerada pela redação como baixa e desrespeitosa (*DESACATO À MEMÓRIA DE...*, 1868, p. 265).

Tolher a atuação de curiosos e de pessoas sem titulação acadêmica na área de saúde não era tarefa fácil. Durante séculos, o Brasil conviveu com considerável escassez de médicos, o que fomentou entre a sociedade a busca por formas alternativas de cura (EUGÊNIO, 2008). Cabe lembrar que foi somente a partir de 1808, com a criação das Escolas de Cirurgia na Bahia e Rio de Janeiro, que começou a ser construída uma classe de médicos para atender às demandas internas, o que não significou, necessariamente, um acesso igualitário aos serviços de saúde, em razão dos preços cobrados, quase sempre inacessíveis à maior parte da população. A baixa efetividade dos procedimentos terapêuticos diante da maioria das doenças contribuiu, igualmente, para essa conjuntura, ao tornar o ambiente propício à atuação de curandeiros. Tais fatores dificultavam a consolidação da autoridade do médico e atrapalhavam o objetivo da classe no sentido de assumir o monopólio da profissão.

Existiam ainda, nesse contexto, os médicos que, mesmo diplomados, inclinavam-se à prática charlatanista, negligenciando princípios éticos para obterem lucros rápidos, ou como afirmou Silva Lima, convertendo a "*nobre profissão a que pertencem numa mera indústria, numa especulação mercantil*" (SILVA LIMA, 1867, p. 87). Concorrendo para sedimentar a autoridade científica da corporação, a GMB trabalhou em duas frentes: denunciando as práticas charlatanistas e promovendo ações de conscientização e educação moral para os médicos, mostrando-lhes a necessidade do enquadramento em padrões de comportamento e atuação.

No dia de sua colação de grau, Pacífico Pereira, escolhido como orador da cerimônia por seus colegas de turma, centrou seu discurso em três princípios basilares: o fortalecimento da profissão médica e das instituições científicas, os deveres e atribuições

ao Conselho do Imperador; trabalhou como cirurgião do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, e foi membro honorário da Imperial Academia de Medicina (OLIVEIRA, 1992).

que a estes recaíam, e o combate ao charlatanismo, em especial, àquele praticado por médicos que subvertiam seu chamado e deveres primazes. A orientação aos neófitos da arte de curar, para que observassem os preceitos éticos e morais, demonstrava clara influência da GMB na alocução construída por Pacífico Pereira. Na ocasião, o formando já atuava como colaborador e auxiliar nas atividades de redação da revista e tinha ciência da proposta dos editores de combate aos charlatões. De forma oportuna, o discurso buscou sensibilizar os recém-formados, ainda supostamente livres dos vícios ou contaminações do mundo profissional, exortando-os a não se desviar por caminhos obscuros durante o exercício da profissão.

> Infelizmente, apesar do anátema da lei sobre uma espécie tão repulsiva, não estamos livres desta lepra, que contamina a sociedade, plantando um sistema egoísta e sórdido, uma escola de interesses materiais, de vis especulações que se acobertam com falsos títulos, com pregões pomposos, maquinados calculadamente para abusar, pela novidade e pelo arrojo, da ignorância dos incautos e da impunidade do crime. Desprezemos estes impostores, fujamos das ciladas que, intensamente, nos arma a fortuna, sempre desarrazoada, que acompanha o charlatanismo, e que, desgraçadamente, tem fascinado alguns irmãos nossos, que pela ambição do lucro e pela comodidade do sistema, abjuraram os princípios da ciência, da moral e da religião (PEREIRA, 1867a, p. 11).

Em nota publicada sobre o evento, na edição de dezembro de 1867, a GMB elogiou o posicionamento de Pacífico Pereira. Na sequência, com uma pergunta retórica sobre as pretensões de seu colaborador e futuro diretor, indagou: "*mas que quer o nosso jovem colega*?" Em seguida, cravou sua resposta: "*é um mal a que está afeita a nossa sociedade, e cujo remédio não está no rigor das leis, nem no desprezo dos homens sensatos e honestos, e sim na instrução do povo, e na educação científica e na moralidade do médico*" (*DISCURSO ACADÊMICO*, 1867, p. 144).

A GMB fez duras críticas ao charlatão diplomado[169]. Para enfrentar o problema, considerava necessário pôr em prática um conjunto de ações pedagógicas com a finalidade de instruir a classe médica[170] no tocante à observância da moralidade no exercício da profissão. Assim sendo, mandou confeccionar folhetos com a tradução do

[169] Conferir em *Gazeta Médica da Bahia*. v. 2, n. 36, p. 144, 1867.
[170] O currículo oficial das Faculdades de Medicina não previa, em sua estrutura organizacional, o ensino da ética médica como disciplina. Somente a partir do século XX, a abordagem da ética na prática médica foi incluída formalmente nos programas pedagógicos das escolas de medicina brasileiras (NEVES, 2006).

Código de Éthica Médica adotado pela Associação Médica Americana, para distribuir entre seus associados[171].

A GMB deu enfoque aos episódios de charlatanismo ocorridos dentro do país e fora dele[172], posicionando-se em defesa dos princípios previstos no código de ética por ela adotado (da Associação Médica Americana), denunciando os prejuízos de tais ações irresponsáveis para a saúde pública e cobrando do governo uma atuação mais incisiva para coibir a prática, apontada como danosa aos interesses da profissão médica[173].

Em uma publicação, o periódico ironizou a variedade de médicos charlatães, classificando-os como: médico charlatão por fome; charlatão por ambição; charlatão por vaidade; charlatão por gosto; e charlatão por toleima[174]. Na visão da GMB, a notícia tinha por objetivo, de forma descontraída e jocosa, apresentar as múltiplas facetas e razões do médico que se deixava aliciar por práticas perniciosas.

Segundo Ferreira (1996), diferentemente das instituições de ensino que buscavam prioritariamente a formação profissional dos médicos, os periódicos atuaram no sentido de promover a legitimação social da medicina, por intermédio da difusão dos saberes científicos, da popularização da medicina e da ação pedagógica sobre os próprios médicos. Ao trazer à baila questões relacionadas ao charlatanismo, bem como conceitos sobre ética profissional, a GMB atuou para construir/fortalecer uma consciência moral entre seus leitores e a classe médica de Salvador. De acordo com Pacífico Pereira, o código de ética médica publicado pela *Gazeta*, ainda que sem força de lei, serviu de referência para os médicos baianos, que o adotaram como norte em suas atividades cotidianas (PEREIRA, 1916). À medida que a importância social da GMB crescia em meio à classe médica, as denúncias sobre práticas abusivas cometidas por médicos diplomados ganhavam mais contundência, relegando os charlatães à censura entre seus pares e a comunidade letrada.

---

[171] *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 39, p. 180, 1868.

[172] Foram inúmeros os artigos publicados pela GMB abordando o tema charlatanismo. Alguns podem ser encontrados nas seguintes edições: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 43, p. 217-219, 1868; v. 3, n. 53, p. 50, 1868; v. 10, n. 11, p. 524-525, 1878; v. 25, n. 7, p. 289-293, 1894.

[173] No Brasil, a Junta Central de Higiene Pública (1851-1886) foi o órgão do Estado responsável por uma gama de funções e serviços sanitários durante o período imperial, dentre as quais a de órgão fiscalizador do exercício da Medicina. Todavia, em razão de suas múltiplas funções e da falta de pessoal e recursos financeiros, seu raio de atuação ficou limitado apenas ao Rio de Janeiro. Seu papel na contensão das atividades charlatanistas foi inócuo, e somente após a adoção de leis específicas, no final do século XIX, o exercício da medicina sem habilitação passou a ser considerado crime; mas, em regiões interiores do país, a prática continuou a ocorrer, em consequência das dificuldades nas ações de fiscalização.

[174] *Gazeta Médica da Bahia*, v. 3, n. 69, p. 247-249, 1869.

Pacífico Pereira, ao reassumir a direção da GMB (1876) depois de uma interrupção de suas edições por um período de dezoito meses, se propôs a reconstruir o periódico "*em bases mais sólidas*" que lhe "*assegurassem uma duração mais prolongada*" (*À CLASSE MÉDICA*, 1876, p. 1). O editorial de 1876 deixou transparecer que o longo hiato entre as publicações da *Gazeta* se deveu, principalmente, a questões financeiras. A morte de alguns de seus colaboradores e patrocinadores, dentre estes Otto Wucherer, contribuiu para a paralização, mas posteriormente sensibilizou outros médicos, que aderiram ao projeto de revitalização da GMB.

A reestruturação do periódico consistiu, basicamente, na reformulação de algumas seções, no aumento do número de páginas e na alteração nos intervalos das tiragens, que passaram a ser mensais[175]. As mudanças, apesar de sutis, buscavam implementar nova configuração para o jornal. Pacifico Pereira acreditava no potencial da imprensa para atuar como instrumento em "*prol dos interesses da classe, do prestigio da profissão, e do desenvolvimento da ciência*", e firmou o compromisso de continuar com o projeto inicial da revista, promovendo a vulgarização dos saberes científicos e o fortalecimento da classe médica (*À CLASSE MÉDICA*, 1876, p. 4).

Mesmo sendo um empreendimento de natureza particular, a GMB manteve relação muito próxima com a FAMEB. Dois dos professores da instituição estiveram entre os fundadores do periódico – Antônio Januário de Faria e Antônio José Alves – , que também sempre contou com a participação efetiva de docentes da FAMEB em seu corpo editorial[176]. Apresentamos abaixo a relação de alguns professores e suas respectivas funções no periódico baiano:

[175] A periodicidade das publicações da GMB, entre 1866 e 1874, era quinzenal e, a partir de 1876, mensal.
[176] Durante o período de existência da GMB, todos os seus diretores tiveram vínculo institucional com a FAMEB, exceto Pacífico Pereira quando na ocasião de sua primeira participação como diretor. Contudo, quando assumiu pela segunda vez a direção do periódico, em 1876, Pacífico Pereira já ocupava a função de opositor na Faculdade. Sua permanência na liderança do periódico se estendeu até 1921, quando se afastou por questões de saúde. Em seu lugar, assumiu o também professor Aristides Novis.

TABELA 12 – Professores da FAMEB que atuaram no corpo editorial da GMB entre 1866 e 1921

DOCENTES	FUNÇÃO
Alfredo Britto	Redator/Colaborador
Antônio do Prado Valladares	Redator/Colaborador
Antônio Pacheco Mendes	Redator/Colaborador
Antônio Pacífico Pereira	**Diretor (1868-1870) (1876-1921)**
Augusto Cézar Vianna	Redator/Colaborador
Aurélio Rodrigues Vianna	Redator/Colaborador
Bráulio Pereira	Redator/Colaborador
Braz Hermenegildo do Amaral	Redator/Gerente
Britto Pereira	Redator/Colaborador
Clementino Fraga	Redator principal
Climério Cardoso de Oliveira	Redator/Colaborador
Demétrio Ciríaco Tourinho	**Diretor (1871-1874)**
Gonçalo Moniz Sodré de Aragão	Redator principal
Guilherme Pereira Rebello	Redator/Colaborador
José Adeodato de Souza	Redator/Colaborador
José Luiz de Almeida Couto	Redator/Colaborador
José Rodrigues da Costa Dória	Redator/Colaborador
Juliano Moreira	Redator principal
Luiz Álvares dos Santos	Redator/Colaborador
Luiz Anselmo da Fonseca	Redator/Colaborador
Manoel Victorino Pereira	Redator/Colaborador
Ramiro Afonso Monteiro	Redator/Colaborador
Raymundo Nina Rodrigues	Redator/Gerente
Virgílio Clímaco Damásio	**Diretor (1866-1867)**

Fonte: Gazeta médica da Bahia (1866-1921)

Atividades concernentes ao cotidiano da FAMEB, como concursos, colações de grau, solenidades, discursos, pleitos, memórias históricas, dentre outros assuntos, foram amplamente cobertas pela GMB, um reflexo decorrente da intensa participação de seus professores no arranjo editorial do periódico, que se tornou, ao longo de sua trajetória, um espaço oficial utilizado pela corporação médica para difundir e defender projetos

alternativos que iam ao encontro aos anseios da profissão. A atuação simultânea de Pacífico Pereira na direção da revista e como professor da FAMEB contribuiu para que interesses e demandas da academia obtivessem projeção.

Vimos, no capítulo anterior, que por diversas vezes a GMB foi acionada para dar voz à FAMEB em questões relacionadas às reformas curriculares e à modernização de suas estruturas físicas. Destacamos os diversos apelos dirigidos por Pacífico Pereira, através da revista, à classe de médicos deputados, colocando-se como interlocutor entre a academia e a Câmara, para expor problemáticas que, por muito tempo, ficaram restritas às crônicas das faculdades.

Após iniciar seus trabalhos como professor da FAMEB e diretor da GMB, Pacífico Pereira deu sequência ao enfrentamento das atividades de charlatões e ao combate ao exercício ilegal da profissão. Em 1876, encetou vigorosa campanha através do periódico, para defender as prerrogativas da FAMEB como entidade legalmente instituída e competente para diplomação de novos profissionais da medicina.

> A proteção oficial dos poderes públicos não oferecia à classe médica garantia suficiente para defendê-la dos mascates de drogas, curandeiros boçais e exploradores sem ciência e sem consciência, que impudentemente traficavam com a profissão, como se fora uma especulação mercantil ou industrial. Foi necessário nessa época iniciar na imprensa médica vigorosa campanha para defender a honra e o decoro da nossa Faculdade, os interesses superiores da saúde pública e os direitos e prerrogativas da profissão médica, contra o escândalo e o perigo que iam se estendendo pelo país com a introdução de falsos diplomas, cujos portadores, ignorantes e audaciosos, pretendiam à sombra da lei exercer livremente a medicina (PEREIRA, 1916, p. 12).

Pela *Gazeta*, Pacífico Pereira buscou chamar a atenção das autoridades e da classe médica sobre o crescimento da venda de diplomas médicos por certas instituições, em vários lugares do mundo, e as facilidades para obtenção deste suposto título. Para corroborar sua denúncia, o médico transcreveu tratativa veiculada em um jornal do exterior:

> As pessoas que desejarem obter, sem sair do lugar de sua residência, o título e o diploma de doutor ou de bacharel, em medicina, ciências, letras, teologia, filosofia, direito ou música, podem dirigir-se, por carta franqueada, a *Medicus*, 46, King Street, em Jersey, na Inglaterra, o qual dará gratuitamente todas as informações necessárias (PEREIRA, 1876, p. 248).

O mercado paralelo de diplomas alcançou grandes proporções, segundo denunciou a revista, colecionando escândalos que estampavam páginas de importantes periódicos médicos estrangeiros, com relatos de concessão destes certificados até para crianças (PEREIRA, 1916, p. 14).

Munidos desses documentos, os "doutores" improvisados se aproveitavam da "frouxidão da lei" em certos países, para se lançarem ao exercício da medicina. O estratagema foi duramente combatido pela imprensa especializada forânea e, a exemplo desta, a GMB chamou a atenção dos poderes públicos, da classe médica e das faculdades de medicina para esta nova modalidade de charlatanismo.

Na edição de junho de 1876, foi noticiado que a Universidade Americana da Filadélfia, situada no estado norte-americano da Pensilvânia, comercializava diplomas em quase todos os países. Periódicos conceituados da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, em igual medida, denunciaram o balcão de pergaminhos que havia se estabelecido na América do Norte. Da *Gazette Hebdomadaire*, periódico parisiense, a GMB transcreveu uma correspondência sobre a encomenda de diploma, feita de Paris por um *valet de chambre*:

> Sr. 28 de janeiro de 1873
> Em Resposta à carta que teve a bondade de escrever-me, tenho a honra de informar-lhe que tenho em meu poder meios de facilitar-lhe a obtenção do diploma que deseja, da Universidade Americana da Filadélfia, cujos estatutos remeto aqui inclusos. Incumbo-me de todas as formalidades, correndo por minha conta todos os riscos e perigos; e assim pode V. obter o diploma sem ser obrigado a sair do lugar de sua residência. A totalidade das despesas elevar-se-á a 600 francos, sem ter de desembolsar mais quantia alguma. Estou a sua disposição, etc.
> P. F. A. Van der Vyver
> Doutor em direito.
> 46, King-Street, Jersey (Inglaterra) (PEREIRA, 1876, p. 250).

A permuta que a GMB estabeleceu com diversos periódicos da Europa, de cuja relação trataremos mais adiante, foi salutar para que seu conselho editorial se atualizasse sobre o mercado paralelo de venda de diplomas e atuasse, ao lado de seus congêneres, em ações para denunciar a prática e proteger os interesses da profissão médica.

A má fama da Universidade Americana da Filadélfia crescia ao redor do mundo, prejudicando outras instituições, como a Universidade da Pensilvânia que, por também ter sede na cidade da Filadélfia, era muitas vezes confundida com a primeira. A conjuntura adversa levou as associações médicas dos Estados Unidos a se posicionarem

diante da prática considerada imoral. O Senado e a Câmara dos representantes do estado da Pensilvânia agiram na mesma direção, proibindo, por ato legislativo, a venda de graus ou títulos acadêmicos daquela instituição, e estabelecendo aos contraventores a aplicação de multa no valor de quinhentos dólares e/ou pena de prisão de até seis meses. Pouco mais tarde, em fevereiro de 1872, uma comissão especial do Senado daquele estado, examinando as circunstâncias da comercialização de certificados, concluiu que duas instituições, a *Philadelphia University of Medicine* e o *Ecletic Medical College of Philadecretou*, procederam ilicitamente em suas funções quando viabilizaram a venda de diplomas médicos a pessoas indoutas, e decidiu suprimir de ambas o direito de de conceder certificações (PEREIRA, 1876, p. 251).

No *Diário do Rio de Janeiro*, uma notícia de agosto de 1875 trazia informações sobre o funcionamento da Universidade da Filadélfia, com relatos incriminadores de brasileiros que estudavam na Universidade da Pensilvânia:

> De vez em quando vemos nos jornais do Brasil que Fulano e Sicrano foram honrados com grau de doutor em direito ou em medicina pela Universidade de Filadélfia. Aqui neste país [Estados Unidos] sabe-se e sempre soube-se que tal "universidade" era uma sociedade de três sujeitos que vendiam diplomas, e ultimamente até no estrangeiro têm ficado desmascarados os fins desta instituição científica.
> Sei por cartas do Brasil que um moço ignorante nunca saiu de uma das cidades da província de S. Paulo, assina-se doutor em direito e possui um diploma da Universidade da Filadélfia, nos Estados Unidos. [...] Sob a direção dos Drs. Payne e John Buchanan esta universidade vendia diplomas a 200 dólares a todas as pessoas que lhe apareciam, e o fez até a criança de dois anos de idade, cujo nome lhes foi apresentado por terceiro. A vista deste triste estado de descrédito [...] acha-se, portanto, extinta esta universidade desde o ano passado [1872], depois de vinte anos de uma vergonhosa existência (O SR. EX-PRESIDENTE..., 1875, p. 3, grifo nosso).

Apesar da intervenção das autoridades americanas, o mercado de pergaminhos continuou por algum tempo. O problema já era uma realidade no Brasil, que pela sua legislação, tida por Pacífico Pereira como pouco exigente, facilitava com que médicos estrangeiros ou brasileiros diplomados no exterior pudessem exercer a medicina depois de obterem validação de seus títulos perante as faculdades de medicina do Império[177] – rememorou Pacífico Pereira, em edição jubilar da GMB:

[177] O decreto de 28 de abril de 1854, em voga durante o período estudado, expressava, entre seus artigos 20 e 29, as exigências para validação de diplomas estrangeiros para o exercício da medicina no Brasil. Além da realização de provas de proficiência, o regulamento exigia do candidato a apresentação de seu título ou diploma original, sem, no entanto, ter a preocupação de levantar a procedência e validade destes

> A introdução no Brasil destes falsos diplomas com que se improvisam doutores em filosofia, em direito, em medicina, num comércio ilícito feito abusivamente em nome de algumas universidades estrangeiras, era tolerado pelos poderes do Estado e até em alguns casos favorecido pela proteção oficial; aviltando a profissão, anarquizava o ensino e rebaixava ao descrédito as nossas instituições docentes, já acusadas por não defenderem a dignidade da classe e protegerem a saúde pública contra a especulação audaz e criminosa de uma invasão crescente de aventureiros (PEREIRA, 1876, p. 16).

Tanto a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro quanto a da Bahia, aceitaram até certa época, como documento de habilitação para o exame de suficiência de candidatos ao exercício da medicina, os diplomas de *doctores in absentia*[178] concedidos por algumas universidades estrangeiras. No relatório apresentado ao Ministério da Instrução Pública da França, pelo Sr. Valcourt, no ano de 1869, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi arrolada, entre outras instituições, como sendo um dos estabelecimentos de ensino que comercializavam diplomas médicos. Em defesa da Faculdade do Rio, Pacífico Pereira, asseverou que o infortúnio se deveu, na verdade, ao fato de as faculdades brasileiras aceitarem, sem grandes obstáculos, os falsos títulos apresentados por esses supostos doutores (PEREIRA, 1882). A reputação da FAMEB também não era das melhores, em razão de sua passividade nas ações de validação desses títulos genéricos. De acordo com *O globo*, um periódico da Corte, os indivíduos com diplomas da Universidade da Filadélfia, que buscavam o título de doutor em medicina, optavam por prestar os exames de suficiência na Faculdade da Bahia, onde, segundo o jornal fluminense, havia "*mais facilidade e mais poder tem o* ***empenho***" (UMA CAUSA MÁ, 1877, p. 1, grifo do autor).

Em 1876, um candidato portador de diploma médico da Universidade da Filadélfia, Benito Derisans, se apresentou à FAMEB com o objetivo de verificar seu título e buscar habilitação para o exercício da profissão. A par da repercussão negativa a respeito dos diplomas oriundos daquela instituição, Pacífico Pereira propôs, em requerimento, que a Congregação de lentes consultasse o Governo, a fim de obter

documentos, ou mesmo considerar se a outorgante de tais papeis era legalmente reconhecida pelo governo do país onde tinha sede. Essa fragilidade da lei foi criticada por Pacífico Pereira em sua memória histórica, produzida no ano de 1882.

[178] Diferentemente dos diplomas profissionais ou documentos de habilitação para o exercício da medicina, os diplomas de *doctores in absentia* eram títulos meramente honorários (*honoris causa*), com valor apenas de grau científico. O uso destes títulos como certificação para o exercício da medicina foi duramente criticado por Pacífico Pereira.

informações oficiais da parte dos Estados Unidos sobre a validade dos títulos fornecidos pela universidade em questão. A Congregação procedeu de acordo com o sugerido e solicitou às autoridades competentes a verificação das informações. Em concomitância, Pacífico Pereira, buscando pressionar o governo em sua deliberação, abasteceu a GMB com artigos e notas informativas que denunciavam o mercado de diplomas em diferentes países, assim como o envolvimento da Universidade da Filadélfia em vários escândalos[179].

Pacifico Pereira aproveitou as circunstâncias do caso para protestar contra as ações de favorecimento, em ocasiões peculiares, perpetradas por líderes políticos que, de forma arbitrária, afrontavam as prerrogativas das faculdades de medicina:

> Ao governo compete auxiliar-nos neste nobre intuito – que cessem para sempre esses avisos ministeriais, que constituem exceção odiosa e humilhante para os brios das corporações docentes das Faculdades, ordenando que seja aceito o diploma de B. ou F. embora não se ache nas condições legais, ordenando que seja admitida uma simples certidão, em vez de diploma, como manda a lei, etc. Cesse o arbítrio de conceder um ministro ou um presidente de província licença ao indivíduo M. para exercer a medicina por um certo prazo, independente de verificação de título! Estes abusos do poder anarquizam a instrução, degradam a classe médica, e comprometem gravemente os créditos do país (PEREIRA, 1876, p. 255).

O diretor da GMB defendia a ideia de que o Governo obtivesse, de seus agentes diplomáticos no exterior, informações precisas sobre as faculdades estrangeiras e o reconhecimento do caráter oficial de cada uma destas. Exigia, de igual modo, que os referidos dados fossem repassados às faculdades brasileiras, para que estas pudessem cumprir, de forma satisfatória, seu papel legal na aquilatação dos títulos obtidos fora do país.

Em dezembro de 1876, a GMB publicou a resposta do governo brasileiro à consulta realizada pela Congregação da FAMEB sobre a validade dos diplomas emitidos pela Universidade da Filadélfia. Após contato com as autoridades norte-americanas, o Ministro do Império, José Bento da Cunha Figueiredo, em aviso publicado no dia 28 de novembro de 1876, asseverou que tais certificados não poderiam ser admitidos, visto que o estabelecimento emissor do documento não era oficialmente reconhecido pelo governo

[179] Para saber mais, vide *Gazeta Médica da Bahia*, v. 8, n. 6, p. 248-255, 329-330, 1876; v. 8, n. 12, p. 574-576, 1876.

dos Estados Unidos, e determinou ao diretor da FAMEB que não aceitasse o diploma em medicina do candidato Benito Derisans.

Certos jornais diários da Bahia, como *O monitor* e *o Correio da Bahia*, não receberam com agrado a decisão do Ministro do Império, considerando que tal posicionamento gerava certa confusão. Na visão dos jornais a Universidade da Filadélfia funcionava, desde 1842, sob autorização do estado da Pensilvânia, que mantinha leis próprias e especiais no que diz respeito aos seus negócios locais, e o não reconhecimento da Univesidade pelo governo geral dos Estados Unidos não invalidaria, segundo conclusão dos jornais, os documentos por esta emitidos:

> O governo tem autorizado a existência da universidade [da Filadélfia] com suas imunidades; e tanto que ela existe desde 1842. Ora, só pelo simples fato de não reconhecer-lhe o governo geral existência oficial, por não achar-se ela incorporada ao estado, dever-se-á inferir que sejam considerados seus diplomas na razão de não serem aceitos por faculdades estrangeiras, quando são autorizados por concessões do estado respectivo? A ser assim, em que conta deverão ser tidas as leis provinciais de nosso império? De que serviriam, pois, os diplomas de bacharel do Liceu desta província, uma vez que este estabelecimento não é regido por leis gerais? Tais são os corolários absurdos que tiramos da decisão do ministro (DIPLOMA DE DOUTOR..., 1876, p. 2, grifo nosso).

A despeito do posicionamento contrário de parte da imprensa não especializada[180], o conselho editorial da GMB elogiou a decisão do Governo Imperial, classificando-a como oportuna e necessária ao interesse e à saúde do público em geral (*OS DIPLOMAS...*, *1876*, p. 574). Cumprindo a determinação do Ministro do Império, o pedido de habilitação do referido candidato, foi negado pela FAMEB, mas o assunto dos diplomas falsos estava longe de ter seu desfecho.

No ano de 1877, depois de uma mudança na pasta, Antônio da Costa Pinto Silva assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Em decisão controversa, o novo Ministro do Império, no dia 4 de maio daquele ano, expediu um aviso ao diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, mandando-o admitir para o exame de suficiência outro

[180] O contexto social da época era marcado por relações sociais construídas, dentro de certas redes, que proporcionavam favorecimento aos integrantes correligionários, familiares, amigos, clientes, numa dinâmica de clientelismo, nepotismo e apadrinhamento. De acordo com Pacífico Pereira, o candidato Benito Derisans, que buscava validação de seu diploma pela FAMEB, era "*altamente protegido por influências políticas*" (PEREIRA, 1923, p. 60), o que de certa forma explicaria a manifestação de alguns jornais diários contrariando a decisão do Ministério do Império em desfavor ao candidato, mesmo tendo a questão dos diplomas falsos da Universidade da Filadélfia ganhado ampla repercussão fora e dentro do país.

candidato, Charles William Browne, portador de um diploma da Universidade Americana da Filadélfia. No despacho, Pinto Silva ressaltou que a proibição do aceite dos diplomas daquela instituição, em vigor desde 28 de novembro de 1876, não estava sendo revogada, mas apesar do veto, abria concessão ao referido candidato em virtude das boas recomendações recebidas (PEREIRA, 1923).

A decisão de Pinto Silva deixou transtornado o corpo docente da FAMEB. Reunidos em sessão, no dia 29 de maio de 1877, por quinze votos a treze, a Congregação de lentes se recusou a nomear examinadores para as provas de suficiência do candidato Charles William Brown, protestando contra as ordens do Ministro do Império (*REVISTA DO INTERIOR*, 1877, p. 1). No mês seguinte, a GMB saiu em defesa da FAMEB, tecendo várias críticas à determinação do ministro Pinto Silva, argumentando que seu aviso violava a lei orgânica da Faculdade; era nulo, por mandar a Faculdade verificar o diploma de um indivíduo que não tinha título nenhum; e se perdia em contradições para produzir uma exceção, "*odiosa e flagrante*", em benefício de uma pessoa (OS DIPLOMAS DE FILADÉLFIA..., 1877, p. 254). De forma dura, o periódico não poupou adjetivos para defender a prerrogativa da FAMEB e, ao mesmo tempo, expor uma demanda da instituição que lutava por autonomia administrativa e contra a centralização e abusos de poder da máquina estatal.

> A corrupção dos costumes pelo abuso do poder é o cancro que devora o cérebro a este corpo social, e a destruição há de ser tanto mais ampla e mais terrível sobre todos os órgãos, quando mais concentradas estão as forças ativas naquele centro que domina toda a organização. Que ao menos no ensino, nesta esfera em que a razão deve imperar, descentralize-se o poder, a mão ferrenha desse absolutismo que absorve e esteriliza as nossas melhores instituições. Rejam-se as Faculdades por si mesmas, pela sua lei orgânica, aplicada por suas congregações, dirigidas por eleição própria, e responsáveis pelas infreções da lei, porém livres da prepotência e do arbítrio (OS DIPLOMAS DE FILADÉLFIA..., 1877, p. 256-257).

No entendimento de Pacífico Pereira, o ato do Ministro do Império revelou clara ação em benefício do candidato Charles William, "*um súdito inglês, aparentado com alta patente militar brasileira e protegido por grandes influências políticas*" (PEREIRA, 1916, p. 20). Foi essa também a conclusão a que chegou o médico inglês John Paterson, um dos fundadores e articulistas da GMB, o qual, ao tomar ciência do fato ocorrido, mandou publicar no periódico uma carta protesto em defesa da FAMEB. Na carta, Paterson, declarou que o candidato (seu compatriota), não possuía "*absolutamente*

nenhuma espécie de habilitação, além da caprichosa proteção de um servidor da Coroa, e um diploma fictício de uma escola fantástica de medicina, denunciada pelo governo dos Estados Unidos" e declarada pelo governo do Brasil "*simplesmente como imoralíssima traficância comercial*" (PATERSON, 1877, p. 239). Afirmando ser porta-voz de outros médicos ingleses legalmente habilitados para trabalhar no Brasil, Paterson manifestou solidariedade ao comportamento da Congregação da FAMEB, que resistiu ao que chamou de "*imposição de um ato ilegal*" do governo, em favor de sua "*missão sagrada*" e da classe médica.

O episódio em tela, envolvendo a negativa da FAMEB em obedecer a um aviso ministerial, alcançou grande repercussão na imprensa, chegando até ao Congresso Legislativo. O senador pela província da Bahia, Zacarias de Góis e Vasconcelos, requereu que fosse solicitado ao Ministro do Império a apresentação de cópias dos avisos de 28 de novembro de 1876 e de 4 de maio de 1877. O requerimento foi discutido na sessão de 16 de junho de 1877[181], ocasião em que o Ministro dos Estrangeiros, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, representando seu colega, por este não ter assento no Senado, trouxe esclarecimentos ao plenário sobre o aviso polêmico editado pelo ministro Pinto Silva.

Em defesa do decreto de 4 de maio que intimava a FAMEB a receber para exames de suficiência um candidato portador do diploma da Universidade da Filadélfia (e que fora repudiado pelo mesmo estabelecimento), Diogo Velho declarou que não houve nenhuma arbitrariedade; que o derradeiro aviso não contrariava o anterior, mas abria uma exceção ao candidato Charles William, detentor de várias atestações de autoridades da província do Pará e de boas recomendações de um professor e também do diretor da FAMEB – Barão de Itapuã e Antônio Januário de Faria, respectivamente. De acordo com Diogo Velho, na "*valiosa*" apreciação de Januário de Faria, o candidato estava apto para prestar as provas de habilitação porque realizara quatro anos de estudos em Londres, com apenas o período de conclusão realizado na Filadélfia, de onde trouxe seu diploma, e por este motivo, segundo consideração do diretor da FAMEB, estava capacitado nas matérias do curso médico, portanto elegível ao exame de suficiência em medicina (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 17.06.1877, p. 1-2).

[181] A 9ª Sessão do Senado, de 16 de junho de 1877, que discutiu, dentre outras questões, o requerimento do Senador Zacarias de Góis sobre o pedido, ao Ministro do Império, de cópias dos avisos de 28 de novembro de 1876 e de 4 de maio de 1877, pode ser analisada, em sua íntegra, na edição de 17 de junho de 1877, do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, páginas 2 e 3.

Após a fala do Ministro dos Estrangeiros, a sessão prosseguiu com discussões acaloradas. Três senadores, Zacarias de Góis, Francisco Otaviano de Almeida Rosa (da província do Rio de Janeiro) e Manoel Francisco Corrêa (da província do Paraná), pautaram seus discursos em defesa da FAMEB e criticaram o aviso de 4 de maio. O Senador Cunha Figueiredo, antecessor de Pinto Silva no Ministério do Império e autor do aviso que proibiu a aceitação dos diplomas da Filadélfia, justificou o fato de que sua determinação (de 28 de novembro) fora concebida somente depois de ter obtido informações precisas de oficiais brasileiros em Washington, reportando que a universidade censurada não gozava de existência legal. Outros senadores, como João José de Oliveira Junqueira Júnior (província da Bahia), João Alfredo Correia de Oliveira (província de Pernambuco), e José Inácio Silveira da Mota (província de Goiás) se mostraram mais inclinados ao Ministro Silva Pinto, não verificando inconsistências na doutrina expressa pelo aviso de 4 de maio, e de igual modo, não enxergando impedimentos na aceitação dos diplomas da Universidade da Filadélfia. Opinaram também, pela admissão de todo e qualquer diploma, não importando sua procedência. Depois de intenso debate, a sessão terminou com a aprovação do requerimento do senador Zacarias de Góis e a convocação do Ministro do Império para apresentar cópias dos avisos polêmicos e prestar esclarecimentos na próxima sessão de discussão do orçamento de sua pasta.

Não demorou para que os discursos proferidos na tribuna do Senado repercutissem pelos jornais. Em pequena nota, na coluna dedicada ao noticiário diverso, a GMB denunciou ao seu público o fato de que estava ocorrendo um movimento para lançar à conta dos membros da FAMEB a ação ilegal de favorecimento ao candidato Charles William, responsabilidade que deveria ser atribuída, unicamente, ao Ministro do Império, Pinto Silva. A nota expressava solidariedade para com os professores Antônio Januário de Faria e Barão de Itapuã, citados na fala do Ministro dos Estrangeiros como protetores do candidato, e enfatizava a certeza, compartilhada por seu conselho editorial, de que a injustiça proferida contra os docentes mencionados seria esclarecida oportunamente:

> Estamos certos de que os nossos colegas, pela dignidade e crédito da sábia corporação a que pertencem, e que um deles dirige, pela da classe médica brasileira e pela sua própria, darão público testemunho de que, se realmente patrocinaram tão má causa, foram iludidos em sua boa-fé, acreditando na existência de habilitações e documentos valiosos que nunca possuiu e nem possui o pretendente Brown; pois temos por inadmissível a hipótese de que

> eles voluntaria e cientificamente concorressem para um ato governativo de onde pudessem resultar humilhação para a Faculdade a eu pertencem, e descredito para a profissão em que ocupam eminente posição, e gozam de notório conceito. *Noblesse oblige*; não duvidamos por um só momento de que os nossos dois colegas não deixarão a ninguém o direito de lhes atribuir um procedimento menos curial, contrário ao sentir da Congregação da Faculdade que se pronunciou tão digna e categoricamente nesta questão, e ao da classe médica que lhe aplaudiu a nobre atitude perante um ato governativo de flagrante prepotência e injustiça (A QUESTÃO DOS DIPLOMAS..., 1877, p. 285).

Ao tomar ciência das discussões no Senado, Antônio Januário de Faria apressou-se em publicar uma declaração em sua defesa. Acusado de ter abusado de suas prerrogativas de diretor, Januário de Faria retrucou anunciando que este tipo de censura era improcedente, visto que suas relações com o ministro Pinto Silva se concentravam apenas no âmbito oficial. Confirmou ter redigido uma carta de apresentação em favor de Charles William Brown, alegando, porém, que esta havia sido direcionada ao seu amigo e parente, Conselheiro Pereira Franco. Sobre o conteúdo da carta, asseverou que expôs apenas a trajetória do referido candidato, depois de ter recebido deste palavra de confirmação sobre os estudos médicos que havia realizado em Londres e da prestação de serviços humanitários de sua profissão feitos no Pará. Januário de Faria manifestou ainda, na dita carta, o seu pesar pela impossibilidade de o candidato não poder participar dos exames de suficiência em razão do impedimento legal, e seu desejo de que o governo, a quem o Dr. Brown estava recorrendo, pudesse encontrar algum meio de resolver tal impedimento (A DISCUSSÃO DO SENADO..., 1877, p. 290-291).

Mais uma vez, a GMB entrou no circuito para salvaguardar a FAMEB e seu diretor. Em editorial, publicado em julho de 1877, o periódico criticou o subterfúgio empregado pelo Ministro do Império ao utilizar a carta de recomendação de Januário de Faria, dirigida a terceiro, para fundamentar seu aviso de 4 de maio; e reforçou a desqualificação profissional de Charles Brown em razão da inexistência de habilitação legal.

> Sem caráter oficial e dirigida a terceiro, esta apresentação, que o Sr. Ministro não duvidou publicar, expondo assim o prestígio do nome, o conceito e a alta posição oficial e profissional de seu autor, apontando-o como patrono de um indivíduo que tinha já o demérito de ser portador de um diploma ilegítimo, esta carta particular que não se responsabiliza pela alegação do candidato, e que, em boa fé, se referira apenas à asseveração deste, não deverá ser aduzida ao parlamento em apoio do aviso de 4 de maio, e muito menos servir de base a esse ato. Nenhuma informação oficial teve, pois, o Sr. Ministro do Império

> para fundamentar este excepcional aviso, e nem podia ser admitida a apegação do pretendente, sob palavra, de haver feito quatro anos de estudos em Londres, porque os estudos ali feitos são comprovados por atestados de frequência em cada uma das aulas, atestados dos quais nenhum estudante prescinde porque são indispensáveis para os exames finais; e é certo que o candidato Brown não os apresentou nem os possui. [...] Excedendo, porém, a expectativa dos interessados pelo candidato Brown, o Sr. Ministro exorbitou da lei, e mandou admitir o diploma que no mesmo ato autorizava a rejeitar (A DISCUSSÃO DO SENADO..., 1877, p. 291-292).

O editorial foi encerrado com agradecimento aos senadores que defenderam a causa da FAMEB no parlamento e com uma moção de apoio à Congregação de lentes pelo firme posicionamento contra o aviso "*injusto e ilegal*" (A DISCUSSÃO DO SENADO..., 1877, p. 301).

A querela envolvendo o governo e a FAMEB chegou ao seu final na sessão do Senado de 3 de setembro de 1877, em que foi discutido o orçamento da pasta do Ministério do Império. Na ocasião, interpelado pelo senador Zacarias de Góis para prestar esclarecimentos sobre o aviso polêmico, o ministro Pinto Silva, em meio às explicações, reconheceu seu erro, declarando que sempre teve ciência da prerrogativa imanente às congregações das faculdades para julgarem a validade e habilitação dos diplomas estrangeiros. Afirmou que quando recebeu o requerimento do candidato, apresentando boas informações da parte de lentes da faculdade, editou o aviso para que a questão fosse apreciada pela FAMEB, a quem competia, de acordo com os estatutos vigentes, tomar a decisão mais conveniente.

A negativa da Congregação de lentes para o caso foi respeitada por Pinto Silva, que a considerou legítima, encerrando assim a discussão. O desfecho favorável à FAMEB foi comemorado pela GMB, em sua edição de setembro de 1877, na qual parabenizou o ministro pela sua reconsideração para o caso, bem como congratulou a faculdade, por "*ter sabido zelar suas prerrogativas*" (O AVISO..., 1877, p. 2). Segundo afirmou Antônio Pacífico Pereira, a importação de diplomas falsos de medicina no Brasil cessou desde então (PEREIRA, 1923).

As fragilidades da legislação sanitária, o exercício ilegal da medicina e a deficiência do ensino médico eram pontos que incomodavam os editores dos periódicos médicos da Bahia e do Rio de janeiro. Eram, portanto, frequentemente debatidos e criticados. A rápida obsolescência das instituições médicas, gerada pela inflexibilidade das ações administrativas resultantes da centralização monárquica, deteriorava o prestígio

da profissão e trazia graves reflexos para a prática médica (EDLER, 2014). Como consequência, as outras categorias de curadores ameaçavam o monopólio e a prerrogativa do médico como mandatário da arte de curar. Mais do que tomar partido da causa da Congregação de lentes diante da interferência do governo na questão da validação de diplomas, o posicionamento da GMB desnuda o caminho trilhado pelo periódico para buscar a legitimação da medicina e defender a autoridade do médico como árbitro em questões de cunho científico.

Dentro do escopo de sua atuação, a GMB se dispôs a ampliar o fórum de discussão da pequena "*associação de facultativos*" para uma dimensão maior e mais profissional, com vistas a fornecer aos seus leitores (médicos, farmacêuticos, professores, estudantes de medicina, e também ao público em geral) informações hodiernas sobre pautas ligadas à medicina, produzidas no Brasil e no mundo.

3.3 A interação da GMB com suas congêneres nacionais

O editorial de fundação da GMB, em 1866, demarca a intencionalidade do periódico, qual seja difundir "*todos os conhecimentos que a observação própria ou alheia*" pudesse revelar e concentrar esforços para "*pugnar pela união, dignidade e independência*" da profissão médica (INTRODUÇÃO, 1866, p. 1). O contexto era de movimentação e articulação profissional, no sentido de viabilizar a implementação de reformas institucionais que aumentassem a atuação dos médicos e assentassem, sobre esta classe, o monopólio formal na área de saúde (EDLER, 2014).

Cinquenta e dois anos depois, Juliano Moreira, rememorando a trajetória da "*velha Gazeta*" e as contribuições de José Francisco da Silva Lima para com o periódico, considerou que o proposto inicial da revista foi alcançado. Publicado na *Bahia Ilustrada*, o artigo comemorativo de Juliano Moreira destacou o acolhimento recebido pela GMB entre a classe médica nacional e os periódicos médicos estrangeiros:

> [...] Levados por este incitamento, muitos trabalhos de valia foram aparecendo nos sucessivos números do excelente periódico da Bahia. E de tal modo se foi ele impondo a atenção dos melhores órgãos da medicina do Velho Mundo, que, logo no primeiro ano de publicidade lhe oferecia permuta o *British Medical Journal*, já então um dos mais importantes semanários médicos da Europa, publicado pela *British Medical Association* (MOREIRA, 1918, p. 1-3).

É perceptível que a GMB foi uma ferramenta de divulgação científica e de construção de redes entre pesquisadores regionais e de outros extremos do país, ao assumir o papel de reproduzir artigos de periódicos estrangeiros e de noticiar as pesquisas produzidas no país.

Através das páginas da GMB, os médicos brasileiros puderam expor observações, pesquisas, fatos curiosos da atividade clínica e cirúrgica desenvolvidas nos hospitais ou em suas bancadas improvisadas. Em resultado de suas publicações, vários médicos saíram do anonimato e foram protagonistas da estratégia civilizadora, na qual buscavam, através da união entre ciência e imprensa, fomentar o progresso da nação.

O relacionamento da GMB com outros periódicos médicos, nacionais ou estrangeiros, ocorreu pelo sistema de permuta, em que a redação de cada revista enviava os volumes de suas publicações para a outra com a qual mantinha interação. As publicações periódicas recebidas passavam a integrar o acervo bibliográfico da GMB e serviam de base para futuras transcrições, notas ou chamadas especiais produzidas por seus redatores. Adiante, apresentamos uma relação de periódicos médicos brasileiros, e os respectivos locais de origem, que trocaram edições com a GMB.

TABELA 13 – Relação de periódicos médicos nacionais que permutaram suas edições com a GMB

PERIÓDICOS MÉDICOS NACIONAIS	REGIÃO
Amazonas-Médico	Amazonas
União Dentária	Bahia
Ceará-Médico	Ceará
Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora	Minas Gerais
Revista de Educação e Ensino	Pará
Pará-Médico	
Paraná-Médico	Paraná
Revista de Pharmacia	Pernambuco
Jornal de Medicina	
Jornal de Medicina de Pernambuco	
Revista da Sociedade Baiana de Beneficência	Recife
Revista trimensal da Associação Brasileira d'Aclimação	

Tribuna Farmacêutica	Rio de Janeiro
O Progresso Médico	
Revista Médica	
União Médica	
Arquivos de Medicina, Cirurgia e Pharmacia	
Revista Acadêmica	
Gazeta dos hospitais	
Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia	
Anuário Médico Brasileiro	
Revue médico-chirurgicale du Brésil	
Anais da Policlínica	
Jornal da Ordem Médica Brasileira	
Medicina clínica	
Arquivos Brasileiros de Medicina	
Tribuna Médica	
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz	
Revista de Medicina	
Boletim da Academia Nacional de Medicina	
Revista de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria	
O Brasil Médico	
Revista Médico-cirúrgica	
Arquivos de Biologia	São Paulo
Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia	
Revista Médica	
Revista Farmacêutica e odontológica	
Gazeta Clínica	

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1920).

Com 22 periódicos em sistema de permuta de edições, o Rio de Janeiro foi a região que apresentou relação mais intensa com o periódico baiano. Tal resultado era naturalmente esperado, sendo essa província considerada um celeiro das principais instituições médicas do país, dentre as quais a Sociedade de Medicina e Cirurgia (antiga Academia Imperial de Medicina) e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Na sequência, temos São Paulo com 5 periódicos trocados com a GMB. Assim como o Rio, essa região foi beneficiada pelo regime republicano, juntamente ao sistema federalista, que trouxe autonomia e maturidade administrativa ao território responsável por grande parte da riqueza nacional (RIBEIRO, 1997). A partir de então, uma série de instituições científicas foram criadas, como o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (1892); o Instituto Bacteriológico (1892); a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1895); a

Escola Livre de Farmácia (1898); a Faculdade de Medicina de São Paulo (1912), além de diversas publicações médicas.

Em diversos momentos de sua trajetória, os articulistas da GMB se queixaram da debilidade pela qual passava a imprensa médica no Brasil, em especial, na Bahia. Ainda na gênese de suas publicações, um editorial, provavelmente de autoria de José Francisco da Silva Lima[182], asseverava: "*A imprensa médica principalmente, essa, podemo-lo dizer sem receio de contradição, ainda está por nascer* [...]" (INTRODUÇÃO, 1866, p. 1). A despeito dessas alegações, o periodismo médico no Brasil apresentou significativa efervescência, a partir da segunda metade do século XIX. É bem verdade que grande parte dos periódicos se caracterizou pela pouca duração, porém foram importantes no sentido de criar um espaço público para a ciência. Apesar da efemeridade de muitos, o número de periódicos médicos que floresceram no período foi expressivo. E Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, como locais de ensino, pesquisa e interesses científicos ligados à medicina, abrigaram grande parcela dessas revistas médicas.

Para estender seu raio de influência sobre outros locais cuja imprensa especializada ainda não apresentava vigor, a GMB instalou correspondentes em diversas províncias do país. Esses médicos eram representantes das elites locais que abraçavam do mesmo ideal civilizatório compartilhado pelo periódico. Eram responsáveis por informar a GMB sobre o panorama sanitário de suas regiões, estatísticas mortuárias e outros temas relacionados à salubridade. No ano de 1872, seus correspondentes eram: Jayme P. Bricio (Pará); F. J. Ferreira Nina (Maranhão); Antônio J. Alves Ribeiro (Ceará); J. Z. de Menezes Brum (Rio de Janeiro); Simplício de Souza Mendes (Piauí); Ignácio Alcibiades Vellozo (Pernambuco); Jesuíno Pacheco de Ávila (Sergipe); J. J. dos Santos Pereira (Amazonas). Durante o regime republicano, a estratégia se manteve. Em 1897, a equipe de correspondentes nos estados incluía: Almir P. Nina (Maranhão); Guilherme Studart (Ceará); J. Barros Sobrinho (Pernambuco); Coriolano Burgos (São Paulo); Trajano Reis (Paraná); Luiz Gualberto (Santa Catarina); Silva Araújo (Rio de Janeiro)[183].

Os redatores da *Gazeta* trabalhavam para incentivar as iniciativas voltadas para a difusão e o fortalecimento da imprensa médica pelo Brasil, porém em alguns momentos não poupavam críticas quando se deparavam com projetos que julgavam frágeis e

[182] JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester Ainda. Juliano Moreira e a *Gazeta Medica da Bahia*. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 15, n. 4, p. 1077-1097, Dec. 2008.
[183] Conferir folha capa da *Gazeta Médica da Bahia*, v. 28, n. 1, 1897.

prejudiciais para a consolidação do jornalismo científico. Foi o que ocorreu em 1887, quando no Rio de Janeiro surgiram dois periódicos concomitantes e de mesmo viés. Na edição de janeiro do ano citado, o redator Joaquim dos Remédios Monteiro proclamou ressalvas quanto à criação de dois periódicos na Corte: o *Progresso Médico*, revista mensal dirigida por Agostinho Araújo; e *O Brazil Médico*, dirigido por Azevedo Sodré. Classificando o campo de trabalho dos médicos brasileiros como "*um microscópico mundo científico*", e ressaltando a concorrência que a imprensa especializada mantinha com os jornais cotidianos, considerados mais atrativos pelo público ilustrado "*mais habituados com leituras ligeiras do que científicas*", o redator da GMB ponderou que seria melhor para a imprensa científica a fusão dos jornais fluminenses, em vez da manutenção de dois concorrentes (MONTEIRO, 1887, p. 377-378). O jornalista aproveitou o ensejo para reclamar do tratamento recebido por outros periódicos da província do Rio de Janeiro, que ignoravam a existência da GMB, evitando com esta o comércio:

> Ignoramos se aí na Corte sabem da existência da Gazeta Médica da Bahia, apesar de se achar ela no 18º ano de publicação. O nosso espírito é assaltado por essa dúvida porque não tem a Gazeta medica tido a honra de ser distinguida com oferecimento de algumas publicações médicas feitas ali por seus autores. E, entretanto, a Gazeta Médica da Bahia recebe em permuta muitos outros jornais da França, da Inglaterra, da Espanha e de Portugal, etc. (MONTEIRO, 1887, p. 377-378).

A reclamação da GMB deixa entrever um campo de disputas entre Bahia e Rio de Janeiro. Contudo, os diferentes projetos editoriais postos em execução na Corte, mesmo quando coincidentes, não sinalizaram possíveis divergências entre os segmentos da elite médica[184], segundo Edler (2014).

Retomando a análise da Tabela 13, agora focando nosso olhar no cenário baiano, percebemos que nesta região apenas um periódico, a *União Dentária*, estabeleceu troca de suas edições com a GMB durante o intervalo de estudo. Entretanto, antes de problematizarmos essa questão, retrocederemos um pouco nossa análise para remontar à história do periodismo médico na Bahia.

[184] Para Flávio Edler, existia certa unidade entre os profissionais ligados às redações de diferentes periódicos médicos, que se traduziam em ações empregadas para consolidar e ampliar a autoridade do médico na área de saúde. Nesse sentido, apesar de certos membros da elite médica do Rio de Janeiro terem se envolvido em distintos projetos editoriais, as relações de proximidade e colaboração entre eles não foram prejudicadas (EDLER, 2014).

Desde que foi suspensa a proibição de impressões tipográficas no Brasil[185], em vigor durante todo o período colonial, a região da Bahia só passou a disponibilizar de revistas de caráter mais científico, a partir da última década da primeira metade do século XIX. No Rio de Janeiro, antes desse período, pelo menos quatro jornais médicos já haviam surgido[186]. Tais periódicos eram considerados mistos, pois dividiam suas páginas entre assuntos literários e científicos. Existiam aqueles de publicação independente, sem vínculo oficial, como *O Musaico* (1844-1847), *O Crepúsculo* (1845-1847) e a *Revista Acadêmica* (1847-1848). Além de outros, vinculados à FAMEB e redigidos por seus alunos – os chamados periódicos acadêmicos: *O Atheneu* (1849-1850); *O Horizonte* (1849-1850); *Epocha Litteraria* (1849-1850); *O Prisma* (1853-1856); *O Acadêmico* (1853); *O Echo Litterario* (1861); o *Jornal do Instituto Acadêmico* (1861); a *Revista Acadêmica* (1864); a *Revista Acadêmica* (II) (1865).[187]

O primeiro periódico voltado estritamente para questões científicas nasceu no seio da Academia de Ciências Médicas da Bahia, uma associação criada em abril de 1848, composta por quase todos os professores da FAMEB e outros médicos da região (SILVA LIMA, 1890). Denominado *Gazeta Médica*[188], este periódico teve vida curtíssima. Sucumbiu ao lado da Academia a que estava vinculado, a qual, em razão dos conflitos e rivalidades que ocorreram entre seus membros, naufragou depois de algumas sessões (SILVA LIMA, 1890, p. 155).

---

[185] A implantação da imprensa brasileira se deu de forma paulatina, tendo o início oficial ocorrido somente depois da chegada da Família Real, ou, mais precisamente, a partir de 13 de maio de 1808, com a instalação da Impressão Régia, primeira tipografia do país, criada para a publicação de documentos oficiais, textos e livros (FERREIRA, 1996). Até a segunda década dos oitocentos, a Impressão Régia monopolizou as publicações tipográficas no Brasil, principalmente por controle governamental, que proibia outras impressões fora dos prelos desta instituição (FERREIRA, 2004; FREITAS, 2006; RODRIGUES e MARINHO, 2009). A partir de 1821, com o declínio da censura prévia, a imprensa nacional desabrochou, permitindo o surgimento de jornais de cunho político e informativo, provenientes de várias províncias do país.

[186] Originários da província do Rio de Janeiro, o *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828); o *Semanário de Saúde Pública* (1831-1933*);* o *Diário de Saúde* (1835- 1836); a *Revista Médica Fluminense* (1835-1841); e a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) foram os primeiros jornais médicos criados no Brasil, segundo Luiz Otávio Ferreira (2004, p. 94).

[187] JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008)*: Os Professores encantados, a visibilidade dos Servidores e o protagonismo dos Estudantes da FAMEB. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia/UFBA, 2013.

[188] No discurso de abertura do Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em 1891, na cidade de Salvador (BA), Silva Lima realizou uma breve retrospectiva sobre a história da imprensa médica na Bahia, ressaltando a efemeridade dos poucos periódicos que ali surgiram. Ao rememorar a breve trajetória da Academia de Ciências da Bahia, Silva Lima não citou o nome do periódico médico criado por ela. Todavia, Nelson Varón Cadena (2018), em trabalho recente, no qual discorreu sobre a história das revistas científicas da Bahia, apresentou a *Gazeta Médica* como o primeiro periódico especificamente médico daquela província (CADENA, 2018, p.9).

Em 26 de junho 1850, sob iniciativa do Dr. Alexandre José Mello Moraes[189] (1816-1882), nasceu o *Médico do Povo* (1850-1853), periódico destinado à propaganda das doutrinas homeopáticas na Bahia (DANTAS, 1886, p.187). Em janeiro deste mesmo ano professores da FAMEB redigiram o periódico semanal o *Boletim de Saúde Pública*[190], e posteriormente, no ano de 1856, a *Gazeta Médica*, ambos de vida breve. Depois de quatro anos, outra *Gazeta Médica* floresceu em Salvador, mas logo no ano seguinte deixou de existir, (CADENA, 2018). Por fim, em 1866, a *Gazeta Médica da Bahia* iniciou sua caminhada como protagonista da imprensa médica daquela província e também do país.

Houve algumas revistas médicas na Bahia coetâneas à GMB, sendo todas, porém, de caráter efêmero[191]. Foram estas: *União Dentária* (1883), dirigida por Manoel Bonifácio da Costa (BLAKE, 1900, p. 37); *Gazeta Acadêmica* (1885), de cunho científico e literário, gerida por alunos da FAMEB[192]; *Boletim Geral de Medicina e Cirurgia*[193] (1887); *Gazeta Acadêmica* (1891), revista quinzenal e científico, redigida por Santos Silva e Duarte Gameleira; *Revista Médico Legal* (1895-1897) publicada pela Sociedade de Medicina Legal e dirigida por Raimundo Nina Rodrigues e outros colaboradores (CORRÊA, 2005-2006); *Tribuna Acadêmica* (1895) também redigida por Nina Rodrigues e por Almachio Diniz; e a *Bahia Médica* (1906) dirigida por Raul de Medeiros e Inácio de Menezes (CADENA, 2018).

Retornando ao raciocínio sobre o pequeno número de periódicos da Bahia em permuta com a GMB, conforme demonstrado na tabela 14, percebemos – com esta concisa retrospectiva que acabamos de apresentar – que, após o surgimento da GMB (1866), demorou mais de quinze anos para que outro periódico médico começasse a ser

---

[189] Natural de Alagoas, doutorou-se em medicina pela FAMEB, em 1840. Exerceu, inicialmente, a clínica na Bahia como alopata, convertendo-se mais tarde à homeopatia, prática da qual foi grande fomentador (BLAKE, 1883, p. 59).

[190] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 18, n. 8, p. 342, 1887.

[191] Cadena (2018) considera como publicações da imprensa médica baiana, contemporâneas da GMB, as revistas especializadas em homeopatia: *A Gazeta Homeopática* (1883); a *Revista da Sociedade Homeopática* (1884); a reedição do *Médico do Povo* (1884), todas sob a redação do médico Silvino de Moura, médico homeopata e divulgador da doutrina espírita na Bahia.

[192] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 17, n. 5, p. 237, 1885.

[193] Periódico de tiragem quinzenal, dirigido por uma comissão de redação composta pelos professores da FAMEB, Deocleciano Ramos, Bráulio Pereira; e pelo adjunto do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, Alfredo Britto. Bráulio Pereira e Alfredo Britto também trabalharam, posteriormente, como redatores da GMB. Outros docentes da FAMEB atuaram como colaboradores dessa publicação: Almeida Couto, Vitorino Pereira e Virgílio Damásio. A redação do *Boletim* teve ainda, como secretário, o aluno Ezequiel Britto, interno de clínica cirúrgica (NOTICIÁRIO, 1887, p. 91).

publicado nesta província. Ademais, todos os que lhe se sucederam foram de curta existência.

Teriam a sombra da GMB e sua rede de interlocutores enfraquecido outros projetos voltados para criação de periódicos especializados na Bahia? Entendemos que sim. Na verdade, a elite médica de Salvador era constituída principalmente por professores da FAMEB, os quais, em sua maioria, estavam inseridos na rede de sociabilidade erigida em torno da GMB. Esta última não era a revista oficial da FAMEB, mas foi porta-voz desta instituição e publicou artigos de lentes catedráticos e opositores, em suas páginas. Assim, a GMB foi bem-sucedida ao incorporar os docentes da FAMEB ao seu círculo de atuação, e desta forma, pelo menos na Bahia, o periódico passou a representar a própria elite médica, o que acabou por dificultar a longevidade de outras publicações.

Os poucos periódicos médicos que surgiram depois da criação da GMB não conseguiram se firmar, diante do lastro de publicações importantes da *Gazeta*, reconhecidas, inclusive, internacionalmente, e da rede de colaboradores que em torno desta se formou. É importante salientar que variáveis diversas, responsáveis por impor dificuldades a empreendimentos tipográficos, não podem ser desconsideradas em uma análise sobre os percalços que envolveram o estabelecimento da imprensa médica na Bahia, e nosso estudo não se propôs a realizar tal exame. Contudo, ainda que de forma hipotética, verificamos como plausível a tese de que a pujança da GMB tenha sufocado outras iniciativas editorias em Salvador.

3.4 A permuta científica com o exterior

> Prometemos estudar as questões que mais interessassem ao nosso país, e nos limites de nossas débeis forças temo-lo feito. As provas não as mencionamos por vaidade, não cometeríamos a inépcia do vitupério, estão nessa honrosíssima permuta que fazem quase todos os jornais da Europa e da América com a Gazeta Medica (PRIMA DECÁDA, 1879, p. 1).

Desde seus primórdios, a GMB se constituiu como uma importante fonte de informação para os médicos, principalmente pela relação de intercâmbio que estabeleceu com diversos periódicos do exterior. No processo de construção dessa rede de interação com a imprensa forânea, a GMB, inicialmente, precisou ser avalizada por algumas de suas congêneres estrangeiras, de acordo com o registro de Virgílio Clímaco Damásio,

publicado em um editorial de celebração pelo primeiro aniversário da *Gazeta*. Partiu do periódico baiano a iniciativa de aproximação com outras revistas estrangeiras, para buscar "*auxílio e proteção. E o acolhimento que delas recebeu, foi muito além de suas esperanças*" (GMB, v. 2, n. 25, p. 1, 1867). As investigações originais sobre helmintos, publicadas nos primeiros números da *Gazeta* por Otto Wucherer, contribuíram para atrair o olhar estrangeiro (PEARD, 1999).

A partir de então, diversos periódicos estabeleceram relação de troca de suas edições com a GMB; esta, por sua vez, ao transcrever artigos relevantes destes periódicos permutados, transformou-se em um dos mais importantes canais de divulgação sobre novidades tecnológicas, pesquisas e experimentos em curso nos centros de produção científica da Europa e da América do Norte (SOUZA, 2007).

A permuta entre as edições da GMB e os jornais científicos internacionais permitiu a construção de redes de comunicação entre vários centros científicos. Sucederam-se as trocas com jornais médicos da Europa, da América do Norte e da América Latina. Elencamos, a seguir, o conjunto de periódicos permutados com a GMB, entre os anos de 1866 e 1920:

TABELA 14 – Jornais médicos internacionais que trocaram edições com a GMB (1866-1920)

PERIÓDICOS MÉDICOS AMERICANOS	PAÍS
Revista Medico-Quirurgica de Buenos Aires	Argentina
Anales del Circulo Medico-Argentino	
El Estudiante	
Revista Sud-Americana	
Revista de Ciencias Sud-Americana	
Anales del Departamento Nacional de Hygiene	
Instituto Modelo de Clínica Medica	
Revista Obstetrica	
La Lucha Anti-tuberculosa	
La Semana Medica	
Revista de la Associacion Medica Argentina	
Revista del Circulo Medico y Centro de Estudiantes de Medicina	
The Canada Lancet	Canadá
Revista Medica de Chile	Chile

Revista Farmaceutica Chilena	
Revista farmacêutica y cientifica	Colômbia
Crônica Medico-Quirurgica de la Habana	Cuba
Anales de la Facultat de Medicina	
La Prensa Medica	
Boston Medical Surgical Journal	Estados Unidos
Medical Record	
The Medical Bulletin	
New York Medical Journal	
Galveston Medical Journal	
The Americal Journal of Obstetrics, and Diseases of Woman and Children	
The American Journal of Otology	
The Sanitarian and Organ of the Medico-Legal Society	
American Journal of Obstetrics	
National Board of Health	
The Medical Herald	
Proceedings ofthe Medicai Society of the County of Kings	
The Monthly Cyclopedia of Pratical Medicine	
Progress	
Index Medicus	
The Therapeutic Gazette	
The Medical Age	
The American Lancet	
The Journal of the American Medical Association	
La Revista Medico-Quirurgica Americana	
Pacific Medical Journal	
Occidental Medical Times	
The Universal Medical Journal	
Johns Kopkins Hospital Bulletin	
El Medico y Cirujano Centro-Americano	Guatemala
La Independencia Medica	México
El Observador Medico	
La Escuela de Medicina	
La Voz de Hipocrates	
Revista Medico-Quirurgica de México	
La Emulacion	
La Gaceta Medica de Lima - Revista mensal de Medicina y Cirurgia	Peru
La Cronica Médica	
Boletin del Consejo Nacional de Higiene	Uruguai
Revista Medica del Uruguay	
Revista del Centro Farmaceutico Uruguay	
La Gaceta Cientifica de Venezuela	Venezuela

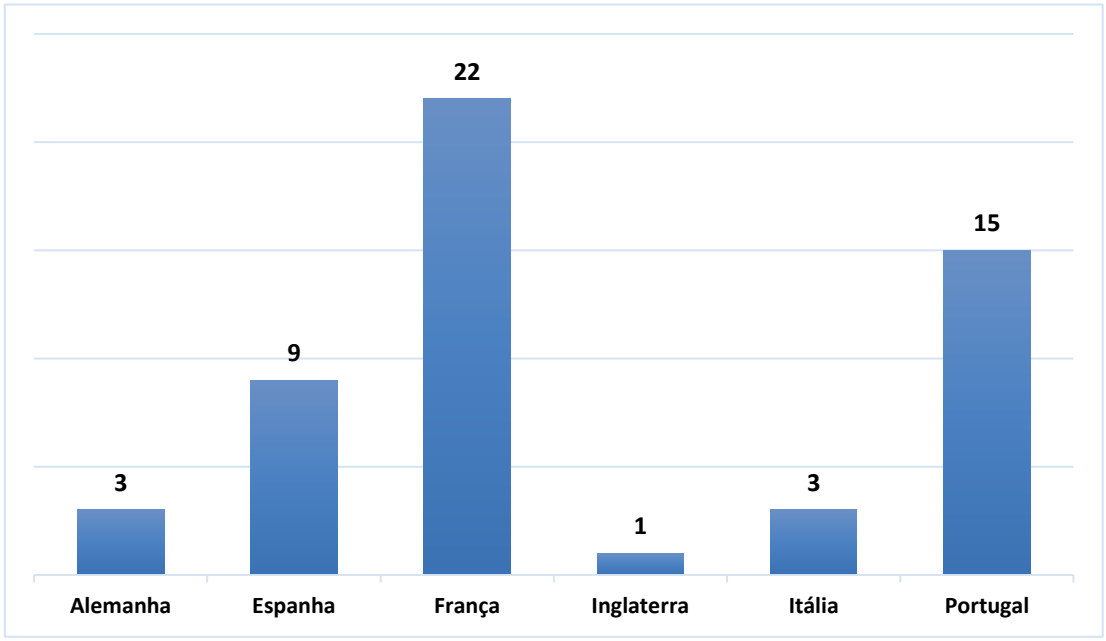
La Union Medica	
El Ensayo Medico	
Gaceta Medica de Caracas	
PERIÓDICOS MÉDICOS EUROPEUS	**PAÍS**
Aerztliches Intelligenz-blatt	Alemanha
Deutsche Zeitschrift für praktischc Medicin	
St. Petersburger Medicinische Wochenschrift	
Revista de Medicina y Cirurgia Pratica	Espanha
El Siglo Medico	
La Viruela	
Gaceta Medica de Catalana	
Archivos de Ginecopatia, Obstetricia y Pediatrica	
La Ophtalmologia Pratica	
Revista de Ciencias Medicas	
Gaceta Medica Catalana	
Archivos de Terapeutica de las Enfermidades Nervosas y Mentales	
Journal de Médicine et Chirurgie pratiques	França
Journal de Medicine de Bordeaux	
Union Medicale et Scientifique du Nord-Est	
Le Progrès Medical	
Le Nord Medical	
Le Mouvement Medical	
La Gazette Médicale de Paris	
Tribune Médicale	
Journal d'Hygiène	
Journal de Médicine et Chirurgie Pratiques	
Arquives de Médicine et de Chirurgie Speciales	
Arquives de Médicine Navale	
Revista de Medicina	
Le Practicien	
La Presse Médicale	
Journal de Médecine et de Pharmacie de l'Algerie	
Gazette Médicale de l'Algerie	
Archives Cliniques de Bordeaux	
La Cronique Medicale	
Journal de Medecina e chirurgie	
Paris Medical	
Revue Moderne de Medecina e chirurgie	
British Medical Journal	Inglaterra
Gazeta Médica Italiana de Lombardia	Itália
Gazzetta Medica de Roma	
Archivio di Chirurgia Pratica	
Periódico de Ophtalmologia Pratica	Portugal

Gazeta Medica de Lisboa	
Correio Medico de Lisboa	
Jornal da Sociedade de Sciencias Médicas de Lisboa	
Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa	
Estudos Médicos	
Novidades Medicas Pharmaceuticas	
A Medicina Moderna	
Archivo Ophtalmotherapico	
A Saúde Publica	
A Medicina Contemporanea	
Anaes do Instituto Camara Pestana	
Archivos do Instituto Bacteriologico Camara Pestana	
Coimbra Medica	
Escholiaste Medico	

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1920).

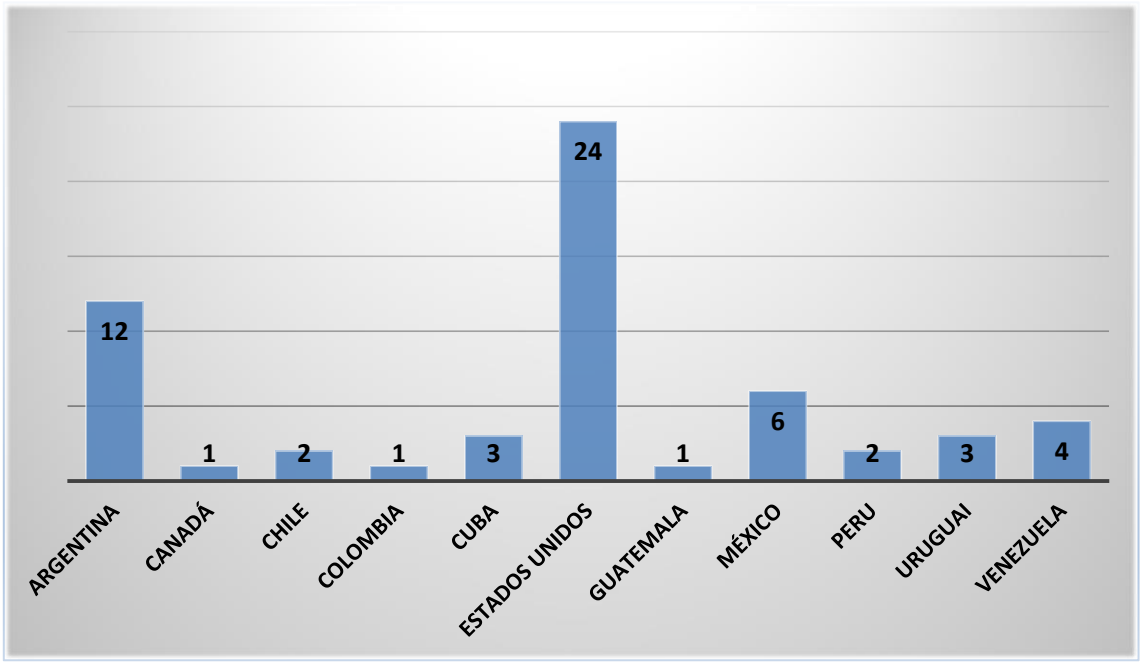
Foram 112 revistas médicas contabilizadas, em sistema de troca de edições com a GMB entre 1866 e 1920. Esses jornais especializados disponibilizaram, aos sócios-leitores da GMB, conteúdos e pesquisas múltiplas que movimentavam o meio acadêmico e científico da época. No sentido oposto, a dinâmica dos trabalhos e pesquisas médicas brasileiras passava a ser anunciada para além das fronteiras nacionais, chamando atenção para a produção científica nos trópicos. Do total de periódicos listados, 53 são de países europeus, e 59 são originários de países das Américas do Norte, Central e do Sul. Os gráficos abaixo nos concedem melhor dimensão da distribuição regional das publicações.

FIGURA 8 – Quantitativo de periódicos médicos europeus em permuta com a GMB



Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1920).

FIGURA 9 – Quantitativo de periódicos médicos americanos em permuta com a GMB



Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1920).

Como observamos, a partir da Figura 9, França e Portugal foram os países europeus que mais intercambiaram jornais médicos com a GMB.

Focando nosso olhar agora para o Novo Mundo (Figura 10) verificamos que os Estados Unidos, com 24 revistas, seguidos da Argentina com 12, e México com 6, sobressaíram entre os demais países em número de periódicos trocados com o periódico baiano.

A América Latina vivenciava, neste período, um processo de modernização marcado de forma significativa pelo dinamismo cultural, econômico e científico. Na baila desses eventos, laços de cooperação entre zonas estratégicas, como ciências naturais, engenharia e medicina, começaram a se erigir. De acordo com Marta Almeida (2006), essas relações de troca foram utilizadas por cientistas locais e outros estrangeiros que desenvolviam pesquisas na América Latina, como reforço e legitimação de suas carreiras na Europa e nos Estados Unidos[194]. A imprensa – assim como outras dinâmicas sociais – foi um dos redutos que serviu de base para construção de redes de sociabilidade entre médicos que buscavam o fortalecimento da profissão. Retomaremos, mais adiante, as reflexões sobre a relação da GMB com outros canais de divulgação científica na América Latina.

Mediante as trocas estabelecidas com outras redações, o corpo editorial da GMB passava a expor as novidades científicas aos seus leitores através da transcrição de artigos, relatórios, memórias, e outros assuntos correlatos. A despeito da diversidade de jornais médicos estrangeiros com os quais a *Gazeta* realizava ações de permuta, nem todos tiveram seus artigos transcritos por ela. Existiram, ainda, alguns que, apesar de servirem de fonte para as transcrições realizadas pelos redatores da GMB, não chegaram a estabelecer relação de troca de edições com o periódico baiano.

A divulgação de determinados temas relevantes pela GMB, em circulação no âmbito internacional, não ocorreu de forma aleatória. Houve seletividade dos artigos transcritos, privilegiando aqueles que harmonizavam com a agenda da corporação médica

[194] A movimentação científica que estava em voga na América Latina, entre o final do século XIX e o início do XIX, apresentava conexões, segundo Marta Almeida, com os eventos de internacionalização das ciências, "num processo transcultural de transmissão/recepção/transformação dos saberes produzidos" (ALMEIDA, 2006, p. 734).

Reflexões ou opiniões dos editores da GMB frequentemente acompanhavam as reproduções de artigos estrangeiros, demonstrando a criticidade do periódico e seu esforço para exibir o nível de ilustração de seus articulistas:

> Na sua qualidade embora de revista mensal, a Gazeta mantém o desejo de trazer o público médico em dia com o movimento cientifico estrangeiro, não só pela transcrição integral dos trabalhos mais notáveis, como pela resenha inteligente dos trabalhos de suas associações e imprensa médica (NINA RODRIGUES, 1891, p. 4).

A partir de agora, focalizaremos em alguns intervalos de publicações da GMB, para analisar de forma mais específica o contexto das permutas por esta realizada e o quantitativo de transcrições extraídas de periódicos médicos internacionais. Tomando como base o recorte cronológico proposto para nosso estudo, centramos nossa busca em três amostras temporais de existência da revista. Os dados coletados são exibidos a seguir:

a) Transcrições de artigos estrangeiros nas edições publicadas entre os anos de 1866 e 1876

Esse intervalo correspondente ao período de inauguração e consolidação do periódico e à fase em que Pacífico Pereira assumiu sua direção em definitivo. Foi marcado por duas interrupções[195], que ocorreram em momentos distintos, mas acabaram por revelar os percalços enfrentados pelo conselho editorial para conduzir a GMB ao caminho da estabilidade. Vejamos abaixo a relação dos periódicos internacionais que foram utilizados pelos editores da Gazeta como fonte para as transcrições de pesquisas, fatos ou notícias científicas divulgadas pelo periódico.

TABELA 15 – Relação dos periódicos médicos estrangeiros que tiveram artigos transcritos pela GMB entre os anos de 1866 e 1876

PERIÓDICOS MÉDICOS ESTRANGEIROS	PAÍS	QUANTIDADE DE ARTIGOS, NOTAS, RESENHAS TRANSCRITAS
Escholiaste Medico	Portugal	44
Gazeta Médica de Lisboa	Portugal	35

[195] Neste ínterim, a GMB enfrentou um total de 30 meses de interrupção: 12 deles, entre agosto de 1870 e julho de 1871; e 18 deles, entre agosto de 1874 e dezembro de 1875.

Medical times and Gazette	Inglaterra	30
British Medical Journal	Inglaterra	26
Tribune Medicale	França	22
Union Medicale	França	19
Jornal da Sociedade de Ciencias Médicas de Lisboa	Portugal	19
Medical Record	Estados Unidos	13
The Lancet	Inglaterra	13
Gazeta Hebdomadaire de Medecine et chirurgie	França	11
Gazette Medicale de Paris	França	11
El Siglo Medico	Espanha	10
Correio Médico de Lisboa	Portugal	9
Boston Medical Surgical Journal	Estados Unidos	6
Arquives de Médicine Navale	França	5
Gazette des Hopitaux	França	5
Journal de Médicine et chirurgie pratiques	França	5
London Medical Record	Inglaterra	5
New York Medical Journal	Estados Unidos	4
Lyon Medical	França	4
Revista Medico Quirurgica de Buenos Aires	Argentina	3
Edimburgh Medical Journal	Escócia	3
Progres Médical	França	3
The Medical Press and circular	Irlanda	3
Journal de Medicine de Bruxelles	Bélgica	2
American Journal of Medical Sciences	Estados Unidos	2
Chicago Medical Journal	Estados Unidos	2
Gazzete Médicale de Lyon	França	2
Gazzete Médicale de Strasbourg	França	2
Journal de Pharmacie et de Chimie	França	2
Mouvement Medical	França	2
Dublin medical journal	Irlanda	2
Jornal de Pharmácia e Sciencias Acessórias de Lisboa	Portugal	2
Revista Médica Portuguesa	Portugal	2
Gazetta Hebdomadaria de Berlim	Alemanha	1
Gazette d'Augsbourg	Alemanha	1
La Andalescia Medica	Argentina	1
Galveston Medical Journal	Estados Unidos	1
Gazeta Medica de New York	Estados Unidos	1
Iowa Medical Journal	Estados Unidos	1
Journal of Practice Med and Surgery	Estados Unidos	1
Philadelphia Medical Times	Estados Unidos	1
Southern Journal of Medicine	Estados Unidos	1

The Americal Journal of Obstetrics, and Diseases of Woman and Children	Estados Unidos	1
The Medical and surgical Reporter	Estados Unidos	1
Gazette Medicale sw Bordeaux	França	1
Gazette Medico-chirurgicale de Toulouse	França	1
Journal de medicine de Bordeaux	França	1
Journal del Anatomie et de la phisiologie	França	1
Journal des Connassances Médicales	França	1
Moniteur Scientifique	França	1
Practilioner e Journal de Med. e Chir. Pratiques	França	1
Revista das Sciencias Naturaes de Montipellier	França	1
Union Medicale de la Gironde	França	1
Gazeta Médica Italiana de Lombardia	Itália	1
Giornale Italiano delle Maladie Venere	Itália	1
Revista Clinica di Palermo	Itália	1

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1876).

Ao todo foram 57 periódicos estrangeiros com conteúdos selecionados para divulgação na GMB. Dentre estes, os que mais tiveram artigos ou notas transcritas foram os portugueses *Escholiaste Medico* (com 44 artigos) e *Gazeta Médica de Lisboa* (com 35 artigos); seguidos dos britânicos *Medical Times and Gazette* (com 30 artigos) e *British Medical Journal* (26 artigos).

O maior quantitativo de matérias extraídas dos periódicos portugueses denota a continuidade das relações entre Brasil-Portugal, como já demonstrou a historiografia ao constatar que o processo de independência não fez cessar o deslocamento de pessoas, mercadorias e trocas culturais entre esses dois países (BARRETO, 2005). Os periódicos lusitanos divulgavam extratos, memórias, estatísticas médicas, publicadas em jornais de outros países da Europa e da América do Norte[196]. Serviram, portanto, como canais de acesso às informações já traduzidas de outros veículos da imprensa especializada.

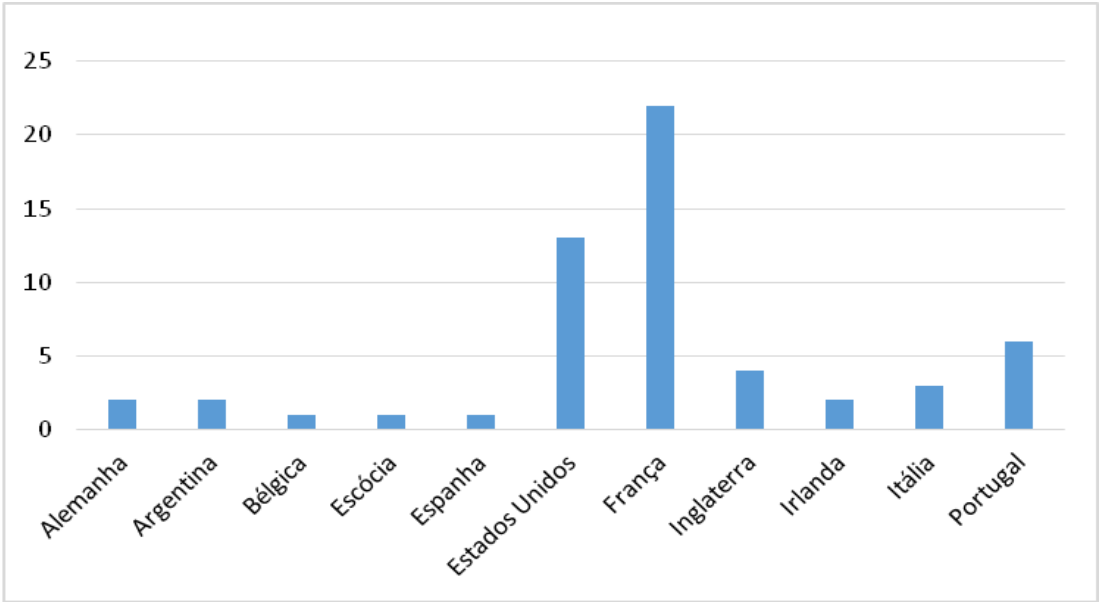
As informações oriundas de instituições médicas estrangeiras podem estar relacionadas à associação de médicos atuando na Bahia com estas instituições. José Francisco da Silva Lima, português naturalizado brasileiro em 1862, era membro da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (BLAKE, 1898), enquanto John Ligertwood

[196] Elencamos aqui algumas edições do periódico baiano em que esta afirmação pode ser confirmada: *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 31, p. 82-84, 1867; v. 2, n. 40, p. 192, 1868; v. 2, n. 48, p. 287, 1868; v. 3, n. 53, p. 59, 1868.

Paterson, de origem escocesa, radicado em Salvador em 1842, era membro do Royal College of Surgeons of England (SILVA LIMA, 1887).

Com base ainda na Tabela 15, apuramos também a origem dos periódicos médicos estrangeiros que tiveram artigos transcritos pela GMB. Disponibilizamos os resultados no gráfico abaixo:

FIGURA 10 – Países de origem dos periódicos estrangeiros transcritos pela GMB (1866-1876)



Fonte: *Gazeta médica da Bahia* (1866-1876).

Como podemos observar, a maioria dos periódicos que serviu de fonte para as transcrições de artigos publicados pela GMB tinha como proveniência os países da França, dos Estados Unidos e de Portugal, respectivamente. Os dados obtidos vão ao encontro das constatações feitas pela historiografia brasileira que, debruçada sobre a medicina no século XIX, tem verificado uma proximidade científica entre Brasil e França. Nesse período, Europa e Estados Unidos figuravam como referenciais para os projetos civilizatórios[197] idealizados por políticos, estudiosos e cientistas brasileiros que visavam

[197] Próximo ao fim da primeira metade do século XIX, os brasileiros buscaram se desgarrar de seu passado colonial, num movimento de construção do Estado Nacional Brasileiro. Naquele momento, iniciou-se uma aproximação, em todos os níveis, com nações estruturalmente mais estáveis como França e Inglaterra, que passaram a servir como modelos de "progresso" e inspiração para construção de uma nação "civilizada" (BARRETO, 2005).

levar a nação ao progresso (SILVA, 2015). Aparecendo em terceiro lugar em número de periódicos transcritos temos Portugal, sinalizando, como já mencionamos, a manutenção do fluxo intelectual com o Brasil, mesmo após o rompimento político a partir de 1822.

b) Transcrições de artigos estrangeiros nas edições publicadas entre os anos de 1896 e 1900

O interstício se refere à parte final da chamada fase áurea da GMB. No levantamento que exibimos abaixo nota-se considerável redução em relação ao número de periódicos estrangeiros que forneciam material para as transcrições dos articulistas desse jornal científico.

TABELA 16 – Relação dos periódicos médicos estrangeiros que tiveram artigos transcritos pela GMB entre os anos de 1896 e 1900

PERIÓDICOS MÉDICOS ESTRANGEIROS	PAÍS	QUANTIDADE DE ARTIGOS, NOTAS, RESENHAS TRANSCRITAS
The Lancet	França	14
The Journal of the American Medical Association	Estados Unidos	10
British Medical Journal	Inglaterra	6
Semaine Médicale	França	3
Progres Medical	França	3
The Canada Lancet	Canadá	2
New York Med. Abs.	Estados Unidos	2
Occidental Medical Times	Estados Unidos	2
New York Medical Journal	Estados Unidos	2
Medical Record	Estados Unidos	2
Centralblatt für innere Medicin	Alemanha	1
El Siglo Medico	Espanha	1
Universal Medical Journal	Estados Unidos	1
Texas Med. News	Estados Unidos	1
Scientific American	Estados Unidos	1
Journal of experimental medicine	Estados Unidos	1
Boston Medical Surgical Journal	Estados Unidos	1
Monthly Cyclop. of Pract. Med.	Estados Unidos	1
Journ. de Med. de París	França	1
Arquives de Médicine Navale	França	1

Gazeta Hebdomadaire de Medecine et chirurgie	França	1
Journal of Tropical Medicine	França	1
Jornal da Sociedade de Ciencias Médicas de Lisboa	Portugal	1

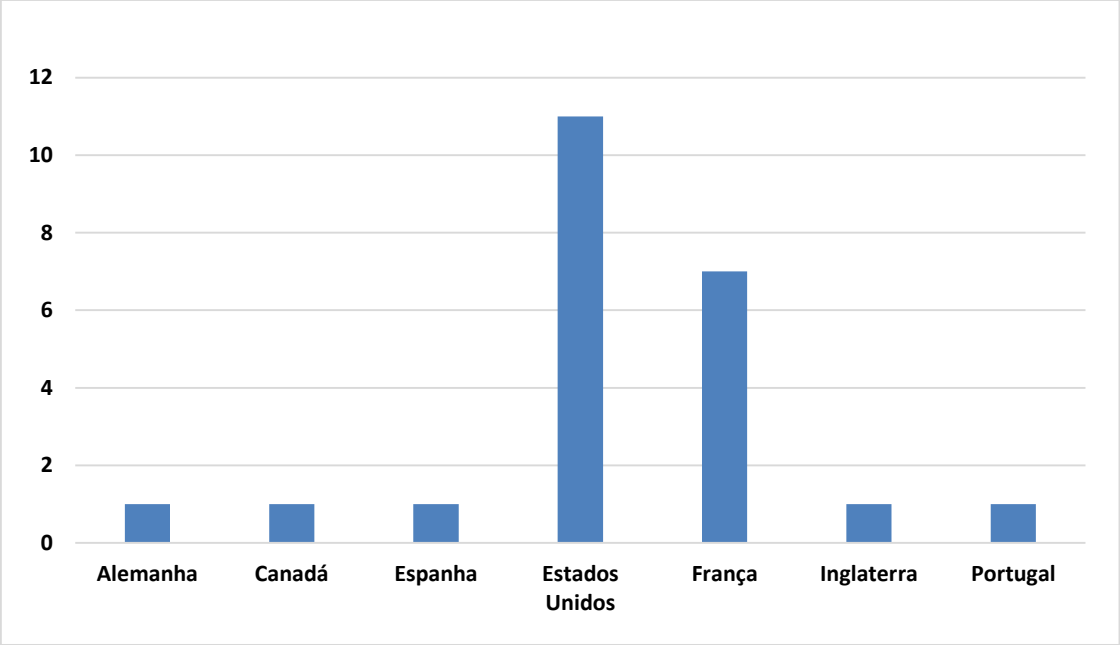
Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1896-1900).

Ao todo foram quantificados 23 periódicos no intervalo analisado, 34 a menos do que o quantitativo demonstrado anteriormente pela Tabela 15. A divulgação das matérias noticiadas por esses jornais médicos internacionais ocorria, majoritariamente, nas seções "*Excertos da Imprensa Medica*", "*Revista Imprensa Médica*", "*Resenha Terapêutica*" ou "*Noticiário"*. Todavia, verificamos que, entre os anos de 1896 e 1900, essas seções foram exibidas de forma intermitente nas edições da GMB, provavelmente pela necessidade de reformulação da revista; da inserção, na pauta editorial, de outros assuntos pululantes no cenário científico[198], ou de trabalhos de pesquisadores locais; ou mesmo, por simples redução de custos. Tal alternância pode ter contribuído para a diminuição do número de periódicos contabilizados.

Pela Tabela 16 verificamos que o francês *The Lancet*, com 14 artigos, seguido do norte-americano *The Journal of the American Medical Association*, com 10 artigos, foram os periódicos estrangeiros que mais tiveram matérias transcritas pela GMB, entre os anos de 1896 e 1900. Quando focamos na região de origem desses periódicos, percebemos um panorama similar ao período verificado anteriormente, no que tange às zonas com periódicos mais usados como referência. Contudo, diferentemente da fase anterior, o número de transcrições de artigos compilados de revistas originadas dos Estados Unidos foi superior ao número daquelas provenientes da França, como podemos observar pelo gráfico abaixo:

[198] Na virada do século XIX para o século XX as novidades científicas rendiam bastantes discussões. Muitas das questões envolvendo o cotidiano urbano, políticas sobre educação médica, prática clínica, ações terapêuticas, método experimental, assim como os pesquisadores que se destacavam por suas contribuições científicas, como Joseph Lister, Robert Koch, Louis Pasteur, entre outros, receberam acompanhamento significativo em diversas páginas da GMB.

FIGURA 12 – Países de origem dos periódicos estrangeiros transcritos pela GMB (1896-1900)



Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1896-1900).

c) Edições publicadas entre os anos de 1916 e 1920

Este último recorte coincide com os anos finais de Pacífico Pereira a frente da GMB, como diretor. Como observaremos, a partir da próxima tabela, a quantidade de transcrições e de periódicos usados como referência reduziu significativamente em comparação com os intervalos analisados anteriormente.

TABELA 17 – Relação dos periódicos médicos estrangeiros que tiveram artigos transcritos pela GMB entre os anos de 1916 e 1920

PERIÓDICOS MÉDICOS ESTRANGEIROS	PAÍS	QUANTIDADE DE ARTIGOS, NOTAS, RESENHAS TRANSCRITAS
The Journal of the American Medical Association	Estados Unidos	4
Presse Médicale	França	3
Revista Sud Americana	Argentina	2
Lyon Medical	França	1

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1916-1920).

Dos quatro jornais médicos listados pela tabela acima, dois são oriundos da França, *Lyon Medical* e *Presse Médicale*; um dos Estados Unidos, *The Journal of the American Medical Association;* e um da Argentina, *Revista Sud. Americana*.

Percebemos que neste período de análise, a formatação da revista foi bastante alterada, para dar mais enfoque ao movimento científico desenvolvido no país e suas reformas conduzidas sob a égide do sanitarismo.

Durante a Primeira República, os óbices decorrentes das grandes epidemias ajudaram as elites brasileiras a refletir sobre os efeitos negativos que as condições sanitárias do país acarretavam sobre a salubridade da população (HOCHMAN, 1998). De modo crescente, as mazelas urbanas relacionadas com a saúde passaram a ser identificadas como um problema coletivo e culminaram em um movimento pela reforma da saúde pública no Brasil. Nesse sentido, um conjunto de medidas intervencionistas foi posto em prática, sob a justificativa da necessidade de impor tratamento à sociedade doente, cabendo à medicina a tarefa de lutar contra os males da nação.

Na Bahia, as elites letradas estiveram alinhadas ao que se sucedia no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, apregoando a necessidade de modernização, de redefinição moral dos costumes; de normatização e regulamentação dos ambientes públicos; de instauração de diligencias voltadas para a saúde coletiva; de se fomentarem ações de intervenção, transformação e reordenação de zonas urbanas, como diretrizes para alcançar o ideal de civilização e progresso social. Médicos e engenheiros foram bastante atuantes nesse período, quando, sob amparo estatal, realizaram reformas e a modernização de instalações urbanas coletivas, além de criarem redes institucionais de assistência pública (SOUZA, 2007).

Dessa forma, no intervalo estudado observamos a predominância de publicações referentes a atividades clínicas e pesquisas direcionadas para a conjuntura nacional e suas controvérsias. Tais trabalhos passaram a ser enriquecidos com fotografias, gráficos e tabelas mais complexos e detalhados. Os diferentes artigos tratavam da prática médica regional, além de estudos sobre determinadas protozooses e o ciclo de vida de seus vetores. Muitos desses trabalhos estavam sendo produzidos por nova geração de médicos que começavam a se destacar no cenário nacional, como Clementino Fraga, Carlos Chagas, José Adeodato de Souza, Pirajá da Silva, entre outros. As transcrições de

periódicos estrangeiros, que ocorriam no final do século XIX, perderam espaço e se tornaram intermitentes.

Os dados que acabamos de apresentar até aqui, englobando amostras de três intervalos temporais do período de vida da GMB, demonstraram a intensidade com que os redatores deste periódico utilizaram o expediente da transcrição de artigos de revistas médicas estrangeiras, para aproximar seu público das principais novidades cientificas de seu tempo. Pudemos constatar que, a partir do período republicano, o volume dessas transcrições nas publicações da GMB se reduziu significativamente, perdendo espaço para os trabalhos concernentes à medicina nacional.

Através de nosso levantamento, notamos que a GMB também permutou suas edições com vários periódicos de diversos países da América Latina. Contudo, apenas três revistas, todas da região da Argentina, tiveram notícias ou trabalhos republicados pela GMB, dentro dos intervalos que investigamos: a *Revista Medico Quirurgica de Buenos Aires* (tabela 15), com três transcrições; a *La Andalescia Medica* (tabela 15), com uma; e a *Revista Sud. Americana* (tabela 17), com duas transcrições.

Todavia, verificaremos a seguir, que esse resultado não significou completa ausência de relações entre o periódico baiano e outros pesquisadores latino-americanos.

3.5 A permuta científica com a América Latina

Os trabalhos produzidos pela historiografia sobre a experiência científica na América Latina, durante muito tempo, centraram-se na construção de grandes cronologias e relatos comemorativos, ignorando em suas análises as peculiaridades daquela formação da prática científica (FONSECA, 2014). Essas abordagens tradicionais difundiram a visão sobre o passado científico na América Latina, caracterizado pela presença de uma ciência com desenvolvimento descontínuo, lento, envolvida em momentos que se alternavam entre estágios luminosos e pontuais, e instantes de estagnação ou retrocesso, de tempos científicos e outros não científicos (CABRERA, 1998).

Entretanto, analisando o contexto da atividade científica na América Latina sob a perspectiva da história social das ciências, podemos perceber que a região abrigou inúmeras instituições científicas que produziram pesquisas básicas e também com

aplicação específica, voltadas para o atendimento de necessidades locais, ou ainda para atender/entender os interesses científicos de cada nação em particular.

No final do século XIX, os países da América Latina, motivados pela necessidade de adentrar ao mercado internacional, deram início a um conjunto de profundas modificações estruturais que resultaram em um processo de modernização marcado pelo dinamismo cultural, econômico e científico (LOPES, 2000). No bojo desses acontecimentos, surgiram várias instituições estatais, imbuídas do propósito de estabelecer um conjunto de ações rápidas e eficazes direcionadas para resolução dos principais problemas de saúde de cada região. Brasil, Argentina e Uruguai foram os primeiros países da América Latina que criaram unidades estatais de saúde, no final do século XIX, seguidos por Bolívia, Cuba, Equador, Paraguai e Peru, no início do século XX (ESLAVA, 1998).

Essas transformações, no entanto, ocorreram de forma descontínua em cada país, mas possibilitaram que contatos de cooperação fossem construídos em diferentes áreas de atuação, como no âmbito das ciências naturais, engenharia e medicina (ALMEIDA, 2006).

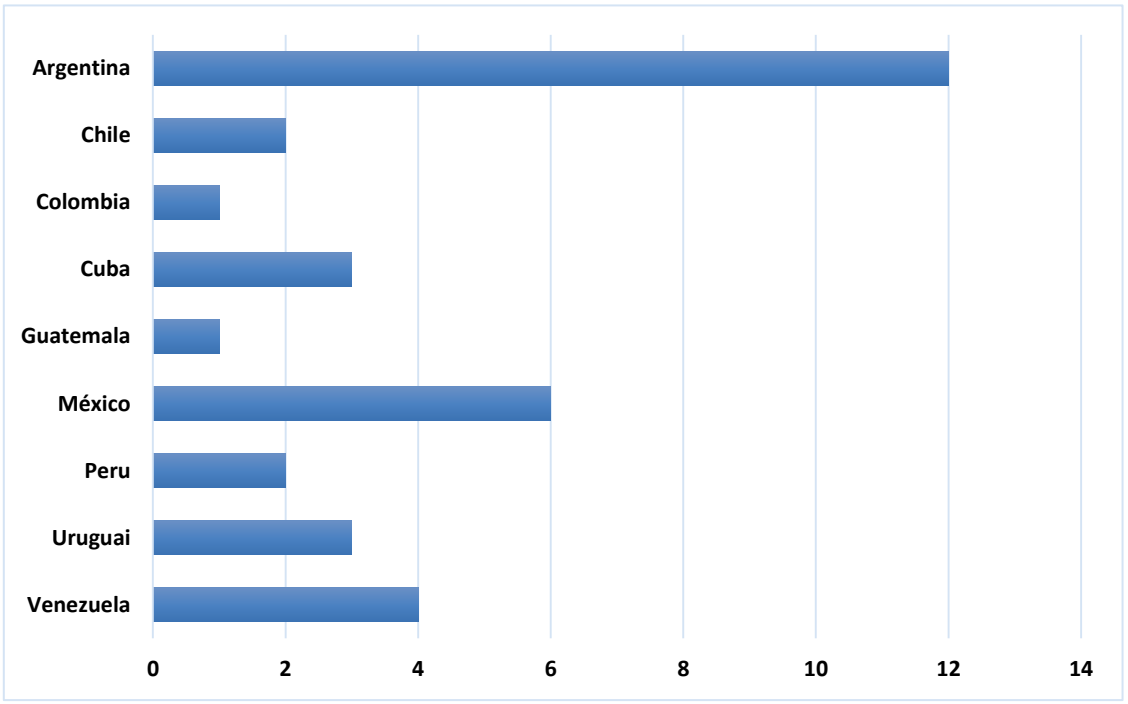
O surgimento de instituições como as sociedades cientificas e os periódicos especializados, em vários países latino-americanos, ao longo do século XIX, ajudou a organizar a criação e a consolidação de um espaço público para a ciência. A gênese desse espaço foi mediada pelos chamados "*mensajeros de la ciencia*", personagens que, segundo Cabrera (1998), se utilizaram da imprensa, da criação de associações científicas e de instituições de ensino, da fundação de museus de história natural, e das exposições universais como instrumentos para implementar seu programa de culturação científica. A implementação do periodismo de cunho científico nessa região ocorreu já nas primeiras décadas do período oitocentista, e foi capitaneada por discípulos de cientistas locais ou por cientistas estrangeiros advindos da Europa, em sua maior parte, para trabalhar nesses países. O periodismo de cunho científico tinha caráter intermitente e descontínuo, mas cumpriiu sua função precípua de divulgação da ciência (CABRERA, 1998).

A *Gazeta Médica da Bahia* (GMB) se estabeleceu como um espaço de sociabilidade para os médicos vinculados à Faculdade de Medicina da Bahia e ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia, e em caráter mais amplo, permitiu a construção de redes de interação entre o local, o nacional e o global.

Apresentamos no tópico anterior o sistema de permutas existente entre os periódicos integrantes dessas redes e a GMB. No âmbito internacional, ficou evidente a preferência dos colaboradores da *Gazeta*, liderados por Pacífico Pereira, por usar, como referência para suas transcrições, trabalhos publicados por periódicos da Europa e dos Estados Unidos, regiões consideradas como modelo de progresso. Entretanto, verificamos, como evidenciado pela Tabela 8, a existência de um efetivo canal de trocas entre a GMB e outras 35 revistas médicas da América Latina, demonstrando que também estava aberta outra zona de diálogo e interlocução entre pesquisadores deste continente.

A próxima figura nos dará a dimensão acerca do processo de permuta entre a GMB e outros jornais científicos latino-americanos.

FIGURA 11 - Número de periódicos da América Latina em permuta com a GMB



Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1920).

Dentre os países da América Latina, a Argentina se sobressaiu com o maior número de periódicos em permutas com a GMB, seguida de México e Venezuela. O expressivo crescimento do periodismo científico a partir da segunda metade do século XIX foi um fenômeno que não se reservou apenas ao Brasil, mas se apresentou como tônica por vários países da América Latina. Inseridos nesse processo dinamizador, os

periódicos médicos foram utilizados como instrumentos propagadores das ações científicas e técnicas, e permitiram que cientistas latino-americanos difundissem suas pesquisas para além das fronteiras de seus países, por meio dos sistemas de permuta instaurados pelos seus editores (ALMEIDA, 2006).

Como expositora das atividades científicas com amplo espectro de alcance, a GMB recebia de médicos latino-americanos várias pesquisas que lhes eram submetidas para publicação. Nem todas as obras remetidas pelos integrantes de sua rede de relacionamento eram selecionadas para publicação. Após a reformulação editorial pela qual passou a GMB, em 1876, os trabalhos submetidos à redação da revista deveriam ser endereçados, obrigatoriamente, a Pacífico Pereira, novo diretor do periódico. A *Gazeta* se reservava o direito de não garantir a publicação e de não devolver os escritos remetidos. Ao que parece, Pacífico Pereira, de acordo com a agenda que achava importante, se ocupava de selecionar ou de conceder parecer sobre esses trabalhos, indicando aos seus redatores os artigos relevantes que deveriam ser publicados. Na contracapa da GMB, de janeiro de 1876, encontramos o aviso que embasa nosso raciocínio: "*Toda correspondência relativa à redação (remessa de artigos, memorias, livros, jornais, etc.) deve ser dirigida a esta tipografia e endereçada ao Dr. Pacífico Pereira.* [...]".

Selecionamos e exibimos abaixo alguns trabalhos latino-americanos que foram submetidos à redação da GMB:

TABELA 18 – Material enviado à redação da GMB e não publicado

AUTOR	**TRABALHO**	**ANO DE SUBMISSÃO OU DE DIVULGAÇÃO**	**PAÍS**
Roberto Wernick	considerationes a proposito de um caso de quiluria observado em la policlinica del circulo medico argentino	1881	Argentina
Roberto Wernick	Tratamento de la ataxia locomotriz por el estiramen de nervios	1882	
Hugo Marcus	Higiene de los nervios	1893	
José Penna	Tratamento da peste oriental	1900	
José Ingegnieros	Dos paginas de Psiquiatria Criminal	1900	
Francisco de Veyga	Projeto de creacion de seu seviscio especial para assistir a los alcoholistas detenidos	1901	
Wenceslao Diaz	Memoria de la comission directiva del serviço sanitario del cólera	1894	Chile

K. Newman	El kambio de komposizion ke esperimenta el agua de "el salto" durante el imbierno	1897	
Manuel Carmona y Valle	Etiologia da Febre Amarela (transcrito da *União Médica*)	1882	México
S. Nicolao	Peptona Na Cachexia Escrofulosa	1885	
Ernesto Paccord	Apuntes scientificos	1899	Uruguai
Louis Daniel Beauperthuy	Tratamento do Dr. Beauperthuy contra a elefantíase dos gregos	1872	Venezuela
J. Manoel de los Rios	Conferencia Ginecologicas	1881	

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia* (1866- 1900).

Das obras listadas acima, apenas as pesquisas dos autores José Penna Manuel, Carmona y Valle e Louis Daniel Beauperthuy chegaram a ser publicadas. As demais receberam apenas pequenas notas de agradecimento pela submissão.

Ainda sobre a Tabela 18, novamente temos a Argentina como local de origem da maioria dos trabalhos submetidos por autores da América Latina à redação do periódico baiano. O contexto da medicina brasileira e argentina pode ajudar a elucidar esta questão. Por isso, a partir de agora, nossa atenção será direcionada para esses países, especificamente.

Da segunda metade do século XIX em diante, ambos os países experimentaram um conjunto de transformações estruturais, estimuladas por um passado traumático de enfrentamento de grandes epidemias. Saneamento básico; urbanização das cidades; fiscalização portuária; convenções sanitárias; educação higiênica; remodelação de hábitos alimentares e costumes, caracterizavam a pretensão dessas nações no sentido de estabelecer fórmulas políticas e sociais para alcançar modos de convivência subsidiados por elementos como progresso, civilidade, ordem, higiene e bem-estar (CHAVES, 2003). A imprensa médica foi acionada como ferramenta para viabilizar esses projetos.

As atenções da GMB se voltaram para a Argentina, a partir de 1872, com a publicação do relatório que o professor da FAMEB, Luiz Alvares dos Santos[199] (1829-1883) apresentou ao Ministro dos Negócios do Império, dissertando sobre um surto de febre amarela que reinou na cidade de Buenos Aires, no ano de 1871. A febre amarela

[199] Natural da Bahia, colou grau de doutor em medicina pela FAMEB, em 1849. Foi opositor, por concurso, da Seção Médica (1861); lente catedrático de matéria médica e terapêutica, também por concurso, (1871). Trabalhou como professor de Liceu da Bahia, lecionando português e grego, botânica e zoologia, respectivamente (OLIVEIRA, 1992, p. 181).

havia deixado traumas entre os baianos que enfrentaram uma grande epidemia da doença, em 1850, logo, tal noticiário era de fato motivo de significativa apreensão.

O porto de Salvador e a baía de Todos os Santos desempenhavam posição estratégica nas atividades de abastecimento, redistribuição e embarque de mercadorias para os continentes americano, europeu e africano (CHAVES, 2001). Tratavam-se de pontos onde mercadores transeuntes e outros trabalhadores circulavam, envolvidos em ações comerciais que faziam movimentar o circuito econômico da região. Além da grande circulação de homens, mercadorias e navios, pelo porto de Salvador também transitaram doenças provenientes de diversas partes do mundo (BARRETO, 2003). Visando à manutenção da salubridade, existia uma política sanitária praticada nos portos contra a disseminação de epidemias.

O extenso relatório do professor Luiz Alvares Santos foi dividido e veiculado nas edições da GMB publicadas entre os meses de maio a dezembro de 1872[200], e para além da política sanitária portuária que trazia em seu bojo havia também questões comerciais[201].

As ondas migratórias para a América do Sul se ampliaram na segunda metade do século XIX, transformando as relações sociais e de trabalho[202]. Argentina e Brasil se destacaram como grandes receptores de imigrantes europeus. O projeto brasileiro para substituição da mão de obra escrava começou a ser aventado desde 1850, com o fim do tráfico negreiro, e considerava a imigração europeia como uma alternativa para esta mudança. Esses mesmos sentimentos eugenistas afloravam do lado argentino, que igualmente, colocava em prática algumas ações ditas como civilizadoras (PRADO, 1999).

De acordo com Chaves (2003), as repúblicas platinas se popularizaram vendendo a imagem de locais de fartura de alimentos e de ares salubres. Essas características eram

[200] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 5, n. 115, p. 281-284; v. 5, n. 116, p. 301-303; v. 5, n. 119, p. 351-354; v. 5, n. 120, p. 371-374; v. 5, n. 122, p. 20-23; v. 6, n. 125, p. 69-72; v. 6, n. 127, p. 97-101; v. 6, n. 129 e 130, p. 143-156, 1872.

[201] Destacamos como figuras importantes do comércio estabelecido entre a Bahia e a região platina, os comerciantes e cônsules de Buenos Aires na Bahia, Joaquim Elizio Pereira Marinho e seu pai, Joaquim Pereira Marinho. Esses personagens atuavam no comércio de charque com os portos de Montevidéu e Buenos Aires, por meio da companhia de navegação Marinho e Cia (CHAVES, 2001).

[202] O tráfego de colonos europeus para a América Latina decorreu de fatores diversos, a exemplo de algumas questões internas enfrentadas pela Europa, como as guerras e a crescente demanda por mão de obra no Novo Mundo.

usadas como propagandas pelos argentinos e brasileiros para atrair imigrantes. Quando noticiaram em várias de suas edições a existência de uma epidemia reinante em Buenos Aires, com o qual a Bahia mantinha relação comercial direta através de seu porto, os editores da GMB tinham o propósito não apenas preventivo, ou de alerta para as autoridades sanitárias locais, mas também de provocar alarde entre imigrantes interessados nas terras portenhas. A essa altura, as matérias da GMB alcançavam alguma receptividade entre periódicos europeus[203], com os quais permutavam suas edições. Assim, a exposição do relatório do professor Alvares Santos, contrariando alguns dados oficiais liberados por autoridades sanitárias da Argentina, acusando-as, inclusive, de encobrir a real situação calamitosa, poderia ajudar a desconstruir o rótulo de nação salubre de sua concorrente e, ao mesmo tempo, deixar o Brasil na vitrine como alternativa migratória (CHAVES, 2003).

Para além de questões migratórias e de defesa de interesses econômicos, a relação entre a imprensa médica brasileira e argentina, através do câmbio de seus periódicos, favoreceu a difusão de conhecimentos sobre doenças típicas da região. Em dezembro de 1876, a GMB republicou um artigo da *Revista Medico-Quirurgica* de Buenos Aires, traduzido pelo *Progresso Médico*, um periódico do Rio de Janeiro.

> Havendo sido iniciado na Bahia os primeiros estudos sobre esta curiosa moléstia, julgamos dever apresentar aos nossos leitores este fato, em mais de um sentido interessante, já por ser o dedo afetado o quarto e não o quinto, que é a sede da predileção do ainhum, já por vir acompanhado de um exame histológico minucioso, já, finalmente, pela circunstância que se prende à origem primitiva dos padecimentos do doente que forneceu a observação. (PATOLOGIA INTERTROPICAL, 1876, p. 540-541)

O trecho acima é parte introdutória da seção onde o trabalho foi transcrito. Sob o título "*Do ainhum: um caso importante*", a comunicação trazia relatos sobre as observações clínicas realizadas em um hospital de Buenos Aires, pelo Dr. A. Corré,

[203] Em editorial publicado na edição de agosto de 1872, o então diretor da GMB, Demétrio Ciríaco Tourinho, comemorava o sexto aniversário da revista, salientando o seu acolhimento no exterior: "A animação, porém, que todos os dias recebe dos nossos distintos colegas desta capital, e das outras províncias e a colaboração ilustrada de nossos práticos deve à Gazeta Médica o transpor mais um ano de existência. Ao conceito de que se tem feito credora no estrangeiro, vendo por vezes os seus artigos transcritos nos jornais americanos, ingleses, e espanhóis, deve também ela a coragem com que se anima a prosseguir na árdua tarefa" (TOURINHO, 1872, p. 1).

acerca de um homem acometido por doença denominada ainhum. Caracterizada por alteração nos dedos do pé, o ainhum foi inicialmente descrito, na GMB, por José Francisco da Silva Lima, em janeiro de 1867. O conhecimento das pesquisas de Silva Lima e de outros brasileiros, que igualmente investigaram o ainhum, foi importante para que o Dr. A. Corré chegasse ao diagnóstico da doença. No desenvolvimento de seu artigo, Dr. A. Corré deu crédito aos primeiros estudos dos brasileiros, cumprindo assim, regras protocolares das atividades científicas. Quando a GMB deu publicidade a esse trabalho argentino, cujos apontamentos se remetiam aos estudos pioneiros de Silva Lima, buscava, de um lado, expor novas informações para uma doença já conhecida de seus leitores, mas de outro lado, o mais importante, pretendia ressaltar a relevância dos trabalhos originais que publicava, a fim de convencer seus sócios da importância do periódico para o desenvolvimento da medicina nacional.

Essa foi a tônica que envolveu os médicos que se organizaram em torno da GMB. Seus trabalhos originais ganharam repercussão com as permutas realizadas entre periódicos das Américas e da Europa[204], estabelecendo conexões entre médicos que se correspondiam, trocavam espécimes, livros, encontravam-se ocasionalmente em viagens pelo exterior. Os médicos da chamada "Escola Tropicalista" interagiram com Casimir Davaine; Theodor Bilharz; Wilhelm Griessinger; Rudolph Leuckart; Spencer T. Cobbold; Le Roy Mericourt; Joseph Bancroft; Patrick Manson; e outros nomes que se destacaram em meio à medicina tropical (BENCHIMOL, 2004).

A GMB manteve regime de cooperação com um importante médico argentino, Emílio Ramón Coni[205] (1855-1928), considerado em uma citação do periódico como um dos primeiros higienistas da América do Sul[206]. Emílio Coni era diretor da *Revista Médico-Quirurgica*, periódico de expressão em Buenos Aires, e buscava se tornar membro correspondente estrangeiro da GMB (CHAVES, 2003). O médico argentino

[204] A especialização dos médicos que se organizaram em torno da GMB contribuiu para que seus trabalhos fossem bem recepcionados pelos médicos europeus. Todavia, de acordo com Ilana Löwy, essa estratégia, apesar de profissionalmente importante, isolou os médicos brasileiros no "gueto do tropicalismo", um espaço peculiar reservado aos médicos vindos da periferia (LÖWY, 2006, p. 41).

[205] Graduado em medicina (1878) pela Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires. Na Argentina, promoveu grandes contribuições do campo da higiene, ajudando a edificar as seguintes instituições: *Patronato de la Infancia, Liga Argentina contra la Tuberculosis, Gota de Leche, Oficina Esdadística Municipal, Maternidad del hospital San Roque, Asilo Nocturno Municipal* (DRAGONI, 2012, p. 88).

[206] Cf. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 30, n. 3, p. 138, 1898.

contribuiu com o envio de diversos trabalhos para a Gazeta, alguns dos quais chegaram a ser publicados pelo periódico.

TABELA 19 – Trabalhos submetidos por Emilio R. Coni à redação da *Gazeta Médica da Bahia*

Títulos	**Ano de recebimento**
Algunos datos relativos a la estatistica mortuoria de la ciudad Buenos Ayres el año de 1876	1877
Contrinbucion al estudio de uma afeccion anestésica contracturante, amputante y dactiliana	1877
Apuntes sobre la estatistica mortuoria de la ciudad de Buenos Ayres desde el año 1869 hasta 1877 inclusive, seguido movimento de los hospitales y hospicios em 1877, y del um estudio sobre el clinica	1878
Contribucion al estudio de la lepra anestésica, Quigila (Brazil), Gafeira (Portugal)	1878
Contrinbucion al estudio de la viruela em Buenos Ayres	1878
Estatistica mortuoria de las affecciones puerperales em la ciudad de Buenos Ayres	1878
La mortalidad Infantil de la ciudad de Buenos Ayres	1879
Movimento de la poblacion de la ciudad de Buenos Aires	1879
Movimento de la poblacion de la ciudad de Buenos Aires el ano de 1879	1880
Demographia Argentina	1881
Hygiene infantile. Causes de la morbidité et de la mortalité de la premiere enfance à Buenos Ayres	1886
Congrès international d'higyene et demographie - Vienne - Progrès de l'higyene dans la Republique Argentine	1887
Memoria de la administracion sanitaria y assistencia publica	1893
Memoria de la administracion sanitaria y assistencia publica correspondente al año de 1892	1893
Saneamento de la Provincia Mendoza	1897

Fonte: *Gazeta Médica da Bahia*.

Emílio Coni fez da imprensa especializada argentina um nicho para abordar temas relacionados a questões sanitárias e de saúde, no final do século XIX e início do XX. Dentre as muitas atividades desenvolvidas pelo médico, destacamos a sua participação na fundação do Escritório de Estatísticas Municipais de Buenos Aires, onde dirigiu a publicação dos "*Anais de Higiene Pública*" com dados estatísticos sobre a mortalidade da cidade (PÉRGOLA, 2016). Sempre atenta ao panorama sanitário de seu país vizinho, a GMB deu visibilidade às obras de Emilio Coni, produzindo resenhas críticas, ou mesmo elogiando algumas obras específicas.

> Esta ligeira descrição da obra do Dr. Emilio Coni dá uma ligeira ideia da competência com que se desempenhou do difícil encargo o ilustrado autor, a quem cabe não pequena glória por tornar salientes, com intuitos tão científicos como patrióticos os progressos realizados na República Argentina, em matéria de higiene, progressos para os quais contribui muito eficazmente o distinto escritor, pela propaganda constante que, na imprensa profissional e em numerosos trabalhos publicados nos dois últimos decênios, desenvolveu em prol dos melhoramentos que tanto elevam hoje seu país, concorrendo grandemente para o rápido aumento da imigração estrangeira e da riqueza nacional. (PEREIRA, 1888, p. 372).

Os escritos produzidos por Emílio Coni se centraram na temática da higiene, assunto que, de forma semelhante ao Brasil, obteve relevância em função dos sucessivos surtos epidêmicos que assolavam o país. Na Bahia, a preocupação com tais questões foi análoga, e a higiene pública, assim como outros tópicos a esta ligados, povoaram inúmeras de suas páginas, conforme apontou Lilia Moritz Schwarcz (1993).

Para além da difusão dos trabalhos entre seus pares e da construção de uma literatura regional peculiar, as revistas médicas na América Latina permitiram a aproximação e interação entre médicos de diversos países. Muitos desses periódicos estavam vinculados a associações profissionais que, com a especialização, profissionalização e ampliação do campo de atuação da medicina, apresentavam a necessidade crescente de ampliar suas redes de relações (ALMEIDA, 2016). Além da circulação de artigos em periódicos científicos, os congressos médicos se apresentaram como alternativa de comunicação interpares, com alcance internacional.

Os periódicos médicos pela América Latina divulgaram os congressos e as exposições internacionais que ocorreram no continente e serviram como propagandistas destes eventos entre os componentes de suas redes de sociabilidade (ALMEIDA, 2006).

A permuta entre periódicos médicos, as viagens científicas, os contatos entre vários institutos, sociedades científicas e universidades, e outros meios de interação profissional, assim como os congressos médicos, compuseram grande rede de intercâmbio científico. A *Gazeta Médica da Bahia* atuou no Brasil como um desses pontos de conexão, aproximando seus colaboradores à comunidade científica regional atuante na América Latina.

Nesse sistema de cooperação, a Argentina se destacou como país que mais intercambiou seus periódicos com a GMB. Na mesma medida, foi a região de origem da

maioria dos trabalhos de pesquisadores latino-americanos recebidos e publicados/noticiados pelo periódico baiano. Dentre as comunicações que lhe foram submetidas, a produção do Dr. Emílio Coni ganhou destaque especial, pois se debruçava sobre questões de higiene, demandas similares ao contexto brasileiro e de interesse dos editores da GMB.

O intercâmbio de informações através do periodismo médico na América Latina subsidiou a criação de uma literatura peculiar sobre doenças tropicais, a realização de análises comparativas sobre aspectos de salubridade, olhares diferenciados sobre questões similares fomentando a discussão e a proposição de novas estratégias a fim de enfrentar os problemas sanitários locais de cada região.

Em meio a essa conjuntura, a GMB, por intermédio da liderança de Antônio Pacífico Pereira, operou como canal de divulgação e afirmação da medicina local, nacional e global. Em seu longo período de existência o periódico contribuiu significativamente para a consolidação da identidade médica nacional, ultrapassando – com suas publicações de cunho informativo, cultural, científico, crítico e político – o papel de simples veículo informativo, sendo um caminho de construção e consolidação da medicina brasileira.

CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento desta tese, buscamos entender, através da trajetória de Antônio Pacífico Pereira, o posicionamento da Faculdade de Medicina da Bahia, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e da Gazeta Médica da Bahia em relação ao ensino e às doutrinas médicas, em fins do século XIX e início do século XX. Em virtude do sistema de permutas estabelecido pela GMB com outros periódicos médicos internacionais, pudemos ainda refletir sobre aspectos comuns presentes no processo de institucionalização da medicina em países da América Latina.

Os principais eventos que ocorreram em Salvador ao longo do século XIX, na esfera científica, cultural ou política, não fugiram à vista da Faculdade de Medicina da Bahia, reduto das atividades intelectuais da província baiana. Médicos que se graduaram por essa instituição, além de seus professores, atuaram ativamente no ensino secundário; na literatura e no jornalismo; em conflitos armados que envolveram o país; e de forma intensa na política baiana e nacional. Suas ações abasteciam os jornais locais que se ocupavam em noticiar a rotina de seu alunado, de docentes, a movimentação em torno das provas, concursos e defesas de teses doutorais.

Como instituição de formação profissional, a FAMEB não se furtou ao debate sobre as postulações que giravam em torno da construção do saber médico. Em uma conjuntura marcada pelo surgimento do modelo da medicina experimental, seu corpo docente se preocupou em adequar suas aulas aos conhecimentos adquiridos em viagens de estudo pela Europa, pela participação em congressos científicos, ou depreendidos da leitura de livros e periódicos nacionais (como a GMB) e estrangeiros.

A análise do período de graduação de Pacífico Pereira revelou as dificuldades de ordem estrutural e pedagógica vivenciadas pela Faculdade da Bahia. A falta de insumos para oferta do ensino prático; os baixos salários para o corpo docente; a reforma das instalações físicas; a construção de laboratórios; o despreparo dos alunos oriundos do ensino secundário; o cumprimento de normas curriculares e dos novos estatutos – foram temas, dentre outros, constantemente presentes nas memórias históricas da instituição. Os problemas enfrentados pela FAMEB na oferta do ensino de medicina se amplificaram

com a Guerra do Paraguai. Convivendo com a escassez de recursos, redirecionados para manutenção do Exército e Marinha, e ainda, tendo que lidar com outras ações intervencionistas do Governo sobre suas atividades administrativas – como a suspensão de recursos e o abono de faltas para os alunos combatentes –, tanto a faculdade médica de Salvador quanto a do Rio de Janeiro tiveram que produzir um rearranjo entre seu reduzido quadro docente, para manter as ofertas regulares de suas disciplinas. No que diz respeito ao seu papel como formadora de profissionais da medicina, vimos que a guerra diminuiu a média anual de concluintes na FAMEB. Esse cenário encontrou alguma melhor, somente após o encerramento dos conflitos bélicos.

Na Bahia, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia foi o principal laboratório das aulas práticas, ao pé do leito do paciente, onde os alunos dos cursos de medicina puderam presenciar a aplicação prática dos conteúdos teóricos ensinados pela FAMEB. O hospital foi também um lugar de disputa entre professores e as Irmãs da Caridade pelo controle da autoridade sobre o ambiente de cura, fato característico do processo de medicalização do hospital. Em razão da significativa oferta de cadáveres e de doentes com as mais variadas enfermidades à disposição do ensino, o HSCM se tornou um nicho adequado também para a produção de pesquisas originais, produzidas por professores e médicos sem vínculo oficial com a FAMEB. Esse ambiente não só propiciou que alunos obtivessem acesso a conteúdos disciplinares diferentes daqueles ensinados nas dependências da academia, como também contribuiu para que se construíssem relações de interação com outros médicos que não lecionavam na escola de medicina.

Em sua condição de estudante de medicina, Pacífico Pereira se aproximou de médicos externos aos quadros da FAMEB, dos quais se tornou discípulo e admirador. Manuel Maria Pires Caldas, José Francisco da Silva Lima, John Paterson e Otto Wucherer foram seus principais influenciadores e, no decorrer de sua graduação, lhe forneceram significativas orientações extraescolares, como rudimentos da medicina experimental e experiências clínicas que o ajudaram a delinear sua concepção de ciência e sua destacada trajetória profissional na medicina, na academia e na imprensa. Muitas vezes, os estudos para além da sala de aula, ocorridos em momentos vagos na sala de autópsias do HSCM, propiciaram a Pacífico Pereira e a outros estudantes de medicina uma complementação prática que não estava acessível no curso regular ofertado pela FAMEB, em razão das dificuldades e deficiências tantas vezes denunciadas pelas memórias históricas.

Outra forma de complementação para os estudos foi o regime de internato no hospital, ofertado, por concurso, para alunos em anos finais do curso de medicina. A análise do processo, que envolvia desde a escolha dos alunos até a execução de suas atividades no HSCM, nos revelou o jogo de forças necessário para acomodação dos interesses dessas duas instituições e expôs uma prática social baiana de segregação daqueles que não faziam parte das redes de sociabilidade. Observamos que o esvaziamento dos concursos para escolha dos alunos internos abriu espaço para que outros recursos, como o protecionismo e o apadrinhamento, fossem acionados, com vistas à ocupação das vagas em aberto. Pacífico Pereira fez uso desse expediente, quando, em 1867, em decorrência da falta de candidatos no processo seletivo, chegou ao cargo de interno no HSCM por indicação de Antônio Januário de Faria, médico com o qual mantinha relação de proximidade.

A fase estudantil constitui muitas vezes a base de redes de sociabilidade para os intelectuais adultos (SIRINELLI, 2003). Pacífico Pereira, ainda estudante, foi acolhido no grupo de homens de ciência que iniciou uma tradição médica na Bahia, inclinada ao desenvolvimento de trabalhos originais no campo da parasitologia e das doenças inerentes ao clima tropical. Além de delinear suas concepções de medicina, no decurso da graduação, Pacífico Pereira constituiu pontos de conexão com esses médicos "tropicalistas" – numa relação mestre/discípulo –, os quais posteriormente forneceram-lhe chancela para sua legitimação e inserção na hermética elite médica de Salvador, composta predominantemente pelos docentes da FAMEB.

A relação entre as classes de professores no seio da FAMEB, pelo que observamos a partir das fontes, era dinâmica e concorrencial. Nesse espaço, opositores e catedráticos utilizavam estratégias distintas para alcançar interesses específicos para ascender no campo acadêmico e profissional. Ocupando a base na hierarquia da Faculdade, o professor opositor não detinha muito prestígio e servia praticamente como uma espécie de ajudante do catedrático (FERREIRA, 1994). Contudo, a função de opositor era a via indispensável para alcançar patamares maiores, como as cátedras e até mesmo o cargo de direção da instituição.

Como dominados, os opositores das faculdades se movimentavam em tentativa de romper as barreiras que delimitavam sua posição no campo acadêmico, organizando-se

em ações coorporativas para convencer o Governo Imperial a efetuar mudanças nos estatutos que regulavam a sua classe. Em contrapartida, os catedráticos trabalhavam para conservar suas posições e seus capitais dentro do campo (BOURDIEU, 1998, p. 175), defendendo, até certo limite, a reformulação de leis que regulavam a função dos opositores, bem como a oferta de melhores condições de trabalho para a classe, porém com a finalidade de manter inalteradas as estruturas hierárquicas estabelecidas na instituição. Dentro dessa perspectiva, os concursos para docência se apresentaram como uma das vias de ascensão de médicos dentro do estamento profissional na Bahia. O prestígio e o *status* vivenciados pelos professores da FAMEB atraíam profissionais para disputas acirradas em processos seletivos da academia.

Em nosso estudo, constatamos que, nesses eventos, o mérito não foi o fator decisivo para a escolha dos vencedores. Interferências externas, jogo de influências, clientelismo, etc. rodearam alguns certames da FAMEB, deixando em evidência o modo de funcionamento do cotidiano daquela escola médica, bem como de algumas instâncias governamentais, evidenciando que a estrutura administrativa e organizacional desses entes poderiam ser extremamente permeáveis a "*a fatores de diferenciação econômica, social e política, onde a origem familiar, a fortuna e o poder têm um papel decisivo*" (FERREIRA, 1994, p. 72).

A tutela intelectual dos médicos "tropicalistas" serviu de apoio para conduzir Pacífico Pereira à direção da *Gazeta Médica da Bahia* e, ao mesmo tempo, sedimentar o início de sua carreira médica na clínica particular. A partir dos anos de 1870, o entendimento de que os professores das faculdades eram representantes genuínos das ciências que praticavam tomou corpo e impulsionou a construção de um movimento que encamparia um forte discurso pelas reformas dos estatutos médicos (EDLER, 2014). Pacífico Pereira, depois que conseguiu a vaga de professor da FAMEB e realizou viagens pela Europa, passou a utilizar o prestígio que conquistou em ações de militância pela remodelação dos currículos das faculdades de medicina brasileiras.

A reforma pretendida pela elite médica deveria ser concebida sob os modelos aplicados nas consagradas faculdades europeias, em especial a germânica, e o jornalismo médico foi o meio escolhido por Pacífico Pereira para propagandear seu projeto reformista. Essa foi, na verdade, uma característica do periodismo médico não oficial no Brasil, que a partir da segunda metade do século XIX, experimentou efervescência e se

apresentou como instrumento peculiar de um movimento destinado a difundir programas alternativos de interesse da classe médica (EDLER, 2014).

Sob a direção de Pacífico Pereira, a GMB acompanhou os desdobramentos das campanhas reformistas que ocorreram no final do século XIX, sempre atenta às movimentações do parlamento e pressionando médicos-deputados para que se debruçassem sobre pautas de interesse das faculdades de medicina. A revista publicou análises críticas sobre projetos curriculares que nasciam; propôs alternativas para melhorar o ensino; e cobrou o cumprimento de normas que ensejassem aprimoramento pedagógico para os cursos de medicina, principalmente aqueles associados com a prática experimental.

Distante da cidade-capital (Rio de Janeiro), a FAMEB não contou de imediato com os benefícios produzidos por algumas reformas curriculares, e teve dificuldades para receber parcelas orçamentárias destinadas ao custeio de suas necessidades acadêmicas. O tratamento, por vezes considerado desigual, quando comparado com aquele despendido para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ganhou destaque nas memórias históricas e foi amplificado pelas publicações da GMB.

Na direção do periódico, Pacífico Pereira aproveitou o raio de alcance da GMB para usá-la, de forma efetiva, como porta-voz das demandas da FAMEB. Ao assumir o cargo de lente catedrático, em 1882, e de diretor interino da FAMEB, em 1883, o médico lançou mão do seu capital político para cobrar, em negociação direta com o governo, a liberação de verbas para as reformas das dependências da FAMEB. Trabalhou de forma intensa para viabilizar e criação dos laboratórios para oferta do ensino prático, tal qual estava sendo efetivado com sua congênere no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma realidade ambígua, vivenciada pela elite médica reformista que, em razão da ausência de base social para sustentar seus clamores por autonomia para as instituições de ensino e pesquisa, se revoltava contra o sistema político responsável pela degradação do ensino e da formação profissional, ao mesmo tempo que buscava adesão dos dirigentes deste mesmo sistema político às questões que reivindicavam (EDLER, 2014).

O traquejo exibido por Pacífico Pereira, diante dos entraves burocráticos, para angariar fatias do orçamento e direcioná-las ao projeto de modernização da FAMEB foi relevante para que a instituição experimentasse melhoramentos, ainda que inconclusos.

Contudo, a despeito disso e das alegações da GMB e memorialistas sobre a indiferença do governo para com a questão, verificamos que fatores de outras ordens contribuíram para prejudicar o desenvolvimento, a contento, das obras de reforma na FAMEB. Assim, intercorrências como a falta de gestão estratégica dos recursos; falhas de projeto; ausência de método na execução da obra conforme indicação das plantas originais; e percalços para a liberação dos créditos orçamentários procrastinaram a finalização dos trabalhos, obstaculizando a realização do ensino prático na Faculdade da Bahia.

Em consequência dos acontecimentos envolvendo a Guerra de Canudos, as reformas estruturais e outros assuntos pedagógicos perderiam destaque durante a segunda passagem de Pacífico Pereira no cargo de direção da FAMEB, conjuntura em que a instituição transformou suas dependências em hospital provisório para receber os combatentes. Pacífico Pereira liderou a Faculdade da Bahia nas ações de socorro aos feridos e intermediou com o chefe do Corpo Sanitário do Exército a organização de outros hospitais provisórios na Bahia, para a mesma finalidade. Cuidando da logística do processo, o médico gerenciou a distribuição do corpo de professores, alunos e o apoio administrativo da instituição pelos hospitais instalados na cidade e pelas enfermarias localizadas no espaço da Faculdade. A ocasião se mostrou oportuna para que os professores pudessem colocar em prática os conhecimentos mais atuais no âmbito da medicina, como o método antisséptico listeriano, o que resultou em baixos índices de mortalidade nesses hospitais. Foi a oportunidade também para que esses médicos implementassem seu projeto de medicalização, pois detinham o controle e a autoridade sobre aqueles ambientes de cura. Todavia, nem sempre houve aceitação passiva dos métodos terapêuticos empregados no atendimento aos feridos, revelando que a autoridade científica dos esculápios ainda não estava consolidada.

Na ausência dos laboratórios tão reivindicados por seus professores, o ambiente da guerra propiciou aos alunos de medicina um vasto laboratório vivo, onde cada ferido recuperado contribuía para referendar a cientificidade e a autoridade da prática médica, além de conferir um capital simbólico precioso para a FAMEB.

A partir da trajetória de Pacífico Pereira, foi também possível observar as estratégias perpetradas pela GMB para demarcar o território do médico e sua autoridade como profissional da medicina. Como expressão de um movimento de vanguarda e de iniciativas renovadoras no campo médico-científico, posto em execução pelos

representantes da chamada "Escola Tropicalista Baiana", a GMB se imbuiu da missão de promover uma ilustração à classe de médicos, diferente daquela adquirida nos centros oficiais de ensino, até então considerados insuficientes ou retrógrados.

Crente no potencial pedagógico da imprensa especializada, o corpo editorial da Gazeta, sob a batuta de Pacífico Pereira, centrou-se na divulgação de trabalhos nacionais e estrangeiros produzidos sob a égide da medicina experimental; alertou sobre a precariedade do ensino médico e as deficiências da legislação sanitária; e, em outra frente, investiu na valorização da autoridade e primazia dos médicos em seus nichos de atuação, exortando-os a conduzirem suas ações dentro de preceitos deontológicos para com seu público e pares. Assim como ocorrera com outros periódicos médicos importantes no Rio de Janeiro, o exercício ilegal da profissão foi bastante combatido pela GMB.

Destacamos em nosso trabalho as denúncias propaladas pelo periódico baiano, a partir de 1876, acerca do comércio de diplomas de *doctores in absentia*, títulos meramente honorários (*honoris causa*), com valor apenas de grau científico, bem como a queda de braço travada entre a Gazeta e o Ministério do Império no tocante à defesa das prerrogativas da FAMEB sobre a validação de diplomas estrangeiros. A atuação contundente da GMB no episódio e o acionamento de suas redes de influências foram decisivos para o recuo da decisão baixada pelo Ministro do Império, Pinto Silva, e para a prevalência da autonomia da FAMEB na validação dos diplomas obtidos no exterior. O comportamento da revista diante do episódio coloca em evidência a amplitude social do periódico e os esforços por este despendidos para fortalecer os profissionais da medicina e defender a figura do médico como árbitro em questões de cunho científico.

Em nossa pesquisa, verificamos que a permuta de edições feitas pelo conselho editorial da GMB com outros periódicos nacionais e estrangeiros viabilizou a construção de redes de interação entre os mais diversificados pesquisadores, além de expor aos seus leitores, pelas transcrições de artigos de outras revistas, casos clínicos e cirúrgicos desenvolvidos nos hospitais ou em bancadas improvisadas pelo Brasil, bem como o movimento científico em voga nos centros da Europa, da América do Norte e da América Latina.

No Brasil, o Rio de Janeiro e São Paulo foram os locais de procedência da maioria de periódicos que trocaram edições com a GMB, uma constatação esperada, visto que estas regiões foram celeiro de importantes instituições científicas surgidas no decorrer do

século XIX. Contudo, chamou-nos atenção o número ínfimo de periódicos médicos baianos (apenas um) em permuta com a *Gazeta*, mesmo sendo esta província berço da primeira instituição de ensino superior do Brasil e, igualmente, reduto de um periódico médico de destaque no cenário nacional. Defendemos que a sombra da GMB acabou por enfraquecer a execução de alguns projetos editoriais na região, pelo fato deste periódico ter se tornado expressão da própria elite médica de Salvador, ao abarcar grande parcela do professorado da FAMEB. Dessa maneira, demais iniciativas voltadas para o desenvolvimento da imprensa médica baiana não puderam resistir e sucumbiram diante do lastro de publicações relevantes da GMB e da rede de colaboradores que em torno desta se formou.

O diálogo edificado com a imprensa estrangeira também é digno de destaque no estudo que realizamos. Europa e América do Norte foram os locais de origem da maioria dos jornais médicos que estabeleceram relação de troca de edições com a GMB. Com essas zonas, a *Gazeta* realizou permutas e transcrições de artigos de periódicos, procedentes, principalmente, de países considerados exemplo de civilização e progresso (noção presente no ideal civilizatório brasileiro), como França e Estados Unidos. Constatamos ainda intensa relação da GMB com periódicos médicos de Portugal, fato que corrobora o entendimento, pacificado na historiografia, de que o processo de independência brasileira não fez cessar o deslocamento de pessoas, mercadorias e trocas culturais com este país (BARRETO, 2005).

A transcrição de artigos e pesquisas realizadas no exterior, a partir dos periódicos com os quais a GMB manteve permuta, se mostrou bastante dinâmica durante o final do século XIX, mas este cenário se modificou fortemente com a virada do século. Isso ocorreu em razão do enfoque que o periódico passou a direcionar à movimentação da medicina nacional e ao conjunto de trabalhos regionais, concebidos por uma nova geração de médicos que na época florescia, entre os quais Clementino Fraga, Carlos Chagas, José Adeodato de Souza, e Pirajá da Silva. O quadro foi de afirmação da elite intelectual brasileira para atingir o ideal de civilidade e progresso da nação. Assim, foram postas em execução ações voltadas para a reforma da saúde pública; para redefinição moral dos costumes; para a normatização e regulamentação dos ambientes públicos; para transformação e reordenamento das zonas urbanas; etc. Ao direcionar seu olhar para o ambiente da medicina nacional e seus contextos, a GMB deixou de dar espaço às

transcrições de artigos estrangeiros, outrora bastante destacados. A despeito disso, a permuta de edições com a imprensa médica estrangeira não sofreu alterações.

O desenvolvimento do periodismo médico e de outras instituições em países latino-americanos, durante o século XIX, apresentou similaridades, mas ocorreu de forma descontínua. A partir do surgimento dessas instituições, que surgiram a reboque de um conjunto de transformações marcadas pelo dinamismo cultural, econômico e científico, redes de contato foram estabelecidas em diferentes áreas do conhecimento, como no âmbito das ciências naturais, engenharia e medicina.

O intercâmbio científico da GMB com os periódicos especializados latino-americanos apresentou certa intensidade. Argentina, México e Venezuela, nesta ordem, foram os países-sede da maioria dos periódicos recebidos pela GMB em sistema de permuta. Não obstante ser considerável o diálogo da GMB com os jornais médicos dos países vizinhos ao Brasil, poucos foram os autores latino-americanos que tiveram pesquisas transcritas em suas páginas. Dentre estes, destacamos Emílio Ramón Coni, médico argentino que interagiu de forma efetiva com a GMB. Os escritos produzidos por Emílio Coni se centraram na temática da higiene, assunto relevante e de grande interesse dos editores da GMB, em razão dos sucessivos surtos epidêmicos que assolavam o país.

Concluímos que a GMB funcionou como um espaço de sociabilidade para a elite médica de Salvador e para outras elites, espalhadas pelo país, que compartilhavam a mesma visão de progresso e de ciência. Esse canal de diálogo construiu, ao longo da sua existência, redes de interação entre o local, o nacional e o global, além de organizar, publicizar e popularizar uma literatura médica regional e a aculturação científica entre seu público. Por intermédio da liderança de Antônio Pacífico Pereira, a GMB trabalhou para consolidar a identidade e a autoridade da profissão médica. Através de suas notícias de cunho informativo, cultural, científico, crítico e político, esse periódico chegou a ultrapassar o caráter de simples veículo informativo, pois concorreu para robustecer a institucionalização da medicina brasileira.

Esta tese contribui, portanto, para o entendimento da dinâmica e do funcionamento da Faculdade de Medicina da Bahia, do Hospital da Santa Casa da Misericórdia e da *Gazeta Médica da Bahia*, espaços de formação, pesquisa e divulgação científica, nos quais Pacífico Pereira atuou como aluno, integrante, médico, professor ou diretor. Nossa análise mostrou, sob a perspectiva da história social da ciência, os

Inaspectos políticos e organizacionais dessas instituições; como estas se comportaram diante dos avanços científicos; como se deram suas práticas científicas; o jogo de forças, disputas e interesses que se desenrolaram entre os agentes nelas inseridos; a interação das instituições entre si, com o Estado e a sociedade, revelando a dinâmica do movimento médico científico produzido na Bahia, no final do século XIX e início do XX. Debruçando-se sobre o panorama geral da institucionalização da medicina na América Latina, o trabalho *também apresentou as relações de intercâmbio científico estabelecidas entre a Gazeta Médica da Bahia* e periódicos médicos de países estrangeiros, com olhar especial para as interações estabelecidas entre a imprensa e cientistas latino-americanos, sob mediação da *Gazeta Médica da Bahia*.

REFERÊNCIAS

A ACADEMIA…, *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 1919. p. 3.

A DISCUSSÃO DO SENADO sobre o aviso do Ministério do Império. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 9, n. 7, p. 289-301, 1877.

A NOMEAÇÃO do Sr. Jerônimo Sodré Pereira... *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal.* Rio de Janeiro. p. 3, 25 jul. 1865b.

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ACKERKNECHT, Erwin (1948). 'Anticontagionism between 1821 and 1848'. *Bulletin of History of Medicine*, n. 2, p.562-593.

ALMEIDA Jr, Antônio de. *Problemas do Ensino Superior*. São Paulo: Ed. Nacional, 1951.

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *Hist. ciênc. Saúde-Manguinhos* [online]. 2006, v.. 13, n. 3, p.733-757.

ALMEIDA, Marta. Congressos Científicos na América Latina. In: *Histórias de Ciência e Tecnologia no Brasil* / Organização Christina Helena da Motta Barboza – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia de Ciências Afins, 2016.

ALVES, Antonio José. *Memorias histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia do ano 1857*. Bahia, 1858. p. 22.

AMARAL, Braz do. Dr. Silva Lima. Elogio histórico pelo orador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, v. XLI, n. 8, p. 353-357, fevereiro 1910.

ANJOS, João Batista dos. *Relatório do diretor da Faculdade de Medicina da Bahia* (1860). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&PagFis=5542&Pesq=memoria%20historica. Acesso em: 21/07/2018.

AO EXCELENTÍSSIMO Sr. Ministro do Império. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 2, 17 set. 1875.

ARAGÃO, Gonçalo Moniz de. *A medicina e sua evolução na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1923.

ARAÚJO, Pedro Ribeiro de. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia para o ano de 1875*. Bahia, 1876. p. 3.

AZEVEDO CHAVES, Antunes de. *Memórias dos Acontecimentos Notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia do ano 1856*. Bahia, 1857. p. 25.

BAHIA. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 1, 18 jun. 1861.

BAHIA. *Jornal do Recife*, Pernambuco, p. 3, 18 mai. 1874a.

BAHIA. *Suplemento ao Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 2, 6 abr. 1865.

BARÃO DE VASCONCELOS; BARÃO SMITH DE VASCONCELOS. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

BARRETO, Maria Renilda Nery e ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 10(1): 151-72, jan.-abr. 2003.

BARRETO, Maria Renilda Nery. "A Bahia e a instituição da medicina acadêmica no século XIX". In: PRIEGO, Natalia. *Paradigmas, Culturas y Saberes. La Transmision del Conocimiento Cientifico a Latinoamerica.* Madrid: Iberoamericana, 2007, p. 79-103.

BARRETO, Maria Renilda Nery. *A medicina luso-brasileira*: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851). Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde), Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

BARRETO, Maria Renilda Nery. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia e a assistência aos doentes no século XIX. In: BARRETO, Maria Renilda Nery; SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out.-dez. 2008, p. 901-925.

BARROS, Pedro Motta de. "Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana". *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 411-459, nov. 1997-fev. 1998.

BASTIANELLI, Luciana (Comp.). *Gazeta Médica da Bahia, 1866-1934/1966-1976*, por uma Associação de Facultativos, compilação e pesquisa. Salvador: Contexto. 2002.

BENCHIMOL, Jaime L. Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, Ciência,Ssaúde-Manguinhos*, Jun 1995, vol. 2, n.1, p. 67-98.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos*: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fiocruz. 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Febre Amarela e a Instituição da Microbiologia no Brasil. In: HOCHMAN, Gilberto (Org). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 57-97.

BERNARD, Claude. *Introduccción al estudio de la medicina experimental*. Buenos Aires: Losada S. A., 1944.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. "Alexandre José Mello Moraes". In: *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, 1883. p. 59.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. "José Francisco da Silva Lima". In: *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, v. 4, 1898.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. "José Lino Coutinho". In: *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de janeiro: Typ. Nacional, 1899. v. 5. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 05/11/2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. "Manoel Bonifácio da Costa". In: *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 6, 1900. p. 37.

BONFIM, Antônio Mariano do. *Memórias dos Acontecimentos Notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia do ano 1860*. Bahia, 1861. p. 36.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 144-183. [1980].

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Ortiz R, organizador. Pierre Bourdieu – *sociologia*. São Paulo: Ática; 1994. p. 122-5.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67–69. [1980].

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1855.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1861*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1875*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1874 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 15ª legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro José Joaquim Fernandes Torres. *Relatório do ano de 1866 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 13ª legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867.

BRASIL. Presidente da província da Bahia. Barão de S. Lourenço. *Relatório que apresentou a Assembleia Legislativa da Bahia em 11 de abril de 1869*. Bahia: Typ. de J. G. Tourinho, 1869.

BRENES, A C. BORGES História da Parturição no Brasil, Século XIX . In: *Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro* (7) 2. abril/jun. 1991. 131-149.

BRITTO, Antonio Carlos Nogueira. A Faculdade de Medicina da Bahia na época de Nina Rodrigues. In: *Gazeta Médica da Bahia*. v. 76, n. suplemento 2, p. 63-79. 2006.

BYNUM, William. História da Medicina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

CABRAL, Dilma *et al*. *Ministério da Justiça 190 anos*: justiça, direitos e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

CABRERA, Leoncio López-Ocón. La formación de un espacio público para la ciencia en la América Latina del s. XIX. *Asclépio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia,* 50(2):205-225. 1998.

CADENA, Nelson Varón. As revistas médico-científicas da Bahia (172 anos de história). *Rev. Científica HSI*. 2018; 2 DEZ (4): 8-11.

CALDAS, Claudemiro Augusto de Morais. *Memórias dos Acontecimentos Notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia do ano 1881*. Bahia, 1882. p. 4.

CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1874*. Rio de Janeiro, 1875. p. 14.

CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARRETA, Jorge Augusto. *O micróbio é o inimigo*: debates sobre a microbiologia no Brasil (1885-1904). Tese (Doutoramento em política científica e tecnológica), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Teatro de Sombras*. A Política Imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: *Revista dos Tribunais*, 1988.

CASTRO SANTOS, Luis Antonio. (2004), Poder, ideologia e saúde no Brasil na Primeira República: ensaio de sociologia histórica, *in* G. Hochman e D. Armus (Orgs.), *Cuidar, controlar*, curar, Rio de Janeiro, Fiocruz (col. História e Saúde).

CATANI, Afrânio (Orgs). *Escritos de Educação*. Trad. Aparecida Joly Gouveia. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes 1999, p. 65-69.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, C. L. *De um porto a outro*: a Bahia e o Prata (1850-1889). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2001.

CHAVES, Cleide de Lima. Embarcações, germes e notícias: circuitos epidêmicos na Bahia e no Rio da Prata (1872). *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 133-151, 2003.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões imperiais* – Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COLEMAN, William. *La Biologia em siglo XIX*. *México*: Fundo de Cultura Económico, 1983. Companhia das letras, 1996.

CONI, Antônio Caldas. *A escola tropicalista baiana*: Paterson, Wucherer, Silva Lima. Bahia: Tipografia Beneditina, 1952.

CORADINI, Odaci Luiz. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a 'crise' da Medicina no Rio Grande do Sul. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* IV (2): 265-286, jul-out. 1997.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. *Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, v. 1, n. 35, p. 3-22, jul. 2005. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2232>. Acesso em: 23/09/2018.

CORRÊA, Mariza. Nina Rodrigues e a garantia da ordem social. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006.

CORRESPONDÊNCIA científica. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 9, n.10, p. 462, 1877.

COSTA, José de Souza. Histórico da ginecologia na Faculdade de Medicina da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 77, n. 2, p. 117-124, 2007.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. "A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano". Mercador, *Revista de Geografia da UFC*, n. 2, p. 61-69, 2002.

CUETO, M. (Ed.) *Salud, Cultura y Sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: Instituto de Estudos Peruanos/Organização Pan-Americana de Saúde, 1996.

CUNHA, Cínthia da Silva. *As exposições provinciais do Império: a Bahia e as exposições universais (1866 a 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2010.

DANTAS, Manoel Aranha. *Memórias dos Acontecimentos Notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia do ano 1855*. Bahia, 1856. p. 15.

DE UM FOLHETIM..., *Gazeta Médica da Bahia*, v. 38, n. 7, p. 340, 1907.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro e Brasília: José Olímpio e Edunb, 1993.

DELGADO, Luiz. *Gestos e Vozes de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPR, 2008.

DESACATO À MEMÓRIA DE um colega ilustre. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 47, p. 265, 1868.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIPLOMA DE DOUTOR em medicina. *Correio da Bahia*. Bahia. p. 2, 24 dez. 1876.

DISCURSO ACADÊMICO. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 2, n. 36, p. 144, 1867.

DRAGONI, Sergio Alberto. *Héroes y villanos de la medicina*: las dos caras de la moneda. L ed. – Buenos Aires: Dunken, 2012.

EDLER, F. C. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9(2): 357-85, maio-ago. 2002.

EDLER, Flávio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Rev. Asclépio*. Madrid, v. 50, n. 2, p. 169-186. 1998.

EDLER, Flavio Coelho. Doença e lugar no imaginário médico brasileiro. *Anuário IEHS* (Buenos Aires), v. 2006, p. 381-98, 2006.

EDLER, Flavio Coelho. *Ensino e profissão médica na Corte de Pedro II*. 1. ed. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014. 204 p.

EDLER, Flavio. *As reformas no ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1992.

ESLAVA, Juan Carlos. El influjo norteamericano en el desarrollo de la salud pública en Colombia. *Revista Biomédica*,18(2), 101-109. 1998.

EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos Costumes*: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FALCÃO, Edgard Cerqueira. Galeria dos tropicalistas brasileiros - José Francisco da Silva Lima. *Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo*, v.2, n.2, p. 127-128.1960. Disponível em: http://www.imt.usp.br/wp-content/uploads/revista/vol02/128-131.pdf. Acesso em 15/01/2018.

FARIA, Antônio Januário de. *Apontamentos para o estudo de clínica médica*: lições feitas no Hospital da Misericórdia da Bahia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

FARIA, Antônio Januário de. *Memórias históricas dos acontecimentos mais notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1859*. Bahia: Tipografia do Diário, 1860.

FELIX JÚNIOR, O. S. *A Medicina da Bahia na Guerra do Paraguai. História & Perspectivas (UFU)*, v. V1, p. 299-335, 2009.

FERREIRA, Luís Otávio, *et al*. "A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino". In: DANTES, Maria Amélia M. *Espaços da Ciência no Brasil*, Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, p. 59-80, 2001.

FERREIRA, Luiz Otávio. "Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), p. 93-107, 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. Das doutrinas à experimentação: rumos e metamorfoses da medicina no século XIX. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 43-52, 1993.

FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 57-78, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373311994000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/02/2019.

FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica*: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 1996.

FONSECA, Luiz Anselmo da. Dr. Pacífico Pereira. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 30, n. 6, p. 251. 1898.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As ciências biomédicas nas Conferências Populares da Glória (1873-1880). In: Priego, Natalia; Lozano, Sonia (Coord.), *Paradigmas, culturas y saberes*. La transmission del conocimiento científico a Latinoamérica, Vervuert, Iberoamericana/AHILA, p. 105-133. 2007.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As Conferências Populares da Glória: a divulgação do saber científico. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, Feb. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701996000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28/01/2019.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Ciência e educação na *Escuela Nacional Preparatoria* (México, 1867). *História Unisinos*, v. 18, n. 1, p. 56-67, jan/abr 2014.

FOUCAULT, Michel. "La politique de la santé au XVIIIe siècle » In: FOUCAULT, Michel et alli. *Les machines à guérir (aux origines de l'Hôpital moderne*). Bruxellas/Liège: Pierre Mardaga Editeur, 1995.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: FOCAUT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed., Rio de Janeiro. Graal, 1998.

FRAISSE, Paul. La evolución de la psicología experimental. In: P. Fraisse & J. Piaget (Orgs.). *Historia y método de la psicología experimental* [Trad. M. T. Cevasco]. Buenos Aires: Paidós. 1970.

FREITAS, Antônio José de. *Memórias dos Acontecimentos Notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia do ano 1863*. Bahia, 1864. p. 12-13.

FREITAS, Maria Helena de Almeida. "Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros". *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, 2006.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Uma Ciência Moderna e Imperial*: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889), Belo Horizonte: MG: Fino Traço. Campina Grande, PB: EDUEPB, Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2013. 172 p.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores*: Práticas culturais e Ação Política. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GORDILHO, Adriano Alves de Lima. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano 1868.* Bahia, 1869.

HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento - As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2004.

INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 1, 8 dez. 1867.

INTERIOR. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p.3, 10 out. 1875b.

INTERIOR. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 3, 15 set. 1875a.

INTERIOR. *Suplemento do Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 1, 17 jun. 1865d.

JACOBINA, Ronaldo R. *A prática psiquiátrica na Bahia* (1874-1947). Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2001.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro e GELMAN, Ester Aida. "Juliano Moreira e a Gazeta Médica da Bahia". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p.1077-1097, out.-dez., 2008.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro, *et al*. "A Escola Tropicalista e a Faculdade de Medicina da Bahia". *Gazeta Médica da Bahia*, vol. 78, n. 2, p. 86-93, 2008.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008)*: os Professores encantados, a visibilidade dos Servidores e o protagonismo dos Estudantes da FAMEB. Salvador. Faculdade de Medicina da Bahia/UFBA, 2013.

LÉCUYER, P. Bernard P. "L'hygiène en France avant Pasteur 1750-1850". In: SALOMONBAYET, Claire. *Pasteur et la révolution pastorienne*. Paris: Payot, 1986.

LICHTENTHAELER, Charles. *Histoire de la Médecine*. France: Fayard, 1978.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. *Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu*. Cógito (Salvador. Impresso), v. 11, p. 14-19, 2010.

LOPES, Maria Margaret. Cooperação científica na América Latina no final do século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. *Interciencia*, Caracas (Venezuela), v. 25, n. 5, p. 228-233, agosto 2000.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquito e modernidade*: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LUZ, Madel Therezinha. *Medicina e ordem política brasileira*: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Graal. 1982.

MAIO, Marcos C. A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. *Cad. Saúde Pública*, Jun 1995, vol.11, no.2, p.226-237.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. *Ciência, educação e divulgação científica*: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia. Dissertação de mestrado. CEFET-RJ, Rio de Janeiro, 2012.

MARTIN, Leonard Michael. *A ética médica diante do paciente terminal nos Códigos Brasileiros de Ética Médica*. São Paulo: Editora Santuário, 1993.

MARTINS, APV. A ciência obstétrica. In: *Visões do feminino*: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 63-106. História e Saúde collection. Disponível em: http://books.scielo.org/id/jnzhd/pdf/martins-9788575414514-04.pdf. Acesso em: 03/10/2018.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia no século XIX*: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEIRELLES, Nevolanda Sampaio, *et al*. "Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928". *Gazeta Médica da Bahia*, v. 74, n. 1, p. 9-101, 2004.

MONTEIRO, Joaquim dos Remédios. A Santa Casa de Misericórdia. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 11, n. 10, p. 474-482, 1879.

MONTEIRO, Joaquim dos Remédios. Notícias varias. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 18, n. 8, p. 377-378, 1887.

MONTEIRO, Ramiro Affonso. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano 1878.* Bahia, 1879.

MORAES, Dislane Zerbinatti. A modernidade pedagógica no discurso médico do século XIX no Brasil: uma análise da revista Gazeta Médica da Bahia (l866-l920). In: Diaz, José Maria Hernandez (Org.). *Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. p. 427-433. 2013.

MOREIRA, Juliano. Silva Lima e a Gazeta Médica da Bahia (1866-1916). *Bahia Ilustrada*, Salvador, v. 2, p. 1-3. 1918.

MOURA, José Afonso de. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano 1873*. Bahia, 1874. p. 17. Museu de Astronomia de Ciências Afins, 2016.

NECROLÓGIO. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia, v. 24, n. 4, p. 186, 1892.

NEVES, Nedy Cerqueira. *Ética para os futuros médicos*: é possível ensinar? Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2006.

NINA RODRIGUES, Raimundo. Mais um aniversário: o nosso programa. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia, v. 23, n. 1, p. 4, 1891.

NOTICIA do Norte. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 2, ago. 1874.

NOTICIÁRIO. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 1, n. 6, p. 83, 1866.

NOTICIÁRIO. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 19, n. 2, p. 91, 1887.

NOTICIÁRIO. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n. 3 a 6, p. 150-152, 1919.

O AVISO sobre o diploma da universidade americana de Filadélfia em discussão no Senado. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 9, n. 9, p. 385-386, 1877.

O CONSELHEIRO Dr. Luiz Alvares dos Santos. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 17, n. 7, p. 289-290, 1886.

O Dr. DEMETRIO Ciryaco Tourinho e o concurso... *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal.* Rio de Janeiro. p. 2, 13 jul. 1865.

O Dr. DEMETRIO Ciryaco Tourinho e o concurso... *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal.* Rio de Janeiro. p. 2, 15 jul. 1865b.

O Dr. DOMINGOS Carlos da Silva. *Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, p. 6182-6183, 3 out. 1875.

O Dr. JERÔNYMO Sodré Pereira e o concurso... *Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro. p. 2, 14 jul.1865.

O SR. EX-PRESIDENTE interino da relação e o diploma do Sr. Nobrega pela Universidade da Filadélfia. *O Diário do Rio de Janeiro*. Rio de janeiro. p. 3, 5 ago. 1875.

OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

OS DIPLOMAS DE FILADÉLFIA e os avisos do Ministério Império. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 9, n. 6. p. 254, 1877.

OS DIPLOMAS de Filadélfia. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 8, n. 12. p. 574, 1876.

OSÓRIO, Antônio José. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano 1866.* Bahia, 1867. p. 10-11.

PATERSON, John Ligertwood. Caso de elefancia tratado sem proveito pela ligadura da artéria femural. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 1, n.19, p. 220-222. 1867.

PATERSON, John Ligertwood. Verificação de títulos na Faculdade; carta-protesto. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 9, n. 5, p. 239. 1877.

PATOLOGIA INTERTROPICAL. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 8, n. 12, p. 540-541. 1876.

PEARD, Julyan G. *Race, Place, and Medicine*: The Idea of the Tropics in Nineteenth Century Brazilian Medicine. Durham, NC: Duke University Press, 1999.

PEARD, Julyan G. *The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869-1889.* Michigan, Columbia University,1990.

PEDROSA, Elias José. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia para o ano de 1871*. Bahia, 1872.

PEREIRA NETO, André de Faria. Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 399-409, Jun 2000.

PEREIRA NETO, André de Faria. Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 399-409, junho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 de junho de 2017.

PEREIRA NETO, André de Faria. Os médicos e o Estado (1922): Uma relação de tensão e colaboração. Clio. *Série História do Nordeste (UFPE)*, v. 24, p. 37-62, 2006.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Aos médicos deputados. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 9, n. 1, p. 1. 1877.

PEREIRA, Antônio Pacífico. *Diagnóstico diferencial e tratamento das paralisias*. Bahia, Tipografia Tourinho, 1867b.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Discurso proferido na colação de grau aos formandos da Faculdade de Medicina da Bahia em 14 de dezembro de 1895. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 27, n. 6, p. 244-247. 1895.

PEREIRA, Antônio Pacífico. *Discurso que proferiu em nome de seus colegas, no ato de colação de grau de doutor em medicina*. Bahia, Tipografia Conservadora. 1867a.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Esboço biográfico do Dr. Otto Wucherer. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 6, n.140, p. 306-307. 1873.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Esboço histórico da fundação da Gazeta Médica da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 48, n. 1, p. 3-30, 1916.

PEREIRA, Antônio Pacifico. *Memória sobre a Medicina na Bahia. Elaborada para o Centenário da Independência da Bahia 1823-1923*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

PEREIRA, Antônio Pacífico. O Dr. Silva Lima. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 51, n. 8, p. 337, 1910.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Os diplomas de doctor in absentia. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 8, n. 6, p. 248-255. 1876.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Placenta prévia. *Norte-Acadêmico.* Bahia, p. 26. set. 1875.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Progresso da Higiene na República da Argentina. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 19, n. 8, p. 366-372. 1888.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Reforma das faculdades de medicina. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 12, n. 5, p. 197-202. 1880.

PEREIRA, Antônio Pacífico. Terceiro congresso brasileiro de medicina e cirurgia: discurso do orador oficial, Dr. Pacífico Pereira. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 22, n. 5, p. 194. 1890.

PÉRGOLA Federico. Emilio Coni. *Revista Argentina Salud. Pública*. 2016; Sep;7(28):4 1-42.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 1855)*. 2003. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. 2003

PINTO, Antônio Ferreira. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1860*. Rio de Janeiro. 1861.

PINTO, Antônio Ferreira. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1861*. Rio de Janeiro. 1862.

PINTO, Cerqueira. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano 1864*. Bahia, 1866. p. 9.

POR PORTARIA... *A constituição*. Ceará, 1871. p. 2.

PORTER, Roy. Cambridge – *História da medicina*. Rio de Janeiro. Revinter, 2008.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999, p. 116-117.

PUBLICAÇÕES. *O globo*. Rio de Janeiro, p. 2, 6 set. 1874.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. "Proposta de Edição de um Documento Pessoal: As Memórias do Dr. Remédios Monteiro". In: *Anais do I Congresso Nacional de Linguística e Filologia,1997*. Disponível em: www.filologia.org.br/anais/anais_125.html. Acesso em: 23 abril de 2017.

REIS, Onildo David. *O inimigo invisível*: epidemia de cólera na Bahia em 1855-56. Dissertação (mestrado em história), Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1993.

REVISTA DO INTERIOR. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. p.1, 5 jun.,1877.

RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *A Facudade de Medicina da Bahia na visão de seus Memorialistas (1854-1924).* Salvador: EDUFBA, 2014.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. "Lições para a História das Ciências no Brasil: Instituto Pasteur de São Paulo". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Vol. III, nº 3, p.467-484, Nov. 1996-Fev. 1997.

RIOS, Venétia Durando Braga. *Entre a vida e a morte*: medicina, médicos e medicalização na cidade de Salvador, 1860 – 1880. 2001. 186f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.

ROCHA, Antônio Teixeira da. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1868*. Rio de Janeiro, 1869.

ROCHA, Nádia Maria Dourado, et al. *A Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX*: A Preocupação com Aspectos de Saúde Mental. *Gazeta Médica da Bahia*, 2004; 74:2, jul.-dez.103-126.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil e MARINHO, Sandra Maria Osório Xavier. "A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectivas da Biblioteca de Ciências Biomédicas". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 523-532, 2009.

RUSSEL-WOOD, A. J. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550- 1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. 319 p.

SALGADO, Ivone. "Carl Friederich Joseph Rath: o higienismo na formação do corpus disciplinar do urbanismo na cidade de São Paulo". *Arquitextos (São Paulo)*, v. 113, p. 103.01, 2009.

SAMPAIO, Mathias Moreira. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia para o ano de 1867*. Bahia, 1868.

SANGLARD, Gisele. "A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização". In.: *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, v..13, n. 16. Santa Catarina: 2007. Disponível em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/119/166. Acesso em: 22/03/2018.

SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa (1862-1934).* Tese (Doutorado em Educação), FACED-UFBA, Salvador, 2008.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. *A presença das ideias da Escola Tropicalista Baiana nas teses doutorais da faculdade de medicina (1850-1889)*. Tese (Doutorado em História da Ciência), Pontifícia Universitária Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. *Escola Tropicalista Baiana*: registro de uma nova ciência na gazeta médica da Bahia (1866 – 1889). Dissertação (Mestrado em História da Ciência), Pontifícia Universitária Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Luiz Alvares. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1876*. Bahia, 1877.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. Uma fonte para a história social de Salvador; as teses de doutoramento da Faculdade de Medina da Bahia. *Anais*, Franca - SP, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras,1993.

SEIXAS, Domingos Rodrigues. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1862*. Bahia, 1863.

SILVA LIMA, José Francisco da. Alguns casos de aneurisma intratoráxicos, autópsias e comentários. *Gazeta Médica da Bahia.* v. 2, n. 37, p. 146-149. 1868.

SILVA LIMA, José Francisco da. Código de ética médica adotado pela Associação Médica Americana. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 2, n.32, p. 86-90; v. 2, n. 33, p. 97-99; v. 2, n. 34, p. 109-111. 1867.

SILVA LIMA, José Francisco da. O Dr. Paterson, sua vida e morte. Esboço biográfico. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 18, n. 8, p. 337-344. 1887.

SILVA LIMA, José Francisco da. Traços biográficos do Dr. Otho Wucherer. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 28, n. 1, p. 3-26.1906.

SILVA, Domingos Carlos. *Conferências de Clínica Cirúrgica feitas no Hospital da Caridade.* Tipografia de J. G. Tourinho. Bahia. 1871.

SILVA, Francisco Rodrigues da. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1861*. Bahia, 1862.

SILVA, Gilda Olindo do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. Informare: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

SILVA, Joelma Tito da. *Nina Rodrigues*: os náufragos do tempo e a esfinge do futuro. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA entrega o título de preceptor brasilie ao professor Pacífico Pereira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 10, outubro 1922.

SODRÉ PEREIRA, Jerônimo. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano 1865.* Bahia, 1866. p. 9.

SODRÉ PEREIRA, Jerônimo. O Dr. Jerônimo Sodré Pereira e o concurso... *Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro. p. 2, 14 jul.1865.

SOUTO, Salustiano Ferreira. *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia no ano 1869.* Bahia, 1870. p. 9.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *Gripe Espanhola na Bahia:* saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007.

SOUZA, José Adeodato de. Pacífico obstetra. *Gazeta Médica da Bahia*. v. 53, n. 5, nov.1922.

STARR, Paul. *La transformación social de la medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económica. 1991.

TEIXEIRA, Rodolfo. *Memória histórica da faculdade de medicina do Terreiro de Jesus, 1943–1995.* Salvador: EDUFBA, 2001.

TOURINHO-MARQUES, Caio Cesar. Conselheiro Doutor Demétrio Cyriaco Tourinho. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia*, on line, São Paulo, n.10, 2010. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev10_art6.pdf>.Acesso em: 05/11/2018.

UMA CAUSA MÁ. *O globo*. Rio de Janeiro. p. 1, 7 set. 1877.

VILLELA, André. Distribuição regional das receitas e despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. *Estud. Econ.*, Jun 2007, vol.37, n..2, p. 247-274.

WOLF, E. R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas. In : BANTON, M. (Org.). *Antropologia de las sociedades complejas*. Madrid : Alianza. 1980.